

2014

# PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO PARAÍBA DO SUL - RJ



---

## PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

---

Plano Municipal de Saneamento Básico desenvolvido através das etapas do trabalho incluindo a caracterização Municipal, diagnóstico, prognóstico, programas, projetos e ações dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, para compor o PMSB.

---

## PARAÍBA DO SUL – RJ

2014

---



## OBJETO

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO REGIONAL DE SANEAMENTO COM BASE MUNICIPALIZADA NAS MODALIDADES ÁGUA, ESGOTO E DRENAGEM URBANA DOS MUNICÍPIOS INSERIDOS NA REGIÃO DO MÉDIO PARAÍBA.**

**CONTRATO:** 008/2012/AGEVAP

**CONTRATANTE:** Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP).

**CONTRATADA:** Vallenge Consultoria, Projetos e Obras Ltda.

## REALIZAÇÃO

**Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP)**

Rua Elza da Silva Duarte, 48 – Loja A1.

Manejo CEP: 27520-005 Resende-RJ.

**Diretor Executivo** – André Luis de Paula Marques.

**Diretor (a) de Relações Institucionais** - Aline Alvarenga.

**Diretor de Recursos Hídricos** - Helvécio Zago Galvão César.

**Prefeitura Municipal de Paraíba do Sul - RJ**

Rua Visconde da Paraíba, 11.

Centro CEP: 25850-000 Paraíba do Sul-RJ

## EXECUÇÃO



**Vallenge Consultoria, Projetos e Obras Ltda.**

Todos os direitos reservados.

## **EQUIPE**

---

### **COORDENAÇÃO**

**Engenheiro Dr. Antônio Eduardo Giansante**

### **EQUIPE TÉCNICA**

**Engenheiro Civil José Augusto Pinelli**

**Engenheiro Agrônomo Alexandre Gonçalves da Silva**

**Historiador/Ms.c. Ciências Ambientais Roberto Aparecido Garcia Rubio**

**Engenheira Msc. em Hidráulica e Saneamento Juliana Simião**

**Advogada Ms.c. Esp. em Recursos Hídricos Adriana Sagiani**

**Engenheira Civil Bruna Santos de Oliveira**

**Engenheiro Ambiental e Sanitarista Nicolas Rubens da Silva Ferreira**

**Economista Francisco D`Andrea**

**Bacharel em Tecnologia da Informação Thiago Augusto Pinelli**

### **EQUIPE DE APOIO**

**Engenheira Civil Martha Nasser Giansante**

**Engenheiro Ambiental Luiz Claudio Rodrigues Ferreira**

**Analista de Comunicação Joyce de Souza Oliveira**

**Assessora Técnica Ambiental Amanda Braga Teixeira Presotto**

**Revisor Técnico Samir Azem Rachid**

**Auxiliar de Engenharia Civil Ronald Pedro dos Santos**

**Estagiário em Engenharia Civil Alex de Lima Furtado**

**Estagiário em Engenharia Agrônômica Thiago Fantus Ribeiro**

**Revisor Técnico Samir Azem Rachid**

## APRESENTAÇÃO

---

O presente documento é objeto do contrato. 008/2012, estabelecido entre a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) e a empresa Vallenge Consultoria, Projetos e Obras Ltda, conforme o Termo de Referência proposto pelo Ato Convocatório 009/2012, relativo ao Plano Municipal de Saneamento Básico nas Modalidades: Água, Esgoto e Drenagem Urbana. Contemplando os municípios inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, na região do Médio Paraíba do Sul: Barra do Piraí, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Vassouras.

Os serviços foram divididos em produtos e etapas, descritos a seguir:

<b>Produtos 1 e 2:</b>	Etapa 1 - Plano de trabalho e Projeto de comunicação e mobilização social;
<b>Produto 3:</b>	Etapa 2 - Caracterização Municipal;
<b>Produto 4:</b>	Etapa 3 - Diagnósticos Setoriais;
<b>Produtos 5 e 6:</b>	Etapa 4.1 - Estudo populacional e de Demandas Etapa Etapa 4.2 - Relatório da infraestrutura dos Sistemas de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Pluvial Urbana, dos Programas, Projetos e Ações para Implementação do Plano e sobre o Seminário Local para consolidação das Proposições da infraestrutura, dos arranjos institucionais jurídicos e econômico-financeiros;
<b>Produto 7:</b>	Etapa 5 - Banco de Dados de Saneamento;
<b>Produtos 8 e 9:</b>	Etapa 6 - Elaboração da Versão Final do PMSB e Consulta e Audiência Pública;
<b>Produto 10:</b>	Etapa 7 - Elaboração do Relatório Regional de Saneamento Básico.

Os trabalhos foram desenvolvidos mediante o esforço conjunto da AGEVAP e dos municípios, envolvendo de maneira articulada os responsáveis pela formulação das políticas públicas e pela prestação dos serviços de saneamento básico do município.

## **LISTA DE SIGLAS**

---

AAB: Adutora de Água Bruta

AAT: Área de Transbordo e Triagem

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.

AGENERSA: Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico

AGEVAP: Associação Pró Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

ANA: Agência Nacional das Águas.

ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

APEDEMA: Assembleia Permanente das Entidades de Defesa do Meio Ambiente

ART: Anotação de Responsabilidade Técnica

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH: Banco Nacional de Habitação.

BOO: *Build-Own-Operate*

BOT: *Build-Operate-Transfer*

BR-116: Rodovia Presidente Eurico Gaspar Dutra

BTO: *Build-Transfer-Operate*

C1: Classe Econômica

CBH: Comitês de Bacia Hidrográfica

CDHU/SP: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

CEDAE: Companhia Estadual de Águas e Esgotos

CEIVAP: Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

CERHI: Conselho Estadual de Recursos Hídricos

CETESB: Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

CFDD: Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos

CNIR: Cadastro Nacional de Imóveis Rurais

CONAMA: Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONFEA/CREA: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia/ Conselho Regional de Engenharia Agronomia

COPPE/UFRJ: Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

CPRM: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CTH/IPTU: Competição Tributária Horizontal / Imposto Predial e Territorial Urbano

DEFOFO: Tubos de Ferro Fundido com Junta Elástica

DBO: Demanda Bioquímica de Oxigênio  
DER/RJ: Departamento de Estradas de Rodagem do Rio de Janeiro  
DEX: Despesas de exploração dos serviços  
DRM/RJ: Departamento de Recursos Minerais do Rio de Janeiro  
EEAB: Estação Elevatória de Água Bruta.  
EEAT: Estação Elevatória de Água Tratada.  
EEE: Estação Elevatória de Esgoto.  
ETA: Estação de Tratamento de Água.  
ETE: Estação de Tratamento de Esgoto.  
EVEF: Estudo de Viabilidade Econômica e Financeira  
FDDE: Fundo de Defesa de Direitos Difusos  
FEAM: Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais  
FECAM: Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano  
FEEMA: Fundação Estadual Engenharia Meio Ambiente do Rio De Janeiro  
FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.  
FIRJAN: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro  
FOFO: Ferro Fundido  
FUNASA: Fundação Nacional de Saúde  
FUNDRHI: Fundo Estadual de Recursos Hídricos  
GEPAC: Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento  
FIBGE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
ICGDU: Indicador composto de gestão dos serviços de drenagem urbana  
ICMicro: Índice de Cobertura de Microdrenagem  
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.  
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano.  
IFDM: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal  
IMicro: Índice de Eficiência de Microdrenagem  
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.  
INEA: Instituto Estadual do Ambiente  
IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano.  
JBIC: Banco Japonês  
LBO: *Affermage* ou *Lease Build Operate*  
LVE: Extensão das vias na área urbana com infraestrutura de microdrenagem, em km  
MDS: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
NBR: Normas Brasileiras  
O&M: Contratos de Operação e Manutenção  
OD: Oxigênio Dissolvido

OGU: Orçamento Geral da União  
OMS: Organização Mundial de Saúde  
ONGs: Organizações não governamentais  
ONU: Organização das Nações Unidas.  
PAC: Programa de Aceleração do Crescimento  
PBA: Ponta e bolsa  
PCH: Pequena Central Hidrelétrica  
PIB: Produto Interno Bruto.  
PLANASA: Plano Nacional de Saneamento.  
PMSB: Plano Municipal de Saneamento Básico.  
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.  
PPP: Parcerias Público-Privadas  
PVC: Policloreto de Vinila.  
SAA: Sistema de Abastecimento de Água  
SABESP: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo  
SDU: Sistema de Drenagem Urbana  
SEA: Secretaria de Estado do Ambiente  
SEGRHI: Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos  
SELIC: Sistema Especial de Liquidação e de Custódia  
SEMAD: Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
SES: Sistema de Esgotamento Sanitário  
SIG: Sistema de Informações Geográficas  
SNIS: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento  
SPE: Sociedade de Propósito Específico  
TMI: Taxas de Mortalidade Infantil  
UTC: Usina de Triagem e Compostagem.  
VA: Valores adicionados



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características gerais do meio físico .....	29
Quadro 2 – Dados de qualidade do Rio Paraibuna .....	32
Quadro 3 – Características gerais do meio biótico .....	34
Quadro 4 – Valores adicionados por setor (R\$) .....	36
Quadro 5 – Indústrias no Município .....	36
Quadro 6 – Empresas para Mão-de-Obra.....	37
Quadro 7 – Empresas de Construção.....	37
Quadro 8 – Domicílios com energia elétrica.....	37
Quadro 9– Evolução populacional .....	38
Quadro 10– Rendimento nominal médio.....	39
Quadro 11 – Índice FIRJAN .....	39
Quadro 12 – Escolas no município .....	40
Quadro 13 – Indicadores de Educação- Pessoas de 10 anos ou mais de idade .....	40
Quadro 14 – Distribuição Percentual das Internações por Faixa Etária. Doenças Infecciosas e Parasitárias.....	40
Quadro 15 – Despesas previstas pela Prefeitura vinculada aos serviços de drenagem – 2013 .....	50
Quadro 16 – Principais características da unidade de reservação .....	67
Quadro 17 – Setores de risco iminente a escorregamentos no município de Paraíba do Sul .....	80
Quadro 18 – Taxas de crescimento aritmético e geométrico.....	84
Quadro 19 – Variáveis e parâmetros adotados .....	86
Quadro 20– Metas do sistema de abastecimento de água do município de Paraíba do Sul	88
Quadro 21 – Projeção da demanda de água da sede de Paraíba do Sul e distrito de Salutaris – 2013 a 2033.....	90
Quadro 22 – Projeção da demanda de água no distrito de Inconfidência – 2013 a 2033.....	91
Quadro 23 – Projeção da demanda de água no distrito de Werneck – 2013 a 2033.....	92
Quadro 24 – Metas do sistema de esgotamento sanitário do Município de Paraíba do Sul .	93
Quadro 25 – Projeção da demanda de esgoto da Sede de Paraíba do Sul e distrito de Salutaris – 2013 a 2033.....	95
Quadro 26 – Projeção da demanda de esgoto no distrito de Inconfidência – 2013 a 2033 ..	96
Quadro 27 – Projeção da demanda de esgoto no distrito de Werneck – 2013 a 2033 .....	97
Quadro 28 – Informações gerais das sub-bacias do município de Paraíba do Sul.....	98
Quadro 29 – Projeção da demanda de microdrenagem na sede de Paraíba do Sul e distrito de Salutaris – 2013 a 2033 .....	101

Quadro 30 – Projeção da demanda de microdrenagem no distrito de Inconfidência– 2013 a 2033 .....	102
Quadro 31 – Projeção da demanda de microdrenagem no distrito de Werneck– 2013 a 2033 .....	103
Quadro 32 – Investimentos para a universalização do SAA no distrito Sede e Salutaris – Cenário 1B.....	111
Quadro 33 – Custos de manutenção do SAA no distrito Sede e Salutaris – Cenário 1B....	112
Quadro 34 – Investimentos para a universalização do SAA no distrito Inconfidência – Cenário 1B.....	113
Quadro 35 – Custos de manutenção do SAA no distrito Inconfidência – Cenário 1B.....	114
Quadro 36 – Investimentos para a universalização do SAA no distrito Werneck– Cenário 1B .....	115
Quadro 37 – Custos de manutenção do SAA no distrito Werneck – Cenário 1B.....	116
Quadro 38 – Investimentos para a universalização do SES no distrito Sede e Salutaris – Cenário 1B.....	119
Quadro 39 – Custos de manutenção do SES no distrito Sede – Cenário 1B .....	119
Quadro 40 – Investimentos para a universalização do SES no distrito Inconfidência – Cenário 1B.....	120
Quadro 41 – Custos de manutenção do SES no distrito Inconfidência – Cenário 1B.....	120
Quadro 42 – Investimentos para a universalização do SES no distrito Werneck – Cenário 1B .....	121
Quadro 43 – Custos de manutenção do SES no distrito Werneck – Cenário 1B.....	121
Quadro 44 – Proposições, custos e prazos para a universalização do SDU no distrito Sede .....	123
Quadro 45 – Proposições, custos e prazos para a universalização do SDU no distrito Inconfidência .....	124
Quadro 46 – Proposições, custos e prazos para a universalização do SDU no distrito Werneck .....	125
Quadro 47 – Objetivos, metas e ações para a institucionalização do saneamento básico no município .....	127
Quadro 48 – Objetivos, metas e ações para situação de emergência em saneamento básico no município .....	129
Quadro 49 – Objetivos, metas e ações para o sistema de abastecimento de água no município .....	130
Quadro 50 – Objetivos, metas e ações para o sistema de esgotos sanitários no município .....	133
Quadro 51 – Objetivos, metas e ações para o sistema de drenagem urbana no Município	135

Quadro 52 – Aspectos dos contratos de PPP .....	148
Quadro 53 – Estudo de viabilidade econômica e financeira .....	159
Quadro 54 - Riscos potenciais – abastecimento de água potável .....	173
Quadro 55 - Ações de controle operacional e manutenção – abastecimento de água potável .....	175
Quadro 56 - Riscos potenciais – esgotamento sanitário .....	176
Quadro 57- Ações de controle operacional e manutenção – esgotamento sanitário .....	179
Quadro 58 - Riscos potenciais – drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.....	180
Quadro 59 - Ações de controle operacional e manutenção – drenagem urbana .....	181
Quadro 60 – Fontes de financiamento .....	183
Quadro 61 – Contrapartida - Orçamento Geral da União .....	187
Quadro 62 – Condições Financeiras – BNDES.....	189
Quadro 63 - Diagnóstico da Comunidade .....	201
Quadro 64 – Visão de futuro da Comunidade .....	205
Quadro 65 – Definições de termos na área de saneamento e afins.....	213
Quadro 66 – População dos Municípios integrantes da sub-bacia Médio Paraíba do Sul ..	223
Quadro 67 – Estimativa da evolução da população urbana na bacia .....	224
Quadro 68 – Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul .....	225
Quadro 69 – Cobertura Vegetal e Uso do Solo nos Municípios Localizados na Área de Atuação da sub-bacia Médio Paraíba do Sul (em Hectares) .....	227
Quadro 70 – Situação Atual dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário das Localidades Visitadas - Área de Atuação da bacia Médio Paraíba do Sul ....	228

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização dos Bairros e Distritos em Paraíba do Sul .....	26
Figura 2 – Localização de Paraíba do Sul em relação aos municípios limítrofes .....	27
Figura 3 – Acessos ao Município .....	28
Figura 4 – Usos Outorgados do Recurso Hídrico .....	33
Figura 5 – Vegetação remanescente de Mata Atlântica .....	34
Figura 6 – Área de Ocupação Intensiva Com Adensamento Urbano .....	35
Figura 7 – Esquema do sistema de abastecimento de água na sede e no distrito de Salutaris do município Paraíba do Sul .....	61
Figura 8 – Esquema do sistema de abastecimento de água do distrito de Inconfidência .....	62
Figura 9 – Esquema do sistema de abastecimento de água do distrito de Werneck .....	63
Figura 10 – Estação Elevatória de Água Bruta .....	65
Figura 11 – Captação da EEAB .....	65
Figura 12 – Vista do abrigo da EEAB .....	65
Figura 13 – Painel de forçada EEAB .....	65
Figura 14 – Vista da ETA Centro .....	66
Figura 15 – Casa de Química .....	66
Figura 16 – Casa de Química .....	67
Figura 17 - Reservatório semi-enterrado .....	68
Figura 18 - Reservatório semi-enterrado .....	68
Figura 19 – Ligação com pena d'água .....	69
Figura 20 – Pena d'água .....	69
Figura 21 – Ligação com hidrômetro .....	69
Figura 22 – Ligação com hidrômetro .....	69
Figura 23 – Esquema do Sistema de Esgotamento Sanitário no distrito sede e Salutaris do município de Paraíba do Sul .....	71
Figura 24 – Esquema do Sistema de Esgotamento Sanitário no distrito Inconfidência .....	72
Figura 25 – Esquema do Sistema de Esgotamento Sanitário no distrito Werneck .....	73
Figura 26 - Lançamento de esgoto e águas pluviais no Rio Paraíba do Sul do Bairro Ponte Preta .....	74
Figura 27 - Saída de rede de esgoto e pluvial na margem do Rio Paraíba do Sul .....	74
Figura 28 – Córrego que recebe águas pluviais .....	76
Figura 29 – Córrego que recebe águas pluviais .....	76
Figura 30 – Rua com carreamento de solo pela falta de drenagem .....	76
Figura 31 – Contenção de paliçada de pneus .....	76
Figura 32 – Boca de lobo em péssimo estado de conservação 1 .....	77

Figura 33 – Boca de lobo em péssimo estado de conservação 2 .....	77
Figura 34 – Boca de lobo em péssimo estado de conservação 3 .....	78
Figura 35 – Boca de lobo em péssimo estado de conservação 4 .....	78
Figura 36 - Área de risco no bairro Pq. Morone na Rua Venezuela .....	82
Figura 37 - Área de risco no bairro Pq. Morone na Av. Brasil.....	82
Figura 38 - Área de risco no bairro Eldorado na R. Prefeito Antônio da Cruz Barros .....	82
Figura 39 - Área de risco no bairro Liberdade na R. Durvalino Francisco de Oliveira.....	82
Figura 40 - Área de risco no bairro Eldorado na R. Prefeito Antônio da Cruz Barros .....	82
Figura 41 - Área de risco no bairro Eldorado na R. Prefeito Antônio da Cruz Barros .....	82
Figura 42 – Evolução da população projetada .....	85
Figura 43 – Articulação das sub-bacias da área urbana do município de Paraíba do Sul ....	99
Figura 44 – Investimentos totais no SAA na sede por Cenário .....	109
Figura 45 – Porcentagem de Investimento em Implantação - SAA .....	110
Figura 46 – Porcentagem de Investimento em Manutenção - SAA.....	110
Figura 47 – Investimentos totais no SES na sede por Cenário .....	117
Figura 48 – Porcentagem de Investimento em Implantação - SES .....	118
Figura 49 – Porcentagem de Investimento em Manutenção - SES.....	118
Figura 50 – Porcentagem de Investimento – SDU .....	122
Figura 51 – Comitês de Bacias do Rio Paraíba do Sul.....	221
Figura 52 - Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos – MÉDIO PARAÍBA DO SUL .....	222
Figura 53 - Distribuição setorial e estadual do PIB na Bacia do Rio Paraíba do Sul .....	225
Figura 54 – Reunião de Mobilização Social (vista 1).....	252
Figura 55 - Recepção da comunidade .....	253
Figura 56 – Apresentação da Oficina: comunidade presente (vista 1) .....	254
Figura 57 – Formação dos Grupos (vista 1).....	254
Figura 58 – Formação dos Grupos (vista 2).....	255
Figura 59 – Apresentação dos Temas .....	255
Figura 60 – Discussão (vista 1).....	256
Figura 61 – Discussão (vista 2).....	256
Figura 62 - Recepção da comunidade .....	265
Figura 63 – alunos do CIEP apresentaram seus trabalhos sobre Saneamento Básico (vista 1) .....	266
Figura 64 – alunos do CIEP apresentaram seus trabalhos sobre Saneamento Básico (vista 2) .....	266
Figura 65 – Apresentação da Oficina.....	267
Figura 66 – Apresentação dos Temas .....	267

Figura 67 - Orientação para Formação dos Grupos .....	267
Figura 68 – Formação dos Grupos (vista 1) .....	268
Figura 69 – Formação dos Grupos (vista 2) .....	268
Figura 70 – Discussão (vista 1) .....	268
Figura 71 – Discussão (vista 2) .....	269
Figura 72 –Leitura do Painel Expositor pela comunidade .....	269
Figura 73 –Frases de Visão de Futuro para o município .....	269
Figura 74 – Painel Expositor .....	270

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>22</b>
<b>2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL.....</b>	<b>26</b>
2.1. Meio Físico .....	29
2.2. MEIO BIÓTICO.....	33
2.3. MEIO SOCIOECONÔMICO.....	35
2.4. POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES .....	41
<b>3. DIAGNÓSTICO E AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.....</b>	<b>42</b>
3.1. HISTÓRICO DA GESTÃO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO NO MUNICÍPIO.....	42
3.2. ARRANJO INSTITUCIONAL.....	45
3.2.1. Sistemas de Abastecimento de Água.....	46
3.2.2. Sistemas de Esgotamento Sanitário .....	46
3.2.3. Sistema de Drenagem Urbana.....	47
3.3. ARRANJO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO.....	47
3.3.1. Abastecimento de Água .....	47
3.3.2. ESGOTAMENTO SANITÁRIO .....	48
3.3.3. DRENAGEM URBANA .....	49
3.4. ARRANJO LEGAL .....	50
3.4.1. Regime Jurídico Nacional .....	50
3.4.2. LEGISLAÇÃO ESTADUAL.....	53
3.4.3. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.....	54
<b>4. DIAGNÓSTICO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE .....</b>	<b>60</b>
4.1. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA .....	60
4.2. SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	69
4.3. SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS.....	75
4.3.1. Macrodrenagem.....	75
4.3.2. Microdrenagem .....	77
4.3.3. Áreas de risco.....	78
<b>5. demanda dos serviços.....</b>	<b>83</b>

5.1. ESTUDO POPULACIONAL .....	83
5.2. Estudo de Demandas .....	86
5.2.1. Sistema de Abastecimento de Água .....	87
5.2.2. Sistema de Esgotamento Sanitário .....	93
5.2.3. Sistema de Drenagem Urbana.....	98
<b>6. Proposições para os sistemas.....</b>	<b>104</b>
6.1 Cenários para a universalização dos serviços de saneamento .....	106
6.2. ABASTECIMENTO DE ÁGUA .....	109
6.3 ESGOTAMENTO SANITÁRIO .....	117
6.4 DRENAGEM URBANA .....	122
6.5. METAS E AÇÕES PARA O SETOR DE SANEAMENTO.....	126
<b>7. ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS .....</b>	<b>137</b>
7.1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA .....	139
7.2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.....	140
7.2.1. Entidades Paraestatais .....	140
7.2.2. Prestação por Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista Municipais ..	141
7.3. CONSÓRCIOS MUNICIPAIS.....	142
7.4. PARTICIPAÇÃO PRIVADA.....	143
7.4.1. Contratos de Concessão Plena.....	144
7.4.2. Contratos de Parceria Público-Privada (PPP) .....	145
7.4.3. Contratos de Terceirização/Contratos de Serviço .....	149
7.4.4. Contratos de Gestão .....	149
7.4.5. Contratos de Operação e Manutenção (O&M) .....	149
7.4.6. Contratos de Locação de Ativos ( <i>Affermage</i> ou <i>Lease Build Operate – LBO</i> ).....	150
7.4.7. Contratos de Concessão Parcial Tipo: <i>Build, Operate And Transfer (BOT); Build, Transfer And Operate (BTO); Build, Own And Operate (BOO)</i> .....	151
7.4.8. Empresas de Economia Mista.....	152
7.4.9. Considerações Finais.....	152
7.5. VERIFICAÇÕES E PROPOSIÇÕES PARA O MUNICÍPIO DE PARAÍBA DO SUL.....	153
<b>8. SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.....</b>	<b>156</b>



<b>9. INDICADORES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.....</b>	<b>160</b>
9.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA .....	160
9.1.1. Índice de atendimento urbano de água .....	160
9.1.2. Consumo médio <i>per capita</i> .....	161
9.1.3. Índice de perdas na distribuição.....	162
9.1.4. Incidência de análises de cloro fora do padrão .....	163
9.1.5. Incidência das análises de coliformes totais fora do padrão.....	164
9.2. ESGOTAMENTO SANITÁRIO .....	164
9.2.1. Índice de atendimento urbano de esgoto .....	165
9.2.2. Índice de coleta de esgotos.....	165
9.2.3. Índice de tratamento de esgotos .....	166
9.3. DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS.....	167
9.3.1. Indicador da gestão do serviço .....	167
9.3.2. Índice de atendimento urbano de microdrenagem .....	169
9.3.3. Índice de atendimento territorial urbano de microdrenagem.....	170
9.3.4. Índice de pontos de alagamento sanados .....	170
<b>10. PLANOS DE CONTINGÊNCIA E EMERGÊNCIA .....</b>	<b>172</b>
<b>11. FONTES POSSÍVEIS DE FINANCIAMENTO .....</b>	<b>182</b>
11.1. FONTES PRÓPRIAS .....	183
11.2. FONTES DO GOVERNO FEDERAL.....	184
11.2.1. Recursos do Fundo de Garantia por tempo de serviço “Saneamento Para Todos”.....	184
11.2.2. Orçamento Geral da União (OGU) .....	186
11.2.3. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) .....	189
11.2.4. Ministério da Justiça.....	190
11.3. FONTES DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....	191
11.3.1. Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI) .....	191
11.3.2. FECAM .....	192
11.3.3. Recursos próprios do município .....	193
11.3.4. Recursos oriundos da operação.....	193
11.4. OUTRAS FONTES .....	193
11.4.1. Financiamentos internacionais.....	194
11.4.2. Participação do capital privado .....	194

11.4.3. Proprietário de imóvel urbano - Contribuição de Melhoria e Plano Comunitário de Melhoria.....	196
11.4.4. Expansão urbana.....	198
11.4.5. Recursos oriundos da cobrança pelo uso da água - CEIVAP.....	198
<b>12. CONTROLE SOCIAL.....</b>	<b>200</b>
12.1. SEMINÁRIO LOCAL – OFICINA 1 – LEITURA COMUNITÁRIA .....	200
12.2. Seminário Local – Oficina 2 – Visão de Futuro.....	204
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>207</b>
<b>GLOSSÁRIO.....</b>	<b>213</b>
<b>APÊNDICE A – CARACTERIZAÇÃO REGIONAL.....</b>	<b>220</b>
<b>APÊNDICE B – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....</b>	<b>229</b>
<b>APÊNDICE C – MAPAS TEMÁTICOS .....</b>	<b>249</b>
<b>APÊNDICE D – OFICINA 1 – LEITURA COMUNITÁRIA.....</b>	<b>251</b>
<b>APÊNDICE E – OFICINA 2 – VISÃO DE FUTURO .....</b>	<b>264</b>

## 1. INTRODUÇÃO

---

No final da década de 60 do século XX, as demandas urbanas relativas aos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, demonstrando uma deficiência no sistema de saneamento, atingiram uma magnitude que levou o Governo Federal a implantar o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA). Esse plano foi destinado a fomentar esses serviços públicos com recursos provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), este administrado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).

A maior parte dos municípios, titulares da obrigação constitucional pela prestação dos serviços de água e esgotos, foi forçada a se alinhar com o PLANASA numa tentativa de solucionar os problemas sanitários prementes, afetos aos aspectos de riscos à saúde pública. Os estados criaram as companhias estaduais de saneamento e os municípios que optaram pela prestação do serviço de saneamento, através das companhias estaduais, assinaram, os contratos de concessão. Muitos municípios mantiveram os seus serviços próprios prestados através de companhias municipais, autarquias, administração direta e departamentos, mas ficaram com poucas possibilidades de investimentos de outras fontes que não fossem as próprias.

O modelo ficou saturado ao longo do tempo sendo então necessária a busca de outra ordem disciplinadora para os serviços de saneamento. Nesse sentido, foi promulgada, em 5 de janeiro de 2007, a Lei Federal 11.445 que estabeleceu as novas diretrizes nacionais para o saneamento básico. Por esse motivo, a lei é conhecida como o novo marco regulatório do setor.

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é instrumento exigido no Capítulo II da Lei 11.445/2007. Essa define, ainda, o exercício de titularidade pelo município, conforme seu art. 8º, ao estabelecer que os titulares dos serviços públicos de saneamento básico podem delegar: a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação desses serviços, nos termos do art. 241º da Constituição Federal, bem como, do Art. 9º da Lei 11.107/2005, Lei dos Consórcios Públicos.

O Decreto 7.217, de 21 de junho de 2010, estabeleceu as normas para a execução das diretrizes do saneamento básico e regulamentou a aplicação da Lei 11.445/2007. Em suma, o citado Decreto estabeleceu que o titular dos serviços formulasse as respectivas políticas públicas de saneamento básico, devendo para tanto elaborar os Planos Municipais de Saneamento, destacando que o planejamento é de competência do titular.

Em vista das dificuldades dos municípios em tomar para si a elaboração do seu PMSB, programas governamentais e mesmo agências de bacia têm assumido a incumbência de

desenvolvê-los mediante convênio. A AGEVAP contratou um lote de planos a serem elaborados por empresa de consultoria especializada, porém, sempre com a participação do município, o maior interessado.

Embora plenamente conhecida à importância do saneamento para o ambiente e para a melhoria das condições de saúde dos munícipes, foi somente a partir da Lei 11.445/2007 que o setor de saneamento passou a ter um marco regulatório que colocou como instrumento necessário o PMSB. Para elaborá-lo, é necessário coletar e apresentar um conjunto de informações ambientais que caracterizam o município. Junto com a base cartográfica, as informações colhidas em campo constituem o meio para se conhecer a situação atual e também fazer as proposições futuras que levam à universalização, quantificando investimentos, finalidade precípua do plano.

De uma maneira geral, percebe-se pouco conhecimento do município em relação à sua infraestrutura de saneamento e a respectiva prestação de serviços. As causas são variadas, mas duas se destacam: a complexidade típica das atividades associadas ao saneamento e a operação por concessionárias regionais que afastaram o serviço do cotidiano e do conhecimento do município, pois tiveram pouca iniciativa ao longo da sua operação em divulgar sua atuação, incluindo os problemas e desafios. Os munícipes pouco enxergavam os serviços de saneamento como seus.

Para propor a infraestrutura e o respectivo serviço de saneamento, parte-se do conhecimento do território do município, suas condicionantes, seus diferenciais, acessos e legislação. O relevo, por exemplo, condiciona a ocupação urbana e, conseqüentemente, os sistemas de abastecimento de água, de esgotos sanitários e a microdrenagem urbana. Ao mesmo tempo, esses sistemas de saneamento água, de esgotos sanitários, de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas são elementos estruturantes do tecido urbano, como por exemplo, a rede hídrica. A drenagem natural do território costuma delimitar e contornar o traçado das ruas. Assim, é necessário caracterizar o município com enfoque no saneamento para poder propor medidas que levem à prestação adequada dos serviços.

Essa foi a primeira etapa da elaboração do PMSB do Município de Paraíba do Sul, a caracterização; a qual foi seguida do diagnóstico efetuado com a participação dos gestores locais dos serviços de saneamento. Para tanto, foi realizado um levantamento de todas as informações pertinentes disponíveis no município, referentes ao ambiente, saúde pública, urbanização e legislação pertinente, entre outros. Essas informações foram a base para o diagnóstico dos Sistema de Abastecimento de Água (SAA), do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES), e do Sistema de Drenagem Urbana (SDU); e dependem de visitas locais, múltiplas e extensas.

As visitas a campo evidenciaram as dificuldades que os municípios possuem ao gerir os serviços de saneamento, pois faltam órgãos específicos que contenham as informações, que as analisem e apurem a sua consistência.

A experiência de campo comprovou as dificuldades apontadas de forma que uma única visita não se mostrou suficiente, sendo necessário, na maioria dos casos, três ou quatro visitas a campo, para que se conseguisse obter um rol mínimo de informações que permitam caracterizar o município e a prestação de serviços de saneamento.

As visitas repetidas têm, no entanto, um aspecto bastante positivo, pois preparam o município para as etapas posteriores à elaboração do PMSB, uma vez que aumenta a divulgação do instrumento, o que contribui para a mobilização social. O município volta seu olhar para o saneamento básico; volta a discutir a sua importância para a qualidade de vida e a saúde da população, saindo de uma posição de desconhecimento ou de conhecimento mais teórico, e, caminhando para uma visão mais prática, aplicada à sua realidade.

Embora o serviço de abastecimento de água seja uma necessidade básica, e por isso com um maior percentual de atendimento à população, há carência de informações. Por exemplo, quase não há dados sobre a quantidade de água potável produzida, impossibilitando calcular as perdas dos sistemas. O foco da prestação do serviço de abastecimento de água era ofertá-la a todo custo, o que é elogiável, mas a preocupação em avançar na gestão do mesmo acabou ficando para trás.

Foram encontradas muitas dificuldades em conseguir informações a respeito do serviço de água. Mais carente, ainda, são os serviços de esgotamento sanitário e drenagem e manejo de águas pluviais urbana; esse último o menos estruturado de todos. Assim, ao se caracterizar o município, depara-se, geralmente, com muita carência de informações, o que leva a duas consequências imediatas. A primeira, identificar, no rol de informações disponíveis, aquelas que contribuam para elucidar a dinâmica do município e para a proposição de alternativas que levem, no futuro, à universalização dos serviços. Por exemplo, é importante conhecer o relevo e qual a direção da expansão urbana. A segunda consequência já tem um foco voltado aos próximos planos municipais, revistos a cada quatro anos. Cabe nessa primeira execução de planos, propor meios de melhorar a gestão dos serviços de saneamento, para que, na próxima elaboração, mais dados e informações consistentes estejam disponíveis.

A partir do conhecimento do município, da sua prática de mobilização social e dos meios de comunicação usuais foram propostas oficinas e a audiência pública como meios de legitimar as proposições do PMSB. Foram realizadas duas oficinas com ampla participação da sociedade civil; a primeira, de diagnóstico, e, a segunda, de visão do futuro. Posteriormente, foi apresentado na primeira oficina pública, onde a própria população se manifestou, contribuindo com sua vivência a cerca da prestação dos serviços. Com esse rol amplo de informações, foram realizadas as proposições, sempre pautadas pelas diretrizes de

universalização do saneamento municipal, abrangendo os três componentes: água, esgotos e drenagem urbana. O detalhamento desta atividade é demonstrado adiante nesse volume.

A partir dessas premissas, foi feita uma caracterização regional para situar o município perante seus vizinhos e também quanto à bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Essa caracterização é importante para o objetivo do trabalho, o qual é buscar uma forma de agregação na prestação de serviços de saneamento que dê viabilidade econômica pelo efeito de escala. Pelo número de economias atualmente operadas, pela análise, aqui baseada pelo contingente populacional, poucos são os municípios entre os dezesseis objetos do trabalho que possuem porte suficiente para conseguir dar sustentabilidade econômica e ambiental, visando universalizar os serviços de saneamento nas três modalidades, aqui consideradas: abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana.

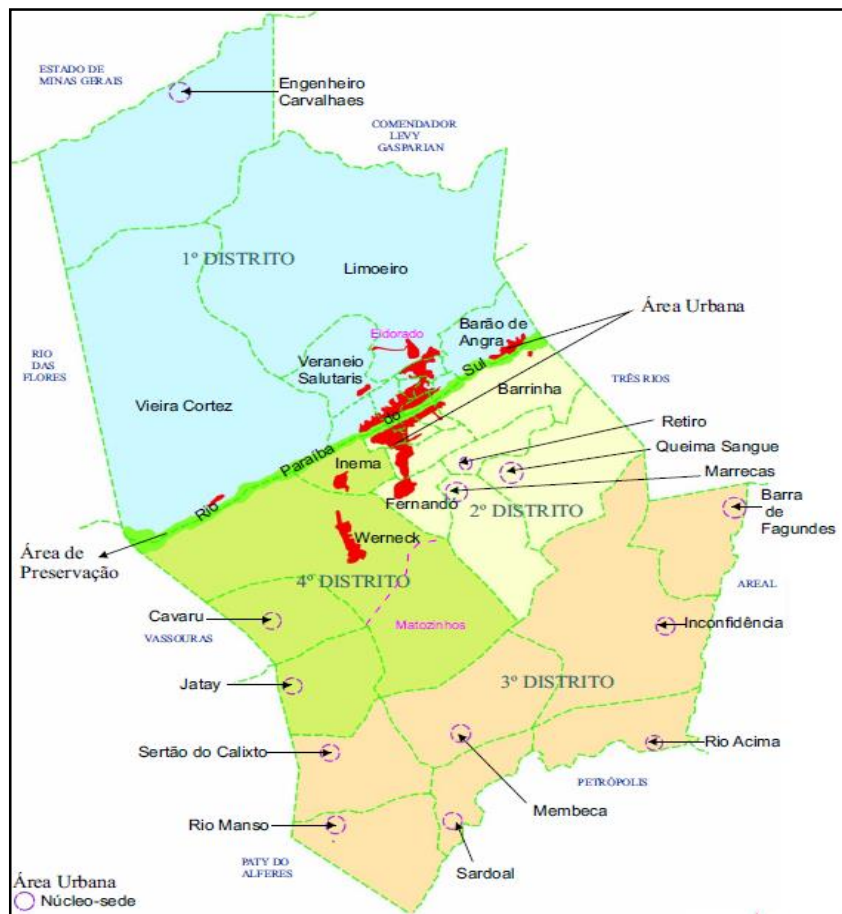
## 2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

O Município de Paraíba do Sul possui área territorial de 580,8 km<sup>2</sup> e insere-se na região Centro-Sul Fluminense. Localiza-se nas coordenadas: Latitude Sul - 22°09'43" S e Longitude Oeste - 43°17'34" W. Sua altitude em relação ao nível do mar é de 275 m. O fuso horário é UTC-3.

O município subdivide-se nos Bairros, pertencentes a:

1º Distrito: Vieira Cortêz, Veraneio Salutaris, Limoeiro Barão de Angra Núcleo-sede de Engenheiro Carvalhaes, Parque Morone, Lavapés, Brocotó, Palhas, Cerâmica, Centro e Liberdade; 2º Distrito: Grama, Barrinha, Jatobá, Niágara, Bela Vista, Santo Antônio, Fernandó, Núcleo-sede Marrecas, Núcleo-sede Retiro e Núcleo-sede Queima Sangue; 3º Distrito: Núcleo-sede Sertão do Calixto, Núcleo-sede Membeca, Núcleo-sede Sardeal, Núcleo-sede Rio Manso, Núcleo-sede Rio Acima, Núcleo-sede Barra de Fagundes e Núcleo-sede Inconfidência e por fim, no 4º Distrito: Inema, Werneck, Núcleo-sede Cavarú e Núcleo-sede Jataí (Figura 1).

**Figura 1 – Localização dos Bairros e Distritos em Paraíba do Sul**

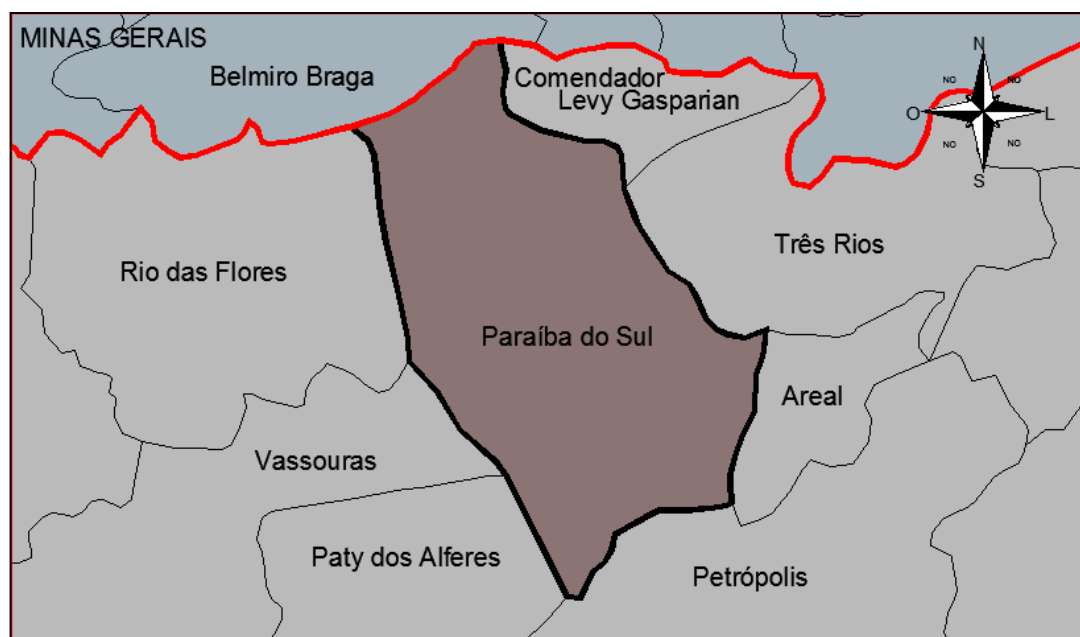


Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial

A referência principal para dividir o Município em áreas é o próprio rio, que lhe originou o nome, seja pela margem esquerda, seja pela margem direita.

Os Municípios limítrofes são: Areal (RJ), Belmiro Braga (MG), Comendador Levy Gasparian (RJ), Paty do Alferes (RJ), Petrópolis (RJ), Rio das Flores (RJ), Três Rios (RJ) e Vassouras (RJ), os quais podem ser visualizados na Figura 2.

**Figura 2 – Localização de Paraíba do Sul em relação aos municípios limítrofes**

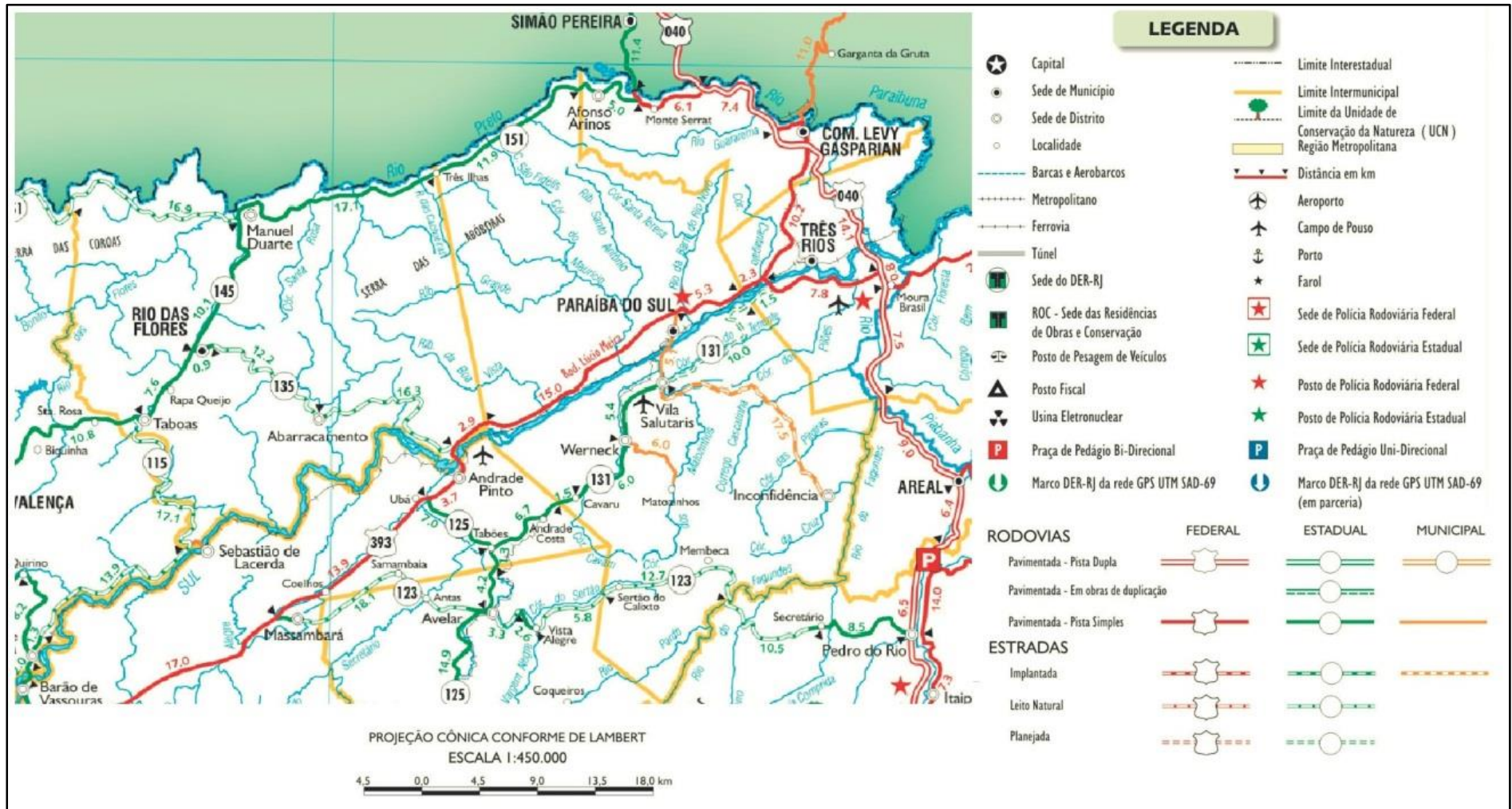


Fonte: FEAM, 2010

Paraíba do Sul é acessada pelas rodovias (Figura 3): BR-393, BR-040, RJ-131 e RJ-151. Em relação à distância, entre os grandes centros, encontra-se a 123 km da cidade do Rio de Janeiro (BR-040 – sentido Petrópolis), 130 km de Barra Mansa/Volta Redonda (BR-393), 60 km de Juiz de Fora (BR-040) e 396 km de São Paulo (BR 393/116).



Figura 3 – Acessos ao Município



Fonte: DER - RJ

## 2.1. Meio Físico

O meio define o suporte onde o território do município se desenvolve e acontecem as suas atividades socioeconômicas. No Quadro 1 são resumidas as principais características do meio físico de interesse e que interferem com o saneamento básico.

**Quadro 1 – Características gerais do meio físico**

<b>Clima</b>	Caracterização climática	Tropical de altitude
	Variação da temperatura	17°C a 35°C
	Altura pluviométrica média anual	1.100 mm
<b>Geologia</b>	Formação geológica	Rochas ortoderivadas; rochas paraderivadas; sedimentos quaternários (recentes), diques de diabásio; falhas, fraturas e dobras.
<b>Hidrogeologia</b>	Domínios hidrogeológicos	Metassedimentos/metavulcânicas; Cristalino.
	Unidades hidrogeológicas	Paraíba do Sul, unidade terrígena com intercalações carbonáticas; Rio Negro; Serra dos Órgãos, Suíte Serra dos Órgãos; Varre-Sai; Tingua; Quirino; Santo Aleixo; Depósito flúvio-lagunares; Serra das Araras e Granito Vassouras, Suíte Getulândia; Andrelândia, Migmatitos Alagoa, unidade de migmatitos paraderivados nebulíticos ou schilieren; Leucogranito gnaiss Serra do Paquequer; Granitóides tipo S, sinorogênicos do Terreno Embu; Suíte Muriaé; Granito Serra das Abóboras e Juiz de Fora, unidade enderbítica.
	Litotipos	Granito, além de unidades do Complexo Juiz de Fora, Complexo Embu e Grupo Andrelândia.
<b>Águas Superficiais</b>	Bacia Hidrográfica	Rio Paraíba do Sul
	Principais afluentes do principal Rio da Bacia	Rios Jaguari, Buquira, Paraibuna, Piabanha, Pomba e o Muriaé
	Comitê de Bacia	CBH do Médio Paraíba do Sul

Fonte: IBGE, 2010; CPRM, 2000; CPRM, 2008; INEA, 2013

As características climáticas mostram que a temperatura mais elevada é favorável para que seja adotado um processo anaeróbio de tratamento de esgotos, ao mesmo tempo em que a má disposição de resíduos sólidos implique mau odor, como pode acontecer em bocas-de-lobo. Outro ponto importante está no regime de chuvas, muito concentrado no verão, com intensidades elevadas, ocasionando escoamento superficial significativo. Isso exige uma infraestrutura de drenagem de porte, mas que permanece ociosa nas outras estações com baixa estiagem. A disponibilidade hídrica resultante é significativa, em função da altura pluviométrica média, apesar da sazonalidade, o que mostra um leque de opções quanto aos mananciais disponíveis.

A geologia mostra terrenos bem estruturados e estáveis, propícios à ocupação urbana, exceto em encostas, o que constitui um risco desnecessário, já que há outros terrenos disponíveis. Nota-se que a área urbana de Paraíba do Sul, tendo se desenvolvido ao longo dos vales mais planos menos encaixados e chegando junto ao Rio Paraíba ou de qualquer um dos seus contribuintes, dificulta a implantação dos sistemas de esgotamento sanitário, sendo necessário um número de estações elevatórias bastante significativas. O relevo plano dificulta a coleta de esgotos por gravidade de forma que a rede deverá ter uma declividade superior ao do solo para que aconteça o escoamento das águas servidas. Essa propriedade também é válida para o escoamento das águas pluviais urbanas por meio da microdrenagem, tornando o Município mais sujeito às inundações periódicas, aumentando a necessidade de bocas-de-lobo por hectare. Já nas ruas de maior declividade, também presentes, bocas-de-lobo precisam ser colocadas tendo em vista a velocidade elevada que as águas pluviais alcançariam.

Em relação ao abastecimento de água, o relevo plano favorece a distribuição de água, no entanto, é necessário cuidado para evitar desníveis elevados entre o reservatório e a rede de distribuição, ou seja, acima de 50 m, o que elevaria muito a pressão de distribuição de água. De forma geral, as águas subterrâneas, além de seu caráter interligado e indissociável dos demais compartimentos do ciclo hidrológico, águas superficiais, intersticiais e atmosféricas, além da água presente na biota, constituem recurso hídrico.

No município, há aquíferos do tipo fissural, considerados de baixa favorabilidade hidrogeológica. Para se conhecer variações litológico-estruturais e hidrogeológicas locais entre as unidades observadas anteriormente, bem como eventuais zoneamentos hidrogeológico-hidrogeoquímicos, seria necessário efetuar estudos específicos de detalhamento, mas é possível afirmar que a disponibilidade hídrica subterrânea é limitada; logo, deve ser utilizada somente em casos onde a pequena produção é suficiente para atender comunidades também pequenas e isoladas.

Do ponto de vista quantitativo, a baixa favorabilidade não significa que não haja água subterrânea disponível ou a mesma não possa ser explorada a contento; apenas indica que as vazões típicas são mais modestas em comparação aos melhores aquíferos existentes, como os constituídos por arenitos. Neste caso, respeitando-se a ótima vazão determinada em testes criteriosamente executados, obedecendo-se os perímetros de proteção e não incorrendo em superexploração (quer pelo uso de vazões individuais maiores que aquelas determinadas em testes, quer pela interferência entre poços muito próximos entre si), é possível ter na água subterrânea, um recurso hídrico disponível para comunidades isoladas do município.

Do ponto de vista de qualitativo, seria necessário o inventário, o monitoramento e o controle das fontes potenciais de poluição municipal, tais como: cemitérios; postos e sistemas de armazenamento de combustível; indústrias; locais que eventualmente sofreram acidentes; minerações; aterros, lixões e demais locais com disposição de resíduos sólidos, atuais ou antigos; locais com existência de fossas sépticas e demais sistemas de saneamento *in situ* entre outros, com vistas a preservar os aquíferos locais, bem como o monitoramento da qualidade das águas subterrâneas com base em resoluções CONAMA e nos padrões de potabilidade.

Para a instalação de poços, recomenda-se a observação das normas técnicas vigentes (NBR 12212 – “Projeto de poço tubular profundo para captação de água subterrânea”; NBR 12244 – “Construção de poço tubular profundo para captação de água subterrânea” e NBR 13604/13605/13606/130607/13608 - “Dispõe sobre tubos de PVC para poços tubulares profundos”), além de eventuais atualizações (ou novas normas que surjam). Além disso, é imprescindível que os serviços sejam efetuados por empresas e profissionais habilitados, e, devidamente registrados no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia/ Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CONFEA/CREA), procedendo-se o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no órgão competente, e o recolhimento da respectiva taxa.

Quanto às águas superficiais, o Município está inserido na bacia hidrográfica do Médio Paraíba do Sul que compõe aquela global do Rio Paraíba do Sul. A bacia é de grande importância econômica por drenar uma das regiões mais desenvolvidas do país, abrangendo o Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo, a Zona da Mata, no Estado de Minas Gerais e cerca de metade da área do Estado do Rio de Janeiro.

No Município de Paraíba do Sul, encontram-se os rios Paraíba do Sul, Rio Fagundes, Rio Pardo e Rio Preto. Outros cursos d’água importantes são: Córrego São Marcos, Córrego Cascatinha, Córrego dos Pilões, Ribeirão Grande e outros menores sem denominações. Atualmente no Município, os principais mananciais superficiais utilizados para abastecimento de água são os córregos Limoeiro, córrego próximo à cerâmica, Caixa d’Água, Surubiquara, Ribeirão Chacarinha e Ribeirão Mingú.

Para avaliar a disponibilidade hídrica dos corpos d’água superficiais, próximos a área urbana do município, foram consultados os dados disponíveis no Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul (COPPETEC, 2007a). As disponibilidades foram calculadas a partir das equações definidas nos estudos de regionalização hidrológica de vazões médias de longo período (MLT) e de vazões com 95% de permanência no tempo ( $Q_{95\%}$ ), desenvolvidos pela CPRM, complementados pelo Laboratório de Hidrologia e Estudos de Meio Ambiente da COPPE/UFRJ, apenas para o trecho do rio Paraíba do Sul entre a barragem de Santa Cecília e a confluência dos rios Piabanha e Paraibuna.



O curso d'água com maior disponibilidade hídrica no Município é o Rio Paraíba do Sul, o qual apresenta vazão de estiagem de cerca de 70m<sup>3</sup>/s, alcançando em média 170 m<sup>3</sup>/s ao longo do ano. Estes valores mostram a sua adequação como manancial superficial, porém depende para tanto da qualidade das suas águas.

Maiores detalhes quanto as situações das captações existentes no Município serão tratadas no Item 4.

O desenvolvimento da Bacia do Rio Paraíba do Sul vem proporcionando a degradação da qualidade de suas águas e redução de sua disponibilidade hídrica. Ao longo do Rio Paraíba e de seus principais afluentes, indústrias se instalaram e cidades cresceram, lançando efluentes em suas águas, na maioria das vezes sem qualquer tipo de tratamento.

Os dados da qualidade da água foram levantados nas instituições responsáveis pelo monitoramento: CETESB, no Estado de São Paulo, FEEMA, no Rio de Janeiro e FEAM, em Minas Gerais. No Quadro 2 pode-se verificar um resumo dos dados disponíveis de qualidade para o ponto de monitoramento mais próximo do Município.

**Quadro 2 – Dados de qualidade do Rio Paraibuna**

Dados da Qualidade da Água do Rio Paraibuna Amostra de Água recolhida na Superfície						Resultado Aceitos de Acordo com a CONAMA 357
Estação PN0270						
Ponto de Coleta	Parâmetro	Und.	Data	Hora	Valor	
Três Rios (Chiador) 22°05'35"S 043°08'39"W	DBO-LA1	(mg/L)	18/01/201 2	09:4 2	2	≤ 5 mg/L
	OD-LA1	(mg/L)	18/01/201 2	09:4 2	8	≥ 5 mg/L
	Coliformes Termotolerantes-LAT2	(NMP mil/100ml)	14/03/201 2	09:0 0	7800 0	<2500/100 ml

Fonte: INEA, Dados de Qualidade, 2012

A Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) e o teor de Oxigênio Dissolvido (OD) estão dentro do limite e mostram a boa qualidade das águas, embora prejudicadas pelo aspecto sanitário. A concentração de coliformes fecais está bem acima do limite para rios de classe 2, 1.000 NMP de coliformes fecais por 100 mL.

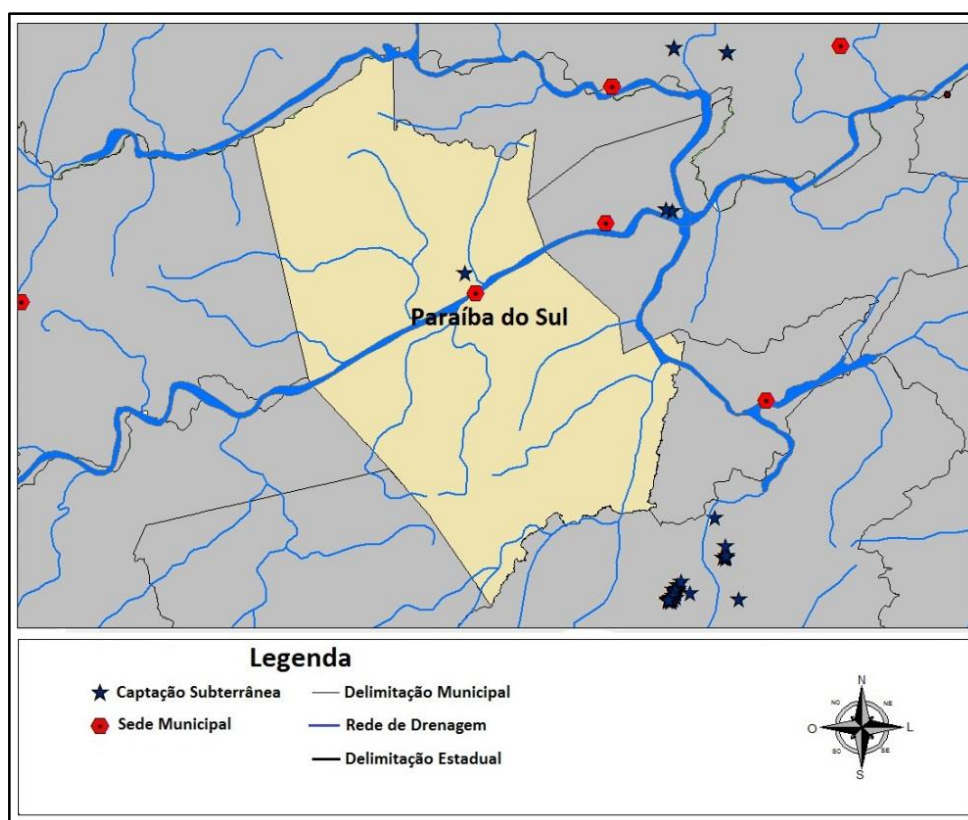
Os usos a considerar dentro do PMSB relacionam-se a todos aqueles que, de alguma forma, interfeririam nas captações existentes, sejam superficiais ou subterrâneas, ou mesmo nos corpos receptores que recebem despejos tratados ou *in natura*. Para tanto, foi consultada a base legal do estado do Rio de Janeiro referente às outorgas pelo uso das águas.

Os atos de autorização de usos dos recursos hídricos no Estado do Rio de Janeiro, a outorga, o cancelamento, a emissão de reserva de disponibilidade hídrica para fins de aproveitamentos hidrelétricos e sua consequente conversão em outorga de direito de uso de

recursos hídricos, bem como perfuração e tamponamento de poços tubulares e demais usos, são da competência do Instituto Estadual do Ambiente.

Para levantar quais são as outorgas atuais no Município de Paraíba do Sul, foi consultado o estudo (AGEVAP, 2011). Não foram encontradas outorgas no município, evidenciando a fragilidade legal dos atuais usos, principalmente em relação às captações empregadas de água. A Figura 4 foi elaborada a partir do referido estudo.

**Figura 4 – Usos Outorgados do Recurso Hídrico**



Fonte: Relatório de Situação do Rio Paraíba do Sul. AGEVAP. 2011

## **2.2. MEIO BIÓTICO**

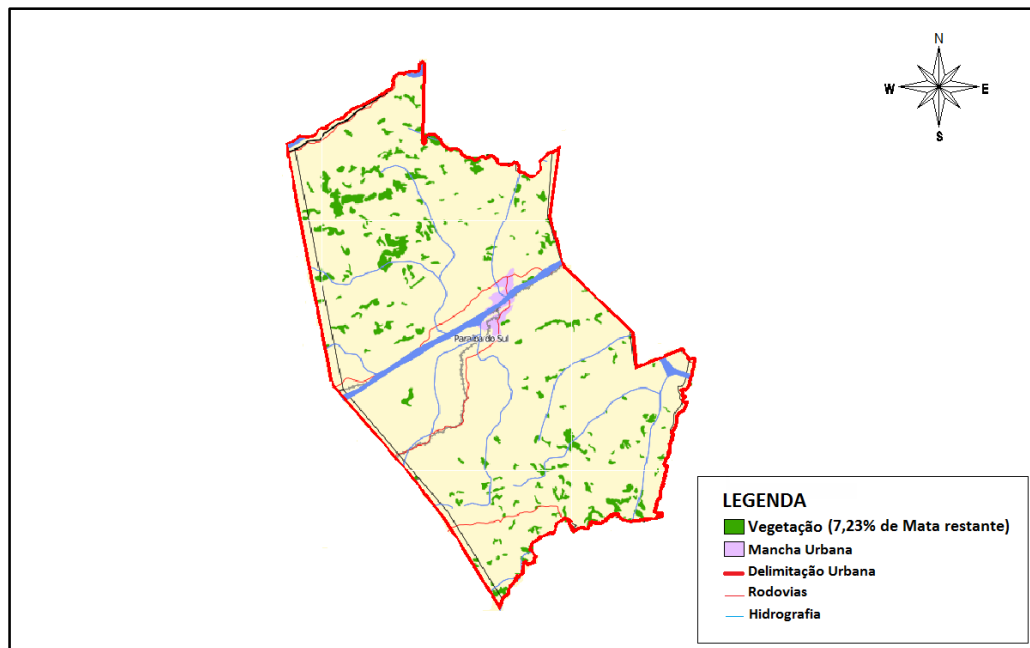
A vegetação se apoia e se desenvolve a partir do meio físico já apresentado. No Quadro 3 é retratada nos seus principais aspectos que guardam alguma relação com o saneamento ambiental, principalmente quanto à proteção de mananciais superficiais.

**Quadro 3 – Características gerais do meio biótico**

<b>Vegetação</b>	Remanescentes florestais nativos	Floresta Ombrófila Densa
<b>Unidades de Conservação</b>	Áreas de Preservação Ambiental (APA)	APA Fonseca Almeida, que compreende área de 2.248,17 m <sup>2</sup> (dois mil, duzentos e quarenta e oito e dezessete metros quadrados) e APA Grotão, com 11.343,64 m <sup>2</sup> (onze mil, trezentos e quarenta e três e sessenta e quatro metros quadrados), criados pelo Decreto 1.186 de 29 de dezembro de 2011, em seu art.1º.

Fonte: IBGE, 2010; SEMAD

A área urbana do Município de Paraíba do Sul demonstra deficiência de cobertura arbórea. Nota-se degradação de áreas de preservação, processo de desmatamento e ocupação de encostas. Apresenta alarmante percentual de 7,23% de vegetação remanescente da Mata Atlântica (Figura 5).

**Figura 5 – Vegetação remanescente de Mata Atlântica**

Fonte: SOS Mata Atlântica

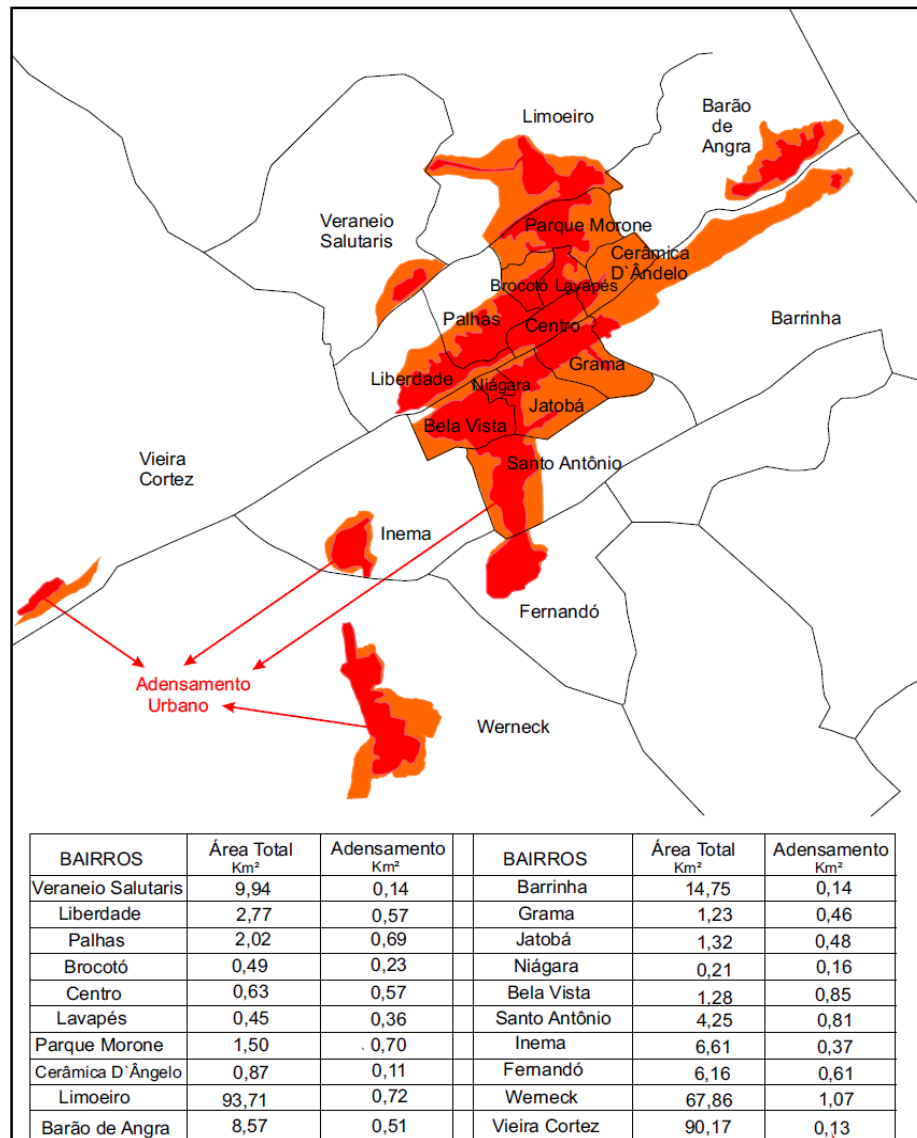
Considerando a importância para a saúde ambiental e à harmonia paisagística dos espaços urbanos, a arborização contribui, entre outros, para a purificação do ar, melhorando o microclima da cidade através, da umidade do solo e do ar, e pela geração de sombra e redução na velocidade do vento. Influencia, também, o balanço hídrico, favorável a infiltração da água no solo, contribui com a evapotranspiração, tornando-a mais lenta; abriga a fauna, assegurando maior variedade de espécies; como consequência, auxilia o equilíbrio das cadeias alimentares, diminuindo as pragas e agentes vetores de doenças, além de amenizar a propagação de ruídos.

### 2.3. MEIO SOCIOECONÔMICO

Aqui se apresentam as tipicidades locais desse meio, o qual depende do meio físico e biótico para se desenvolver. São abordados temas como a urbanização, a economia, a população e os serviços no Município.

A facilidade de acesso tem sido a principal causa de expansão urbana. Na Figura 6, pode-se observar expansão urbana ao longo da Rodovia BR-393, inclusive junto à Barão de Angra, onde várias indústrias se situam. Exceto pelo trecho de 1 km mais acidentado entre Paraíba do Sul e Três Rios, nota-se uma tendência de continuidade urbana com bairros de Três Rios, como Cantagalo, distante a menos de 5 km da Prefeitura de Paraíba do Sul.

**Figura 6 – Área de Ocupação Intensiva Com Adensamento Urbano**



Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial – Prefeitura de Paraíba do Sul



Os setores econômicos que ocorrem no Município estão, atualmente, mais relacionados aos serviços e menos à produção primária, como a agropecuária. De acordo com os dados publicados pelo IBGE (2009) o município tem 2,30% de seu valor adicionado proveniente da agropecuária, 11,79% proveniente da indústria, 78,70% proveniente de serviços e 7,21% proveniente de impostos. Os Valores Adicionados (VA) em reais, para cada setor, podem ser visualizados no Quadro 4.

**Quadro 4 – Valores adicionados por setor (R\$)**

VA - Agropecuária	VA - Indústria	VA - Serviços	VA - Impostos	VA - Total
11.196.000,00	57.435.000,00	383.356.000,00	35.140.000,00	487.127.000,00
2,3 %	11,8 %	78,7 %	7,2 %	100 %

Nota: VA – Valores adicionados. Fonte: IBGE, 2009

Atualmente, o Município conta com 937 empresas, além do setor terciário, empregando 7.915 pessoas com rendimento médio igual a 1,7 salários mínimos.

Destaca-se a forte presença da instalação de pequenas e médias indústrias de produtos alimentícios, metalurgia, confecção, embalagens, materiais de construção, com ênfase para a indústria relacionada à construção de edifícios. Entretanto, o Município se ressentido do baixo nível de preparo profissional da grande massa de sua população economicamente ativa.

A arrecadação Municipal não é expressiva. O orçamento do Município, segundo dados publicados pelo Ministério da Fazenda referentes ao ano de 2012, foi de R\$ 80.492.366,86. Assim, os setores de transformação possuem um papel importante na dinâmica urbana.

O Município, assim como a região, tem atraído indústrias, sendo a área mais propícia ao longo da BR-393 nas proximidades do Município vizinho, Três Rios. Além disto, a busca por áreas para implantação de indústrias se deve ao atrativo econômico adquirido pelo Município, com a redução do ICMS para 2%, conforme a Lei 5.636 de 06 de janeiro de 2010 do Estado do Rio de Janeiro.

As indústrias localizadas no Município estão resumidas no Quadro 5. Verifica-se que não há nenhuma grande indústria que impusesse demanda especial de abastecimento de água.

**Quadro 5 – Indústrias no Município**

Indústrias	Quantidade de Estabelecimentos
Construção de edifícios	23
Extração de pedra, areia e argila	13
Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários para uso estrutural na construção	12
Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	11
Fabricação de produtos de panificação	10

Fonte: SEBRAE.

Os recursos abordados são os relativos aos fornecedores de mão-de-obra e de serviços especializados com os de engenharia. Há pouca oferta de empresas de mão-de-obra no Município. Foi encontrada somente uma, conforme o Quadro 6. Isto pode dificultar a implantação de obras de saneamento.

**Quadro 6 – Empresas para Mão-de-Obra**

<b>Empresa</b>	<b>Endereço</b>
Barão House Construção Civil	Rua Benedito Conrado, S/N

Fonte: TUUGO

Os serviços especializados de engenharia como os de construção também são limitados no Município, conforme se observa no Quadro 7.

**Quadro 7 – Empresas de Construção**

<b>Empresa</b>	<b>Endereço</b>
Vimacol Vitoria Materiais de Construção	Rua Alfredo da Costa Mattos,140
Almeida Rocha Materiais de Construção	Rua Domingos Manoel Correa,226
Alnilan Construções	Rua Presidente Vargas,56
Lajelar	Av Roberto Silveira,646
Construmil Materiais de Construção	Av Mal Castelo Branco,180
Jaleve Materiais de Construção	Av.Dr Randolpho Penna,730

Fonte: TUUGO

A concessionária de energia elétrica em Paraíba do Sul é a Light Serviços de Eletricidade; e a rede de distribuição é aérea. O número de domicílios servidos por energia elétrica está inserido no Quadro 8. Esse número é importante, porque dá uma idéia de quantas economias ou ligações de água e esgotos potencialmente existiriam no município.

**Quadro 8 – Domicílios com energia elétrica**

<b>Domicílios particulares permanentes</b>			12.827 domicílios
<b>Domicílios com energia elétrica</b>	<b>Com Medidor</b>	<b>Uso exclusivo</b>	11.602 domicílios
		<b>Comum a mais de um domicílio</b>	1.095 domicílios
	<b>Sem medidor</b>		107 domicílios
	<b>De outra fonte</b>		5 domicílios
<b>Domicílios sem energia elétrica</b>			18 domicílios

Fonte: Informações do Brasil, 2010

De acordo com o censo de 2010, o número de domicílios particulares permanentes é igual a 12.827, dos quais, 11.042 com abastecimento de água; valor inferior ao total de domicílios com energia elétrica, 12.809. Logo, a cobertura de serviço de água potável não é igual a 100%.

No Município há produção de energia elétrica; a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) denominada Bonfante Energética S/A com potência instalada igual a 19 MW. É classificada como Pequena Central Hidrelétrica devido à sua potência instalada.

Os pontos importantes a considerar para entender a dinâmica da população referem-se ao seu crescimento e indicadores mais ligados às questões de saneamento. São trazidos índices e indicadores com a função de captar a situação social da população do **Município**.

- **Índices de Crescimento**

De acordo com dados do Censo de 2010 a população total de Paraíba do Sul é de 41.084 habitantes, sendo 36.154 habitantes residentes na área urbana e 4.930 habitantes na área rural. Observa-se que a população é predominantemente urbana. O Quadro 9 apresenta a evolução populacional do município, tomando-se como base os censos e contagem do IBGE entre os anos de 2000 e 2010.

**Quadro 9– Evolução populacional**

População	2000	2010	Crescimento no período (2000 - 2010)
<b>Total</b>	37.410	41.084	9,82 %
<b>Urbana</b>	32.688	36.154	10,60 %
<b>Rural</b>	4.722	4.930	4,40 %

Fonte: Vallenge, 2013 (elaborado a partir de dados do IBGE)

No intervalo entre os censos de 2000 e 2010, o Município apresentou um crescimento populacional urbano pouco significativo, 10,60 % condicionando, desse modo, o crescimento vegetativo do total da população de Paraíba do Sul, nesse intervalo, foi de 9,82 %.

- **Indicadores Sociais e de Renda**

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Paraíba do Sul foi de 0,702, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação, com crescimento de 0,141, seguida por Longevidade e por Renda. Da mesma forma, entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação, com crescimento de 0,123, seguida por Renda e por Longevidade.

O Quadro 10 apresenta informações comparativas referentes ao valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios do Município em relação à população rural, urbana e total.

**Quadro 10– Rendimento nominal médio**

<b>Rendimento nominal médio mensal per capita</b>	<b>R\$</b>
Domicílios particulares permanentes - rural	461,24
Domicílios particulares permanentes - urbana	740,96
Domicílios particulares permanentes - total	709,94

Fonte: IBGE, 2010

- **Indicador FIRJAN**

No Quadro 11 é apresentado o Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM) elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). Esse índice é formado por três componentes: emprego e renda, educação e saúde. O IFDM do Município de Paraíba do Sul é equivalente a 0,7186; considerado de desenvolvimento médio, tendo sua componente de emprego e renda abaixo da mediana do Estado, enquanto que o componente de educação está próxima da mediana do Estado, e os componentes educação e saúde têm um valor acima do valor máximo do Estado.

**Quadro 11 – Índice FIRJAN**

<b>RIO DE JANEIRO</b>			<b>IFDM</b>	<b>Emprego &amp; Renda</b>	<b>Educação</b>	<b>Saúde</b>	
<b>Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal</b>			<b>RIO DE JANEIRO</b>	<b>0.8230</b>	<b>0.8745</b>	<b>0.7690</b>	<b>0.8254</b>
			Mediana	0.7090	0.4966	0.7869	0.8301
			Máximo	0.8655	0.9438	0.9094	0.9648
			Mínimo	0.5828	0.1693	0.6334	0.6398
Ranking IFDM		UF	Ranking IFDM Ano Base 2010	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde
Nacional	Estadual						
1334°	38°	RJ	Paraíba do Sul	0.7186	0.4837	0.8400	0.8321

Fonte: FIRJAN

- **Indicadores de educação**

De acordo com o IBGE (2009), a estrutura educacional e a oferta de vagas em escolas, no município, encontram-se no Quadro 12.

**Quadro 12 – Escolas no município**

Ensino - 2009			
Grau Escolar	Escolas	Matriculas	Docentes
Ensino Médio	6	1007	116
Ensino Fundamental	29	6975	411
Pré-escola	28	1069	60

Fonte: IBGE, 2009

Já o nível de escolaridade da população com 10 anos ou mais é resumido no Quadro 13. Os números do quadro mostram a dificuldade em se encontrar mão de obra qualificada, como já mencionado anteriormente.

**Quadro 13 – Indicadores de Educação- Pessoas de 10 anos ou mais de idade**

Indicadores de Educação		
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	18713	Pessoas
Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto	6387	Pessoas
Ensino Médio Completo Superior incompleto	8344	Pessoas
Ensino Superior Completo	1820	Pessoas
Não determinado	248	Pessoas

Fonte: IBGE, 2009

- **Indicadores de saúde**

As doenças infecciosas e parasitárias, por faixa etária, estão inseridas no Quadro 14. Observe-se que 6,2% das doenças registradas estão relacionadas à falta de infraestrutura de saneamento, destacando-se o percentual igual a 14,5% para crianças entre 1 e 4 anos, mostrando uma eventual deficiência do saneamento. No entanto, segundo as mesmas fontes, não houve mortalidade causada por doenças desse tipo.

**Quadro 14 – Distribuição Percentual das Internações por Faixa Etária. Doenças Infecciosas e Parasitárias**

Idade	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
Porcentagem	9,8	14,5	14,9	3,6	1,9	4,9	8,7	5,0	6,3	6,2

Fonte: Secretaria Executiva. M. Saúde, 2009

A mortalidade infantil por 1.000 nascidos-vivos é igual a 15,8, número superior a 10, limite acima do qual a falta de saneamento começa a influenciar no índice, enquanto que o número de óbitos por 1.000 habitantes é igual a 8,0, todos valores para 2.008. Para esse mesmo ano, a taxa bruta de natalidade é igual a 12,3.

Pelo exposto, não há incidência de endemias e mesmo de doenças emergentes, apesar da falta de infraestrutura de saneamento, notadamente de coleta, afastamento e tratamento de esgotos sanitários.

## **2.4. POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES**

---

Após visitas ao Município e coleta de dados secundários, é possível apontar as seguintes potencialidades:

- Facilidade de acesso aos distritos, incluindo a sede;
- Áreas urbanas definidas e consolidadas. Expansão ao longo dos principais eixos viários, ocorrendo em áreas favoráveis;
- Possibilidade de expansão urbana em terrenos favoráveis, evitando os frágeis, sejam estes perante a inundação, sejam com declividades acentuadas;
- Disponibilidade hídrica adequada perante a atual demanda e mesmo para suprir eventual expansão urbana inesperada;
- Existência de um serviço já operando e que conta com uma oferta de água potável adequada, podendo acompanhar futuras expansões.

Em relação às fragilidades, destaca-se a pouca estrutura do serviço atual de saneamento, bem como a falta de sistema separador absoluto entre água pluvial e esgotos sanitários.

### **3. DIAGNÓSTICO E AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O saneamento básico engloba o conjunto dos serviços e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Quando esses serviços de saneamento são prestados de maneira adequada proporcionam melhor qualidade de vida da população e a conservação do meio ambiente. Segundo o Ministério das Cidades (2012), as ações de saneamento são consideradas preventivas para a saúde, quando garantem a qualidade da água de abastecimento, a coleta, o tratamento e a disposição adequada de dejetos humanos. Essas também são necessárias para prevenir a poluição dos corpos de água e a ocorrência de enchentes e inundações.

Para que sejam operados de forma adequada, os sistemas de saneamento requerem, além de unidades físicas em si, procedimentos de controle e gestão cada vez mais elaborados, sempre buscando a correta prestação dos serviços e a universalização do atendimento. O diagnóstico aqui apresentado visa mostrar como os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana de águas pluviais são prestados no Município de Paraíba do Sul, analisando suas características.

Inicialmente serão apresentadas as informações quanto ao histórico da gestão do serviço de saneamento no município, aspectos institucionais, de legislação e financeiro para os três componentes em conjunto, sendo, no capítulo a seguir, expostas as informações quanto à infraestrutura atualmente existente para cada um dos serviços.

#### **3.1. HISTÓRICO DA GESTÃO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO NO MUNICÍPIO**

No Município de Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro, o antigo serviço de água do município foi concedido para a CEDAE que é a Companhia Estadual. O serviço de esgoto continuou sendo operado pelo Município. Os outros serviços não prestados pela Companhia Estadual, como a limpeza pública e manejo de águas pluviais, também continuaram sendo operados pela prefeitura municipal.

Não foi observada a existência de um órgão municipal específico que tivesse por objetivo acompanhar a prestação de serviço de abastecimento de água efetuado pela CEDAE. Assim, toda a atividade e a oferta de abastecimento de água estão a encargo da CEDAE.

O termo de convênio de cooperação entre o Município e a CEDAE, firmado na data de 26 de setembro de 2008, aborda vários aspectos legais da prestação de serviços de água. No entanto, mesmo sendo posterior ao novo marco regulatório, Lei 11.445/2007, não fica clara a situação de fiscalização e regulação da prestação de serviço, bem como a forma pela qual o município exerceria a sua titularidade ao acompanhar a operação pela Companhia Estadual. A seguir, contamos um pouco sobre a história do saneamento básico no Brasil, principalmente no Estado do Rio de Janeiro para maior compreensão da situação vivida, atualmente, pelos municípios do Médio Paraíba.

No Brasil, a história do saneamento básico também se confunde com a formação das cidades. O abastecimento de água era feito através de coleta em bicas e fontes, nos povoados que então se formavam. As ações de saneamento se resumiam à drenagem dos terrenos e à instalação de chafarizes em algumas cidades.

A vinda da corte portuguesa em 1808 e a abertura dos portos em 1810 geraram grandes impactos no país, em especial na cidade do Rio de Janeiro. Em cerca de duas décadas sua população duplicou, alcançando aproximadamente 100.000 habitantes em 1822 a 135.000 em 1840. Entretanto, a evolução da higiene não acompanhou o aumento populacional e o progresso material e econômico da cidade.

As instalações sanitárias das casas ficavam localizadas nos fundos e os despejos eram recolhidos em barris especiais. Quando ficavam cheios, após vários dias de utilização, acarretando mau cheiro e infectados, eram transportados pelos escravos, apelidados de “tigres” e despejados na atual Praça da República ou na beira-mar, onde eram lavados. Processo semelhante ocorria em outras cidades como São Paulo.

Por causa das doenças geradas, foram criadas leis que fiscalizavam os portos e evitavam a entrada de navios com pessoas doentes. Foi instalada uma rede de coleta para escoamento das águas das chuvas no Rio de Janeiro, mas atendia apenas às áreas da cidade onde morava a aristocracia.

No ano de 1840, foi fundada uma empresa para explorar os serviços de transporte de água, o qual se dava através de pipas sobre carroças de duas rodas, puxadas por burros.

Com o rápido crescimento das cidades, viu-se a necessidade de implantar melhorias nos sistemas de abastecimento de água. O produto passaria a ser comercializado, deixando de ser um bem natural para se tornar uma mercadoria produzida por um serviço urbano.

Com o crescimento das cidades, a situação sanitária do Estado do Rio de Janeiro se tornava cada vez mais precária. Começa-se a pensar em saneamento básico para as cidades, isto é, num plano para coletar e tratar, também, os esgotos, e não somente a água.

Isso foi decorrência da insatisfação geral da população em função da péssima qualidade dos serviços prestados pelas empresas estrangeiras, concessionárias destes serviços na época, ocorrendo, então, a estatização dos serviços.



Em 1912, foi adotado o regime separador absoluto: sistemas de esgotos sanitários passaram a ser obrigatoriamente projetados e construídos independentemente dos sistemas de drenagem pluvial. Com isso ocorre a generalização do emprego de tubos de concreto e a drenagem tornou-se um elemento obrigatório dos projetos de urbanização, principalmente, devido às chuvas intensas características de zonas tropicais.

Com o aumento do êxodo rural a partir dos anos 50 do século passado, em direção aos grandes centros industriais, aumentou a demanda por serviços de saneamento, iniciando a comercialização mais estruturada destes serviços. Desse modo, surgem autarquias e mecanismos de financiamento para abastecimento de água, ocasionando a separação gradativa do saneamento do campo da saúde pública. É criada a Inspetoria de Águas e Esgotos, proporcionando maiores investimentos na cidade do Rio de Janeiro; em especial nos bairros de classe alta e zonas industriais.

As décadas de 1970 e 1980 correspondem à arrancada desenvolvimentista do Brasil e maior abertura ao capital estrangeiro como um todo, porém não no setor de saneamento. Com o PLANASA, nessa mesma época são criadas as empresas estaduais de economia mista para implantar e operar o Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário (SAA) e o e o Sistema de Esgotamento Sanitário - SES, com destacada participação dos empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Essa política previa o reembolso via tarifas e exigia autonomia cada vez maior das companhias. Não foi criado um arranjo institucional semelhante, tanto para resíduos sólidos como para drenagem urbana, de forma que esses serviços ficaram mais carentes, mostrando pouca estruturação no território nacional, principalmente a drenagem urbana.

Os Municípios autorizavam a companhia estadual a operar seus serviços, seja de água, seja de esgotos, ou mesmo, ambos, simultaneamente; situação essa que buscava aumentar e regularizar a oferta dos mesmos. Nos municípios onde a Companhia Estadual não assumiu o serviço de coleta e tratamento de esgoto, a responsabilidade tem sido exclusivamente municipal. Em geral a coleta de esgoto é efetuada juntamente com as águas pluviais, regime conhecido como unitário, em desacordo com a legislação em vigor. Historicamente, a falta de recursos para implantar o sistema separador absoluto e a necessidade sanitária de afastar os esgotos do convívio com a população levou a esse cenário. Assim, esgotos são coletados, afastados e lançados em corpos receptores sem qualquer tratamento, prejudicando os cursos d'água. Esse modelo perdurou até 2007, quando foi aprovada a Lei Federal 11.445.

Com a publicação da Lei 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e institui a Política Federal de Saneamento Básico, inicia-se, nesse momento, uma nova e desafiadora fase do setor no Brasil. O protagonista principal é o município como titular dos serviços de saneamento básico, exceto nas regiões metropolitanas onde um ente deste porte seria o responsável. Ficaram definidas as competências municipais

quanto ao planejamento, ação essa, indelegável a outro ente federativo ou operador de serviços públicos; à prestação, à regulação, à fiscalização dos serviços, à promoção da participação e controle social.

### **3.2. ARRANJO INSTITUCIONAL**

---

Nesse item, aborda-se a forma pela qual o serviço de água, esgoto e drenagem é arranjado institucionalmente para dar conta das suas mais diversas funções como a operação, a manutenção, o planejamento, e, também sua regulação e fiscalização.

A atividade de planejar os serviços de saneamento básico, nos termos da Lei Federal 11.445/2007, ainda não existe no contexto local, ou seja, por parte da prefeitura, a qual tomou conhecimento desta função ao longo do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

As atividades de regulação, entendidas de forma singela, são aquelas que monitoram a prestação dos serviços em dois aspectos:

- **Econômico:** inclui o controle dos custos, contabilidade regulatória, a verificação da eficiência e da modicidade tarifária, a limitação ao abuso econômico; pois se trata de um monopólio natural, bem como a garantia do equilíbrio econômico do contrato;
- **Qualitativo:** inclui a verificação dos produtos ofertados, água potável e coleta de esgotos eficiente e efluente nos padrões adequados; a verificação da qualidade dos serviços, eficiência, cobertura e regularidade, e atendimento ao usuário, conformidade de prazos dos serviços e índices de satisfação.

A fiscalização e o acompanhamento dos serviços é atividade inerente à regulação e, quanto à qualidade dos mesmos, em alguns pontos se confundem. Contudo, a fiscalização existe em outras esferas que tem vinculação direta ou indireta com a prestação dos serviços. Entre as diretas, estão as atividades de controle da qualidade da água produzida, nos termos da Portaria de Potabilidade nº 2.914/2011, e o controle dos efluentes de esgotos tratados, regido pela legislação ambiental de esfera federal e, mais ainda, estadual. Como indireta, menciona-se o tempo de restabelecimento dos serviços após interrupções, de execução de ligações prediais, entre outros.

No caso de Paraíba do Sul, não foi identificada nenhuma atividade hoje exercida por parte do município quanto à regulação e fiscalização dos serviços. Da mesma forma, não

existem procedimentos definidos para a avaliação sistemática da efetividade, eficiência e eficácia dos serviços prestados, tanto de abastecimento de água como esgotamento sanitário e drenagem urbana. Além disso, não existem instrumentos e mecanismos para promover a participação social na gestão dos serviços de saneamento, lembrando que estas ações somente foram previstas a partir da Lei 11.445/2007.

### **3.2.1. Sistemas de Abastecimento de Água**

No Município de Paraíba do Sul, a prestação de serviços do Sistema de Água foi delegada por meio de contrato à Companhia Estadual de Águas e Esgoto (CEDAE). Trata-se de uma sociedade de economia mista com administração pública, constituída oficialmente em 1º de agosto de 1975, oriunda da fusão da Empresa de Águas do Estado da Guanabara (CEDAG), da Empresa de Saneamento da Guanabara (ESAG) e da Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro (SANERJ).

As atividades da CEDAE, no Município, incluem a operação e a manutenção das unidades de captação, adução e tratamento de água bruta, além da adução, reservação e distribuição de água potável aos usuários. Segundo dados do SNIS (2010), a abrangência do serviço é regional e conta com empregados próprios. O organograma e o número de empregados ainda não foram fornecidos pela Companhia Estadual.

### **3.2.2. Sistemas de Esgotamento Sanitário**

No Sistema de Esgotamento Sanitário, a prestação do serviço é realizada pela administração pública direta. Sendo assim, a Prefeitura Municipal é responsável pela operação, manutenção e ampliação das unidades que compõem o sistema. Segundo dados do SNIS (2010), a abrangência do serviço é local, e conta com 15 empregados próprios.

Não foi informado qual é o organograma e onde o serviço de esgotamento sanitário está localizado na estrutura administrativa do Município.

### **3.2.3. Sistema de Drenagem Urbana**

Em Paraíba do Sul essa condição se confirma, pois o serviço é gerido pela Administração Direta do Município, mas não existe uma secretaria ou setor específico para tratar das questões relativas à drenagem urbana. A Secretaria de Obras é a responsável pela execução e manutenção das estruturas de drenagem, como sarjetas, bocas de lobo e rede de águas pluviais, e, eventualmente, pequenas canalizações. Além disso, realiza obras de contenção e manutenção de encostas. A Defesa Civil do município atua nos casos de enchente e desastres naturais, auxiliando as vítimas. Realiza, também, um trabalho preventivo e monitora os cursos d'água municipais a partir da Patrulha Fluvial.

A própria Prefeitura Municipal responde pelo planejamento de drenagem urbana, mas as ações ainda são pontuais, ou seja, executadas por meio de sua equipe, sem um planejamento efetivo que atenda com soluções em curto, médio e longo prazo. Não há, portanto, plano municipal que contemple, de modo específico, as ações relativas à drenagem, as quais acontecem no âmbito dos serviços gerais de manutenção da infraestrutura e limpeza urbana.

A Prefeitura Municipal não possui instrumento de fiscalização que permita o controle da ocorrência de taxa de impermeabilização dos lotes, situação das estruturas hidráulicas de microdrenagem, e outras. No que diz respeito ao andamento de obras municipais, a fiscalização é feita pela própria operadora, a secretaria.

## **3.3. ARRANJO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

---

O arranjo orçamentário e financeiro é apresentado a seguir para os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana.

### **3.3.1. Abastecimento de Água**

A CEDAE realiza a cobrança do serviço de abastecimento de água, com tarifa média de R\$ 3,30/m<sup>3</sup>, sendo que, no levantamento de campo verificou-se que 94,3% das ligações são hidrometradas (SNIS, 2012). A receita operacional direta resultante da aplicação de tarifas ou

taxas para a prestação do serviço foi de R\$ 8.903.317,32 (oito milhões, novecentos e três mil, trezentos e dezessete reais e trinta e dois centavos) no ano de 2012.

Quanto às receitas indiretas, o valor faturado, pela CEDAE, decorrente da prestação de outros serviços vinculados aos serviços de água, mas não contemplados na tarifação, como taxas de matrícula, ligações, religações, sanções, conservação e reparo de hidrômetros, acréscimos por impontualidade, entre outros, implicou em R\$ 5.964,69 (cinco mil, novecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e nove centavos) em 2012.

Já as despesas totais com o serviço de água foram de R\$ 11.307.908,67 (onze milhões, trezentos e sete mil, novecentos e oito reais e sessenta e sete centavos) no ano de 2012 (SNIS). Esse valor engloba as Despesas de Exploração (DEX), pessoal, produtos químicos, energia elétrica, serviços de terceiros, água importada e despesas fiscais ou tributárias, despesas com juros e encargos das dívidas, incluindo as despesas decorrentes de variações monetárias e cambiais, despesas com depreciação, amortização do ativo diferido e provisão para devedores duvidosos, despesas fiscais ou tributárias não computadas na DEX, mas que compõem as despesas totais com o serviço, além de outras despesas.

O indicador de desempenho financeiro da CEDAE, razão entre a receita operacional direta e as despesas totais com os serviços, foi de 78,7%, e, o índice de evasão de receitas, equivalente a 19,03% (SNIS, 2012).

Verificou-se que, em 2012, conforme dados do Diagnóstico do SNIS, houve investimentos com recursos próprios do Governo do Estado para aquisição de bens de uso geral, equipamentos e instalações, no total de R\$ 24.842,00 (vinte e quatro mil, oitocentos e quarenta e dois reais).

### **3.3.2. ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

A Prefeitura do Município de Paraíba do Sul não realiza a cobrança do serviço de esgotamento sanitário e não há informações quanto às receitas diretas e indiretas, investimentos e despesas totais com o serviço de esgotamento sanitário.

Também não foram informados o indicador de desempenho financeiro da Prefeitura de Paraíba do Sul e o índice de evasão de receitas (SNIS, 2012).

A Lei Municipal 2.904/2012, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2013 no Município de Paraíba do Sul, define que a receita total estimada no orçamento fiscal, seguridade social e de investimentos, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 89.818.943,34 (oitenta e nove milhões, oitocentos e dezoito mil, novecentos e quarenta e três reais e trinta e quatro centavos).

Conforme parágrafo único do artigo 2º, a receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas. Todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, sendo classificadas em receitas correntes e de capital, arrecadadas na forma da legislação vigente.

Quanto ao orçamento previsto para o exercício de 2013 na Lei 2.904/2012, verifica-se a existência de rubrica específica para o Saneamento no valor de R\$ 316.280,00 (trezentos e dezesseis mil, duzentos e oitenta reais). Essas despesas serão executadas pela Secretaria de Obras com os seguintes objetivos:

- Construção de rede de esgoto e águas pluviais – R\$ 80.000,00.
- Manutenção e conservação da rede de esgoto e águas pluviais – R\$ 236.280,00.

### **3.3.3. DRENAGEM URBANA**

Existe uma norma municipal específica responsável pela gestão dos serviços de drenagem de águas pluviais pela Secretaria de Obras; porém, não apresenta instrumentos de gestão, tais como tarifas proporcionais à impermeabilização do solo.

Em análise a Lei Municipal 2.904/2012, verifica-se que há percentual do orçamento municipal destinado a serviços de drenagem urbana, apesar de não haver rubrica específica para esse componente.

As despesas previstas para o exercício de 2013 encontram-se distribuídas em ações a serem realizadas pela Secretaria de Obras e Secretaria de Meio Ambiente e Defesa Civil. As despesas para execução e manutenção das redes de águas pluviais encontram-se previstas na rubrica de saneamento, apresentada no *item anterior*.

**Quadro 15 – Despesas previstas pela Prefeitura vinculada aos serviços de drenagem – 2013**

<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Especificação</b>	<b>Despesa (R\$)</b>
Secretaria de Obras	Construção de encostas, muros e outros	50.000,00
	Manutenção e conservação de encostas, muros e outros	160.000,00
	Pavimentação e abertura de vias públicas	1.800.001,00
	Manutenção e conservação de vias públicas	1.450.000,00
Secretaria de Meio Ambiente e Defesa Civil	Melhoria e conservação da qualidade do meio ambiente	60.000,00
	Manutenção da patrulha fluvial.	28.000,00

Fonte: Lei 2.904/2012

Foram incluídas como sendo vinculadas aos serviços de drenagem, as despesas referentes à execução e manutenção de pavimentação, tendo em vista que nas obras de pavimentação é necessária a execução das sarjetas e bocas de lobos, dispositivos estes de microdrenagem.

Verifica-se que o município possui uma patrulha fluvial responsável pelo monitoramento hidrológico dos cursos d'água.

### **3.4. ARRANJO LEGAL**

Nesse tópico são tratadas as principais leis que têm incidência sobre o tema do saneamento, nas esferas: federal, estadual e municipal. Muitas normas que estão sendo apresentadas disciplinam, de forma direta, a questão do saneamento básico; outras, dizem respeito a temas relacionados com os quais o Plano Municipal deve guardar intrínseca relação.

No APÊNDICE B encontra-se uma relação das normas separadas por tema e em função das esferas de governo federal e estadual, com destaque aos principais pontos abordados quanto ao aspecto do saneamento básico.

#### **3.4.1. Regime Jurídico Nacional**

A elaboração do Plano Municipal de Saneamento de Paraíba do Sul é uma imposição legal inserida na Lei Nacional do Saneamento Básico; art. 9º, I, da Lei 11.445/2007, que, dentre

outras definições, prevê que o ente titular da prestação dos serviços de saneamento deve elaborar tal instrumento.

À União, portanto, compete legislar sobre saneamento, mas somente para estabelecer diretrizes gerais e promover programas para o setor, ou seja, deve envidar esforços e investir recursos na melhoria das condições de saneamento, estabelecendo formas de financiamento e destinação de recursos aos Estados ou Municípios, mediante regras pré-estabelecidas.

Aos municípios, outrossim, sendo o saneamento um assunto de interesse local, compete promover a regulamentação, implantação e execução desse serviço, por força do que determina o artigo 30 da Constituição Federal de 1988.

No âmbito de sua competência, para prover e regulamentar o serviço de saneamento básico, o Município deve estabelecer o modo como se dará a prestação de serviços, podendo ser executadas de forma direta, pela própria administração Pública Municipal, ou indireta, mediante delegação a particulares, na forma estabelecida pela Lei Federal 8.987/1995. As Parcerias Públicas Privadas se enquadram, também, nessa lei.

Do ponto de vista legal ou jurídico, a construção de um Plano de Saneamento implica em respeito a um aparato legal, o qual envolve muitas áreas do direito, como: meio ambiente, saúde, política urbana, habitação, política agrária, recursos hídricos, dentre outras.

O artigo 2º da Lei 11.445/2007 fixa os princípios fundamentais da política nacional de saneamento básico e determina expressamente, no inciso VI, que haja:

[...] “articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante”.

O PMSB deve ser um instrumento de planejamento dos serviços das quatro formas legais do saneamento básico, as quais não podem ser tratadas de forma segmentada; e, dada a transversalidade e interdisciplinaridade do assunto, sua construção deve basear-se na aplicação e conjugação de variados diplomas legais.

O planejamento do serviço municipal de saneamento envolve responsabilidades em todas as esferas de governo, promovendo a integração com as demais políticas setoriais, como: desenvolvimento urbano, habitação, mobilidade urbana, dentre outras; isto é, deve considerar as diretrizes de outras legislações.

O Plano Municipal de Saneamento Básico deverá, também, dialogar com os sistemas de planejamento estadual e federal para uma articulação sistêmica, conforme prevê a Lei 11.445/2007. Os objetivos do Plano Municipal devem estar alinhados com os planos de



saneamento dos demais entes da Federação e deve representar uma resposta da sociedade para o desafio da universalização.

A articulação da Política Nacional de Meio Ambiente, instituída pela Lei 6.938/1981, com os planos de saneamento básico está explicitada na Lei 11.445/2007, a qual, no inciso III do art. 2º, determina que os serviços públicos de saneamento básico sejam realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente.

A saúde da população está intimamente ligada ao acesso a serviços de saneamento básico de qualidade, pois, isso tem importância fundamental no quadro epidemiológico. A implantação do serviço adequado na área de saneamento básico tem efeito imediato na redução das enfermidades decorrentes da falta dos mesmos.

No que se refere à interface com os recursos hídricos, a Lei Federal nº 11.445/2007, a qual estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, dentre outras providências, contém, em seu art. 4º, disposição expressa do que não integra o saneamento básico. Porém, determina que os Planos de Saneamento Básico devam ser compatíveis com os Planos de Bacia Hidrográfica, o que impõe a sua absoluta consonância com o Setor de Recursos Hídricos, o respeito a toda legislação pertinente, em especial, às normas legais relativas à gestão das águas, conforme as diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos.

A legislação referente aos recursos hídricos tem relação direta nas formas de controle sobre o uso da água para abastecimento, assim como na disposição final dos esgotos, sem esquecer a necessidade da observância da interação do Município com as bacias hidrográficas.

Em respeito à política de recursos hídricos, o PMSB deve atender às diretrizes dos Planos de Recursos Hídricos da esfera Nacional e Federal, respeitando, no mínimo as seguintes diretrizes mínimas:

- Práticas adequadas de proteção de mananciais e bacias hidrográficas. Busca de integração e convergências das políticas setoriais de recursos hídricos e saneamento básico nos diversos níveis de governo.
- Identificação dos usuários das águas no setor, de forma a conhecer as demandas, a época dessas demandas, o perfil do usuário, as tecnologias utilizadas, dentre outras características.

Pela análise de todo esse panorama legislativo federal, nota-se que houve uma preocupação em estabelecer a gestão associada do sistema por diferentes entes da federação, bem como garantir a ampla participação popular.

### 3.4.2. LEGISLAÇÃO ESTADUAL

No Estado do Rio de Janeiro, onde se situa o Município em questão, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRHI), conforme disposto no artigo 43 da Lei Estadual 3.239/1999, é composto pelos seguintes entes:

- I - o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI);
- II - o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI);
- III - os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH's);
- IV - as Agências Nacionais de Água (ANA); e
- V - os organismos dos Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipais cujas competências se relacionem com a gestão dos recursos hídricos.

O Instituto Estadual do Ambiente (INEA) é o órgão gestor e executor dos recursos hídricos no Estado do Rio de Janeiro, e, está inserido na estrutura da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, tendo como missão formular e coordenar a política estadual de proteção e conservação do meio ambiente, e de gerenciamento dos recursos hídricos, visando o desenvolvimento sustentável do Estado do Rio de Janeiro.

As Superintendências Regionais do Instituto do Estadual do Ambiente (INEA) atuam nas dez regiões hidrográficas do Estado, próximas aos Comitês de Bacia, facilitando a interação e a comunicação, bastante importantes, em especial, para controle e gerenciamento dos contratos de gestão, os quais podem ser firmados pelo referido Instituto com entidades delegatárias de funções de agências de águas, indicadas pelos respectivos Comitês de Bacia, Lei 5.639/2010, tendo como objetivo dar maior celeridade na aplicação dos recursos do FUNDRHI, bem como fortalecer os organismos colegiados com a estruturação de secretarias executivas e o apoio técnico para a seleção de projetos benéficos para a bacia hidrográfica.

O saneamento, notadamente no que se refere ao abastecimento público de água e coleta e tratamento do esgoto, está inserido expressamente na Política Estadual de Recursos Hídricos.

Por outro lado, a atuação direta dos Comitês de Bacia na elaboração dos Planos de Saneamento atende à própria Lei 11.445/2007, ao mesmo tempo em que possibilita a integração das infraestruturas e serviços de saneamento, com a gestão eficiente dos recursos hídricos, cumprindo, dessa forma, os princípios fundamentais e as diretrizes nacionais traçadas para o setor.

Muito embora o instrumento da cobrança pelo uso dos recursos hídricos não esteja mencionado de forma clara nas normas que tratam de saneamento, temos que a legislação federal, Lei 9.433/1997 obriga que o serviço de disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos deve obter outorga de uso da água. A mesma determinação encontra-se expressamente inserida no artigo 22, da Lei Estadual 3.239/1999, que institui a Política Estadual dos Recursos Hídricos.

A Política Estadual de Recursos Hídricos no Estado do Rio de Janeiro está disciplinada na Lei 3.239/1999 e estabelece o enquadramento de corpos d'água como um de seus instrumentos (inc. IV do art. 5º), prevendo, ainda, que os enquadramentos dos corpos de água, nas respectivas classes de uso, sejam feitos, na forma da lei, pelos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH's) e homologados pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI), após avaliação técnica pelo órgão competente do Poder Executivo" (art. 17).

### **3.4.3. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

Na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, além da observância obrigatória de toda a legislação federal e estadual pertinente, deve-se, também, obediência às diretrizes constantes do Plano Diretor do Município; às disposições contidas na Lei Orgânica do Município, e, ainda, à legislação municipal que trate de questões ambientais, urbanísticas e de saneamento básicos, porventura existentes no Município de Paraíba do Sul.

Ainda no tocante às leis municipais de observância obrigatória na elaboração do Plano Municipal de Saneamento, é necessário citar a Lei Orgânica Municipal e, também, os seguintes instrumentos: Lei de Diretrizes Orçamentárias; Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual do Município, conforme determina a Lei Nacional de Saneamento, Lei 11.445/2007, que preceitua:

Art. 19. A prestação de serviços públicos de saneamento básico observará o plano que poderá ser específico para cada serviço, o qual abrangerá, no mínimo:

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

Isso se dá uma vez que a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, alinhada com a Constituição Federal, no artigo 211, proíbe o início de projeto ou programa que não esteja contemplado em tais instrumentos.

### **3.4.3.1. Plano Diretor**

O Plano Diretor é definido no Estatuto das Cidades, Lei Federal 10.257/2001, como instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do Município. Nesse sentido, orienta o Poder Público e a iniciativa privada na construção dos espaços urbanos e rurais e na oferta dos serviços públicos essenciais, como os de saneamento, visando assegurar melhores condições de vida para a população, adstrita àquele território.

Sob esse enfoque, é indispensável que o Plano de Saneamento Básico observe e esteja integrado com o Plano Diretor do Município. Conforme o Estatuto das Cidades, o direito às cidades sustentáveis, ou seja, o direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana e aos serviços públicos é diretriz fundamental da política urbana, e é assegurado mediante o planejamento e a articulação das diversas ações em âmbito local.

Deve-se destacar o papel estruturante da infraestrutura de saneamento no desenvolvimento urbano do Município. A capacidade de expansão e de adensamento das áreas urbanas deve nortear-se pela capacidade da infraestrutura instalada e dos recursos naturais. O saneamento é, portanto, elemento orientador e estruturador na leitura da cidade, na definição dos vetores de crescimento e na proposta de zoneamento.

Segundo informações obtidas junto à Prefeitura, o Município de Paraíba do Sul tem Plano Diretor aprovado. Trata-se da Lei Municipal 2.493, de 05 de outubro de 2006.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial do Município de Paraíba do Sul inclui o saneamento básico como um de seus princípios - inciso I do artigo 10 -, considerando o saneamento como garantia do direito a cidades sustentáveis.

O Saneamento Básico não é tratado de forma específica pelo Plano Diretor do Município de Paraíba do Sul, mas tem uma abordagem esparsa em alguns dispositivos, dentre os quais, podemos citar o artigo 71, inciso III, o qual trata da regularização das Áreas Especiais de Interesse Social e o artigo 92 e 95, determinando a instituição de regras de drenagem em loteamentos e de drenagem em aprovação de projetos de loteamentos.

Há interesse do Município na implantação de zona industrial nas proximidades da estrada da Barrinha, ambas localizadas fora dos aglomerados urbanos.

### 3.4.3.2. Lei Orgânica

A Lei Orgânica do Município de Paraíba do Sul não enfrenta a questão do saneamento de forma específica. Aborda o tema apenas em artigos esparsos, incluindo-o como integrante das Políticas de Saúde e Urbana, sendo que podemos citar como mais diretamente relacionados os seguintes:

Art. 156 determina os meios de atingimento das condições de saúde, adotando medidas relacionadas ao saneamento nos incisos:

I - Garantir condições dignas de saneamento.

II - Investir, maciça e prioritariamente, na execução de saneamento básico e executar o desmembramento das redes pluviais das de esgoto.

IV - Criar usinas para tratamento do lixo, visando também o aproveitamento econômico.

V - Fiscalizar e inspecionar alimentos, bem como bebidas e água para consumo humano;

VI - Controlar e fiscalizar a produção, transporte, guarda e utilização de substâncias, produtos psicoativos, tóxicos e radioativos, equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e outros de interesse para a saúde.

Art. 159 - Estabelece atribuições do Município no âmbito do Sistema Único de Saúde, abrangendo:

VII – planejamento e execução da política de saneamento básico em articulação com os Estado e a União;

IX - fiscalizar as agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde.

Art. 212 - determina que o Município promova programas de saneamento básico em consonância com a sua política urbana e segundo o disposto em seu Plano Diretor, devendo orientar-se para:

I - Ampliar progressivamente a responsabilidade local pela prestação de serviços de saneamento básico;

II – Executar programas de saneamento em áreas pobres, atendendo à população de baixa renda, com soluções adequadas e de baixo custo para o abastecimento de água e esgoto sanitário;

III – Executar programas de educação sanitária e melhorar o nível de participação das comunidades na solução de seus problemas de saneamento;

IV - Levar à prática, pelas autoridades competentes, tarifas sociais para os serviços de água.

Há outros dispositivos na Lei Orgânica de Paraíba do Sul que tratam indiretamente ou guardam alguma relação com o tema, sendo os principais:

Artigo 7º, que estabelece competências do município, dispondo nos incisos:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - Suplementar a Legislação Federal e a Estadual no que couber;

III - Instituir e arrecadar os tributos de sua competência;

VI - Organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços de: b) Abastecimento de água e esgotos sanitários; f) Limpeza pública, coleta domiciliar e destinação final do lixo;

XVII – impõe a promover do ordenamento territorial;

XVIII - Elaborar e executar o plano diretor;

XIX - Executar obras de: b) Drenagem pluvial; art. 8º - determina a atuação em cooperação com a União e o Estado para os assuntos que especifica;

Art. 14 – estabelece competência legislativa da Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, nos incisos:

I - Assuntos de interesse local; e) à proteção ao meio ambiente e ao combate à poluição; i) à promoção de programas de construção de moradias, Melhorando as condições habitacionais e de saneamento básico; p) às políticas públicas do Município;

II – sobre tributos municipais;

VI - Concessão e permissão de serviços públicos;

VII - Concessão de direito real de uso de bens municipais;

VIII - Alienação e concessão de bens imóveis;

XII - Plano Diretor;

XV - Ordenamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano;

XVI - Organização e prestação de serviços;

Art. 49 - estabelece competências legislativas privativas do Prefeito e o inciso IV a criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do Município;

Art. 51 – dispõe sobre as matérias que devem ser objeto de Lei Complementar;

Art. 67 – estabelece as atribuições privativas do Prefeito:

V - Celebrar acordos e convênios com a União, Estados e Municípios;

IX - Planejar, organizar e dirigir obras e serviços públicos locais;

XIV - Autorizar a utilização de bens públicos municipais, bem como a execução de serviços públicos, por terceiros, mediante permissão ou concessão;

XIX - fixar os preços dos serviços públicos, inclusive os delegados;

XXIV - dispor sobre a estruturação e organização dos serviços municipais;

Art. 95 - Estabelece a forma dos atos administrativos de competência do Prefeito, no inciso I, dispõe que praticados mediante:

a) Regulamentação de Lei;

e) Criação, alteração e extinção de órgão da Prefeitura, quando autorizada em lei;

f) Definição da competência dos órgãos, não privativas de lei;

i) Fixação e alteração dos preços dos serviços prestados pelo Município e aprovação dos preços dos serviços concedidos ou autorizados;

j) Permissão para a exploração de serviços públicos e par uso de bens municipais; n)

Medidas executórias do plano diretor.

Art. 96 - dispõe sobre tributos:

II - Taxas, em razão de exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços específicos ou divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III - Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

Art. 99 - trata da atualização da base de cálculo dos tributos municipais, § 4º - A atualização da base de cálculo das taxas se serviços levará em consideração a variação de custos dos serviços prestados ao contribuinte ou colocação à sua disposição e, em seus incisos, os critérios a serem utilizados;

Art. 105 – determina a cobrança de preços públicos para obtenção de ressarcimento pela prestação de serviços de natureza comercial ou de sua atuação na organização e exploração de atividade econômica, pelo Município;

Art. 110 e incisos, veda o início de programas e projetos não incluídos na lei orçamentária e a realização de despesa e assunção de obrigação que excedam o crédito orçamentário;

Art. 133 - É de responsabilidade do município, mediante licitação e de conformidade com os interesses e as necessidades da população prestar serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, bem como realizar obras públicas, podendo contratá-las com particulares através de processo licitatório;

Art. 134, dispõe sobre obras públicas, estabelecendo que sejam realizadas mediante existência prévia de: projeto, pormenores de sua execução, orçamento de custos, indicação de recursos, comprovação da viabilidade e prazos de início e término;

Art. 135, cuida da concessão ou a permissão de serviço público, impondo que sejam feitas com autorização da Câmara Municipal e mediante contrato precedido de licitação e

regulamentados pela Administração Municipal, cabendo ao Prefeito Municipal aprovar as tarifas;

Art. 136 – determina a representação dos usuários nas entidades prestadoras de serviços, para participação em decisões que especifica, devendo constar do contrato de permissão ou concessão;

Art. 138 e incisos – dispõe sobre o conteúdo obrigatório dos contratos de concessão ou permissão de serviços públicos municipais;

Art. 141 – determina que as tarifas dos serviços públicos serão fixadas pelo Prefeito Municipal, cabendo à Câmara Municipal definir os serviços que serão remunerados pelo custo, acima do custo e abaixo do custo, tendo em vista seu interesse econômico e social;

Art. 142 – autoriza o Município a consociar-se com outros municípios para realização de obras ou prestação de serviços públicos de interesse comum;

Art. 143 – autoriza o Município a firmar Convênios com a União ou com o Estado para a prestação de serviços públicos de sua competência privativa;

Art. 144 – Condiciona a criação de entidade de administração indireta para execução de obras ou de prestação de serviços públicos pelo Município à autossustentação financeira de entidade;

Art. 146 – trata do processo permanente de planejamento do Município, visando à realização de seu potencial econômico e a redução das desigualdades sociais;

Art. 148 – dispõe sobre os princípios a serem observados no planejamento municipal, estabelecendo a complementaridade e integração das políticas, planos e programas setoriais;

Art. 149 – estabelece que a elaboração e a execução dos planos e dos programas do governo municipal obedecem às diretrizes do plano diretor;

Art. 150 – estabelece que o planejamento das atividades de Governo Municipal deve obedecer às diretrizes que especifica;

Art. 151 – determina que os instrumentos de planejamento municipal incorporem propostas dos planos e programas setoriais;

Art. 155 – define o direito à saúde;

Art. 208 e seguintes dispõe sobre a política urbana;

Art. 209 e seguintes - Dispõe sobre Plano Diretor Municipal, definindo-o como instrumento básico da política urbana;

Art. 213, estabelece a articulação do Município de Paraíba do Sul com municípios da região e com o Estado para racionalização da utilização dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas;

Art. 216 e seguintes aborda a Política de Meio Ambiente e Agropecuária.



## **4. DIAGNÓSTICO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE**

---

Para o levantamento da infraestrutura de saneamento existente no Município de Paraíba do Sul foram realizados trabalhos de campo em 2012 e 2013, com visitas às unidades, entrevistas com os responsáveis e levantamento de dados através do uso de formulários específicos. Com base nas informações coletadas foi elaborada uma base de dados georreferenciada e produzidos mapas que se encontram no APÊNDICE C.

### **4.1. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

---

As principais unidades do sistema de abastecimento de água do Município de Paraíba do Sul, Sede e Distritos, são descritas a seguir, sendo apresentados de forma esquemática nas Figura 7, 8 e 9.

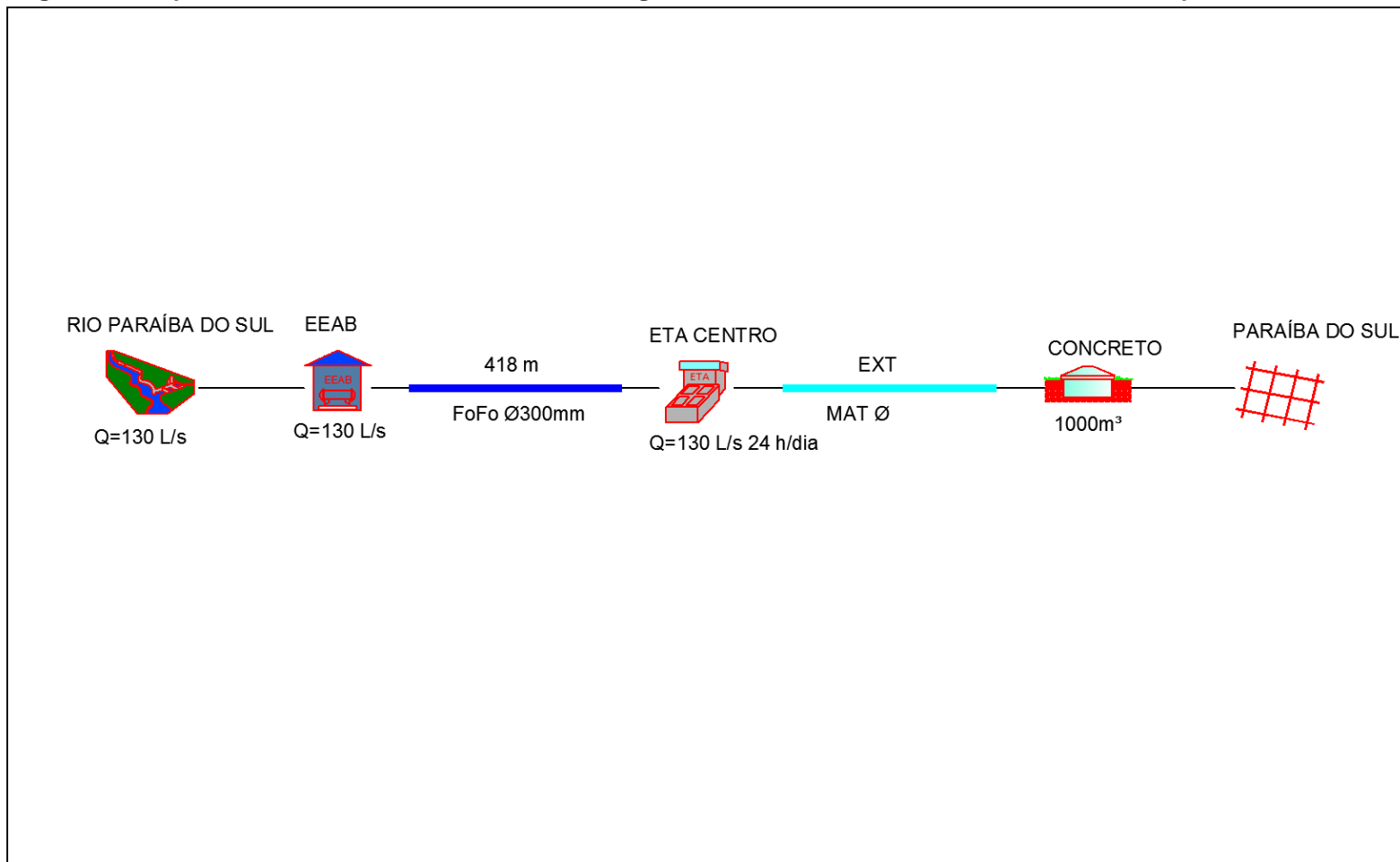
- **Manancial**

O abastecimento de água no Município é suprido por manancial superficial, o Rio Paraíba do Sul, o qual pertence à Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul.

A captação situa-se no bairro Centro, nas coordenadas geográficas: Latitude 22°09,598' S e Longitude 43°17,321' W, na altitude de 281 m acima do nível do mar.

Em campo observou-se que, no manancial superficial não existe sinalização de identificação e perímetro de proteção sanitária. Quanto à qualidade dos corpos d'água não se observou sinais de eutrofização. Deve-se notar que o prestador do serviço realiza controle e monitoramento de cianobactérias.

**Figura 7 – Esquema do sistema de abastecimento de água na sede e no distrito de Salutaris do município Paraíba do Sul**



Fonte: Vallenge, 2012

**Figura 8 – Esquema do sistema de abastecimento de água do distrito de Inconfidência**



Fonte: Vallenge, 2012

**Figura 9 – Esquema do sistema de abastecimento de água do distrito de Werneck**



Fonte: Vallenge, 2012

- **Captação**

Na sede do Município de Paraíba do Sul juntamente com o distrito de Salutaris a captação superficial de água é realizada no manancial descrito anteriormente. A captação no Rio Paraíba do Sul é realizada a fio d'água sem barragem de elevação de nível. A vazão captada é de 130 L/s e opera por 24 horas conforme informações de campo. A água do Rio Paraíba do Sul é aduzida através de bombeamento até a Estação de Tratamento de Água (ETA) do bairro Centro.

Não foram fornecidas as informações sobre a captação nos distritos de Inconfidência e Werneck.

Todas estas unidades passam por manutenção periódica e possuem controle de acesso. Segundo informações coletadas em campo a captação encontra-se outorgada pelo órgão estadual.

Não há poços tubulares abastecendo o município, embora a pequena disponibilidade hídrica seja suficiente para atender pequenos núcleos urbanos no município.

- **Estação Elevatória**

O Município de Paraíba do Sul possui uma Estação Elevatória de Água Bruta (EEAB), localizada nas coordenadas geográficas: Latitude 22°09,598' S e Longitude 43°17,321' W, à altitude de 281m acima do nível do mar. Essa EEAB é responsável pelo recalque da água captada no Rio Paraíba do Sul até a ETA do bairro Centro, sede do município.

O sistema conta com uma bomba, protegida por válvula de retenção, com automação local e que opera diariamente por 24 horas. A capacidade nominal é de 130 L/s, não foi informada a potência da mesma (Figura 10, 11, 12 e 13).

A EEAB apresenta razoável estado de conservação, estando em área protegida. No entanto, não se observou a existência de horímetro, sendo que a operação e comando não contam com telemetria ou telecomando.

**Figura 10 – Estação Elevatória de Água Bruta**

Fonte: Vallenge, 10/01/2013

**Figura 11 – Captação da EEAB**

Fonte: Vallenge, 10/01/2013

**Figura 12 – Vista do abrigo da EEAB**

Fonte: Vallenge, 10/01/2013

**Figura 13 – Painel de forçada EEAB**

Fonte: Vallenge, 10/01/2013

- **Adução**

O município conta com uma linha de adução de água bruta. A adutora conduz por recalque, em tubulação de ferro fundido de 300 mm de diâmetro, as águas captadas no Rio Paraíba do Sul até a ETA do Bairro Centro. A adutora tem extensão de 418 metros e conduz por gravidade as águas captadas.

Não foram obtidas informações sobre as características da adução de água bruta e água tratada nos distritos de Inconfidência e Werneck.

- **Tratamento**

O Município de Paraíba do Sul possui uma Estação de Tratamento de Água (ETA) instalada e em operação, a qual é responsável pelo tratamento das águas de captação superficial existente no Município.

A ETA do Centro é responsável pelo tratamento das águas captadas no Rio Paraíba do Sul e situa-se nas coordenadas geográficas: Latitude 22°10,094' S e Longitude 43°17,381' O, a 300 m de altitude. Trata-se de uma ETA do tipo convencional (Figuras 14, 15 e 16) que possui as seguintes unidades: mistura rápida, flocculador, decantador, filtro, desinfecção e alcalinização. Opera 24 horas por dia com um volume de 130 L/s.

O acesso a ETA do Centro apresenta boas condições sendo a área cercada. A ETA se encontra licenciada, porém, não dispõe de placa identificando o local. Foi informado que os dois decantadores existentes são limpos a cada 15 dias, sendo o lodo resultante do processo de tratamento descartado diretamente no rio. Deve-se notar que a ETA não conta com sistema de tratamento do lodo gerado, nem das águas de lavagem dos filtros. O material filtrante da unidade de filtração não está sendo repostado ou substituído de acordo com as orientações técnicas do projeto.

Foi, também, apurado em campo, que as condições de higiene e limpeza da casa de química são adequadas. Existe almoxarifado apropriado para o acondicionamento dos produtos químicos. Os produtos químicos que suprem a ETA Pinheiral vêm de uma ETA do Município de Piraí, os quais possuem registro no Ministério da Saúde, e se encontram dentro dos prazos de validade. Os tanques de dosagem dos produtos químicos, da mesma forma, se encontram em boas condições.

Conforme as informações de campo, a ETA possui laboratório próprio. As amostragens de água são realizadas no próprio laboratório. Os laudos de análise não foram disponibilizados para consulta.

**Figura 14 – Vista da ETA Centro**



Fonte: Vallenge, 10/01/2013

**Figura 15 – Casa de Química**



Fonte: Vallenge, 10/01/2013



Figura 16 – Casa de Química



Fonte: Vallenge, 10/01/2013

A ETA não possui registro ou dispositivos para a quantificação das vazões produzidas.

A operadora não possui dados e características das adutoras de água tratada, bem como cadastro do seu caminhamento. Não foi informada pelos operadores a existência de problemas relacionados a vazamentos e rompimento nas adutoras.

- **Reservatórios**

O Município conta com uma unidade para reservação de água tratada com um volume igual a 1000 m<sup>3</sup>. As principais características dessa unidade são apresentadas no Quadro 16.

Quadro 16 – Principais características da unidade de reservação

<b>Identificação</b>		Reservatório
<b>Distrito/ Bairro</b>		Centro
<b>Coordenada geográfica</b>	<b>Latitude</b>	22° 10,094' S
	<b>Longitude</b>	43° 17,381' O
<b>Altitude (m)</b>		300
<b>Tipo</b>		Semi-enterrado
<b>Material</b>		Concreto
<b>Capacidade (m<sup>3</sup>)</b>		1000
<b>Abastecido por</b>		ETA Paraíba do Sul

Fonte: Vallenge, 2013

O reservatório é dotado de tubulação de ventilação, tubo extravasor e tubo de descarga de fundo. Em contrapartida o reservatório não possui cobertura, tampas de inspeção, sistema de cloração, medidor de nível, sistema de controle de vazão em sua saída, macromedidor, para-raios, sinalização noturna e controle automatizado.

Durante a vistoria verificou-se que as condições de conservação do reservatório não são boas. Segundo informado, ocasionalmente, ocorrem extravasamentos e, as limpezas e desinfecções são realizadas quando necessário, não havendo, portanto, registro dessas



ocorrências. Nas Figuras 17 e 18 apresentam algumas imagens do reservatório existente no Município.

**Figura 17 - Reservatório semi-enterrado**



Fonte: Vallenge, 10/01/2013

**Figura 18 - Reservatório semi-enterrado**



Fonte: Vallenge, 10/01/2013

- **Distribuição**

Praticamente toda a população urbana, qual seja, 100%, é atendida com o Sistema de Abastecimento de Água - SAA, que é de responsabilidade da CEDAE. Foi informada a existência de pontos críticos de abastecimento, mas o operador não tem detalhes dos mesmos.

A rede de distribuição não conta com cadastro das suas unidades e válvulas, o que dificulta a avaliação precisa do seu funcionamento. Foi informado apenas que a rede é de Ferro Fundido e PVC, mas não existe registro sobre a sua idade, o diâmetro, as condições operacionais e plantas que mostrem o seu caminhamento.

Em campo verificou-se a existência de penas d'água (Figuras 19 e 20) e hidrômetros (Figuras 20 e 22) nas residências

**Figura 19 – Ligação com pena d'água**

Fonte: Vallenge, 18/09/2012

**Figura 20 – Pena d'água**

Fonte: Vallenge, 18/09/2012

Conforme dados do SNIS (2012), 94% das ligações possuem hidrômetros, índice elevado em face das características regionais.

**Figura 21 – Ligação com hidrômetro**

Fonte: Vallenge, 18/09/2012

**Figura 22 – Ligação com hidrômetro**

Fonte: Vallenge, 26/09/2012

## **4.2. SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

---

As principais propriedades do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) do Município de Paraíba do Sul, sede e distritos, incluindo as unidades que o compõe são descritas a seguir.

- **Rede Coletora de Esgoto**

A Prefeitura Municipal é a responsável pela operação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES). A rede coletora não conta com o cadastro das suas unidades, o que dificulta a avaliação precisa do seu funcionamento. Em relação às características técnico-construtivas, foi informado que a rede não apresenta, tampouco, registro sobre a sua idade, o diâmetro, as condições operacionais e as plantas que mostrem o seu caminhamento.

Foi informado que a rede coletora é mista, ou seja, com regime unitário, sendo assim, boa parte do esgoto é lançado na rede de água pluvial. Em inspeção a campo verificou-se pouca presença de poços de visita. Também foi informado pela Prefeitura que, com o asfaltamento recente, os tampões foram cobertos, impossibilitando a localização nas ruas do caminhamento da rede unitária.

O SES no distrito e sede de Salutaris, Inconfidência e Werneck podem ser visualizados, de forma esquemática, nas Figuras: 23, 24 e 25, respectivamente.

**Figura 23 – Esquema do Sistema de Esgotamento Sanitário no distrito sede e Salutaris do município de Paraíba do Sul**



Fonte: Vallenge, 2012

**Figura 24 – Esquema do Sistema de Esgotamento Sanitário no distrito Inconfidência**



Fonte: Vallenge, 2012

Figura 25 – Esquema do Sistema de Esgotamento Sanitário no distrito Werneck



Fonte: Vallenge, 2012



- **Estações Elevatórias**

Em campo foi verificado que o Município de Paraíba do Sul não possui uma Estação Elevatória de Esgoto (EEE) e não há informação se há algum projeto de instalação da mesma.

- **Tratamento**

O Município não possui Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), e não há informação de projetos em andamento.

- **Corpo Receptor**

Em virtude da falta de tratamento, o esgoto do Município é lançado *in natura* em cursos d'água próximos aos locais em que são gerados. Foram verificados que os pontos de lançamento de esgoto ocorrem nos seguintes bairros: Ponte Preta nas coordenadas 22°06'932" S e 43°17'447" O, bairro Santa Josefa nas coordenadas 22°10'447" S e 43°18'638"O e no bairro Lava Pés nas coordenadas 22°09'227" S e 43°17'275"O, sendo, esse último, lançado num córrego sem denominação e o restante no Rio Paraíba do Sul. No levantamento de campo verificou-se que os locais de descarga apresentavam aspecto desagradável, com exalação de fortes odores e proliferação de insetos e roedores.

As Figuras 26 e 27 ilustram alguns dos locais onde foi constatado o lançamento de esgoto *in natura* em córrego no Bairro Ponte Preta.

**Figura 26 - Lançamento de esgoto e águas pluviais no Rio Paraíba do Sul do Bairro Ponte Preta**



Fonte: Vallengue, 19/09/2012

**Figura 27 - Saída de rede de esgoto e pluvial na margem do Rio Paraíba do Sul**



Fonte: Vallengue, 19/09/2012

### **4.3. SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS**

---

As principais estruturas que compõem o Serviço de Drenagem e Manejo das Águas pluviais no Município de Paraíba do Sul são abordadas a seguir.

#### **4.3.1. Macrodrenagem**

O Município de Paraíba do Sul situa-se num sítio de relevo ondulado formado basicamente por colinas de pequena a média amplitude, intermediadas por vales planos, por onde escoam os rios. O desenvolvimento dos núcleos urbanos do município ocorreu nas áreas de vales mais planos e menos encaixados, o que o torna mais sujeito às inundações periódicas, conforme os eventos pluviométricos, caso as habitações estejam muito próximas aos cursos d'água.

A drenagem natural é formada pelos seguintes cursos d'água: os rios, Paraíba do Sul, Fagundes, Pardo e Rio Preto, e os córregos, São Marcos, Cascatinha, dos Pilões, Ribeirão Grande e outros menores, sem denominações.

A Prefeitura é a responsável pela operação e manutenção da macrodrenagem, designada para a Secretaria de Obras e Serviços Públicos, mas não existe cadastro para avaliação das estruturas. As águas drenadas são lançadas em cursos d'água na área urbana do Município (Figuras 28 e 29).

Em visita ao Município observou-se a existência de canalizações na área urbana; no entanto, pela falta de cadastro não se tem detalhes dessas estruturas. Foi possível constatar canalizações em seção fechada e aberta, em forma circular e retangular, e, ainda revestidas em concreto, alvenaria de pedra (gabião) ou solo (Figuras 28 e 29).

Não existem reservatórios de detenção ou retenção construídos no Município.



**Figura 28 – Córrego que recebe águas pluviais**

Fonte: Vallenge, 10/01/2013

**Figura 29 – Córrego que recebe águas pluviais**

Fonte: Vallenge, 10/01/2013

Foi verificada a ocorrência de problemas de erosão, ocasionados pelo escoamento das águas pluviais e de assoreamento dos canais e da rede de drenagem. As Figuras 30 e 31 ilustram problemas severos de erosão pela falta de sistemas de drenagem, onde, pode-se verificar a ausência de canaletas na via de rodagem (Figura 30). Em consequência disso, como a água escorre no sentido do menor declive, no período chuvoso as partículas de solo são transportadas com certa velocidade, causando depauperamento das vias e assoreamento de rios e córregos. Na Figura 31, pode-se observar uma contenção de paliçada - feita de pneus -, como alternativa para contenção de barragem na margem do rio.

**Figura 30 – Rua com carreamento de solo pela falta de drenagem**

Fonte: Vallenge, 10/01/2013

**Figura 31 – Contenção de paliçada de pneus**

Fonte: Vallenge, 10/01/2013

Houve casos de inundação e alagamentos no Município devido às insuficiências no sistema de macrodrenagem e pontos de estrangulamento na rede hídrica.

### 4.3.2. Microdrenagem

A Prefeitura realiza trabalhos de limpeza manual dos córregos antes dos períodos chuvosos; porém, não existem equipamentos adequados para essas operações.

A área urbana de Paraíba do Sul conta com sarjeta e sarjetão em algumas ruas, sendo as principais estruturas hidráulicas responsáveis pela coleta e destino das águas superficiais provenientes das chuvas. Porém não se tem bem definido para qual galeria são conduzidas as águas pluviais coletadas e nem onde e quantas são as caixas de descargas (bocas-de-lobo) existentes nas áreas urbanas da sede e distritos.

De maneira geral, mesmo havendo alguns dispositivos de drenagem, segundo observações efetuadas em campo, pela falta de um cadastro não se tem bem definidas as áreas efetivamente atendidas, compreendendo a extensão das galerias, suas dimensões, declividades e condições operacionais.

Conforme apurado em campo, as sarjetas e sarjetões têm sua seção moldada *in loco*, em formato padrão em concreto. Verificou-se que apresentam conservação adequada, mas o Município não tem informação quanto à extensão das mesmas, tampouco dispõe de programa de manutenção. Nas Figuras 32, 33, 34 e 35, pode-se visualizar as más condições das bocas de lobo e bueiros, no Município de Paraíba do Sul.

**Figura 32 – Boca de lobo em péssimo estado de conservação 1**



Fonte: Vallengue, 10/01/2013

**Figura 33 – Boca de lobo em péssimo estado de conservação 2**



Fonte: Vallengue, 10/01/2013



**Figura 34 – Boca de lobo em péssimo estado de conservação 3**

Fonte: Vallenge, 10/01/2013

**Figura 35 – Boca de lobo em péssimo estado de conservação 4**

Fonte: Vallenge, 10/01/2013

Pode-se observar que algumas bocas de lobo estão em péssimo estado de conservação, trazendo risco para a população local além de facilitar a entrada de sujeira e material indesejado facilitando o entupimento da rede.

Deve-se notar que, em algumas ruas, não existe nenhum dispositivo de drenagem. Quanto aos terrenos mais altos e com maior declividade no perímetro urbano, existe, basicamente, a drenagem superficial. Assim, o escoamento superficial direto, proveniente das áreas urbanas altas, se encaminha naturalmente para as áreas baixas, aumentando, dessa forma, o volume das águas pluviais. Tal fato contribui para o aparecimento de poças d'água e de pequenas inundações na malha viária, o que favorece sua deterioração, além de comprometer a qualidade de vida da população local.

Além disto, foram relatadas situações de ligação clandestina de esgoto na rede de drenagem de águas pluviais, obstrução do sistema de drenagem por resíduos sólidos e deficiências em função de estruturas de microdrenagem subdimensionadas e com manutenção insuficiente.

#### **4.3.3. Áreas de risco**

A Carta de Risco a Escorregamento indica 46 setores de risco no Município de Paraíba do Sul com 208 casas ameaçadas, e, 844 pessoas expostas diretamente. As áreas com maior

concentração de setores de risco iminente estão distribuídas pelos morrotes ondulados da porção do centro-leste do Município, com destaque para os bairros Parque Morone, Grama, Jatobá e Eldorado, onde se localizam a maior concentração de moradias em risco.

No bairro Liberdade predominam encostas em forma de anfiteatro com processos erosivos avançados, voçorocas e com casas posicionadas, perigosamente, na base da encosta, a montante da Rua Durvalino Francisco de Oliveira. A densidade populacional nessa localidade é alta e as moradias são de baixo padrão construtivo, o que aumenta consideravelmente o grau de risco.

O Bairro Parque Morone apresenta alta densidade populacional com residências expostas ao risco iminente. As ruas mapeadas e indicadas quanto a alto grau de risco são: Avenida Brasil, Rua Uruguai e Rua Venezuela, porém o bairro todo requer cuidado e um maior detalhamento e acompanhamento por parte da defesa civil local.

Os setores de risco estão representados, acima de 85%, por taludes de corte em solo residual notoriamente com mais de 7-12m de altura e inclinação de 75-85°. O horizonte de solo residual jovem preserva minerais, suscetíveis a intemperismo, e fraturas e foliação que facilitam o avanço erosivo com a formação contínua de ravinas com posterior desenvolvimento de voçorocas. Essas voçorocas aceleram e facilitam a ativação de escorregamentos.

Para minimizar as situações de risco identificadas nos setores mapeados e identificados como de risco, é fundamental a concepção e a construção de um sistema de captação de drenagem básico, porém eficiente. Este sistema deve priorizar a implantação de canaletas de drenagem nas cristas e bases de taludes de corte para possibilitar o desvio do escoamento superficial e/ou água de enxurrada, e, evitar assim, a “lavagem dos taludes”.

Cabe ressaltar ainda, a importância da preservação da vegetação original, ou o replantio das encostas desmatadas. Dessa forma, a infiltração de água no solo aumenta e a erosão é minimizada. Disposição de lixo e entulho dispersos em alguns locais é outro problema recorrente que se deve ter atenção.

Os pontos de áreas de risco na Sede e nos Distritos estão discriminados no Quadro 17.

**Quadro 17 – Setores de risco iminente a escorregamentos no município de Paraíba do Sul**

Hierarquia	Bairro	Localização do ponto	Moradias sob risco	Pessoas sob risco	Coord. E	Coord. N
1	Parque Moroni	PS-NR-015 - Avenida Brasil	11 moradias	44	676844	7549849
2	Grama	PS-BG-003 - Travessa Malta	11 moradias	44	676399	7547679
3	Jatobá	PS-BG-005 - Travessa Joaquim Fontes	10 moradias	40	676124	7547531
4	Parque Moroni	PS-NR-014 - Rua Uruguai	10 moradias	40	676764	7549904
5	Eldorado	PS-NR-004 - Rua Prefeito Antônio da Cruz Barros	10 moradias e 1 igreja	40	675421	7550786
6	Eldorado	PS-NR-005 - Rua Prefeito Antônio da Cruz Barros	9 moradias	36	676042	7550853
7	Jatobá	PS-BG-006 - Avenida Rodolfo Pena	8 moradias	32	675985	7547450
8	Jatobá	PS-BG-007 - Avenida Rodolfo Pena	8 moradias	32	675954	7547407
9	Eldorado	PS-NR-001 - Rua Prefeito Antônio da Cruz Barros	7 moradias	28	675376	7550784
10	Palhas	PS-NR-021 - Rua Luiz José Neves	7 moradias	28	675631	7548013
11	Parque Moroni	PS-NR-013 - Rua Venezuela	7 moradias	28	676906	7549721
12	Eldorado	PS-NR-006 - Rua Prefeito Antonio da Cruz de	6 moradias	24	676093	7550938
13	Limoeiro	PS-NR-010 - Rua Limoeiro / Rodovia RJ-393	6 moradias	24	677160	7550581
14	Eldorado	PS-NR-007 - Rua Prefeito Antonio da Cruz Barros	6 moradias	24	676169	7550972
15	Liberdade	PS-IR-002 - Rua Durvalino Francisco de Oliveira	6 moradias	24	674516	7547548
16	Parque Niágara	PS-BG-012 - Travessa Bom Jesus do Matosinho	5 moradias e 1 obra	20	675424	7547348
17	Grama	PS-BG-004 - Travessa Malta	5 moradias	20	676429	7547710
18	Santo Antônio/Vila Salutária	PS-BG-015 - Beco José Adão	5 moradias	20	675805	7546067
19	Inema (Morada)	PS-IR-005 - Rua Hortência	4 moradias e 1 comércio	16	673590	7544958
20	Caminho de dentro	PS-BG-018 - Beco A	4 moradias (1 desocupada)	16	676055	7546404
21	Jatobá	PS-BG-010 - Avenida Doutor Rodolfo Pena	4 moradias e 3 comércios	16	676020	7547487
22	Caminho de dentro	PS-BG-017 - Rua Soli Santana	1 moradia	16	676055	7546307
23	Palhas	PS-NR-018 - Rua Barbosa Bastos	4 moradias e 1 obra	16	675067	7548028
24	Limoeiro	PS-NR-008 - Ru Leonor de Souza Barros	3 moradias	12	676987	7550466
25	Lavapés	PS-NR-012 - Rua Nova Paraíba	3 moradias	12	676364	7549707
26	Centro	PS-NR-016 - Rua Otávio Vieira	3 moradias	12	676455	7548697
27	Caminho de dentro	PS-BG-016 - Rua Mariano Joaquim Santana	3 moradias	12	676107	7546123
28	Caminho de Dentro	PS-BG-020 - Travessa Brás José Gonçalves	3 moradias	12	676121	7546380

(continua)

Hierarquia	Bairro	Localização do ponto	Moradias sob risco	Pessoas sob risco	Coord. E	Coord. N
29	Amapá	PS-BG-014 - Ieda do Espírito Santo	3 moradias	12	674978	7546579
30	Inconfidência	PS-IR-004 - Rua Filomena Maria Esquerda	3 moradias	12	686465	7538177
31	Centro	PS-BN-004 - Rua Rangel Pestana	3 moradias	12	677130	7548723
32	Liberdade	PS-BN-001 - Rua Isaura Barbosa	3 moradias	12	674635	7547311
33	Liberdade	PS-IR-001 - Rua Sônia Maria Pereira	3 moradias	12	674315	7547515
34	Eldorado	PS-NR-003 - Rua Prefeito Antonio da Cruz Barros	3 moradias	12	675572	7550734
35	Eldorado	PS-NR-002 - Rua Prefeito Antônio da Cruz Barros	3 moradias	12	675437	7550756
36	Morro da Alegria	PS-BG-008 - Rua José Batista Guimarães	2 moradias	8	676813	7547964
37	Grama	PS-BG-002 - Rua Verão	2 moradias	8	676411	7547639
38	Liberdade	PS-BN-003 - Travessa Maria José Pires	2 moradias	8	674939	7547473
39	Caminho de dentro	PS-BG-019 - Travessa Brás José Gonçalves	2 moradias	8	676162	7546362
40	Palhas	PS-NR-020 - Rua Alberto Cruz	2 moradias	8	675772	7547980
41	Liberdade	PS-BN-002 - Rua Zulmira de Moraes Tavares	2 moradias	8	674806	7547410
42	Liberdade	PS-IR-003 - Rua Luciano Tavares	2 moradias	8	674799	7547543
43	Amapá	PS-BG-013 - Avenida Montmor	1 moradia	4	674656	7546823
44	Grama	PS-BG-001 - Rua Domingo de Souza Costa	1 moradia	4	676334	7547624
45	Grotão	PS-BG-009 - Rua Bernardino Franco	1 moradia	4	676365	7547537
46	Caminho de Dentro	PS-BG-021 - Travessa Brás José Gonçalves	1 moradia	4	676165	7546410
<b>Total</b>			<b>208</b>	<b>844</b>	<b>(conclusão)</b>	

Fonte: Departamento de Recursos Minerais – DRM-RJ, 2012



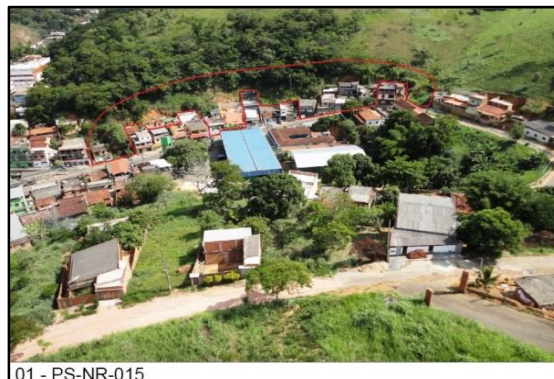
**Figura 36 - Área de risco no bairro Pq. Morone na Rua Venezuela**



11 - PS-NR-013

Fonte: DRM-RJ

**Figura 37 - Área de risco no bairro Pq. Morone na Av. Brasil**



01 - PS-NR-015

Fonte: DRM-RJ

**Figura 38 - Área de risco no bairro Eldorado na R. Prefeito Antônio da Cruz Barros**



06 - PS-NR-005

Fonte: DRM-RJ

**Figura 39 - Área de risco no bairro Liberdade na R. Durvalino Francisco de Oliveira**



15 - PS-IR-002

Fonte: DRM-RJ

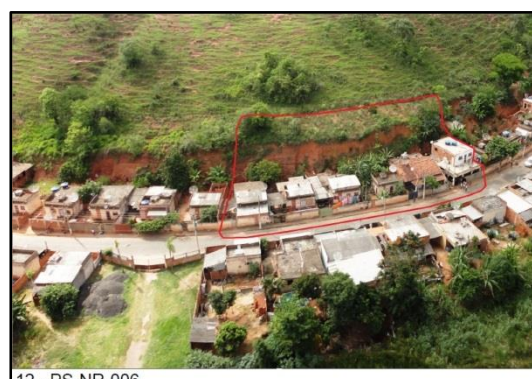
**Figura 40 - Área de risco no bairro Eldorado na R. Prefeito Antônio da Cruz Barros**



09 - PS-NR-001

Fonte: DRM-RJ

**Figura 41 - Área de risco no bairro Eldorado na R. Prefeito Antônio da Cruz Barros**



12 - PS-NR-006

Fonte: DRM-RJ

## 5. DEMANDA DOS SERVIÇOS

---

Com base nas informações levantadas na fase de diagnóstico, foi efetuado o cálculo da demanda dos serviços de saneamento que depende diretamente da população a ser atendida pelos serviços. Nessa etapa é confrontada a capacidade das estruturas existentes no município com as capacidades necessárias em função do número de habitantes ao longo do horizonte do plano.

### 5.1. ESTUDO POPULACIONAL

---

A projeção populacional objetiva determinar as populações a atender no início, no meio, e, também no fim-de-plano. Os métodos utilizados para a projeção populacional são apresentados a seguir:

- **Método Aritmético:** pressupõe que o crescimento de uma população se faz aritmeticamente, semelhante a uma linha reta. Em geral acontece nos menores municípios onde o crescimento é meramente vegetativo.
- **Método Geométrico:** é o que ocorre, principalmente, em uma fase de uma população, onde seu crescimento é muito acelerado, acompanhando praticamente a curva exponencial.

Com base nos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, são calculadas as taxas geométricas e aritméticas de crescimento para a população total urbana e rural do Município. As taxas de crescimento adotadas para a projeção foram avaliadas quanto às condições atuais do Município, como previsões futuras; e, às taxas de crescimento obtidas a partir dos censos demográficos do IBGE.

Os municípios com crescimento populacional sem efeito de migração, normalmente, apresentam crescimento linear. Assim, para conhecer a população futura no horizonte de projeto, basta adotar a taxa aritmética de crescimento que vem ocorrendo a partir dos anos anteriores.



Os municípios beneficiados pela facilidade de acesso, pelo grande número de atividades econômicas e demais fatores que impulsionam a economia, apresentam crescimento geométrico. Nesse caso, é necessário avaliar a fase em que o município está quanto ao seu crescimento, podendo ser uma fase de crescimento acentuado ou ainda em crescimento com taxas cada vez menores ano a ano, para então poder definir a taxa de crescimento adequada para o cálculo da projeção.

Embora seja um exercício em relação ao futuro, efetuar a projeção populacional de soma consistente e a partir de hipóteses embasadas em métodos, é fundamental para que não se incorra em custos adicionais. É uma etapa que merece atenção, porque as dimensões das unidades dos sistemas de saneamento e respectivos equipamentos dependem diretamente da população a ser atendida, logo condicionam os custos de investimentos.

Dessa forma, utilizando os modelos de projeção populacional, foram calculadas as taxas de crescimento aritmético e de crescimento geométrico, Quadro 18, tendo como dados de entrada as populações total, urbana e rural dos Censos Demográficos mencionados.

**Quadro 18 – Taxas de crescimento aritmético e geométrico**

Intervalo de tempo		1970 - 1980	1980 - 1991	1991 - 2000	2000 - 2010
Taxa de Crescimento aritmético (hab./ano)	População Total	250,90	425,18	387,56	367,40
	População Urbana	669,40	497,27	546,89	346,60
	População Rural	-418,50	-72,09	-159,33	20,80
Taxa de Crescimento geométrico (adimensional)	População Total	1,0090	1,0136	1,0109	1,0094
	População Urbana	1,0363	1,0201	1,0183	1,0101
	População Rural	0,99540	0,9890	0,9710	1,0043

Fonte: Censo Demográfico do IBGE

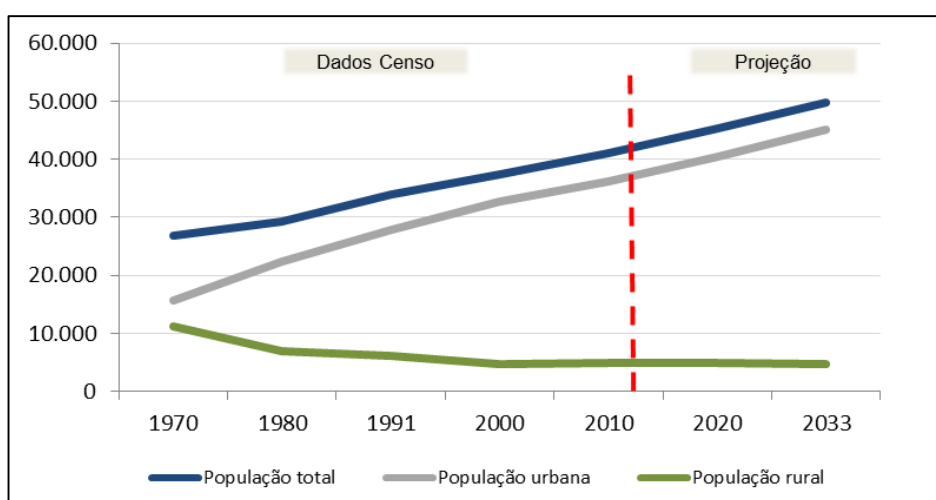
Foi adotado o método de crescimento geométrico, já que o modelo aritmético não mostrou ajuste para a projeção da população, no período de 2011 a 2033, conforme orientação do Termo de Referência. Foi suposto que a cada 10 anos a taxa de crescimento da população total sofreria leve redução e que a população rural seguiria a tendência de estabilidade; também com leve redução a cada 10 anos. Essas hipóteses vão de acordo com ao modelo matemático de saturação populacional em dado espaço, o qual supõe uma redução paulatina das taxas de crescimento populacional.

As taxas de crescimento populacional para Paraíba do Sul foram adotadas a partir de consultas ao Município, em decorrência do desenvolvimento de sua infraestrutura e de alguns bairros chegando a índices equivalentes a 1,0% a.a. (até 2022), 0,7% a.a. (até 2032) e 0,5% a.a. (até 2033) para a população urbana e 0% a.a. (até 2022), -0,1% a.a. (até 2032) e -2% a.a. (até 2033) para a população rural, conforme tendência apontada pelo último censo

demográfico do IBGE; de acordo com a transição da fecundidade e o padrão reprodutivo no Brasil. Não foram fornecidos outros estudos e projetos que tivessem projeção populacional.

O resultado da projeção da população do Município, a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), é ilustrada na Figura 42.

**Figura 42 – Evolução da população projetada**



Fonte: Vallenge, 2013; a partir de dados do IBGE de 2010 (Projeção)

Foi considerado o horizonte de projeto equivalente a 20 anos, adotando-se como base o ano de 2013 e o fim de plano no ano de 2033.

A população rural se mantém estável até 2022, passando a apresentar leve declínio até 2033; fim do horizonte de plano. Como resultado há um maior crescimento da população urbana, seguindo a tendência observada nos intervalos entre os Censos do IBGE, lembrando que esse produto em questão está voltado para a área urbana, onde há serviço público de saneamento, conforme preconiza a Lei 11.445/2007.

A projeção populacional é elemento limitador para a estimativa das demandas pelos serviços de saneamento. Para avaliar as necessidades nas áreas urbanas do município considerando não só a sede, como também seus distritos legalmente constituídos (Salutaris, Inconfidência e Werneck) foram realizadas projeções individuais.

Para a projeção populacional da sede de Paraíba do Sul e seus distritos foram considerados os mesmos critérios e hipóteses adotados na projeção do município como um todo. A divisão nesses distritos segue o estabelecido pelo IBGE, embora algumas vezes a denominação não coincida com o conhecido no Município. De qualquer forma, se considera a população desses bairros para propor os investimentos em saneamento com vistas à universalização. O resultado é apresentado nos Quadros e Figuras no item a seguir.

## 5.2. Estudo de Demandas

O cálculo da demanda para cada um dos componentes do saneamento é apresentado a seguir. Na ausência de dados locais sobre os sistemas de saneamento, foram adotados coeficientes conforme as fontes apresentadas no Quadro 19.

**Quadro 19 – Variáveis e parâmetros adotados**

Descrição		Valor	Unidade	Fonte		
ESTUDO POPULACIONAL	População	Total	41.084	habitantes	IBGE, 2010	
		Urbana	36.154			
		Rural	4.930			
	Taxa de crescimento populacional	2000 -2010	0,4	%	Adotada em função do passado (ver item 5.1)	
		2011 - 2022	1,0	%		
		2023 - 2032	0,7	%		
		2032 - 2033	0,5	%		
	Número de domicílio	Total	12.827	domicílios	IBGE, 2010	
		Urbano	11.402			
		Rural	1.425			
Média de habitantes por domicílio		3,2	hab/dom	IBGE, 2010		
SAA	Volume de reservação	Existente	1.000	m <sup>3</sup>	Dados de Campo	
		Necessário	1/3 do volume do dia de maior consumo	m <sup>3</sup>	ABNT NBR 12.217/1994	
	Número total de economias ativas		12.587	economias	SNIS, 2012	
	Ligações ativas		9.911	ligações		
	Total de rede de água existente		94,58	km	Calculado <sup>1</sup>	
	Extensão de rede por habitante		5,2	m.rede/hab		
	Quota per capita consumida		196,8	L/hab.dia	SNIS, 2012	
	Índice de atendimento		90,5	%		
	Índice de perdas			47	%	Calculado <sup>2</sup>
				542	L/lig.dia	Calculado <sup>3</sup>
	Meta para o índice de perdas		25	%	Adotado	
	Perdas na ETA		4	%	ABNT NBR 12.216/1992	
	Coeficiente do dia de maior consumo (k1)		1,2	adimensional	ABNT NBR 9.649/1986	
	Coeficiente da hora de maior consumo (k2)		1,5			
	Coeficiente de vazão mínima horária (k3)		0,5			
	Horas de funcionamento da ETA		24	Horas	Dados de Campo	
Vazão de adução (Qb)		130	L/s			
SES	Taxa de Infiltração (ti)	Regiões Altas	0,05	L/s.km	ABNT NBR 9.649/1986	
		Regiões Baixas	0,1			
	Coeficiente de retorno (C)		0,8	%	ABNT NBR 9.649/1986	
	Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO)		54	gDBO/hab.dia	ABNT NBR 12.216/1992	
	Demanda Química de Oxigênio (DQO)		100	gDQO/hab.dia		

Descrição		Valor	Unidade	Fonte
SDU	Coefficiente de escoamento superficial	50	%	Calculado <sup>1</sup>
	Período de retorno	10	anos	TUCCI, 2007
	Intensidade de chuva	170	mm/hora	Calculado <sup>4</sup>
	Vazão de escoamento superficial	420	L/s	Calculado <sup>5</sup>
	Quantidades de Bocas de Lobo	2	und/hab.	PMSB do Vale do Ribeira, 2010
	Extensão de Galerias	55	mm/ha	
	Quantidade de Poços de Visita	1/100m de galeria	und	

Nota: SAA- Sistema de Abastecimento de Água; SES – Sistema de Esgotamento Sanitário; SDU – Sistema de Drenagem Urbana.

1 – Calculado em função da análise de imagens de satélite e das características urbanísticas do município, com auxílio de software GIS.

2 – Índice de perdas (%) = {Volume produzido (dado de campo) – [Quota consumida (SNIS, 2012) x População atendida (projeção populacional)] / Volume produzido (dado de campo)} x 100

3 – Índice de perdas (L/hab.dia) = {Volume produzido (dado de campo) – [Quota consumida (SNIS, 2012) x População atendida (projeção populacional)] / Ligações ativas (dado de campo)}

4 – Intensidade de chuva =  $k \times T^a / (t + b)^c$ , onde: T é o período de retorno, t duração da precipitação e k, a, b e c são coeficientes

5 – Vazão de escoamento superficial =  $1,1 \times 0,278 \times C \times i \times A^{0,9} \times kd$ , onde: C é o coeficiente de escoamento superficial, i intensidade de chuva, A área da bacia de contribuição, kd coeficiente de distribuição espacial da chuva.

### 5.2.1. Sistema de Abastecimento de Água

As demandas do serviço de abastecimento de água potável são calculadas, tendo como objetivo fornecer água em quantidade, qualidade e regularidade para a população urbana do Município.

Em campo constatou-se a inexistência de cadastro e de informações detalhadas do sistema de abastecimento de água, situação comum a muitos municípios brasileiros. Sendo assim os dados coletados *in loco* precisaram ser complementados com informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2012). No entanto, estas informações referem-se aos sistemas urbanos como um todo, não os desagregando por distrito, o que é necessário para Paraíba do Sul.

Para os distritos notou-se uma carência de dados ainda maior, havendo a necessidade em alguns momentos da adoção de valores em função das características da sede e de povoados semelhantes ou dados de referência nacional, como a ABNT NBR 12.216/1992. Já a Lei Federal 6.766/1979 define o parcelamento do solo através de loteamentos, e, delibera que estes são responsáveis por fornecer infraestrutura básica constituída por equipamentos urbanos do SAA.

As ETAs do Município de Paraíba do Sul produzem ao todo 130,0 L/s em 24 horas de operação, com um índice de atendimento de 90,5% (SNIS, 2012). Sendo assim, calculando o

volume médio diário de água produzida, tem-se 11.354 m<sup>3</sup>, o que resulta numa quota produzida de 373,6 L/hab.dia, considerando a população atendida de 2012.

O Município não possui sistemas de medição para calcular o atual índice de perdas. O estudo chegou a valores da ordem de 542 L/lig.dia que resulta, considerando o número de ligações existentes, no volume médio de perdas diário de 5.372 m<sup>3</sup>. Obtêm-se assim o volume consumido, volume produzido menos volume perdido, igual a 5.981,6 m<sup>3</sup> e quota consumida de 196,8 L/hab.dia (SNIS, 2012).

Mesmo o Município apresentando valores pouco superiores de quota consumida, as perdas ainda são significativas, do volume produzido 47% perdem-se na rede antes de chegar ao consumidor final. É a perda real no SAA, pois nem chega ao usuário final.

Os valores dos índices de perdas estão diretamente associados à qualidade da infraestrutura e da gestão dos sistemas. O principal fator é a idade da rede de distribuição (TWORT et al., 2007), de forma que o PMSB, ao propor redução de perdas, precisa considerar alguma porcentagem de substituição de tubulação.

Para a projeção das demandas no horizonte de planejamento, adotaram-se metas para o sistema de abastecimento de água apresentadas no Quadro 20. As metas e os prazos aqui estabelecidos foram discutidos com o Município e também com a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA/RJ).

#### Quadro 20– Metas do sistema de abastecimento de água do município de Paraíba do Sul

Distritos	Índice de Atendimento			Índice de Perdas			Quota Consumida		
	Atual (%)	Meta (%)	Ano	Atual (%)	Meta (%)	Ano	Atual (L/hab.dia)	Meta (L/hab.dia)	Ano
Paraíba do Sul + Salutaris	90,5	100	2018	47	25	2031	196,8	160	2031
Inconfidência	ND			ND			ND		
Werneck	ND			ND			ND		

Nota: ND – Valores não disponíveis, adotados a partir de 2014 no quadro de demandas.

Fonte: Vallenge, 2013

Para a sede, são várias captações e ETAs, evidenciando que foram feitas ampliações na medida das necessidades apresentadas. O PMSB em elaboração vem justamente para mudar esta situação, prevendo projeto e execução de unidades anteriormente à demanda necessária.

Foi calculada a projeção da rede de distribuição considerando-se uma densidade de rede de 5,2 m.rede/hab. Esse valor foi calculado através de dados referente à porcentagem de atendimento; adquirido no SNIS (2012), e, mapeamentos para a delimitação da extensão de ruas no Município que se mostrou compatível com a forma de ocupação urbana e oferta de serviços de água para municípios semelhantes no Médio Paraíba do Sul.

Analisando a projeção verificam-se déficits em algumas etapas do sistema de abastecimento de água, tais como: captação, produção, reservação e rede de distribuição, não só para atender a população atual como para acompanhar o crescimento populacional ao longo do horizonte de planejamento. Em suma, há atualmente, déficit a serem atendidos nas atuais condições, bem como necessidade de prever mais investimentos para acompanhar a evolução da demanda e atendê-la.

Deve-se notar que, nos parcelamentos do solo através de loteamentos, conforme determina a Lei Federal 6.766/1979, o loteador é responsável por fornecer a infraestrutura básica mínima, na qual está inclusa a rede para o abastecimento de água potável.

Os resultados do estudo de demandas para o sistema de abastecimento de água da sede de Paraíba do Sul e de seus distritos são apresentados nos Quadros a seguir e resumem as configurações do atual abastecimento de água.



Quadro 22 – Projeção da demanda de água no distrito de Inconfidência – 2013 a 2033

Prazo	Ano	Pop. Urbana	Índice de Atend. (%)	Pop. Abastecida	Hab/d om	Ligações ativas (lig.)	Economi- as ativas	Volume Médio (m³/dia)		Quota produzida (L/hab.dia)	Quota consumida (L/hab.dia)	Índ. Perdas (%)	Índ. Perdas (L/lig.dia)	Captação (L/s)			Produção (L/s)			Vol. Reservação (m³)			Qmdh (L/s)	Adensamen- to urbano	Rede geral de água					Hidrômetros					Ligações prediais														
								Produzido	Consumido					Capaci- dade	Neces- sário	Déficit	Capaci- dade	Qm	Qmd	Déficit	Existen- te	Neces- sário			Déficit	Existen- te (km)	Déficit (%)	Déficit (km)	Expansão urbana (km)	Troca de rede (km)	Rede a implantar (km)	Instalados até univers. (und)	Déficit (%)	Déficit (und)	Amplia- ção (und)	Substitui- ção (und)	Hidrômetro a implantar (und)	Instalados até univers. (und)	Déficit (%)	Déficit (und)	Amplia- ção (und)	Substitui- ção (und)	Ligações a implantar (und)						
Censo	2010	511																																															
*	2013	569	ND	ND	3,0	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0,04	ND	ND	ND																						
Imediato	2014	588	86,3	508	2,7	216	218	192,7	123,9	379,6	244,1	36	318,9	ND	ND	ND	ND	ND	ND	2,8	2,8	2,2	2,7	2,7	77,1	77,1	4,0	0,04	5,7	13,7	0,90	0,00	0,11	0,00	ND	8,0	0	5,0	11	5	0	0	216	14	0	5	9	0	
	2015	608	90,0	547	2,7	221	225	202,4	131,3	370,0	240,0	35	322,2	2,9	2,9	2,3	2,8	2,8	81,0	81,0	4,2	0,05	5,7	10,0	0,63	0,00	0,11	0,00	4	3,0	7	5	0	0	216	10	0	5	9	0	0								
Curto	2016	628	95,0	596	2,7	228	233	220,7	143,2	370,0	240,0	35	340,1	3,2	3,2	2,6	3,1	3,1	88,3	88,3	4,6	0,05	5,7	5,0	0,30	0,58	0,11	1,18	6	2,0	5	7	0	3	216	5	0	7	9	7	0								
	2017	648	99,0	642	2,7	235	240	237,4	154,0	370,0	240,0	35	354,4	3,4	3,4	2,7	3,3	3,3	95,0	95,0	4,9	0,06	5,7	1,0	0,06	0,10	0,11	0,34	8	1,0	2	7	1	10	216	1	0	7	9	7	0								
	2018	668	100,0	668	2,7	243	248	213,9	147,1	320,0	220,0	31	275,4	3,1	3,1	2,5	3,0	3,0	85,6	85,6	4,5	0,06	5,7	0,0	0,00	0,10	0,11	0,16	11	0,0	0	7	1	10	216	0	0	7	9	7	0								
Médio	2019	689	100,0	689	2,7	250	255	220,5	151,6	320,0	220,0	31	275,4	3,2	3,2	2,6	3,1	3,1	88,2	88,2	4,6	0,07	5,7	0,0	0,00	0,10	0,11	0,10	11	0,0	0	7	1	7	216	0	0	7	9	7	0								
	2020	710	100,0	710	2,7	258	263	227,1	156,2	320,0	220,0	31	275,4	3,3	3,3	2,6	3,2	3,2	90,9	90,9	4,7	0,08	5,7	0,0	0,00	0,10	0,11	0,10	11	0,0	0	8	1	8	216	0	0	8	9	8	0								
	2021	731	100,0	731	2,7	265	271	233,8	160,8	320,0	220,0	31	275,4	3,4	3,4	2,7	3,2	3,2	93,5	93,5	4,9	0,09	5,7	0,0	0,00	0,10	0,11	0,10	11	0,0	0	8	1	8	216	0	0	8	9	8	0								
	2022	752	100,0	752	2,7	273	279	240,6	165,4	320,0	220,0	31	275,4	3,5	3,5	2,8	3,3	3,3	96,3	96,3	5,0	0,09	5,7	0,0	0,00	0,10	0,11	0,10	11	0,0	0	8	1	8	216	0	0	8	9	8	0								
	2023	769	100,0	769	2,6	290	296	215,2	153,7	280,0	200,0	29	212,2	3,1	3,1	2,5	3,0	3,0	86,1	86,1	4,5	0,10	5,7	0,0	0,00	0,08	0,11	0,08	11	0,0	0	17	1	17	216	0	0	17	9	17	0								
	2024	785	100,0	785	2,6	296	302	219,9	157,1	280,0	200,0	29	212,2	3,2	3,2	2,5	3,1	3,1	88,0	88,0	4,6	0,11	5,7	0,0	0,00	0,08	0,11	0,08	11	0,0	0	6	1	6	216	0	0	6	9	6	0								
	2025	802	100,0	802	2,6	303	309	224,6	160,4	280,0	200,0	29	212,2	3,2	3,2	2,6	3,1	3,1	89,9	89,9	4,7	0,13	5,7	0,0	0,00	0,08	0,11	0,08	11	0,0	0	6	1	6	216	0	0	6	9	6	0								
	2026	819	100,0	819	2,6	309	315	204,8	163,8	250,0	200,0	20	132,6	3,0	3,0	2,4	2,8	2,8	81,9	81,9	4,3	0,14	5,7	0,0	0,00	0,08	0,11	0,08	11	0,0	0	6	1	6	216	0	0	6	9	6	0								
	2027	836	100,0	836	2,6	315	322	209,1	167,3	250,0	200,0	20	132,6	3,0	3,0	2,4	2,9	2,9	83,6	83,6	4,4	0,15	5,7	0,0	0,00	0,08	0,11	0,08	11	0,0	0	6	1	6	216	0	0	6	9	6	0								
	2028	853	100,0	853	2,6	322	328	192,0	153,6	225,0	180,0	20	119,3	2,8	2,8	2,2	2,7	2,7	76,8	76,8	4,0	0,17	5,7	0,0	0,00	0,08	0,11	0,08	11	0,0	0	6	1	6	216	0	0	6	9	6	0								
Longo	2029	871	100,0	871	2,6	325	335	195,9	156,7	225,0	180,0	20	120,5	2,8	2,8	2,3	2,7	2,7	78,4	78,4	4,1	0,18	5,7	0,0	0,00	0,08	0,11	0,08	11	0,0	0	3	1	3	216	0	0	3	9	3	0								
	2030	888	100,0	888	2,6	332	342	199,8	159,9	225,0	180,0	20	120,5	2,9	2,9	2,3	2,8	2,8	79,9	79,9	4,2	0,20	5,7	0,0	0,00	0,08	0,11	0,08	11	0,0	0	6	1	6	216	0	0	6	9	6	0								
	2031	906	100,0	906	2,6	338	348	192,9	144,9	213,0	160,0	25	141,9	2,8	2,8	2,2	2,7	2,7	77,2	77,2	4,0	0,22	5,7	0,0	0,00	0,07	0,11	0,07	11	0,0	0	7	1	7	216	0	0	7	9	7	0								
	2032	923	100,0	923	2,6	345	355	196,6	147,7	213,0	160,0	25	141,9	2,8	2,8	2,3	2,7	2,7	78,7	78,7	4,1	0,24	5,7	0,0	0,00	0,07	0,11	0,07	11	0,0	0	7	1	7	216	0	0	7	9	7	0								
	2033	962	100,0	962	2,5	374	385	204,9	153,9	213,0	160,0	25	136,5	3,0	3,0	2,4	2,8	2,8	82,0	82,0	4,3	0,27	5,7	0,0	0,00	0,16	0,11	0,16	11	0,0	0	29	1	29	216	0	0	29	9	29	0								
<b>TOTAL</b>																							-	<b>0,90</b>	<b>2,10</b>	<b>2,27</b>	<b>3,00</b>	-	-	<b>11</b>	<b>163</b>	<b>15</b>	<b>153</b>	-	-	<b>0</b>	<b>163</b>	<b>173</b>	<b>153</b>										

Fonte: IBGE, SNIS, e levantamento de campo

Nota: Qm - vazão média, Qmd - vazão do dia de maior consumo, Qmdh - vazão do dia e da hora de maior consumo.

\* Dados de entrada.

ND – Não disponível.

Índice de atendimento e quota consumida em 2014 adotado como base os indicadores nacionais para prefeituras de acordo com o SNIS, 2012; Índice de perdas em 2014 foi adotado o indicador para a região sudeste segundo o SNIS, 2012.





### 5.2.2. Sistema de Esgotamento Sanitário

As demandas do serviço de esgotamento sanitário são calculadas, tendo como objetivo principal coletar, afastar e tratar o esgoto sanitário gerado nos domicílios urbanos do município.

Em campo constatou-se a falta de cadastro satisfatório e de informações mais detalhadas do Sistema de Esgotamento Sanitário. Sendo assim os dados coletados *in loco* precisaram ser complementados com informações do SNIS e considerando a Lei Federal 6.766/1979 que define o parcelamento do solo através de loteamentos, que são obrigados a fornecer infraestrutura básica constituída por equipamentos urbanos do SES.

O Município de Paraíba do Sul não possui dados do volume de esgoto gerado, dessa forma, a demanda do Sistema de esgotamento Sanitário foi calculada a partir da adoção do coeficiente de retorno 0,8, ou seja, 80% da água consumida nos domicílios retornam ao sistema na forma de esgoto.

Como apresentado anteriormente, para o distrito sede de Paraíba do Sul, juntamente com o distrito de Salutaris, o volume de água consumido em 2013 foi da ordem de 5.981,6 m<sup>3</sup>, que resulta na geração de 4.837 m<sup>3</sup> de esgoto. Não foi fornecida informação quanto ao índice de coleta de esgoto em campo, porém foi verificado que o Município não possui tratamento, evidenciando a necessidade de investimentos para universalização do serviço. Segundo dados do Diagnóstico do SNIS (2012), o índice médio nacional de atendimento da população urbana com coleta de esgoto é de 56,1%, e, de tratamento de 38,6%.

Para a projeção das demandas no horizonte de planejamento, adotaram-se metas para o Sistema de Esgotamento Sanitário, apresentadas no Quadro 24, e, justificadas a seguir. As metas e os prazos aqui estabelecidos foram discutidos com o Município e também com a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA/RJ).

**Quadro 24 – Metas do sistema de esgotamento sanitário do Município de Paraíba do Sul**

Distritos	Índice de Coleta			Índice de Tratamento		
	Atual (%)	Meta (%)	Ano	Atual (%)	Meta (%)	Ano
Paraíba do Sul + Salutaris	ND	100	2017	0	100	2025
Inconfidência	ND		2020	0		
Werneck	ND			0		

Fonte: Vallenge, 2013

Nota: ND – Valores não disponíveis, adotados no ano de 2014 no quadro de demandas

A projeção da demanda de esgoto da sede de Paraíba do Sul foi realizada a partir de pesquisa de campo, dados do IBGE e SNIS. Com base nesses dados foi realizada uma

projeção para prazos: imediato, curto, médio e longo contemplando o horizonte de plano. Com o aumento da população atendida nesse período, a vazão de tratamento apresenta seus maiores déficits em médio e longo prazo. As oscilações que acontecem no decorrer do plano, são em função do crescimento populacional e a redução da cota *per capita* de água consumida; em função de programas de educação ambiental e sanitária que visam reduzir o consumo de água por domicílio e habitante.

Foram identificados déficits para a universalização do Sistema de Esgotamento Sanitário em Paraíba do Sul, tanto na coleta quanto no tratamento. Prevalece o regime unitário, situação comum a vários outros municípios na Bacia, mas não há cadastro ou como avaliar qual porcentagem da rede existente é unitária ou separadora absoluta.

Os resultados do estudo de demandas para o sistema de esgotamento sanitário da sede e dos distritos de Paraíba do Sul são apresentados nos Quadros 25, 26 e 27.





**Quadro 27 – Projeção da demanda de esgoto no distrito de Werneck – 2013 a 2033**

Prazo	Ano	Pop. Urbana	Pop. Aten. Coleta (%)	Pop. Aten. Trat. (%)	Ligações totais (lig.)	Economi- as totais	Volume (m³/dia)			Vazão (L/s)			Vazão Trat. (L/s)		Carga Org. total (kg/dia)		Adensamen- to urbano	Rede geral de Esgoto					Ligações prediais																
							Produzido	Coletado	Tratado	Qm	Qmd	Qmh	Capaci- dade	Déficit	DBO	DQO		Existente (km)	Déficit (%)	Déficit (km)	Expansão urbana (km)	Troca de rede (km)	Rede a implantar (km)	Instalados até univers. (und)	Déficit (%)	Déficit (und)	Amplia- ção (und)	Substitui- ção (und)	Ligações a implantar (und)										
Censo	2010	3.133																																					
*	2013	3.247	ND	0	ND	ND	ND	ND	0	ND	ND	ND	0	0	175	325	0,03	ND	ND	ND																		0	
Imediato	2014	3.286	67	0	767	1.095	507,0	339,7	0	5,9	7,0	8,8	0	7,0	177	329	0,03	8,2	33,0	4,02	0,00	0,16	0,00	0,00			767	33,0	253	36		8		0	0				
	2015	3.326	70	0	803	1.109	574,7	402,3	0	6,7	8,0	10,0	0	8,0	180	333	0,03	8,2	30,0	3,66	0,00	0,16	0,00	0,00			790	30,0	230	36		8		0	0				
Curto	2016	3.365	80	25	929	1.122	613,8	491,1	122,8	7,1	8,5	10,7	0	8,5	182	337	0,03	8,2	20,0	2,44	0,82	0,16	2,40			867	20,0	153	126		9		225						
	2017	3.405	85	25	998	1.135	647,3	550,2	137,5	7,5	9,0	11,2	0	9,0	184	341	0,03	8,2	15,0	1,83	0,14	0,16	0,75			905	15,0	115	70		9		108						
	2018	3.446	90	50	1.070	1.149	634,0	570,6	285,3	7,3	8,8	11,0	0	8,8	186	345	0,03	8,2	10,0	1,22	0,14	0,16	0,75			943	10,0	77	71		9		110						
Médio	2019	3.487	95	50	1.143	1.162	641,5	609,5	304,7	7,4	8,9	11,1	0	8,9	188	349	0,03	8,2	5,0	0,61	0,14	0,16	0,75			982	5,0	38	73		10		111						
	2020	3.528	100	80	1.217	1.176	578,6	578,6	462,9	6,7	8,0	10,0	0	8,0	191	353	0,03	8,2	0,0	0,00	0,15	0,16	0,76			1.020	0,0	0	74		10		113						
	2021	3.570	100	85	1.231	1.190	585,4	585,4	497,6	6,8	8,1	10,2	0	8,1	193	357	0,03	8,2	0,0	0,00	0,15	0,16	0,15			1.020	0,0	0	14		10		14						
	2022	3.612	100	90	1.246	1.204	592,3	592,3	533,1	6,9	8,2	10,3	0	8,2	195	361	0,03	8,2	0,0	0,00	0,15	0,16	0,15			1.020	0,0	0	15		10		15						
	2023	3.642	100	95	1.305	1.261	553,6	553,6	525,9	6,4	7,7	9,6	0	7,7	197	364	0,03	8,2	0,0	0,00	0,11	0,16	0,11			1.020	0,0	0	59		10		59						
	2024	3.673	100	98	1.316	1.271	558,3	558,3	547,1	6,5	7,8	9,7	0	7,8	198	367	0,03	8,2	0,0	0,00	0,11	0,16	0,11			1.020	0,0	0	11		10		11						
	2025	3.704	100	100	1.327	1.425	563,0	563,0	563,0	6,5	7,8	9,8	0	7,8	200	370	0,03	8,2	0,0	0,00	0,11	0,16	0,11			1.020	0,0	0	11		10		11						
	2026	3.735	100	100	1.338	1.437	567,8	567,8	567,8	6,6	7,9	9,9	0	7,9	202	374	0,03	8,2	0,0	0,00	0,11	0,16	0,11			1.020	0,0	0	11		10		11						
	2027	3.767	100	100	1.349	1.449	572,5	572,5	572,5	6,6	8,0	9,9	0	8,0	203	377	0,03	8,2	0,0	0,00	0,11	0,16	0,11			1.020	0,0	0	11		10		11						
	2028	3.798	100	100	1.361	1.461	577,3	577,3	577,3	6,7	8,0	10,0	0	8,0	205	380	0,03	8,2	0,0	0,00	0,11	0,16	0,11			1.020	0,0	0	11		10		11						
Longo	2029	3.830	100	100	1.359	1.473	551,5	551,5	551,5	6,4	7,7	9,6	0	7,7	207	383	0,03	8,2	0,0	0,00	0,11	0,16	0,11			1.020	0,0	0	0		10		0						
	2030	3.862	100	100	1.370	1.485	556,1	556,1	556,1	6,4	7,7	9,7	0	7,7	209	386	0,03	8,2	0,0	0,00	0,11	0,16	0,11			1.020	0,0	0	11		10		11						
	2031	3.894	100	100	1.381	1.498	498,5	498,5	498,5	5,8	6,9	8,7	0	6,9	210	389	0,03	8,2	0,0	0,00	0,11	0,16	0,11			1.020	0,0	0	11		10		11						
	2032	3.927	100	100	1.393	1.510	502,6	502,6	502,6	5,8	7,0	8,7	0	7,0	212	393	0,03	8,2	0,0	0,00	0,11	0,16	0,11			1.020	0,0	0	12		10		12						
	2033	3.962	100	100	1.462	1.585	507,2	507,2	507,2	5,9	7,0	8,8	0	7,0	214	396	0,03	8,2	0,0	0,00	0,13	0,16	0,13			1.020	0,0	0	69		10		69						
<b>TOTAL</b>																						<b>4,02</b>	<b>2,93</b>	<b>3,27</b>	<b>6,95</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>253</b>	<b>733</b>	<b>195</b>	<b>914</b>								

Fonte: IBGE, SNIS, e levantamento de campo

Nota: \* Dados de entrada.

ND – Valores não disponíveis. Foi adotado o índice de coleta e esgoto para 2014 o valor referente ao índice médio total para prefeituras segundo informações do SNIS 2012.

### 5.2.3. Sistema de Drenagem Urbana

Neste item calculam-se as demandas do serviço de drenagem urbana, tendo como objetivo, combater inundações nas ruas e fundos de vale municipais.

Nos levantamentos de campo constatou-se que o Município não conta com cadastro das infraestruturas existentes de macrodrenagem e microdrenagem. Dessa forma, o cálculo de demanda da drenagem considerou dados da bibliografia técnica (TOMAZ, 2002) e, ainda, a experiência da contratada na elaboração de estudos e projetos na área.

As demandas de drenagem urbana são determinadas de forma diferente dos outros serviços de saneamento, pois não dependem diretamente da população, mas sim, da forma como esta ocupa o espaço urbano, das condições climáticas e características físicas das bacias hidrográficas, onde se situa a área ocupada do município. Assim, o escoamento superficial das águas pluviais depende de vários fatores naturais e antrópicos que interagem entre si. A demanda ou o estudo de vazões procuram considera-los todos para que sejam adequados. O cálculo da demanda para macrodrenagem e microdrenagem será apresentado a seguir.

#### ▪ Macrodrenagem

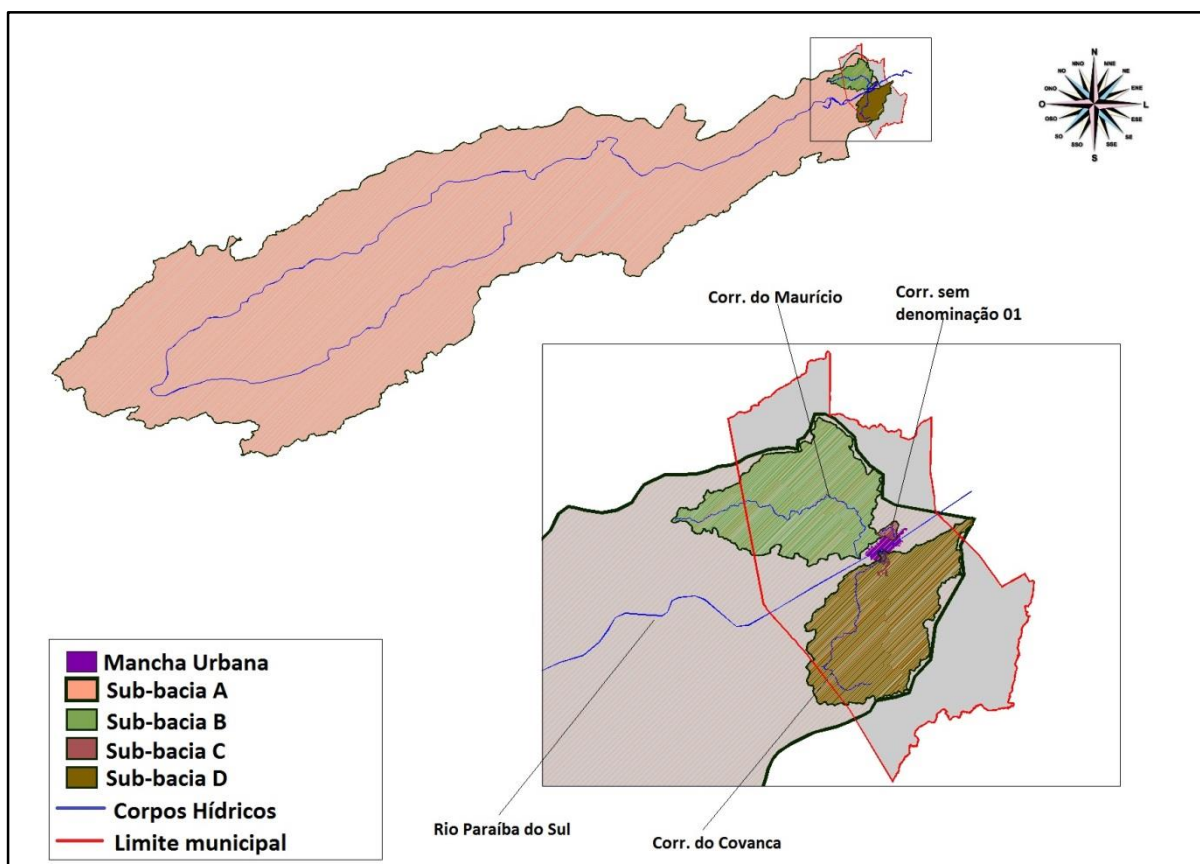
Observou-se que o Município de Paraíba do Sul possui quatro sub-bacias que influenciam diretamente a área urbana do próprio Município (Figura 43). O Quadro 28 sumariza as características gerais das bacias com incidência na área urbana do Município de Paraíba do Sul, o tempo de concentração, a intensidade de chuva, o uso e ocupação do solo, e, a vazão máxima, conforme o caso.

**Quadro 28 – Informações gerais das sub-bacias do município de Paraíba do Sul**

Codificação sub-bacia	Sub-bacia	Tempo de concentração (min)	Intensidade de chuva (mm/hora)	Uso e ocupação do solo		Vazão máxima (m³/s)
				Área Urbana	Área Rural	
				(%)	(%)	
A	Rio Paraíba do Sul	N/A	N/A	N/A	N/A	432,15*
B	Córrego do Maurício	271,11	32,15	10	90	150,44
C	Córrego do Mingú.	46,96	110,05	30	70	13,33
D	Córrego. do Covanca	197,11	43,21	15	85	196

Fonte: Vallenge, 2013

Nota: 1 – A vazão máxima do rio Paraíba do Sul no ano de 2010 foi estimada pela ANA nas coordenadas geográficas: Latitude 22°09'46"S e Longitude:43°17'11"O.

**Figura 43 – Articulação das sub-bacias da área urbana do município de Paraíba do Sul**

Fonte: Vallenge, 2013

#### ▪ Microdrenagem

Foi estimado que o coeficiente de escoamento superficial para Paraíba do Sul seja da ordem de 50%, em função da análise do uso e ocupação do solo atual. Para o período de retorno de 10 anos, e duração de 10 minutos, e, utilizando valores usuais para o dimensionamento de microdrenagem urbana, a intensidade prevista é da ordem de 142,71 mm/hora.

Assim, cada hectare contribui para uma vazão de escoamento superficial direto igual a 340 L/s, de modo que, com a declividade dos terrenos de Paraíba do Sul, é possível que seja necessário implantar ao menos 2 bocas-de-lobo e respectiva galeria a cada quadra; ou adotar técnicas compensatórias que reduzam a necessidade de estruturas hidráulicas convencionais. Para obter esses valores, foram consideradas as normas técnicas da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU/SP, 2008), e mesmo cálculos da capacidade média de caixas de descarga.

A microdrenagem vem funcionando bem, porque há alta capacidade de infiltração na área urbana, o que diminui o escoamento superficial.

Como mencionado, o Município não possui cadastro das estruturas de microdrenagem, porém, foi verificado durante o trabalho de campo que o município conta com estruturas como



bocas de lobo e poços de visita. De acordo com a Lei Federal 6.766/1979 que define o parcelamento do solo através de loteamentos, fica definido que estes são obrigados a fornecer infraestrutura básica constituída por equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais.

Dessa forma, estimou-se que o Município disponha de 40% das unidades necessárias, operando de acordo com os critérios técnicos.

Deve-se notar que, nos parcelamentos do solo através de loteamentos, conforme determina a Lei Federal 6.766/1979, o loteador é responsável por fornecer a infraestrutura básica mínima, na qual está inclusa o sistema de escoamento das águas pluviais, reduzindo os custos de implantação por parte do serviço público.

A demanda pelas unidades como bocas-de-lobo, galerias e poços de visita foi determinada por unidade de área. Propôs-se a implantação da infraestrutura em toda a área urbana onde a ocupação se mostra consolidada.

A quantidade de unidades de microdrenagem depende diretamente do relevo, daí os valores adotados. Para o relevo plano, mais bocas-de-lobo são necessárias por unidade de área, já que a velocidade de escoamento é muito baixa, tendendo ao empoçamento de água.

O cálculo da demanda para o sistema de microdrenagem da sede e dos distritos de Paraíba do Sul são apresentados nos Quadros 29, 30 e 31.

**Quadro 29 – Projeção da demanda de microdrenagem na sede de Paraíba do Sul e distrito de Salutaris – 2013 a 2033**

Prazo	Ano	Pop. Urbana	Área urbana selec. (ha)	Bocas de lobo (und)			Galeria de águas pluviais (km)			Poços de visita (und)		
				Existen-te	Neces-sário	Déficit	Existen-te	Neces-sário	Déficit	Existen-te	Neces-sário	Déficit
Censo	2010	32.510		-	-	-	-	-	-	-	-	-
*	2013	33.583	553,82	443	1108	665	12,17	30,46	18,29	121	305	184
Imediato	2014	33.948	559,83	448	1120	672	12,32	30,79	18,47	123	308	185
	2015	34.316	565,91	453	1132	679	12,45	31,13	18,68	125	311	187
Curto	2016	34.688	572,05	458	1144	686	12,59	31,46	18,88	126	315	189
	2017	35.064	578,25	463	1156	694	12,72	31,80	19,08	127	318	191
	2018	35.444	584,51	468	1169	701	12,86	32,15	19,29	129	321	193
Médio	2019	35.827	584,86	468	1170	702	12,87	32,17	19,30	129	322	193
	2020	36.215	591,18	473	1182	709	13,01	32,52	19,51	130	325	195
	2021	36.606	597,57	478	1195	717	13,15	32,87	19,72	131	329	197
	2022	37.001	604,02	483	1208	725	13,29	33,22	19,93	133	332	199
	2023	37.284	608,63	487	1217	730	13,39	33,47	20,08	134	335	201
	2024	37.568	613,28	491	1227	736	13,49	33,73	20,24	135	337	202
	2025	37.855	617,96	494	1236	742	13,60	33,99	20,39	136	340	204
	2026	38.144	622,68	498	1245	747	13,70	34,25	20,55	137	342	205
	2027	38.434	627,42	502	1255	753	13,80	34,51	20,70	138	345	207
	2028	38.727	632,20	506	1264	759	13,91	34,77	20,86	139	348	209
Longo	2029	39.022	632,46	506	1265	759	13,91	34,79	20,87	139	348	209
	2030	39.318	637,27	510	1275	765	14,02	35,05	21,03	140	350	210
	2031	39.617	642,11	514	1284	771	14,13	35,32	21,19	141	353	212
	2032	39.918	646,99	518	1294	776	14,23	35,58	21,35	142	356	214
	2033	40.189	651,38	521	1303	782	14,33	35,83	21,50	143	358	215

Fonte: Vallenge, 2013

**Quadro 30 – Projeção da demanda de microdrenagem no distrito de Inconfidência– 2013 a 2033**

Prazo	Ano	Pop. Urbana	Área urbana selec. (ha)	Bocas de lobo (und)			Galeria de águas pluviais (km)			Poços de visita (und)		
				Existente	Necesário	Déficit	Existente	Necesário	Déficit	Existente	Necesário	Déficit
Censo	2010	511		-	-	-	-	-	-	-	-	-
*	2013	569	33,13	13	33	20	0	1,16	1,16	4	12	8
Imediato	2014	588	34,28	14	34	21	0	1,20	0,72	5	12	7
	2015	608	35,43	14	35	21	0	1,24	0,74	5	12	7
Curto	2016	628	36,59	15	37	22	1	1,28	0,77	5	13	8
	2017	648	37,77	15	38	23	1	1,32	0,79	5	13	8
	2018	668	38,95	16	39	23	1	1,36	0,82	5	14	8
Médio	2019	689	39,75	16	40	24	1	1,39	0,83	6	14	8
	2020	710	40,95	16	41	25	1	1,43	0,86	6	14	9
	2021	731	42,16	17	42	25	1	1,48	0,89	6	15	9
	2022	752	43,38	17	43	26	1	1,52	0,91	6	15	9
	2023	769	44,34	18	44	27	1	1,55	0,93	6	16	9
	2024	785	45,31	18	45	27	1	1,59	0,95	6	16	10
	2025	802	46,28	19	46	28	1	1,62	0,97	6	16	10
	2026	819	47,26	19	47	28	1	1,65	0,99	7	17	10
	2027	836	48,24	19	48	29	1	1,69	1,01	7	17	10
	2028	853	49,23	20	49	30	1	1,72	1,03	7	17	10
Longo	2029	871	49,87	20	50	30	1	1,75	1,05	7	17	10
	2030	888	50,87	20	51	31	1	1,78	1,07	7	18	11
	2031	906	51,87	21	52	31	1	1,82	1,09	7	18	11
	2032	923	52,88	21	53	32	1	1,85	1,11	7	19	11
	2033	962	55,11	22	55	33	1	1,93	1,16	8	19	12

Fonte: Valenge, 2013

Quadro 31 – Projeção da demanda de microdrenagem no distrito de Werneck– 2013 a 2033

Prazo	Ano	Pop. Urbana	Área urbana selec. (ha)	Bocas de lobo (und)			Galeria de águas pluviais (km)			Poços de visita (und)		
				Existente	Necesário	Déficit	Existente	Necesário	Déficit	Existente	Necesário	Déficit
Censo	2010	3.133		-	-	-	-	-	-	-	-	-
*	2013	3.247	80,76	64	162	97	0	4,44	4,44	17	44	27
Imediato	2014	3.286	81,72	65	163	98	2	4,49	2,70	18	45	27
	2015	3.326	82,70	66	165	99	2	4,55	2,73	18	45	27
Curto	2016	3.365	83,69	67	167	100	2	4,60	2,76	18	46	28
	2017	3.405	84,68	68	169	102	2	4,66	2,79	19	47	28
	2018	3.446	85,69	69	171	103	2	4,71	2,83	19	47	28
Médio	2019	3.487	85,83	69	172	103	2	4,72	2,83	19	47	28
	2020	3.528	86,85	69	174	104	2	4,78	2,87	19	48	29
	2021	3.570	87,88	70	176	105	2	4,83	2,90	19	48	29
	2022	3.612	88,91	71	178	107	2	4,89	2,93	20	49	29
	2023	3.642	89,66	72	179	108	2	4,93	2,96	20	49	30
	2024	3.673	90,42	72	181	109	2	4,97	2,98	20	50	30
	2025	3.704	91,18	73	182	109	2	5,02	3,01	20	50	30
	2026	3.735	91,95	74	184	110	2	5,06	3,03	20	51	30
	2027	3.767	92,72	74	185	111	2	5,10	3,06	20	51	31
	2028	3.798	93,50	75	187	112	2	5,14	3,09	21	51	31
Longo	2029	3.830	93,61	75	187	112	2	5,15	3,09	21	51	31
	2030	3.862	94,39	76	189	113	2	5,19	3,11	21	52	31
	2031	3.894	95,18	76	190	114	2	5,24	3,14	21	52	31
	2032	3.927	95,98	77	192	115	2	5,28	3,17	21	53	32
	2033	3.962	96,84	77	194	116	2	5,33	3,20	21	53	32

Fonte: Vallenge, 2013

## **6. PROPOSIÇÕES PARA OS SISTEMAS**

---

O PMSB é um instrumento de planejamento da ação do Município para universalização dos serviços de saneamento, entendendo a universalização como a ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados, ao saneamento básico, conforme Lei 11.445/2007, art. 3º, inciso III. Em conformidade com a lei, a diretriz do planejamento aqui efetuado é levar saneamento básico para todos, mas de forma eficiente, otimizando o uso de recursos naturais e mesmo financeiros.

Os objetivos decorrentes para a formulação de proposições dividem-se basicamente em dois: universalização da prestação de serviços e eficiência na prestação. A universalização significa levar a infraestrutura e o serviço afeito a cada usuário potencial; já a eficiência refere-se a ofertá-los, porém com o menor custo de execução, operação e manutenção, fazendo o uso otimizados dos recursos naturais.

A distribuição de água é um caso típico para explicar o objetivo de eficiência, pois não basta levar água para toda a população, como no objetivo tradicional, mas fazê-lo com eficiência, o que significa reduzir as perdas totais, atingir 100% de hidrometração, implantar macromedição, zoneamento piezométrico, setorização entre outros. Conseqüentemente, foram propostas metas para cada componente; por exemplo, universalizar o abastecimento de água potável até 2018; a coleta de esgotos até 2020, e, o respectivo tratamento até 2025; logo 100% de atendimento.

Enfim, em função das metas são definidas as ações, as quais são divididas em projetos. Por exemplo, elaborar projetos de coleta de esgotos sanitários, programas de educação sanitária e ambiental, e, obras tendo como objetivo executar uma Estação de Tratamento de Esgotos Sanitários (ETEs). Para isso, necessário se faz ter projetos. A ação nada mais faz do que especificar o que deve ser feito para alcançar a meta pretendida, o que inclui programas e obras. Dessa forma, as ações são compostas por um conjunto de proposições distribuídas no tempo que estão alinhadas com as grandes diretrizes adotadas e objetivos decorrentes, mas concretizadas numericamente em metas, o que permite o controle social.

Para cada um dos componentes, as proposições foram colocadas em etapas, a saber: imediata, curta, média e longa, respectivamente 2, 3, 5 e 10 anos. Além disso, foram consideradas todas as unidades dos sistemas, incluindo as ligações prediais, hidrômetros e respectivo abrigo, pois o aumento do índice de hidrometração relaciona-se diretamente com a redução de perdas de água, diretriz aqui adotada. Para esgotos, também se previram proposições a partir do ramal domiciliar. A consideração das ligações prediais, implantação e mesmo troca, se faz necessária, pois a experiência mostra que não basta ter a rede na rua,

principalmente de esgotos sanitários, pois a experiência mostra que não basta ter a rede na rua, principalmente de esgotos sanitários, se os domicílios não se ligarem à mesma. Os esgotos continuariam a prejudicar a saúde da população e do meio ambiente. Daí a importância de prever a ligação predial e os custos decorrentes da sua implantação.

O planejamento cumpre seu papel ao sair do estado atual de prestação de serviços de saneamento no Município e chegar a um estado futuro desejado, porque foram feitas proposições alinhadas com a diretriz de saneamento eficiente para todos; concretamente articuladas por ações, isto é, projetos, programas e obras para que sejam cumpridas as metas de 100% de atendimento. Se o PMSB não for visto como um importante instrumento de tomada de decisão para chegar a um estado futuro desejado, se chega-se-ia, apenas, a um estado tendencial, com todos os problemas conhecidos, os quais, provavelmente, se acentuariam com o decorrer do tempo e inação ou ação pouco efetiva.

As proposições para cada componente do saneamento básico do Município de Paraíba do Sul foram feitas a partir do levantamento das condições operacionais atuais e dos resultados das oficinas com a participação social. A elaboração do diagnóstico técnico exigiu várias visitas a campo com a finalidade de identificar a situação atual de cada sistema, apontando eventuais falhas e/ou deficiências operacionais. Foram obtidas as condições operacionais atuais das unidades que compõem o saneamento básico do Município.

Quanto aos resultados das oficinas com a participação social, estes foram obtidos a partir de duas reuniões comunitárias realizadas no Município. A primeira oficina comunitária, componente da Etapa 3, Leitura Comunitária, consistiu na interação da equipe técnica com a comunidade, objetivando a apresentação das responsabilidades delegadas ao Município pela Lei Federal 11.445/2007. Além disto, contribuiu com a consolidação do diagnóstico técnico. O objetivo dessa etapa foi atingido, pois foi despertado na população o caráter responsável e participativo, com ênfase na responsabilização pelo planejamento do PMSB, de maneira clara e objetiva; com garantias de que o mesmo não seja responsabilidade exclusiva de especialistas, mas, também passe pela participação dos cidadãos, enriquecendo-o com suas diferentes interpretações relativas aos diversos segmentos sociais do Município.

Na etapa 4 foi realizada a segunda oficina comunitária, denominada “Oficina de Visão de Futuro”. Nela, os munícipes delinearam suas ambições, descrevendo o quadro futuro que desejam atingir, identificando suas aspirações, e, criando um clima de envolvimento e comprometimento com o futuro do Município. Nessa etapa, consolidou-se a importância de que o processo participativo ocorrerá durante todas as fases, inclusive na elaboração futura das revisões do atual plano. Conforme os objetivos da lei, a “semente” lançada de mobilização social durante a elaboração do plano, se consolida como controle social, cujo formato depende de cada município, sendo que poderá ocorrer de diversas formas: como conselho,

seminários periódicos ou outros. Mais informações quanto ao controle social na elaboração do presente plano são apresentadas no Capítulo 12.

Com base nessa interação técnico-social, por meio das duas oficinas, diagnóstico e visão do futuro, apresentam-se as proposições para os três elementos que compõem o saneamento básico, ou sejam: drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, consolidadas a partir destas oficinas locais. Neste item são colocadas mais as proposições físicas para os sistemas que compõem o saneamento básico, deixando para o item em sequência, outras ações constituindo um conjunto que visa à consecução das determinações do PMSB no Município.

### **6.1 Cenários para a universalização dos serviços de saneamento**

---

O plano de saneamento objetiva estabelecer um caminho seguro para que o Município alcance a universalização da prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo das águas pluviais urbanas. Estabelecer um único caminho levaria a um risco para o titular do serviço, tendo em vista o grande problema que é a alocação de recursos financeiros para executar tudo o que é necessário como projetos, programas, ações e obras. A realidade é mais complexa, e, mesmo se prevendo em Lei a revisão do plano, a cada quatro anos, faz-se necessário considerar possíveis cenários de universalização, principalmente nesse primeiro plano.

Os cenários de investimentos dividem-se conforme dois critérios: de engenharia e de disponibilidade de recursos. Para esses casos, foram obtidos os custos necessários para alcançar a universalização, sendo o Cenário 1, tendencial, ou seja, aquele no qual se manteriam os parâmetros atuais quanto aos elementos lineares em relação às redes. Observando os dados coletados em campo, bem como os informados pelos 16 municípios do Médio Paraíba no Sistema Nacional de Informação de Saneamento (SNIS, 2010 e 2011), verificou-se que em média há 6 m de rede de água e 5 m de rede de esgoto por habitante. Mesmo que não sejam condições ideais, são as tendenciais observadas e refletem a forma de construção da cidade na região.

O Cenário 1, Tendencial, foi subdividido em “A”, com maior disponibilidade de recursos financeiros, e, “B”, com limitação de recursos, conforme a atual situação encontrada, mas, pressupondo um avanço, mesmo que modesto, na forma de gestão dos serviços de saneamento. Para o caso “A”, a maior disponibilidade de recursos seria, por exemplo, causada

por arranjos regionais de prestação de serviços de saneamento, uma tendência mundial, pois aumenta a escala dos mesmos, bem como partilha os custos, principalmente os fixos.

Para o Estado do Rio de Janeiro, essa possibilidade torna-se mais concreta, porque há recursos públicos de uso potencial, o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM). Conforme obtido no sítio da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA-RJ), o referido fundo tem as seguintes características:

O FECAM foi criado pela Lei 1.060, de 10 de novembro de 1986, e, posteriormente alterado pelas Leis: 2.575, de 19 de junho de 1996; 3.520, de 27 de dezembro de 2000; e, 4.143, de 28 de agosto de 2003; com o objetivo de atender às necessidades financeiras de projetos e programas ambientais e de desenvolvimento urbano, em consonância com o disposto no parágrafo 3º do artigo 263 da Constituição Estadual. Os recursos do FECAM, cerca de R\$ 300 milhões/ano, são oriundos, dentre outros, de 5% dos royalties do petróleo, atribuído ao Estado do Rio de Janeiro, bem como do resultado de multas administrativas aplicadas e condenações judiciais por irregularidade constatadas pelos órgãos fiscalizadores do meio ambiente.

O FECAM é representado por um Secretário-Executivo e reporta-se ao titular da Secretaria de Estado do Ambiente. É gerido por um Conselho Superior, presidido pelo titular da Secretaria de Estado do Ambiente e integrado por um representante das Secretarias Estaduais de Fazenda, de Planejamento e Gestão, e, das seguintes entidades: FIRJAN; INEA e a APEDEMA.

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN); Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a Assembleia Permanente das Entidades de Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA).

O FECAM financia projetos ambientais e para o desenvolvimento urbano em todo o Estado do Rio de Janeiro, englobando diversas áreas, tais como; reflorestamento, recuperação de áreas degradadas, canalização de cursos d'água, educação ambiental, implantação de novas tecnologias menos poluentes, despoluição de praias e saneamento.

O FECAM busca, assim, atender as necessidades ambientais do Estado, minorando seu passivo ambiental.

Com essas características e potencial econômico, o Estado do Rio de Janeiro tem condições diferenciadas de alavancar a prestação de serviços em saneamento, notadamente quanto à coleta e tratamento de esgotos. Portanto, se no caso “A” se supõe maior disponibilidade de recursos financeiros, tendo como maior fonte o FECAM, no cenário “B” manter-se-ia a modéstia atual quanto à aplicação de recursos para o saneamento. Basicamente, nesse último caso, a fonte de investimentos seria o orçamento do município ou, mesmo, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE). No entanto, deve ser esclarecido que o escopo dos investimentos propostos no PMSB é o mesmo, sendo somente diferenciado quanto à sua concretização no tempo, isto é, havendo recursos disponibilizados pelo Estado e regionalização de prestação dos serviços; caso ocorra, é possível antecipar os investimentos no cenário “B”, com vistas à sua transformação em cenário “A”. Uma Estação de Tratamento de Esgoto - ETE prevista, por exemplo, para 2023 seria antecipada para 2017.



O Cenário 2, ideal, é aquele no qual se emprega o estado da arte da tecnologia em engenharia sanitária. Supõe-se que ao longo do tempo, mesmo com um longo prazo além do horizonte desse plano; a exemplo, 20 anos, as áreas urbanas do Município contassem com redes de água em anel, passando pela calçada, e, alimentadas também por anéis principais; são as denominadas redes por anel, setorizadas, possibilitando a colocação de macromedidores para o controle das perdas por setor. Em relação ao esgotamento sanitário, admite-se rede coletora comum aos dois lados da rua, logo atendendo domicílios ~~opostos~~; cobrindo todas as ruas, e, contando com os elementos de inspeção necessários. Evidentemente, por pressupor mais elementos lineares, ocasionaria um montante maior de investimentos.

O Cenário “Ideal”, também, se divide em “A” e “B”, sendo, caso “A”, com maior disponibilidade de recursos; e B, com menor disponibilidade. O que muda nesse cenário é a condição de engenharia das redes, sejam as de água, sejam as de esgotos.

O esquema a seguir resume a lógica dos cenários de investimentos para alcançar a universalização dos serviços de saneamento:

- **Cenário 1:** “Tendencial” quanto à engenharia dos elementos lineares, rede de água e de esgotos, mantendo e aprimorando as condições atuais, quais sejam, cerca de 5 m de rede de esgotos e 6 m de rede de água por habitante. Subdividido em “A”, regionalização e disponibilidade de recursos e “B”, investimentos limitados, mantendo a tendência atual, mesmo que pouco a pouco aprimorada no horizonte do planejamento.
- **Cenário 2:** “Ideal” quanto à engenharia dos elementos lineares, rede de água e de esgotos. Também é subdividido em “A”, regionalização e disponibilidade de recursos e “B”, investimentos limitados, mantendo a tendência atual, mesmo que pouco a pouco aprimorada no horizonte de planejamento.

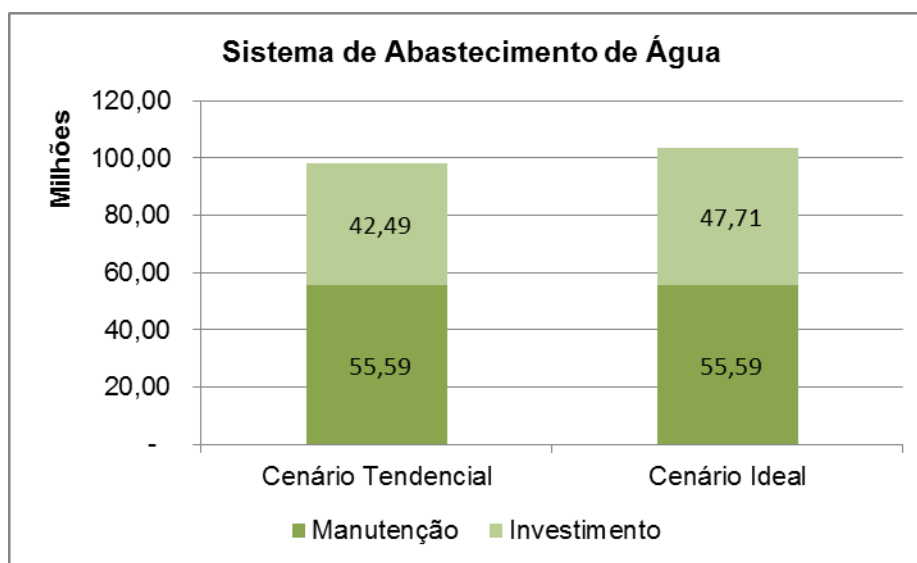
Esse exercício de cenários foi feito através da consultoria e apresentado aos Municípios para sua manifestação. Em função de incertezas quanto à continuidade dos investimentos, houve a opção pelo cenário mais conservador em termos de engenharia e investimentos, de forma que aqui se coloca aquele denominado como “1B”, tendencial em termos de engenharia e sequência mais modesta de investimentos. Na medida em que se confirmar uma alocação de recursos por parte do Governo Estadual, é possível concretizar os investimentos em prazo mais curto, tendendo ao cenário “1A”.

## 6.2. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- Objetivo: universalizar o abastecimento de água conforme uma prestação de serviço eficiente, distribuindo água dentro dos padrões de potabilidade e com baixo índice de perdas.
- Meta: atingir 100% de atendimento em 2018.

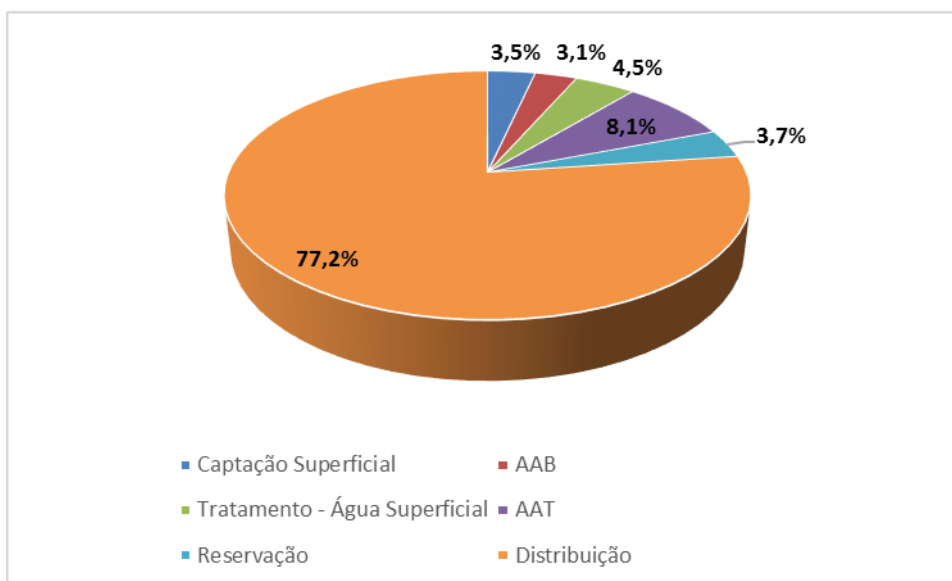
Os valores totais de investimento em infraestrutura e custos de manutenção da sede de Paraíba do Sul para os Cenários “1” (Tendencial) e “2” (Ideal) são apresentados na Figura 44, lembrando que somente a composição física do cenário selecionado, “1B”, tendencial de engenharia e modesta quanto aos investimentos, é detalhada. A Figura 44 auxilia a compreensão dos resultados de cada cenário em termos comparativos.

Figura 44 – Investimentos totais no SAA na sede por Cenário

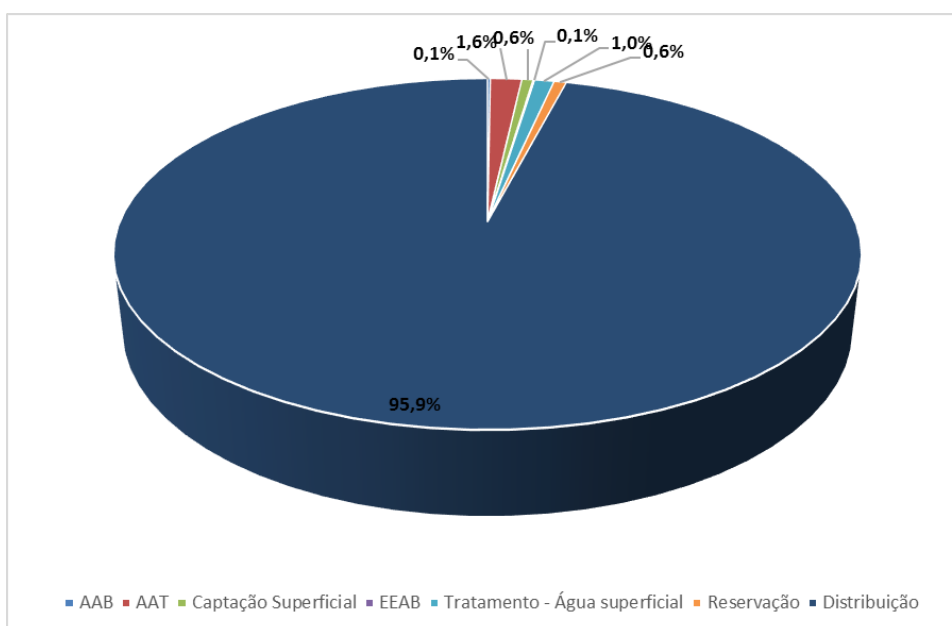


Fonte: Vallenge, 2013

As porcentagens de investimento para manutenção e implantação de cada serviço para o cenário tendencial considerando o valor total está evidenciada nas Figuras 45 e 46.

**Figura 45 – Porcentagem de Investimento em Implantação - SAA**

Fonte: Vallenge, 2013

**Figura 46 – Porcentagem de Investimento em Manutenção - SAA**

Fonte: Vallenge, 2013

Para o Cenário “1B” as proposições para o sistema de abastecimento de água da sede e distritos no Município, divididas em prazo imediato, curto, médio e longo estão resumidas nos Quadros 32, 33, 34, 35, 36 e 37, a seguir.

**Quadro 32 – Investimentos para a universalização do SAA no distrito Sede e Salutaris – Cenário 1B**

PROPOSIÇÕES PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		PRAZO/ CUSTO R\$			
		IMEDIATO (2014-2015)	CURTO (2016-2018)	MÉDIO (2019-2028)	LONGO (2029-2033)
Captação Superficial	Outorga e renovação da captação superficial				5.000,00
	Implantar controle de acesso (cercamento + sinalização)	10.000,00			
	Ampliar a oferta de água captada em 34 L/s (projeto e implantação)	71.000,00	1.401.000,00		
AAB	Projeto e implantação (caso necessário em função da ampliação da captação)		1.308.000,00		
Tratamento - água superficial	Ampliar a oferta de água tratada em 27 L/s (Projeto e implantação)	56.000,00	1.113.000,00		
	Projeto e implantação do sistema de tratamento de lodos	35.000,00	700.000,00		
AAT	Projeto e implantação de adutoras, inclusive anéis de distribuição	164.000,00	1.635.000,00	1.635.000,00	
Reservação	Ampliar o volume de reservação em 3.500 m³ (Projeto e implantação)	74.600,00	1.491.000,00		
Distribuição	Cadastro das unidades do SAA	988.000,00	988.000,00		
	Rede de distribuição (atendimento de déficit e ampliação)	0,00	1.897.000,00	7.113.000,00	20.241.000,00
	Macromedição e setorização		44.900,00		
	Ligações de água (atendimento de déficit e ampliação)	0,00	166.000,00	166.000,00	106.000,00
	Padronização de cavalete			367.000,00	
	Hidrômetros (atendimento de déficit e ampliação)	0,00	177.000,00	331.000,00	211.000,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>1.398.600,00</b>	<b>10.920.900,00</b>	<b>9.612.000,00</b>	<b>20.563.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>42.494.500,00</b>			

Por ano no período	699.300,00	3.640.300,00	961.200,00	4.112.600,00
--------------------	------------	--------------	------------	--------------

Fonte: Vallenge, 2013

**Quadro 33 – Custos de manutenção do SAA no distrito Sede e Salutaris – Cenário 1B**

PROPOSIÇÕES PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		PRAZO/ CUSTO R\$			
		IMEDIATO (2014-2015)	CURTO (2016-2018)	MÉDIO (2019-2028)	LONGO (2029-2033)
AAB	Manutenção e substituição de trechos			41.000,00	41.000,00
AAT	Manutenção e substituição de trechos			450.000,00	450.000,00
Captação Superficial	Reforma e atualização da unidade			322.000,00	
EEAB	Reforma e atualização da unidade			40.000,00	
Tratamento - água superficial	Reforma e atualização das unidades			282.000,00	282.000,00
Reservação	Reforma e atualização das unidades			177.000,00	177.000,00
Distribuição	Rede de distribuição (Substituição)	480.700,00	721.000,00	28.357.300,00	18.505.000,00
	Ligações de água (Substituição)	106.000,00	168.000,00	569.000,00	285.000,00
	Hidrômetros (Substituição)	407.000,00	617.000,00	2.077.000,00	1.039.000,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>993.700,00</b>	<b>1.506.000,00</b>	<b>32.315.300,00</b>	<b>20.779.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>55.594.000,00</b>			

Por ano no período	496.850,00	502.000,00	3.231.530,00	4.155.800,00
--------------------	------------	------------	--------------	--------------

Fonte: Vallenge, 2013

**Quadro 34 – Investimentos para a universalização do SAA no distrito Inconfidência – Cenário 1B**

PROPOSIÇÕES PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		PRAZO/ CUSTO R\$			
		IMEDIATO (2014-2015)	CURTO (2016-2018)	MÉDIO (2019-2028)	LONGO (2029-2033)
Captação Superficial	Outorga e renovação da captação	5.000,00			5.000,00
	Projeto e implantação de sistema de captação para vazão de 3,5 L/s	11.000,00	202.000,00		
AAB	Projeto e implantação	8.000,00	144.000,00		
EEAB e AT	Projeto e implantação	3.000,00	49.000,00		
Tratamento - água superficial	Projeto e implantação de sistema de tratamento para vazão de 3,5 L/s	12.000,00	227.000,00		
AAT	Projeto e implantação de adutoras, inclusive anéis de distribuição	15.000,00	144.000,00	144.000,00	
Reservação	Projeto e implantação de reservatório com capacidade para 100 m³	15.000,00	297.000,00		
Distribuição	Cadastro das unidades do SAA	78.000,00	78.000,00		
	Rede de distribuição (atendimento de déficit e ampliação)	0,00	13.700,00	71.000,00	161.300,00
	Macromedicação e setorização		23.000,00		
	Ligações de água (atendimento de déficit e ampliação)	0,00	3.000,00	11.000,00	7.000,00
	Padronização de cavalete			9.000,00	
	Hidrômetros (atendimento de déficit e ampliação)	0,00	6.000,00	21.000,00	14.000,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>147.000,00</b>	<b>1.186.700,00</b>	<b>256.000,00</b>	<b>187.300,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.777.000,00</b>			

Por ano no período	73.500,00	395.566,67	25.600,00	37.460,00
--------------------	-----------	------------	-----------	-----------

Fonte: Vallenge, 2013

**Quadro 35 – Custos de manutenção do SAA no distrito Inconfidência – Cenário 1B**

PROPOSIÇÕES PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		PRAZO/ CUSTO R\$			
		IMEDIATO (2014-2015)	CURTO (2016-2018)	MÉDIO (2019-2028)	LONGO (2029-2033)
Captação Superficial	Reforma e atualização das unidades				19.000,00
AAB	Manutenção e substituição de trechos			21.000,00	21.000,00
AAT	Manutenção e substituição de trechos				21.000,00
EEAB e AT	Reforma e atualização das unidades				40.000,00
Tratamento - água superficial	Reforma e atualização das unidades				22.000,00
Reservação	Reforma e atualização das unidades			17.000,00	17.000,00
Distribuição	Rede de distribuição (Substituição)	1.900,00	2.800,00	110.100,00	72.200,00
	Ligações de água (Substituição)	3.000,00	4.000,00	12.000,00	6.000,00
	Hidrômetros (Substituição)	1.000,00	1.000,00	3.000,00	2.000,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>5.900,00</b>	<b>7.800,00</b>	<b>163.100,00</b>	<b>220.200,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>397.000,00</b>			

Por ano no período	2.950,00	2.600,00	16.310,00	44.040,00
--------------------	----------	----------	-----------	-----------

Fonte: Vallenge, 2013



**Quadro 36 – Investimentos para a universalização do SAA no distrito Werneck–  
Cenário 1B**

PROPOSIÇÕES PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		PRAZO/ CUSTO R\$			
		IMEDIATO (2014-2015)	CURTO (2016-2018)	MÉDIO (2019-2028)	LONGO (2029-2033)
Captação Superficial	Outorga e renovação da captação	5.000,00			5.000,00
	Ampliar a oferta de água captada até 18 L/s (projeto e implantação) - <u>caso necessário</u>	52.000,00	1.039.000,00		
AAB	Projeto e implantação ( <u>caso necessário</u> )	15.000,00	287.000,00		
Tratamento - água superficial	Ampliar a oferta de água tratada até 17 L/s (Projeto e implantação) - <u>caso necessário</u>	56.000,00	1.101.000,00		
	Projeto e implantação do sistema de tratamento de lodos	35.000,00	700.000,00		
AAT	Projeto e implantação de adutoras, inclusive anéis de distribuição	15.000,00	144.000,00	144.000,00	
Reservação	Ampliar o volume de reservação até 490 m <sup>3</sup> (Projeto e implantação) - <u>caso necessário</u>	73.000,00	1.452.000,00		
Distribuição	Cadastro das unidades do SAA	144.000,00	144.000,00		
	Rede de distribuição (atendimento de déficit e ampliação)	0,00	54.800,00	146.000,00	561.200,00
	Macromedição e setorização		22.500,00		
	Ligações de água (atendimento de déficit e ampliação)	0,00	6.000,00	24.000,00	15.000,00
	Padronização de cavalete			45.000,00	
	Hidrômetros (atendimento de déficit e ampliação)	0,00	28.000,00	48.000,00	29.000,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>395.000,00</b>	<b>4.978.300,00</b>	<b>407.000,00</b>	<b>610.200,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>6.390.500,00</b>			

Por ano no período	197.500,00	1.659.433,33	40.700,00	122.040,00
--------------------	------------	--------------	-----------	------------

Fonte: Vallenge, 2013

**Quadro 37 – Custos de manutenção do SAA no distrito Werneck – Cenário 1B**

PROPOSIÇÕES PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		PRAZO/ CUSTO R\$			
		IMEDIATO (2014-2015)	CURTO (2016-2018)	MÉDIO (2019-2028)	LONGO (2029-2033)
Captação Superficial	Reforma e atualização das unidades				78.000,00
AAB	Manutenção e substituição de trechos			21.000,00	21.000,00
AAT	Manutenção e substituição de trechos			21.000,00	21.000,00
EEAB e AT	Reforma e atualização das unidades			40.000,00	40.000,00
Tratamento - água superficial	Reforma e atualização das unidades			44.000,00	44.000,00
Reservação	Reforma e atualização das unidades			69.000,00	69.000,00
Distribuição	Rede de distribuição (Substituição)	6.300,00	9.500,00	371.700,00	243.500,00
	Ligações de água (Substituição)	13.000,00	19.000,00	64.000,00	32.000,00
	Hidrômetros (Substituição)	1.000,00	4.000,00	13.000,00	7.000,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>20.300,00</b>	<b>32.500,00</b>	<b>643.700,00</b>	<b>555.500,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.252.000,00</b>			

Por ano no período	10.150,00	10.833,33	64.370,00	111.100,00
--------------------	-----------	-----------	-----------	------------

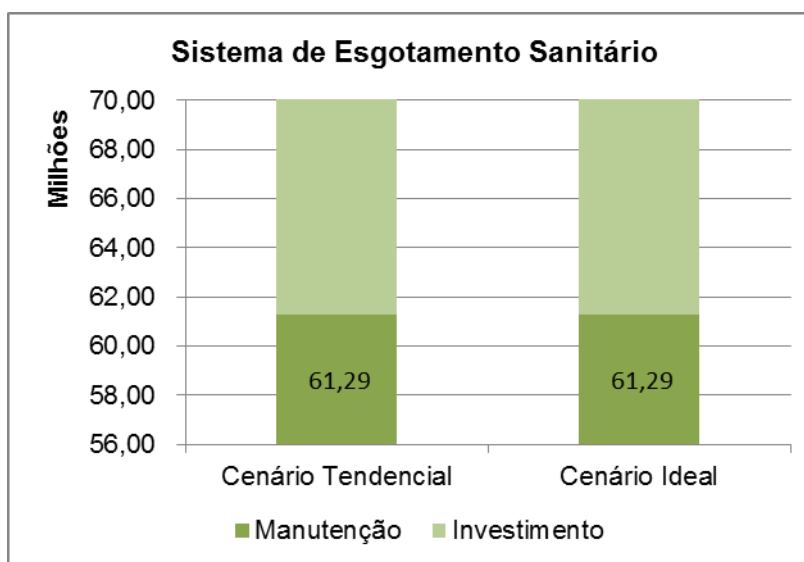
Fonte: Valenge, 2013

### 6.3 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

- Objetivo: universalizar o esgotamento sanitário conforme uma prestação de serviço eficiente, com alto índice de coleta e tratamento.
- Meta: atingir 100% de coleta e afastamento de esgotos em 2020 e tratamento de esgotos em 2025, empregando técnicas que mais se adéquam ao Município.

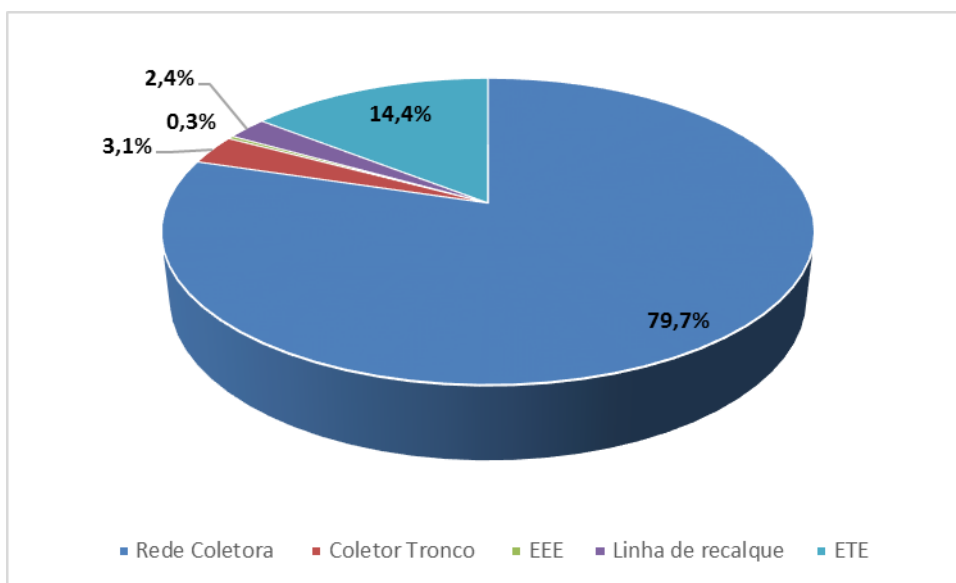
Os valores totais de investimento em infraestrutura e custos de manutenção da sede de Paraíba do Sul para os Cenários “1” (Tendencial) e “2” (Ideal) são apresentados na Figura 47. No entanto, será apresentado em detalhes o escopo do cenário “1B” por ser o selecionado.

**Figura 47 – Investimentos totais no SES na sede por Cenário**

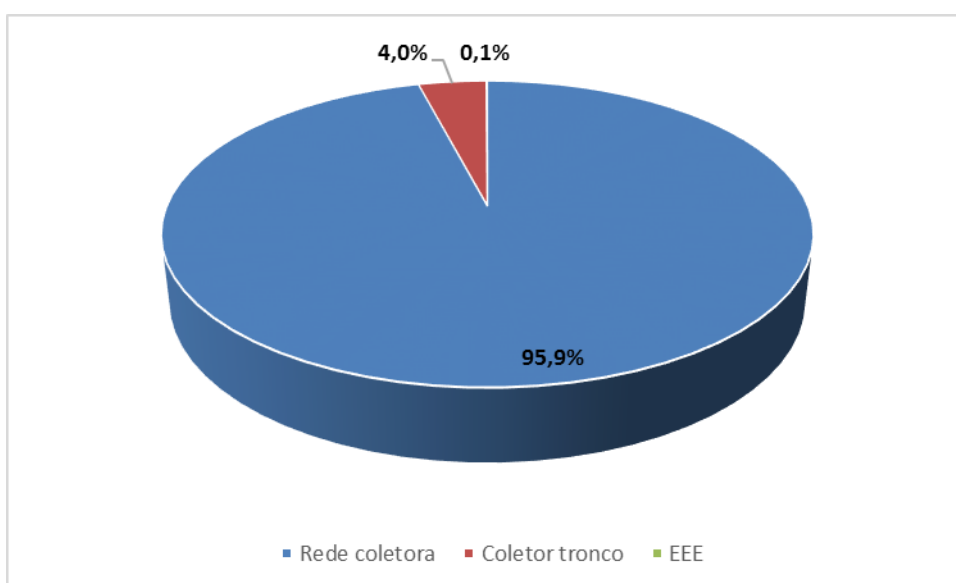


Fonte: Vallengue, 2013

As porcentagens de investimento para manutenção e implantação de cada serviço para o Cenário Tendencial, considerando o valor total estão sendo mostradas nas Figuras 48 e 49.

**Figura 48 – Porcentagem de Investimento em Implantação - SES**

Fonte: Vallenge, 2013

**Figura 49 – Porcentagem de Investimento em Manutenção - SES**

Fonte: Vallenge, 2013.

Para o Cenário “1B” as proposições para o sistema de esgotamento sanitário da sede e distritos, divididas em prazos: imediato, curto, médio e longo, estão resumidas nos Quadros 38, 39, 40, 41, 42 e 43, a seguir.

**Quadro 38 – Investimentos para a universalização do SES no distrito Sede e Salutaris –  
Cenário 1B**

PROPOSIÇÕES PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO		PRAZO/ CUSTO R\$			
		IMEDIATO (2014-2015)	CURTO (2016-2018)	MÉDIO (2019-2028)	LONGO (2029-2033)
Rede coletora	Cadastro das unidades do SES	988.000,00	988.000,00		
	Rede de esgoto (atendimento de déficit e ampliação)	0,00	3.618.000,00	6.531.000,00	35.471.000,00
	Ligações de esgoto (atendimento de déficit e ampliação)	0,00	3.349.000,00	962.000,00	612.000,00
Coletor Tronco e Intercep.	Projeto e implantação de coletor tronco e/ou interceptores		99.000,00	984.000,00	984.000,00
EEE	Projeto e Implantação de 1 EEE		10.000,00	200.000,00	
Linha de recalque	Projeto e implantação de linhas de recalque		75.000,00	750.000,00	750.000,00
ETE	Universalizar o atendimento de esgoto tratado (projeto e implantação)		452.000,00	9.034.000,00	
<b>SUBTOTAL</b>		<b>988.000,00</b>	<b>8.591.000,00</b>	<b>18.461.000,00</b>	<b>37.817.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>65.857.000,00</b>			

Por ano no período	494.000,00	2.863.666,67	1.846.100,00	7.563.400,00
--------------------	------------	--------------	--------------	--------------

Fonte: Vallenge, 2013

**Quadro 39 – Custos de manutenção do SES no distrito Sede – Cenário 1B**

PROPOSIÇÕES PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO		PRAZO/ CUSTO R\$			
		IMEDIATO (2014-2015)	CURTO (2016-2018)	MÉDIO (2019-2028)	LONGO (2029-2033)
Rede coletora	Rede de esgoto (Substituição)	246.400,00	38.785.600,00	12.319.000,00	6.160.000,00
	Ligações de esgoto (Substituição)	106.000,00	192.000,00	657.000,00	329.000,00
Coletor Tronco e Intercep.	Manutenção e substituição de trechos			1.229.000,00	1.229.000,00
EEE	Reforma e atualização das unidades				40.000,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>352.400,00</b>	<b>38.977.600,00</b>	<b>14.205.000,00</b>	<b>7.758.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>61.293.000,00</b>			

Por ano no período	176.200,00	12.992.533,33	1.420.500,00	1.551.600,00
--------------------	------------	---------------	--------------	--------------

Fonte: Vallenge, 2013

**Quadro 40 – Investimentos para a universalização do SES no distrito Inconfidência – Cenário 1B**

PROPOSIÇÕES PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO		PRAZO/ CUSTO R\$			
		IMEDIATO (2014-2015)	CURTO (2016-2018)	MÉDIO (2019-2028)	LONGO (2029-2033)
Rede coletora	Cadastro das unidades do SES	55.000,00	55.000,00		
	Rede de esgoto (atendimento de déficit e ampliação)	0,00	35.800,00	258.000,00	411.200,00
	Ligações de esgoto (atendimento de déficit e ampliação)	0,00	74.000,00	90.000,00	40.000,00
Coletor Tronco e Intercep.	Projeto e implantação de coletor tronco e/ou interceptores	50.000,00	492.000,00	492.000,00	
EEE	Projeto e Implantação de 1 EEE		10.000,00	200.000,00	
Linha de recalque	Projeto e implantação de linhas de recalque	23.000,00	225.000,00	225.000,00	
ETE	Universalizar o atendimento de esgoto tratado (projeto e implantação)		41.000,00	809.000,00	
<b>SUBTOTAL</b>		<b>128.000,00</b>	<b>932.800,00</b>	<b>2.074.000,00</b>	<b>451.200,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>3.586.000,00</b>			

Por ano no período	64.000,00	310.933,33	207.400,00	90.240,00
--------------------	-----------	------------	------------	-----------

Fonte: Vallenge, 2013

**Quadro 41 – Custos de manutenção do SES no distrito Inconfidência – Cenário 1B**

PROPOSIÇÕES PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO		PRAZO/ CUSTO R\$			
		IMEDIATO (2014-2015)	CURTO (2016-2018)	MÉDIO (2019-2028)	LONGO (2029-2033)
Coletor Tronco e Intercep.	Manutenção e substituição de trechos			62.000,00	62.000,00
EEE	Reforma e atualização das unidades				40.000,00
Linha de recalque	Reforma e atualização das unidades				90.000,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>62.000,00</b>	<b>192.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>254.000,00</b>			

Por ano no período	0,00	0,00	6.200,00	38.400,00
--------------------	------	------	----------	-----------

Fonte: Vallenge, 2013

**Quadro 42 – Investimentos para a universalização do SES no distrito Werneck – Cenário 1B**

PROPOSIÇÕES PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO		PRAZO/ CUSTO R\$			
		IMEDIATO (2014-2015)	CURTO (2016-2018)	MÉDIO (2019-2028)	LONGO (2029-2033)
Rede coletora	Cadastro das unidades do SES	144.000,00	144.000,00		
	Rede de esgoto (atendimento de déficit e ampliação)	0,00	107.600,00	679.000,00	1.128.400,00
	Ligações de esgoto (atendimento de déficit e ampliação)	0,00	356.000,00	295.000,00	83.000,00
Coletor Tronco e Intercep.	Projeto e implantação de coletor tronco e/ou interceptores	123.000,00	1.229.000,00	1.229.000,00	
EEE	Projeto e Implantação de 1 EEE		10.000,00	185.000,00	
Linha de recalque	Projeto e implantação de linhas de recalque	75.000,00	750.000,00	750.000,00	
ETE	Universalizar o atendimento de esgoto tratado (projeto e implantação)		167.000,00	1.666.000,00	1.666.000,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>342.000,00</b>	<b>2.763.600,00</b>	<b>4.804.000,00</b>	<b>2.877.400,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>10.787.000,00</b>			

Por ano no período	171.000,00	921.200,00	480.400,00	575.480,00
--------------------	------------	------------	------------	------------

Fonte: Vallenge, 2013

**Quadro 43 – Custos de manutenção do SES no distrito Werneck – Cenário 1B**

PROPOSIÇÕES PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO		PRAZO/ CUSTO R\$			
		IMEDIATO (2014-2015)	CURTO (2016-2018)	MÉDIO (2019-2028)	LONGO (2029-2033)
Coletor Tronco e Intercep.	Manutenção e substituição de trechos			185.000,00	185.000,00
EEE	Reforma e atualização das unidades				37.000,00
Linha de recalque	Reforma e atualização das unidades				150.000,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>185.000,00</b>	<b>372.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>557.000,00</b>			

Por ano no período	0,00	0,00	18.500,00	74.400,00
--------------------	------	------	-----------	-----------

Fonte: Vallenge, 2013

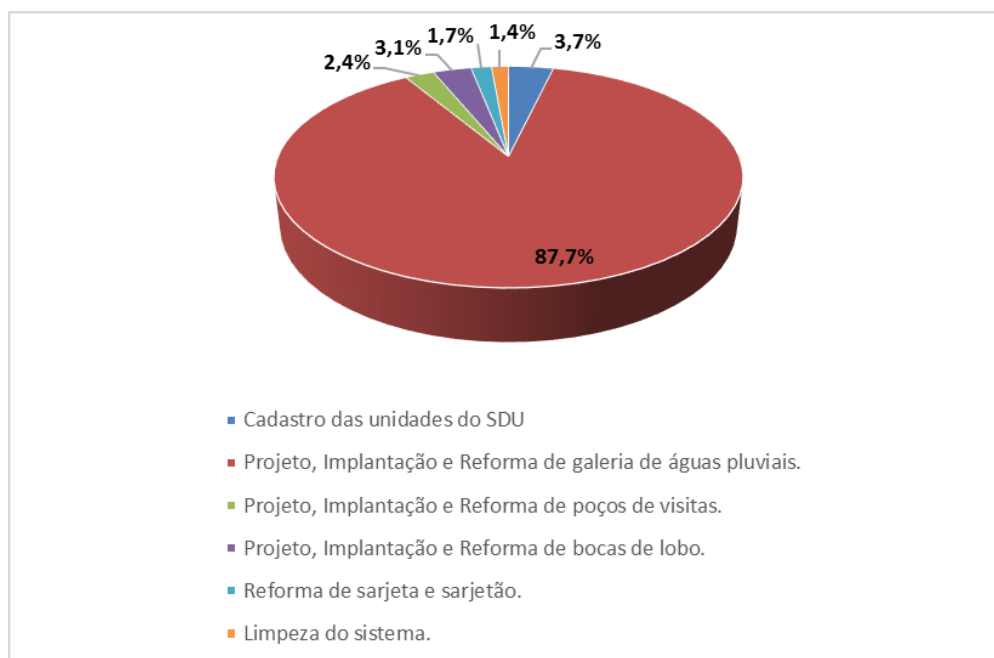


## 6.4 DRENAGEM URBANA

- Objetivo: universalizar a prestação de serviço eficiente em drenagem urbana, captando um maior volume de águas pluviais, evitando enchentes e erosão.
- Meta: atingir 100% de atendimento em 2033.

As porcentagens de investimento para o serviço considerando o valor total está sendo mostrada na Figura 50.

Figura 50 – Porcentagem de Investimento – SDU



Fonte: Vallenge, 2013

As proposições para o Sistema de Drenagem Urbana, tratadas em termos de microdrenagem, estão colocadas nos Quadros 44, a seguir.

**Quadro 44 – Proposições, custos e prazos para a universalização do SDU no distrito Sede**

PROPOSIÇÕES PARA O SISTEMA DE DRENAGEM URBANA		PRAZO/ CUSTO (R\$)			
		IMEDIATO (2014-2015)	CURTO (2016-2018)	MÉDIO (2019-2028)	LONGO (2029-2033)
Rede de drenagem	Cadastro das unidades do SDU	988.000,00	988.000,00		
	Projeto de galerias de águas pluviais	882.000,00			
	Implantação de galerias de águas pluviais		8.819.000,00	8.819.000,00	
	Reforma de galerias			11.127.000,00	17.197.000,00
	Projeto de poços de visitas	33.000,00			
	Implantação de poços de visitas			330.000,00	330.000,00
	Reforma de poços de visita			232.000,00	358.000,00
	Projeto de bocas de lobo	68.000,00			
	Implantação de bocas de lobo			680.000,00	680.000,00
	Reforma de bocas de lobo			124.000,00	128.000,00
	Reforma de sarjeta e sarjetão			443.000,00	457.000,00
	Limpeza do sistema		234.000,00	253.000,00	261.000,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>1.971.000,00</b>	<b>10.041.000,00</b>	<b>22.008.000,00</b>	<b>19.411.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>53.431.000,00</b>			

Por ano no período	985.500,00	3.347.000,00	2.200.800,00	3.882.200,00
--------------------	------------	--------------	--------------	--------------

Fonte: Vallenge, 2013

**Quadro 45 – Proposições, custos e prazos para a universalização do SDU no distrito Inconfidência**

PROPOSIÇÕES PARA O SISTEMA DE DRENAGEM URBANA		PRAZO/ CUSTO (R\$)			
		IMEDIATO (2014-2015)	CURTO (2016-2018)	MÉDIO (2019-2028)	LONGO (2029-2033)
Rede de drenagem	Cadastro das unidades do SDU	55.000,00	55.000,00		
	Implantação de galerias de águas pluviais		475.000,00	475.000,00	
	Reforma de galerias			552.000,00	926.000,00
	Projeto de poços de visitas	2.000,00			
	Implantação de poços de visitas			18.000,00	18.000,00
	Reforma de poços de visita			12.000,00	20.000,00
	Projeto de bocas de lobo	3.000,00			
	Implantação de bocas de lobo			29.000,00	29.000,00
	Reforma de bocas de lobo			10.000,00	11.000,00
	Reforma de sarjeta e sarjetão			35.000,00	39.000,00
	Limpeza do sistema		4.000,00	5.000,00	6.000,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>108.000,00</b>	<b>534.000,00</b>	<b>1.136.000,00</b>	<b>1.049.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>2.827.000,00</b>			

Por ano no período	54.000,00	178.000,00	113.600,00	209.800,00
--------------------	-----------	------------	------------	------------

Fonte: Vallenge, 2013

**Quadro 46 – Proposições, custos e prazos para a universalização do SDU no distrito Werneck**

PROPOSIÇÕES PARA O SISTEMA DE DRENAGEM URBANA		PRAZO/ CUSTO (R\$)			
		IMEDIATO (2014-2015)	CURTO (2016-2018)	MÉDIO (2019-2028)	LONGO (2029-2033)
Rede de drenagem	Cadastro das unidades do SDU	144.000,00	144.000,00		
	Implantação de galerias de águas pluviais		1.312.000,00	1.312.000,00	
	Reforma de galerias			1.646.000,00	2.557.000,00
	Projeto de poços de visitas	5.000,00			
	Implantação de poços de visitas		49.000,00	49.000,00	
	Reforma de poços de visita			35.000,00	54.000,00
	Projeto e implantação de bocas de lobo	11.000,00			
	Projeto e implantação de bocas de lobo			102.000,00	102.000,00
	Reforma de bocas de lobo			19.000,00	19.000,00
	Reforma de sarjeta e sarjetão			66.000,00	68.000,00
	Limpeza do sistema		35.000,00	38.000,00	39.000,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>292.000,00</b>	<b>1.540.000,00</b>	<b>3.267.000,00</b>	<b>2.839.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>7.938.000,00</b>			
Por ano no período		146.000,00	513.333,33	326.700,00	567.800,00

Fonte: Vallenge, 2013

## **6.5. METAS E AÇÕES PARA O SETOR DE SANEAMENTO**

---

Dentro das diretrizes de saneamento eficiente para todos, são necessárias ações de domínio do Poder Público Municipal para a efetiva implantação do PMSB. Nesse item, apresentam-se os objetivos detalhados, as metas e as respectivas ações para que efetivamente existam condições de aplicação de todas as proposições apresentadas no PMSB e o mesmo alcance seu êxito, mudando de um cenário tendencial para o desejado.

No item anterior foram previstos investimentos físicos em unidades desses sistemas; no entanto, necessária se faz a continuidade da gestão, principalmente no tocante à operação, manutenção, e, até, reabilitação de unidades. Inicialmente colocam-se os objetivos de competência municipal, seguidos pelas ações propostas para situações de emergência. Em seguida, colocam-se os objetivos, metas e ações para cada um dos Sistemas de Saneamento.

Quadro 47 – Objetivos, metas e ações para a institucionalização do saneamento básico no município

OBJETIVOS, METAS E AÇÕES		JUSTIFICATIVA	Cronograma de implantação e início de operação			
			Imediato	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
<b>1</b>	<b>OBJETIVO 1 - INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO</b>					
<b>1.1</b>	<b>Meta 1 - Modelar política de Saneamento Básico e competências</b>					
1.1.1	Ação 1 - Análise e avaliação da legislação municipal		x			
1.1.2	Ação 2 - Implantação e formação do Conselho Municipal de Saneamento ou instância semelhante		x			
1.1.3	Ação 3 - Instituir o Fundo Municipal de Saneamento Básico		x			
1.1.4	Ação 4 - Estruturação e arranjo do órgão gestor de Saneamento		x			
1.1.5	Ação 5 - Análise para definição de agência reguladora		x			
<b>1.2</b>	<b>Meta 2 - Implantar ou fazer convênio com Agência Reguladora</b>					
1.2.1	Ação 1 - Legislação da Agência Reguladora Municipal	Instituir, implantar e consolidar os instrumentos normativos, jurídicos-administrativos e a gestão da Política Municipal de Saneamento Básico	x			
1.2.2	Ação 2 - Estudo de viabilidade da Agência Reguladora Municipal de saneamento		x			
1.2.3	Ação 3 - Implantação ou fazer convênio de serviços de com uma agência reguladora para atuação no saneamento básico do município		x			
<b>1.3</b>	<b>Meta 3 - Implantar sistema e meios de planejamento do Saneamento Básico</b>					
1.3.1	Ação 1 - Instituir o sistema municipal de planejamento e informação do saneamento		x			
1.3.2	Ação 2 - Implantar cadastro municipal georreferenciado do sistema de saneamento básico apoiado em GIS		x			
1.3.3	Ação 3 - Implantar rede de monitoramento e avaliação periódica do serviço de saneamento		x			
1.3.4	Ação 4 - Consolidação de indicadores de prestação dos serviços de saneamento		x			
<b>2</b>	<b>OBJETIVO 2 - QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O SETOR DE SANEAMENTO</b>					
<b>2.1</b>	<b>Meta 1 - Qualificação de recursos humanos para o setor de saneamento</b>					
2.1.1	Ação 1 - Gestores da administração municipal	Qualificar de forma continuada os gestores e técnicos da administração municipal envolvidos com os serviços de saneamento básico, incluindo operadores	x	x	x	x
2.1.2	Ação 2 - Técnicos da administração municipal, incluindo os que trabalham com o GIS		x	x	x	x
2.1.3	Ação 3 - Profissionais do ente regulador		x	x	x	x
2.1.4	Ação 4 - Membros do conselho municipal de saneamento ou instância semelhante		x	x	x	x
2.1.5	Ação 5 - Pessoal da Secretaria de Meio Ambiente, conforme o caso		x	x	x	x
2.1.6	Ação 6 - Equipe de educação ambiental com vistas à avaliação do PMSB		x	x	x	x
2.1.7	Ação 7 - Operadores do saneamento básico se os serviços forem municipais		x	x	x	x
2.1.8	Ação 8 - Profissionais de fiscalização dos serviços do saneamento básico		x	x	x	x
2.1.9	Ação 9 - Profissionais do sistema de planejamento e informação do saneamento básico		x	x	x	x

OBJETIVOS, METAS E AÇÕES		JUSTIFICATIVA	Cronograma de implantação e início de operação			
			Imediato	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
<b>2.2</b>	<b>Meta 2 - Atores de mecanismos de controle social</b>	Qualificar de forma continuada os gestores e técnicos da administração envolvidos com os serviços de saneamento básico, incluindo operadores, de forma a implementar ações direcionadas de mobilização social e educação ambiental				
2.2.1	Ação 1 - Profissionais dos setores de gestão, regulação e conselhos municipais, articulando-os com a Secretaria de Governo através da Assessoria de Comunicação		x	x	x	x
2.2.2	Ação 2 - Membros do organismo de controle social		x	x	x	x
2.2.3	Ação 3 - Atores sociais interessados ou delegados eleitos pela população		x	x	x	x
<b>3</b>	<b>OBJETIVO 3 - ATENDIMENTO, INFORMAÇÃO AO USUÁRIO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO</b>					
<b>3.1</b>	<b>Meta 1 - Desenvolvimento da Gestão do atendimento ao usuário e melhoria no sistema de informação</b>	Implantar e modernizar as ferramentas de gestão, a fim de atender as demandas dos usuários; desenvolver e melhorar o sistema cadastral, e disponibilizar e intercambiar informações dos serviços				
3.1.1	Ação 1 - Associar o GIS ao cadastro de usuários		x	x	x	x
3.1.2	Ação 2 - Desenvolver metodologia e pesquisas de satisfação junto aos usuários dos serviços de saneamento básico		x	x	x	x
3.1.3	Ação 3 - Desenvolver plano de melhoria no atendimento aos usuários pela concessionária e pela prefeitura, incluindo formas de diminuir o tempo de atendimento.		x	x	x	x
3.1.4	Ação 4 - Atualizar cadastro dos sistemas de abastecimento de água e serviços de esgotamento sanitário. Uso de GIS.		x	x	x	x
3.1.5	Ação 5 - Atualizar cadastro dos usuários dos serviços de limpeza pública e drenagem urbana. Uso de GIS.		x	x	x	x
3.1.6	Ação 6 - Definir o conjunto de indicadores relativos à prestação de serviços, incluindo tempo de reparos de unidades e correção principalmente de vazamentos.		x	x	x	x
3.1.7	Ação 7 - Desenvolver mecanismos de divulgação dos dados da qualidade dos serviços prestados, conforme a Lei em vigor.		x	x	x	x

Fonte: Vallenge, 2013



Quadro 48 – Objetivos, metas e ações para situação de emergência em saneamento básico no município

OBJETIVOS, METAS E AÇÕES		JUSTIFICATIVA	Cronograma de implantação e início de operação			
			Imediato	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
<b>1</b>	<b>OBJETIVO 1 - EMERGÊNCIA E CONTINGENCIAMENTO</b>					
<b>1.1</b>	<b>Meta 1 - Aquisição ou aluguel de equipamentos para atendimento emergencial</b>					
1.1.1	Ação 1 - Veículo pipa para fornecimento emergencial de água		x		x	
1.1.2	Ação 2 - Conjunto moto-bombas de reservas e ferramental para operação de segurança		x		x	
1.1.3	Ação 3 - Veículo retroescavadeira		x		x	
<b>1.2</b>	<b>Meta 2 - Preparação para acionamento de serviços emergenciais</b>					
1.2.1	Ação 1 - Elaboração de plano detalhado para Ação da Defesa Civil, definindo ações e responsabilidades	Dotar o município de equipamentos para atendimento emergencial, promover meios legais para a atenção aos serviços emergenciais e definição de regras para o atendimento emergencial.	x		x	
1.2.2	Ação 2 - Elaborar Plano de Comunicação à população, instituições, autoridades e defesa civil		x		x	
1.2.3	Ação 3 - Deixar preparados meios de comunicação aos órgãos de controle ambiental		x		x	
1.2.4	Ação 4 - Deixar preparados procedimentos para contratação emergencial de obras de reparos na infraestrutura de saneamento		x		x	
1.2.5	Ação 5 - Elaborar Plano de Comunicação à polícia em caso de vandalismo		x		x	
1.2.6	Ação 6 - Capacitar e treinar funcionários da prefeitura para atuação em serviços de emergência		x		x	
1.2.7	Ação 7 - Elaborar plano de transportes da prefeitura para fornecimento de veículos e funcionários para emergências		x		x	
1.2.8	Ação 8 - Elaborar estudo de identificação de possíveis locais para abrigo emergencial		x		x	
<b>1.3</b>	<b>Meta 3 - Definição de regras operacionais de sistemas de saneamento em situações emergenciais</b>					
1.3.1	Ação 1 - Desenvolver plano específico para abastecimento de água em emergência		x		x	
1.3.2	Ação 2 - Definir mecanismos de controle de disponibilidade de água nos reservatórios		x		x	
1.3.3	Ação 3 - Disponibilizar grupo gerador no caso de falta prolongada de energia elétrica		x		x	
1.3.4	Ação 4 - Elaborar plano de rodízio e manobras no abastecimento de água para situação de crise		x		x	
1.3.5	Ação 5 - Acionar o órgão gestor de recursos hídricos para a proteção de mananciais		x		x	

Fonte: Vallenge, 2013.

Quadro 49 – Objetivos, metas e ações para o sistema de abastecimento de água no município

OBJETIVOS, METAS E AÇÕES		JUSTIFICATIVA	Cronograma de implantação e início de operação			
			Imediato	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
<b>1</b>	<b>OBJETIVO 1 - AUMENTO DA EFICIÊNCIA DA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA</b>					
<b>1.1</b>	<b>Meta 1 - Diminuição do consumo, controle e correção de vazamentos.</b>					
1.1.1	Ação 1 - Elaborar Plano de Redução de Perdas	Reduzir perdas físicas e comerciais de água. Diminuir a inadimplência. Aumentar a automação	x	x	x	x
1.1.2	Ação 2 - Combater as perdas físicas de água, identificando e eliminando vazamentos visíveis		x	x	x	x
1.1.3	Ação 3 - Plano de redução do tempo de conserto de vazamentos		x	x	x	x
1.1.4	Ação 4 - Implantar combate à perda comercial		x	x	x	x
1.1.5	Ação 5 - Implantar programa de aferição dos hidrômetros		x	x	x	x
1.1.6	Ação 6 - Adquirir equipamentos para pesquisas de vazamentos não visíveis, pesquisa de vazamentos na rede de distribuição e nos ramais domiciliares.		x	x	x	x
1.1.7	Ação 7 - Implantar o centro de controle operacional		x	x	x	x
1.1.8	Ação 8 - Implantar controle por telemetria e telecomando das unidades de bombeamento e de reservação		x	x	x	x
<b>1.2</b>	<b>Meta 2 - Elaborar os cadastros</b>					
1.2.1	Ação 1 - Estabelecer procedimento para manutenção e atualização de cadastro técnico e mapeamento georreferenciado		x	x	x	x
1.2.2	Ação 2 - Monitorar e inspecionar a atualização do sistema de informações de abastecimento de água		x	x	x	x
1.2.3	Ação 3 - Rever e atualizar o cadastro comercial		x	x	x	x
1.2.4	Ação 4 - Disponibilizar informações por meio do GIS, possibilitando a realização dos serviços em tempo reduzido e com maior segurança.		x	x	x	x
<b>2</b>	<b>OBJETIVO 2 - REGULARIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL</b>					
<b>2.1</b>	<b>Meta 1 - Outorga e licenciamento ambiental</b>					
2.1.1	Ação 1 - Instituir sistema de outorga de usos da água para atender a Lei 9.433/1997 no art. 12º	Regularizar o licenciamento ambiental e preservar mananciais superficiais e subterrâneos	x	x	x	x
2.1.2	Ação 2 - Obter as licenças ambientais de operação das unidades de captação e tratamento		x	x	x	x

OBJETIVOS, METAS E AÇÕES		JUSTIFICATIVA	Cronograma de implantação e início de operação			
			Imediato	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
<b>2.2</b>	<b>Meta 2 - Proteção e controle dos mananciais superficiais e subterrâneos</b>	Regularizar o licenciamento ambiental e preservar mananciais superficiais e subterrâneos				
2.2.1	Ação 1 - Realização de estudos sobre os sistemas aquíferos locais		x	x	x	x
2.2.2	Ação 2 - Implantar medidas e intervenções necessárias à efetiva proteção ambiental das áreas de preservação		x	x	x	x
2.2.3	Ação 3 - Avaliar impactos de estruturas/instalações potencialmente poluidoras dos sistemas aquíferos		x	x	x	x
2.2.4	Ação 4 - Controlar vazão de exploração para manutenção da vazão de recarga dos mananciais		x	x	x	x
2.2.5	Ação 5 - Desativar poços isolados em consonância com as normas.		x	x	x	x
2.2.6	Ação 6 - Desenvolver mecanismos que permitam a identificação e uso dos mananciais		x	x	x	x
2.2.7	Ação 7 - Efetuar sinalização e cercamento das nascentes, indicando se tratar de água potável para abastecimento da população.		x	x	x	x
2.2.8	Ação 8 - Efetuar sinalização e cercamento dos poços, mananciais subterrâneos, indicando se tratar de água potável.		x	x	x	x
2.2.9	Ação 9 - Estabelecer programa de monitoramento e controle de cianobactérias e processo de eutrofização no manancial superficial		x	x	x	x
2.2.10	Ação 10 - Elaborar projeto para desinfecção para tratamento de águas subterrâneas		x	x	x	x
2.2.11	Ação 11 - Desenvolver programa de análise e inspeção de poços, particulares e públicos, junto à vigilância sanitária		x	x	x	x
2.2.12	Ação 12 - Implantar monitoramento de cianobactérias e cianotoxinas no sistema de captação, Portaria 2.914/2011	x	x	x	x	
<b>3</b>	<b>OBJETIVO 3 - BANCO DE ESTUDOS E PROJETOS</b>					
<b>3.1</b>	<b>Meta 1 - Estudos e Projetos para a Ampliação e Modernização do sistema de distribuição</b>	Contar com projetos básicos e executivos para pedir recursos de fontes externas à operadora ou ao município, conforme Lei 11.445/2007 e diretrizes da CAIXA, por exemplo.				
3.1.1	Ação 1 - Estudo de concepção para ampliação da rede de distribuição na sede e distritos		x		x	
3.1.2	Ação 2 - Projeto básico para distritos e bairros		x		x	
3.1.3	Ação 3 - Estudos para implantação da macromedicação na rede		x		x	
3.1.4	Ação 4 - Estudos para implantação da hidromedicação			x	x	x
3.1.5	Ação 5 - Estudo para padronização das ligações prediais		x		x	
3.1.6	Ação 6 - Definir normas para a ampliação do sistema de água potável efetuada por loteamentos		x		x	
3.1.7	Ação 7 – Execução das obras e implantação da infraestrutura após a conclusão dos projetos		x	x	x	
<b>3.2</b>	<b>Meta 2 - Ampliação e modernização do sistema de captação de água bruta</b>	Contar com projetos básicos e executivos para pedir recursos de fontes externas à operadora ou ao município, conforme Lei 11.445/2007 e diretrizes da CAIXA, por exemplo				
3.2.1	Ação 1 - Elaborar estudos e projetos para reforma e atualização do sistema de captação de água bruta		x		x	
3.2.2	Ação 2 - Elaborar programa de manutenção preventiva		x		x	
3.2.3	Ação 3 – Execução de obras e implantação da infraestrutura após conclusão do projeto		x	x	x	

OBJETIVOS, METAS E AÇÕES		JUSTIFICATIVA	Cronograma de implantação e início de operação			
			Imediato	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
<b>3.3</b>	<b>Meta 3 - Ampliação e modernização do tratamento de água bruta</b>	Contar com projetos básicos e executivos para pedir recursos de fontes externas à operadora ou ao município, conforme Lei 11.445/2007 e diretrizes da CAIXA, por exemplo				
3.3.1	Ação 1 - Elaborar estudos e projetos para reforma e atualização do sistema de tratamento de água bruta		x		x	
3.3.2	Ação 2 - Elaborar estudos para implantação de sistema de automação no tratamento de água bruta		x		x	
3.3.3	Ação 3 - Elaborar programa de manutenção preventiva		x		x	
3.3.4	Ação 4 – Execução de obras e implantação da infraestrutura após conclusão do projeto			x	x	x
<b>3.4</b>	<b>Meta 4 - Ampliação e modernização da reservação de água tratada</b>					
3.4.1	Ação 1 - Elaborar estudos e projetos para reforma e atualização do sistema de reservação de água tratada		x		x	
3.4.2	Ação 2 - Elaborar estudos para implantação de sistema de automação nos reservatórios de água tratada		x		x	
3.4.3	Ação 3 - Elaborar programa de manutenção preventiva e limpeza dos reservatórios de água tratada	x		x		
3.4.4	Ação 4 – Execução de obras e implantação da infraestrutura após conclusão do projeto		x	x	x	
<b>4</b>	<b>OBJETIVO 4 - CONTROLE SANITÁRIO</b>					
<b>4.1</b>	<b>Meta 1 - Monitoramento da qualidade de água e dos padrões de potabilidade</b>	Acompanhar a situação do controle sanitário da produção de água				
4.1.1	Ação 1 - Orientar usuários sobre os cuidados necessários em situação de risco à saúde		x	x	x	x
4.1.2	Ação 2 - Apresentar informações referentes a problemas em mananciais que causem risco à saúde e alerta sobre os possíveis danos a que estão sujeitos os consumidores		x	x	x	x
4.1.3	Ação 3 - Criar e manter canal para recebimento de queixas sobre as características de água distribuída		x	x	x	x
4.1.4	Ação 4 - Disponibilizar acesso à consulta pública		x	x	x	x
4.1.5	Ação 5 - Desenvolver sistema de orientação aos usuários a respeito dos cuidados necessários, em situações de risco à saúde.		x	x	x	x
4.1.6	Ação 6 - Estabelecer sistema de avaliação dos riscos que os sistemas e as soluções alternativas de abastecimento de água representam para a saúde humana.		x	x	x	x
4.1.7	Ação 7 - Divulgar periodicamente a qualidade de água fornecida à população no município, conforme Lei em vigor	x	x	x	x	
<b>4.2</b>	<b>Meta 2 - Atualização de equipamento e pessoal conforme a necessidade</b>	Acompanhar a situação do controle sanitário da produção de água				
4.2.1	Ação 1 - Acompanhar a estrutura laboratorial para o monitoramento da qualidade da água		x	x	x	x
4.2.2	Ação 2 - Acompanhar o pessoal da concessionária para realização do monitoramento da qualidade da água segundo os padrões da Portaria 2.914/2011	x	x	x	x	

Fonte: Vallenge, 2013.

Quadro 50 – Objetivos, metas e ações para o sistema de esgotos sanitários no município

OBJETIVOS, METAS E AÇÕES		JUSTIFICATIVA	Cronograma de implantação e início de operação			
			Imediato	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
<b>1</b>	<b>OBJETIVO 1 - AVANÇO NA GESTÃO DO SERVIÇO DE ESGOTOS SANITÁRIOS</b>					
<b>1.1</b>	<b>Meta 1 - Elaboração do Cadastro Técnico</b>	As melhorias na gestão de esgotamento sanitário visam promover a ampliação da cobertura e da eficiência dos serviços				
1.1.1	Ação 1 - Elaborar procedimento para manutenção e atualização de cadastro técnico dos serviços de esgotamento sanitário.		x	x	x	x
1.1.2	Ação 2 - Realizar o mapeamento georreferenciado do sistema de esgotamento sanitário		x	x	x	x
1.1.3	Ação 3 - Disponibilizar informações por meio de sistema, possibilitando a realização dos serviços em tempo real		x	x	x	x
1.1.4	Ação 4 - Rever e atualizar o cadastro comercial		x	x	x	x
1.1.5	Ação 5 - Realizar ações educativas e de fiscalização pela vigilância sanitária, visando efetuar ligação de domicílio não conectado		x		x	
<b>1.2</b>	<b>Meta 2 - Outorga e licenciamento ambiental</b>					
1.2.1	Ação 1 - Obtenção das licenças ambientais dos coletores e das unidades de tratamento			x		
1.2.2	Ação 2 - Obtenção de outorgas para lançamento dos sistemas de esgotamento sanitário			x		
<b>2</b>	<b>OBJETIVO 2 - BANCO DE ESTUDOS E PROJETOS</b>					
<b>2.1</b>	<b>Meta 1 - Elaboração de projetos para a ampliação da cobertura</b>	Contar com projetos básicos e executivos para pedir recursos de fontes externas à operadora ou ao município				
2.1.1	Ação 1 - Concepção geral dos sistemas de esgotamento sanitário		x		x	
2.1.2	Ação 2 - Projetos para ampliação e aumento de cobertura do SES, incluindo tratamento		x		x	
2.1.3	Ação 3 - Projeto para implantação de rede coletora de esgoto ou ampliação da cobertura		x		x	
2.1.4	Ação 4 - Definir normas para a ampliação do sistema de esgotos efetuada por loteamentos		x		x	
2.1.5	Ação 5 - Estudo de soluções alternativas de esgotamento sanitário para regiões isoladas ou domicílios.		x		x	
2.1.6	Ação 6 - Estabelecer normas para projeto, execução e operação de tratamento domiciliar ou não coletivo.		x		x	
2.1.7	Ação 7 – Execução de obras e implantação da infraestrutura após conclusão do projeto			x	x	x
<b>2.2</b>	<b>Meta 2 - Elaboração de projetos para melhorias operacionais</b>					
2.2.1	Ação 1 - Viabilidade do reuso dos efluentes tratados			x		
2.2.2	Ação 2 - Estudo de redução de maus odores e desenvolvimento de tecnologias para desodorização			x		
2.2.3	Ação 3 - Projetos de melhoria operacional das ETES			x		
2.2.4	Ação 4 - Projeto de implantação de sistema de automação das ETES			x		
2.2.5	Ação 5 - Elaborar estudo de destino do lodo			x		
2.2.6	Ação 6 - Execução de obras e implantação da infraestrutura após conclusão do projeto		x	x	x	

OBJETIVOS, METAS E AÇÕES		JUSTIFICATIVA	Cronograma de implantação e início de operação			
			Imediato	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
<b>3</b>	<b>OBJETIVO 3 - MONITORAMENTO E CONTROLE DOS EFLUENTES DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO</b>					
<b>3.1</b>	<b>Meta 1 - Monitoramento e manutenção do lançamento de efluentes</b>					
3.1.1	Ação 1 - Estabelecer rede de monitoramento integrado das unidades de tratamento e efluentes gerados	O programa de controle dos efluentes visa prioritariamente a criação de mecanismos que minimizem as desvantagens oriundas das instalações de ETES	x	x	x	x
3.1.2	Ação 2 - Adequar ETES que estiverem em desacordo com os padrões de lançamento		x	x	x	x
3.1.3	Ação 3 - Instalação de controle operacional eletrônico centralizado dos sistemas automatizados		x	x	x	x
<b>3.2</b>	<b>Meta 2 - Monitoramento Ambiental</b>					
3.2.1	Ação 1 - Estabelecer sistema de monitoramento de odores no sistema de esgotamento sanitário		x	x	x	x
3.2.2	Ação 2 - Estabelecer sistema de monitoramento sobre o destino de lodos e outros resíduos de ETES e Elevatórias		x	x	x	x

Fonte: Vallenge, 2013

Quadro 51 – Objetivos, metas e ações para o sistema de drenagem urbana no Município

OBJETIVOS, METAS E AÇÕES		JUSTIFICATIVA	Cronograma de implantação e início de operação			
			Imediato	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
<b>1</b>	<b>OBJETIVO 1 - AVANÇO NA GESTÃO DO SERVIÇO DE DRENAGEM URBANA</b>					
<b>1.1</b>	<b>Meta 1 - Elaborar o cadastro técnico e controle do sistema de drenagem de águas pluviais urbanas</b>					
1.1.1	Ação 1 - Realizar cadastro técnico e mapeamento cartográfico em banco de dados georreferenciado do sistema de drenagem	Garantir a prestação dos serviços de manejo de água pluviais, visando à salubridade do meio urbano, à segurança e bem estar social, a redução dos riscos de inundação, o controle da produção de sedimentos e à preservação dos mananciais.	x	x	x	x
1.1.2	Ação 2 - Monitorar e inspecionar a atualização do sistema de informações de drenagem urbana		x	x	x	x
1.1.3	Ação 3 - Elaborar cadastro e metodologia de registro de pontos críticos urbanos		x	x	x	x
1.1.4	Ação 4 - Disponibilizar informações por meio de GIS, possibilitando a realização dos serviços em tempo reduzido e com maior segurança		x	x	x	x
<b>1.2</b>	<b>Meta 2 - Outorga e Licenciamento Ambiental</b>					
1.2.1	Ação 1 - Obtenção das licenças ambientais das canalizações e barramentos	O programa busca promover a universalização do acesso aos serviços de drenagem urbana e integrar ações com os demais serviços de saneamento, principalmente esgotamento sanitário e resíduos sólidos.	x		x	
1.2.2	Ação 2 - Obtenção de outorgas para travessias, canais e outras obras hidráulicas		x		x	
<b>1.3</b>	<b>Meta 3 - Implantação de ente municipal com atribuições para o manejo de águas pluviais</b>					
1.3.1	Ação 1 - Definir atribuições e dispositivos legais que contemplem os princípios do gerenciamento e do ordenamento da drenagem urbana		x	x	x	x
1.3.2	Ação 2 - Realocar ou contratar pessoal		x	x	x	x
1.3.3	Ação 3 - Qualificar pessoal		x	x	x	x
<b>2</b>	<b>OBJETIVO 2 - BANCO DE ESTUDOS E PROJETOS</b>					
<b>2.1</b>	<b>Meta 1 - Elaboração de projetos para a ampliação da cobertura</b>					
2.1.1	Ação 1 - Concepção geral dos sistemas de drenagem urbana	Contar com projetos básicos e executivos para pedir recursos de fontes externas à operadora ou ao município	x	x	x	x
2.1.2	Ação 2 - Projetos para ampliação e aumento de cobertura de microdrenagem		x	x	x	x
2.1.3	Ação 3 - Projeto para implantação de microdrenagem com ampliação da cobertura		x	x	x	x
2.1.4	Ação 4 - Definir normas para a ampliação da drenagem urbana efetuada por loteamentos		x	x	x	x
2.1.5	Ação 5 - Estudo de soluções mitigadoras e compensatórias de drenagem urbana		x	x	x	x
2.1.6	Ação 6 - Estabelecer normas para projeto, execução e operação de unidades domiciliares ou não coletivas		x	x	x	x
2.1.7	Ação 7 - Execução de obras e implantação da infraestrutura após conclusão do projeto			x	x	x
<b>2.2</b>	<b>Meta 2 - Elaboração de projetos para melhorias operacionais</b>					
2.2.1	Ação 1 - Verificação hidráulica e hidrológica de travessias		x	x	x	
2.2.2	Ação 2 - Verificação hidráulica e hidrológica da microdrenagem		x	x	x	

OBJETIVOS, METAS E AÇÕES		JUSTIFICATIVA	Cronograma de implantação e início de operação			
			Imediato	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
<b>2.3</b>	<b>Meta 3 - Diretrizes para o sistema de drenagem pluvial urbana</b>	Contar com projetos básicos e executivos para pedir recursos de fontes externas à operadora ou ao município				
2.3.1	Ação 1 - Elaborar plano diretor de drenagem urbana		x		x	
2.3.2	Ação 2 - Elaboração de estudo para a cobrança relativa à prestação do serviço público de manejo de águas pluviais urbanas		x		x	
2.3.3	Ação 3 - Elaborar plano de manutenção corretiva e preventiva de manejo das águas pluviais urbanas		x		x	
2.3.4	Ação 4 - Implantar estrutura especializada em manutenção e vistoria permanente no sistema de microdrenagem e macrodrenagem		x		x	
2.3.5	Ação 5 - Definir critérios técnicos para o projeto, fiscalização, execução e operação de estruturas hidráulicas de drenagem		x		x	
2.3.6	Ação 6 - Realizar estudo para modelagem hidrodinâmica dos complexos hídricos		x		x	
2.3.7	Ação 7 - Elaborar plano para a limpeza e desobstrução periódicas		x		x	
<b>2.4</b>	<b>Meta 4 - Normas e padronização de unidades de drenagem pluvial urbana</b>					
2.4.1	Ação 1 - Sarjeta e sarjetão		x			
2.4.2	Ação 2 - Poços de visitas		x			
2.4.3	Ação 3 - Bocas de lobo		x			
2.4.4	Ação 4 - Galerias		x			
<b>3</b>	<b>OBJETIVO 3 - CONTROLE AMBIENTAL E DE RISCOS</b>					
<b>3.1</b>	<b>Meta 1 - Diretrizes para áreas de risco</b>	Dotar o município de equipamentos para atendimento emergencial, promover meios legais para a atenção aos serviços emergenciais e definição de regras para o atendimento emergencial				
3.1.1	Ação 1 - Elaborar diagnóstico e projeto de adequação para implantação das diretrizes		x		x	
<b>3.2</b>	<b>Meta 2 - Proteção e revitalização dos corpos de água</b>					
3.2.1	Ação 1 - Recuperação dos pontos mais degradados da mata ciliar.		x		x	
3.2.2	Ação 2 - Elaboração de plano para realização de limpeza e desassoreamento nos rios utilizados pelo sistema de drenagem		x		x	
3.2.3	Ação 3 - Reflorestar margens dos rios, quando necessário, em articulação com os órgãos ambientais competentes		x		x	
3.2.4	Ação 4 - Propor medidas para recuperação ambiental para proteção das áreas de mananciais.		x		x	
3.2.5	Ação 5 - Elaborar projeto e implantar sistema de retenção e aproveitamento de águas pluviais, para fins potáveis e não potáveis.		x		x	
<b>3.3</b>	<b>Meta 3 - Prevenção e controle de inundações</b>					
3.3.1	Ação 1 - Elaborar projetos, visando à minimização de inundações nas áreas delimitadas de alto risco de inundação.		x		x	
3.3.2	Ação 2 - Implantar sistema de alerta contra enchentes, de forma articulada com a Defesa Civil.		x		x	
3.3.3	Ação 3 - Elaborar sistema de monitoramento e controle da vazão de escoamento na rede de drenagem		x		x	
3.3.4	Ação 4 - Mapear áreas de risco de escorregamento e elaboração de projetos para erradicação de riscos		x		x	
3.3.5	Ação 5 - Elaborar projetos para erradicação de riscos de escorregamento	x		x		
3.3.6	Ação 6 – Implantar obras após conclusão do projeto	x		x		

Fonte: Vallenge, 2013.



## **7. ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A partir da Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007, foram estabelecidos novos princípios e diretrizes orientadores para as ações relativas aos serviços de saneamento básico, os quais foram apresentados nos itens anteriores. Para tanto, foram criados diplomas visando por em prática a Política Nacional de Saneamento Básico e os Planos Municipais e Regionais de Saneamento Básico.

O primeiro diploma, a Política Nacional de Saneamento Básico, tem como objetivo orientar a gestão dos serviços de saneamento, de forma a assegurar à sociedade, condições salubres e adequadas de saúde pública, bem como um ambiente sem impactos devido à falta de saneamento.

O segundo diploma se refere ao Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), no qual são definidos os objetivos, as metas e ações, resultando em prioridades de investimentos, de forma a orientar a atuação dos prestadores de serviços e do município. Compete ao titular dos serviços de saneamento a responsabilidade pela elaboração do PMSB, bem como definir a estrutura interna de como gerir os serviços.

Ao Poder Público Municipal, detentor da titularidade por previsão disposta no artigo 241 da Constituição Federal de 1988 e da Lei 11.107 de 06 de abril de 2005, Lei de Consórcio Público, também se faculta a concessão dos serviços a outro ente jurídico, seja público ou privado. O município, o titular, tem o direito e o dever de decidir como será a prestação do serviço. Caso seja decisão do titular delegar a prestação dos serviços para um consórcio público, para uma empresa estatal, pública ou de economia mista, ou, ainda, para uma empresa privada, a Lei 11.445/2007 exige que haja um contrato em que estejam previstos os direitos e deveres da empresa contratada, dos usuários e do titular. Em particular para as companhias estaduais existentes, basta fazer um contrato programa, porém, baseado em um PMSB elaborado de forma independente e de responsabilidade do município.

Ao invés de acordos, convênios ou termos de cooperação, diplomas frágeis, passíveis de serem desfeitos a qualquer momento, a lei exige a celebração de contratos. **Estes** contratos criam direitos firmes e estáveis, cuja duração não fique dependendo da vontade política do governante em exercício. Garante-se, assim, o respeito aos direitos dos usuários e a melhoria de atendimento, bem como se possibilita segurança jurídica para os investimentos mesmo privados necessários à universalização dos serviços (MCIDADES, 2009).

Conforme a legislação atual há três formas de prestação dos serviços de saneamento básico:

(1) prestação direta: o município presta diretamente os serviços, por Órgão da Administração Central, ou por entidade da administração descentralizada;

(2) prestação indireta mediante concessão ou permissão: delega a prestação a terceiros, por meio de licitação pública e contratos de concessão, empresa privada ou estatal; e,

(3) gestão associada: presta os serviços por meio da gestão associada com outros municípios, com ou sem participação do Estado, via convênio de cooperação, consórcio público ou contrato de programa, no caso de uma companhia estadual, originária do antigo PLANASA.

Ao lado do planejamento, a Lei 11.445/2007 reafirma o princípio de que os serviços públicos de saneamento básico são regulados e fiscalizados pelo Poder Público. Entre outros pontos, a Lei estabelece que os contratos, que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico mediante delegação, sejam em regime de gestão associada, consórcio público ou convênio de cooperação, ou de concessão, somente serão válidos se forem definidas no âmbito da política municipal de saneamento básico, normas de regulação e fiscalização que prevejam os meios para o cumprimento de suas diretrizes, incluindo a designação do ente responsável pela regulação e de fiscalização (MCIDADES, 2009).

A regulação e a fiscalização têm o objetivo de proteger a livre concorrência entre os operadores e os direitos do consumidor em geral, de forma que o usuário se enxergue no ente regulador. Além disso, o regulador garante o cumprimento do plano de saneamento, o equilíbrio econômico-financeiro do operador e a qualidade dos serviços de saneamento básico no município. Dessa forma, para atender as diretrizes da Lei 11.445/2007, o município objeto do PMSB precisa definir um ente regulador e fiscalizador dos serviços de saneamento. A lei estabelece particularmente que o ente regulador definido pelo titular, especialmente para os serviços delegados, deva possuir independência decisória. Isso inclui autonomia administrativa, orçamentária e financeira, além de transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões, competindo-lhe editar normas relativas às dimensões técnica, econômica e social da prestação dos serviços.

Esses ditames se aplicam também para os casos em que as funções de regulação e fiscalização sejam delegadas pelo titular para uma entidade reguladora. Atualmente, se observa que agências estaduais, e mesmo com base territorial em bacia hidrográfica, constituem uma alternativa para o município, tendo em vista que poucos desses dispõem de recursos técnicos e econômicos para mantê-las.

No Estado do Rio de Janeiro, os municípios podem escolher por meio de assinatura de convênio, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico (AGENERSA), que foi criada pela Lei Estadual 4.556, de 06 de junho de 2005 e regulamentada pelo Decreto

Estadual 38.618, de 08 de dezembro de 2005. A AGENERSA foi criada para atuar nos seguintes segmentos:

- Energia, incluída a distribuição de gás canalizado e outras formas de energia;
- Serviços de abastecimento de água, de esgoto sanitário e industrial; e para a coleta e disposição de resíduos sólidos, prestados por empresas outorgadas, concessionárias e permissionárias, ou por serviços autônomos dos municípios.

Entre outras possibilidades de regulação e fiscalização, os Municípios Fluminenses poderiam optar por criar uma agência reguladora municipal, realizar consórcio com outro(s) município(s) para a criação de uma agência intermunicipal ou mesmo de base hidrográfica, usando, por exemplo, o recorte da bacia do Médio Paraíba do Sul.

Cabe, portanto, a cada Município Fluminense do Médio Paraíba definir a alternativa institucional que lhe seja mais conveniente. A diretriz, como vista, é o saneamento para todos, decorrendo o objetivo de universalização do acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, porém, de forma eficiente em termos de uso de recursos naturais e de emprego de recursos públicos. Para tanto, descreve-se a seguir em mais detalhes as alternativas possíveis. Não cabe ao PMSB definir qual a alternativa, mas apresentar o leque de possibilidades para que o município decida de forma autônoma, inclusive consultando as instâncias de controle social.

## **7.1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

---

Os serviços são prestados por um órgão da Prefeitura Municipal, sem personalidade jurídica e sem qualquer tipo de contrato, já que nessa modalidade, as figuras de titular e de prestador dos serviços se confundem em um único ente, o próprio município. A Lei 11.445/2007 em seu artigo 10, dispensa, expressamente, a celebração de contrato para a prestação de serviços por entidade que integre a administração do titular.

Os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são prestados, em vários locais, por Órgãos da Administração Direta Municipal. A remuneração ao município, pelos serviços prestados, é efetuada por meio da cobrança de taxa ou tarifa. Em geral, esses serviços restringem-se ao abastecimento de água, à coleta e ao afastamento dos esgotos. Os serviços relativos à drenagem e ao manejo das águas pluviais urbanas são, em geral,

prestados de forma direta por Secretarias Municipais, mas não individualizando a cobrança por usuário.

Esse tipo de operador é observado país a fora, principalmente, para municípios menores, onde, às vezes, se misturam vários serviços públicos no mesmo Ente Público, como uma Secretaria de Obras e Serviços. Há carência técnica e administrativa, e o serviço se mantém com dificuldades por meio de uma taxa única, independentemente do tipo ou do consumo do usuário; situação corriqueira. Constitui uma prestação de serviço injusta socialmente, além de que, normalmente, a receita auferida mal cobre os custos. Há dificuldades em comprar materiais, obras e serviços, uma vez que a licitação tende a seguir os mesmos procedimentos morosos de outras necessidades municipais.

Por esses motivos, a prestação direta tende a ser uma opção cada vez menos frequente para os municípios. Na medida em que precisam dar conta de desafios cada vez maiores, inclusive, quanto à manutenção do padrão de potabilidade da água, conforme a Portaria 2.914, de 12 de dezembro de 2011 do Ministério da Saúde; e, com o aumento da população, esse modelo tende a ser abandonado.

## **7.2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

---

Corresponde à situação na qual o serviço é prestado não pela administração direta, pois a complexidade crescente de prestá-lo levou à necessidade de maior agilidade, e ter como receita tarifas em geral proporcionais ao uso do mesmo.

### **7.2.1. Entidades Paraestatais**

São órgãos integrantes da Administração Indireta do Estado, as Autarquias e as Fundações Públicas de Direito Público. Na prática, as autarquias não se distinguem das fundações de direito público, sendo as diferenças entre elas muito tênues. As autarquias constituem a modalidade de descentralização administrativa mais próxima do Poder Público, prestando um serviço retirado da administração centralizada. A autarquia como um prolongamento do Poder Público executa serviços próprios do Estado, com seus privilégios e suas responsabilidades. O que diferencia a autarquia dos Órgãos da Administração Direta são

seus métodos operacionais, especializados e mais flexíveis. As autarquias formam patrimônio próprio e auferem receitas operacionais, podendo levantar empréstimos, oferecendo seu patrimônio como garantia.

Um dos atributos das autarquias é a sua característica de titularidade dos serviços, isto é, a autarquia pode conceder um determinado serviço para empresas públicas ou privadas. A autarquia é uma entidade da Administração Pública Municipal, criada por lei específica para prestar serviços de competência da administração direta, recebendo, portanto, a respectiva delegação. Embora instituída para uma finalidade específica, suas atividades e a respectiva remuneração pelos serviços prestados não se encontram vinculadas a um contrato de concessão, no qual se busca por meio de equação econômico-financeira, o equilíbrio entre receita e despesa.

É uma forma de prestação de serviço muito encontrada no país, porém, para municípios com uma população e um número de usuários maior, o que lhe dá viabilidade econômica. A prestação de serviço é em geral individualizada, proporcional ao uso efetuado pelos domicílios ou outros tipos de usuários como comércio e indústria.

A Lei Federal 11.445/2007 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e sua política federal, prevê no artigo 16, inciso I, a autarquia como prestadora dos serviços de saneamento básico. No entanto, é necessário que haja o planejamento de suas ações, conforme prevê a mesma lei ao propor o PMSB.

### **7.2.2. Prestação por Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista Municipais**

Outra forma indireta de prestação de serviços pelo município é a delegação a empresas públicas ou sociedades de economia mista, criadas por lei municipal ou mesmo estadual. A empresa pública é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, capital majoritário do Poder Público, seja União, Estado ou Município, logo, responde por sua administração.

As Companhias Estaduais de Saneamento constituem um exemplo dessa forma de prestação de serviço e podem assumir a operação de abastecimento de água e esgotamento sanitário, por meio de um contrato de programa firmado com o município. Dando suporte a este contrato, a Lei 11.445/2007 exige o PMSB, no qual as metas e os respectivos investimentos estejam suficientemente detalhados.

Atualmente alguns municípios têm transformado autarquias em companhias municipais, mas o Poder Público continua sendo majoritário em termos de capital. A possibilidade de fazer

Parceiras Público Privadas (PPPs), tem sido um dos motivos pela opção, ao facilitar o procedimento licitatório.

Usualmente a receita é auferida por meio de uma tarifa estruturada em várias faixas, conforme o consumo do usuário, devendo garantir recursos suficientes para a operação, manutenção, reposição de equipamentos, e mesmo investimentos: ainda que não seja na totalidade do necessário.

### **7.3. CONSÓRCIOS MUNICIPAIS**

---

A prestação de serviços públicos de saneamento básico por meio de consórcios públicos é prevista em vários dispositivos da Lei 11.445/2007, a qual estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Entre esses dispositivos vale ressaltar:

- O inciso II do art. 3º, que considera o consórcio público como forma de gestão associada de serviços de saneamento básico;
- O art. 13, que permite a formação de fundos para universalização de serviços públicos de saneamento básico, por entes da federação isolados ou reunidos em consórcios públicos;
- O inciso II do art. 15 e o inciso I do art. 16, que incluem o consórcio público entre as formas de organização da prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico.

A prestação de serviços públicos de saneamento básico por meio de consórcios formados por mais de um ente da federação, grupo de municípios, municípios e estado e vice-versa, entre outros, estão plenamente amparadas pela Lei 11.445/2007. A constituição dos consórcios públicos está, por sua vez, regulada pela Lei 11.107/2005 que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.

A formação de um consórcio público, de acordo com o art. 241 da Constituição, e com base na Lei 11.107/2005, é disciplinada por meio de lei em cada ente consorciado, formando uma entidade com personalidade jurídica própria. Os entes consorciados assumem responsabilidades perante os objetivos do consórcio, delegando a este, competências para prestar diretamente os serviços discriminados, mediante contratos programa, realizar licitações, concessões, atividades de regulação e fiscalização e outros atos necessários ao atendimento de seus objetivos.

O sistema de consórcio público de municípios já está presente em outros setores, principalmente, no setor da saúde. No saneamento, o consórcio abrangeria a prestação integral de um serviço, todas as etapas; ou restringir-se-ia a etapas ou unidades específicas. Pode, por exemplo, restringir-se à construção e operação de uma ETE ou a um aterro sanitário, para atender a um grupo de municípios vizinhos. É constituído, ainda, entre um estado e um grupo de municípios, com a finalidade de delegar, por exemplo, serviços de água e esgotos a uma empresa estadual de saneamento; modalidade que se enquadra no conceito de prestação regionalizada de serviços, prevista na Lei 11.445/2007.

O sistema de consórcios entre estado e municípios para a prestação de serviços de saneamento básico, principalmente, de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, tem sido uma das saídas para regularizar a situação dos serviços prestados por empresas estaduais que estão com delegações, concessões, vencidas; firmadas mediante instrumentos precários, convênios, ou até mesmo, sem contrato algum. No entanto, cabe a elaboração do PMSB para subsidiá-lo.

Além de prestar diretamente os serviços, os consórcios exerceriam outras atividades correlacionadas com o saneamento básico, como as funções de regulação e fiscalização. Os consórcios instituem agências reguladoras e fiscalizadoras para servir a vários municípios e, até mesmo, um estado inteiro. A atuação de um consórcio desse tipo abrange tanto um serviço completo, como por exemplo, todo o sistema de coleta, tratamento e disposição final de esgotos, como partes ou etapas específicas desse sistema, como uma estação de tratamento, ou um emissário de esgotos, por exemplo.

Usualmente, a receita é auferida por meio de uma tarifa estruturada em várias faixas, conforme o consumo do usuário, devendo garantir recursos suficientes para a operação, manutenção, reposição de equipamentos e, ainda, investimentos; mesmo que não seja na totalidade do necessário.

#### **7.4. PARTICIPAÇÃO PRIVADA**

---

A participação privada no setor de saneamento básico no Brasil vem se desenvolvendo, visando dar mais agilidade aos investimentos, pois os recursos públicos não têm sido suficientes. Portanto, a iniciativa privada surge como um repasse das obrigações públicas quanto à operação de sistemas. A Lei Federal 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, também conhecida como a "Lei dos Serviços Públicos", é um marco e dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da

Constituição Federal. Em contratos de participação privada existem inúmeras possibilidades de arranjos contratuais. As modalidades são tratadas a seguir.

#### **7.4.1. Contratos de Concessão Plena**

Os contratos de concessão plena transferem para o contratado toda a operação e manutenção do sistema e a responsabilidade de realizar os investimentos necessários por determinado período, durante o qual a concessionária será remunerada por meio de cobrança de tarifa dos usuários. O Poder Público define regras sobre a qualidade dos serviços e a composição das tarifas. Normalmente, a concessão tem por objeto a operação de um sistema já existente, sendo necessários investimentos significativos para a sua expansão ou reforma. O risco comercial passa para o concessionário.

A gestão integrada dos sistemas de saneamento básico, existentes e a implantar, constitui o objeto da licitação da concessão, tendo sido mais comumente outorgada pelo critério de menor tarifa ou de maior valor de outorga paga pelo licitante. As concessões plenas têm sido a opção mais frequentemente adotada pelos municípios no Brasil, isoladamente ou em conjunto. Observa-se que, dada à precariedade geral que tem caracterizado os procedimentos prévios à publicação dos editais de licitação para a outorga de concessões, a execução efetiva dos planos de negócios propostos pelas concessionárias, à luz das informações que lhe foram disponibilizadas, está frequentemente sujeita as alterações imprevisíveis que onerariam a prestação de serviços, levando a um eventual aumento de serviço.

As concessões são empregadas diante da necessidade de realização de investimentos de caráter emergencial, não previstos, comumente decorrentes da deterioração dos sistemas por falta de realização de investimentos em manutenção e reposição; caracteriza-se o desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, postergando-se o cumprimento do programa original de investimentos e das metas estipuladas no contrato de concessão. Adicionalmente, o estabelecimento, por parte do poder concedente, das metas de cobertura e de qualidade nas prestações dos serviços, muitas vezes, ocorre sem a adequada análise de seus impactos no nível tarifário, necessário para a remuneração dos investimentos demandados. Em geral, esses contratos têm duração de quinze a trinta anos.

As companhias estaduais de saneamento originadas há trinta anos gozam legalmente de condição diferenciada para exercer a concessão plena. Basta, por meio de um contrato-



programa, estabelecer metas para a prestação de serviços de água e esgoto para que finalizem o contrato com o município e a opere, sem necessidade de licitação.

Qualquer que seja o caso, a existência do PMSB legalmente aprovado é condição necessária para que seja feita a concessão por licitação ou mesmo contrato programa com a Companhia Estadual, no caso do estado do Rio de Janeiro, a CEDAE.

O pagamento dos serviços prestados pela concessionária se faz por tarifas, em geral categorizadas conforme seja o usuário, domiciliar, comercial e industrial, e também, por faixas de consumo. Qualquer reajuste tarifário se faz por meio de análise entregue à Agência Reguladora e Fiscalizadora.

Como se trata de um processo ainda novo, já existem agências reguladoras que contrataram serviços de empresas consultoras para desenvolver modelos matemáticos de tarifas no qual são considerados os custos de amortização de capital investido, da operação e manutenção, e também, de investimentos necessários.

#### **7.4.2. Contratos de Parceria Público-Privada (PPP)**

A Parceria Público-Privada (PPP) propõe a delegação ao setor privado de atividades até então prestadas diretamente pelo Estado. Enquadra-se no âmbito das PPPs aquelas concessões em que haja aporte de recursos pela administração pública, seja em adição à tarifa paga pelo usuário, concessão patrocinada, seja em razão do fato de serem os serviços prestados, direta ou indiretamente, ao poder público, concessão administrativa.

A PPP pressupõe o pagamento de remuneração ou sua complementação, por parte da Administração Pública, ao ente privado, em até 35 anos. Dessa forma, a PPP é vantajosa em relação ao regime tradicional de licitação de obra que exige um desembolso de caixa quase imediato, e sobre o contrato usual de prestação de serviços à administração pública, cujo prazo é limitado a cinco anos.

Com a criação da Lei Federal 11.079, de 30 de novembro de 2004, instituíram-se normas gerais para a licitação e a contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública. Define-se que a PPP é o contrato administrativo de concessão na modalidade patrocinada ou administrativa. Nos parágrafos do mesmo artigo 2º, estão descritos os conceitos dessas duas novas modalidades de contratação:

“§ 1º- Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado”.

“§ 2º - Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens”.

Assim, as concessões patrocinadas são concessões de serviços públicos em que o governo presta algum tipo de contraprestação, adicionalmente à tarifa cobrada. O contrato de concessão patrocinada (PPP) difere basicamente da concessão comum, Lei Federal 8.987/1995, nas garantias de pagamento por parte do Poder Público à iniciativa privada, não obstante haver, na antiga lei, dispositivos que viabilizam as garantias de adicionais de pagamento. Embora seja juridicamente possível a contratação, certos contratos específicos à administração não são firmados por falta de um claro equilíbrio econômico do contrato de concessão, acarretando o desinteresse da iniciativa privada. Visando estabelecer o equilíbrio contratual, o legislador criou as PPPs, dispondo de garantias específicas e denominando de contratos de concessão patrocinada, em que há a contraprestação do Estado.

Nas concessões administrativas, o governo arca integralmente com o pagamento do serviço. Segundo Sundfeld (2005), era necessário permitir a aplicação da lógica econômico-contratual da concessão tradicional a outros objetos que não a exploração de serviços públicos econômicos, como são os serviços de água e esgoto, a distribuição de energia, a telefonia fixa e outras.

Assim, as PPPs são aplicadas em serviços administrativos em geral, isto é, serviços de infraestrutura penitenciária, policial, educacional, sanitária, judiciária, entre outros; ou mesmo, aqueles decorrentes da separação de etapas ou partes dos próprios serviços públicos econômicos como, por exemplo, a implantação e gestão de uma ETE para uma empresa estatal de saneamento básico. Para esse propósito, a lei das PPPs criou a concessão administrativa, que copia da concessão tradicional a lógica econômico-contratual, obrigação de investimento inicial, estabilidade do contrato, vigência por longo prazo, remuneração vinculada a resultados, flexibilidade na escolha de meios para atingir os fins previstos no contrato, entre outros; e aproveita da concessão patrocinada as regras destinadas à viabilização das garantias. Os pontos comuns à concessão patrocinada e à administrativa, abarcados pela Lei 11.079/2004, são os seguintes:

- Vedados os contratos de PPP:
  - Valor inferior a R\$ 20 milhões (art. 2º, §4º, I);
  - Prazo inferior a 5 (cinco) anos (art. 2º, § 4º, II);
  - Que tenham como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e a instalação de equipamentos ou a execução de obra pública (art. 2º, § 4º, III);

- O contrato preveria o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculado ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato (art. 6º, Parágrafo único);
- A contraprestação da administração pública será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato de parceria público-privada (art. 7º);
- O prazo máximo do contrato, contabilizadas as prorrogações, será de 35 anos (art. 5º, I);
- A empresa vencedora da licitação se constituirá em Sociedade de Propósito Específico (SPE) antes da celebração do contrato (art. 9º).

Continuam regidos exclusivamente pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelas leis que lhe são correlatas, os contratos administrativos que não caracterizem concessão comum, patrocinada ou administrativa (art. 3º, § 3º). Portanto, é necessário o conhecimento dos elementos caracterizadores da concessão comum, patrocinada ou administrativa.

De fundamental importância para a atração de investimento privados são as garantias de que os compromissos assumidos pela Administração Pública serão honrados. Em uma concessão tradicional, o risco de crédito do investidor é pulverizado por uma massa de usuários, ao passo que na PPP o risco de crédito é concentrado no Poder Público.

Assim, o sucesso das PPPs passa pela segurança de que o parceiro público efetuará os pagamentos devidos ao parceiro privado durante todo o prazo do contrato que se estenderia pelos mandatos de vários governantes. Para tanto, a lei das PPPs inovou, ao prever a criação do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas – FGP, no âmbito do programa federal.

O Quadro 52 apresenta os aspectos caracterizadores da concessão, tanto patrocinada, como administrativa ou comum, trazidos pela Lei 11.079/2004.

**Quadro 52 – Aspectos dos contratos de PPP**

<b>Contratos de PPP</b>		
<b>Concessão patrocinada</b>	<b>Concessão administrativa</b>	<b>Concessão comum</b>
<p>É a concessão de serviços públicos ou de obras públicas da Lei 8.987/1995, quando envolver:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- cobrança de tarifa;</li> <li>- contraprestação pecuniária do parceiro público ao privado (art. 2º, § 1º).</li> </ul>	<p>É o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou o fornecimento instalação de bens (art. 2º § 2º). A concessão administrativa não é um simples contrato de prestação de serviços, pois sempre incluirá a realização de investimentos, a ser amortizada no prazo do contrato (mínimo 5 anos, art. 2º, § 4º, II, 5º, I), no montante de no mínimo R\$ 20 milhões (art. 2º, § 4º, I). A remuneração vinculada à prestação dos serviços (por exemplo, qualidade) impede que a concessão administrativa se transforme em simples contrato de obras com financiamento das empreiteiras (art. 7º).</p>	<p>É a concessão de serviços públicos ou de obras públicas da Lei 8.987/1995, quando não houver contraprestação pecuniária do parceiro público ao privado (art. 2º, § 3º).</p>
<p>Rege-se pela Lei 11.079/2004, aplicando-se subsidiariamente a Lei 8.987/95 e as leis que lhe são correlatas (art. 3º, § 1º).</p>	<p>Rege-se pela Lei 11.079/2004, aplicando-se adicionalmente os artigos 21, 23, 25 e 27 a 39 da Lei 8.987/1995 e o art. 31 da Lei 9.074/1995. Considerando que não foi incluído o art. 26 da Lei 8.987/1995, conclui-se que nos contratos de concessão administrativa não há possibilidade de sub-concessão, matéria tratada no citado art. 26 da Lei 8.987/1995. Os artigos 21, 23, 25 e 27 a 39 da Lei 8.987/1995 tratam basicamente do contrato de concessão, dos encargos do poder concedente, dos encargos da concessionária, da intervenção e da extinção da concessão. Na concessão administrativa, não há cobrança de tarifas. Isso se conclui pela não menção à aplicação do capítulo referente às tarifas constantes da Lei 8.987/1995 (art. 9 a 13 da Lei 8.987/1995).</p>	<p>Rege-se pela Lei 8.987/1995 e pelas leis que lhe são correlatas, não se lhe aplicando a Lei 11.079/2004 (art. 3º § 2º),</p>
<p>Nas concessões patrocinadas, devem ser observados os seguintes pontos: 1) O limite de garantia a ser prestado contratualmente pelo parceiro privado é remetido ao disposto nos §§ 3º e 5º do art. 56 da Lei 8.666/1993, isto é, o limite da garantia pode ser elevado até a 10% (dez por cento) do valor do contrato ou, no caso em que o contrato importe entrega de bens pelo parceiro público, dos quais o contratado ficará depositário, o valor dos bens deve ser acrescido ao valor da garantia (parte inicial do Art. 5º, VIII); 2) O limite de garantia a ser prestado contratualmente pelo parceiro privado é remetido ao disposto no art. 18, XV, da Lei 8.987/1995, isto é, o limite da garantia é o valor da obra (parte final do art. 5º, VIII)</p>	<p>Nas concessões administrativas, o limite de garantia a ser prestado contratualmente pelo parceiro privado é remetido ao disposto nos §§ 3º e 5º do art. 56 da Lei 8.666/1993, isto é, o limite da garantia pode ser elevado até a 10% (dez por cento) do valor do contrato ou, no caso em que o contrato importe entrega de bens pelo parceiro público, dos quais o contratado ficará depositário, o valor dos bens deve ser acrescido ao valor da garantia (parte inicial do Art. 5º, VIII)</p>	

Fonte: FGV 2012

### **7.4.3. Contratos de Terceirização/Contratos de Serviço**

Bastante usados em atividades complementares, correspondem à forma mais simples, exigindo menor envolvimento do parceiro privado. Não impõe elevado investimento inicial e, portanto, representam baixo risco para o operador privado.

São chamados também de contratos de terceirização para a realização de serviços periféricos, por exemplo, leitura de hidrômetros, reparos de emergência, cobrança, entre outros. O Poder Público mantém a totalidade da responsabilidade pela operação e manutenção do sistema, com exceção dos serviços contratados.

### **7.4.4. Contratos de Gestão**

Nos contratos da administração gerenciada, estão previstos incentivos para a melhoria do desempenho e da produtividade da empresa contratada.

Em geral, destinam-se à operação e à manutenção de sistemas, recebendo o operador privado contratado, remuneração prefixada e condicionada a seu desempenho, medido em função de parâmetros físicos e indicadores definidos, não havendo cobrança direta de tarifa aos usuários pela prestação de serviços.

### **7.4.5. Contratos de Operação e Manutenção (O&M)**

Nesse modelo, o poder concedente transfere ao parceiro privado a gestão de uma infraestrutura pública já existente, para a provisão de serviços aos usuários. Essa categoria contempla o compartilhamento dos investimentos entre o setor público contratante e o agente privado contratado, podendo prever metas de desempenho que produzam incentivos à eficiência.

Com duração de até 5 (cinco) anos, os Contratos de Operação e Manutenção (O&M) são arranjos em que o setor público transfere a uma empresa privada a responsabilidade total pela operação de parte ou de todo um sistema. O setor público mantém a responsabilidade

financeira pelo sistema e deve prover os fundos necessários para os investimentos de capital demandados pelo serviço.

#### **7.4.6. Contratos de Locação de Ativos (*Affermage* ou *Lease Build Operate* – LBO)**

O contrato de locação de ativos firmado entre o poder público e um particular, tem como fundamento o artigo 62 § 3º, I, da Lei Federal 8.666/1993.

Por esse contrato, o governo mantém os ativos do sistema como propriedade pública e as empresas realizam a exploração do serviço, responsabilizando-as pelos investimentos em manutenção e renovação das instalações. A remuneração da empresa corresponde ao custo de exploração do serviço. As instalações financiadas pelo governo continuam sendo de sua propriedade e serão devolvidas ao Poder Público em condições estabelecidas no contrato.

No LBO, o setor público aluga o serviço para o operador privado que é remunerado pela cobrança de tarifas aos usuários. O parceiro privado assume diversos riscos da operação, inclusive a mão de obra, mas, ao conjugar a transferência da manutenção e operação dos serviços para o contratado e a remuneração por meio de tarifas cobradas dos usuários, gera fortes incentivos junto à empresa para a redução dos custos de operação e o aperfeiçoamento do sistema de cobrança.

O modelo de locação de ativos tem sido utilizado como meio de financiar a realização de obras necessárias à prestação dos serviços públicos de saneamento básico. É o que se verifica em alguns Municípios do Estado de São Paulo como: Campos do Jordão, Campo Limpo e Várzea Paulista, onde a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) promoveu licitação para a locação de ativos, precedida da concessão do direito real de uso das áreas e da execução das obras de implantação das instalações necessárias à prestação dos serviços. Concluídas as obras, os ativos, instalações construídas, serão locados ao Poder Público durante um prazo determinado e, ao final, após a amortização/depreciação dos investimentos realizados pela Sociedade de Propósito Específico (SPE), os ativos serão revertidos ao Poder Público, assemelhando-se a um contrato de *leasing*. Nesse modelo, é responsabilidade da SPE a obtenção dos recursos financeiros necessários à execução das obras, podendo utilizar os recebíveis como garantia nas operações de financiamento.

#### **7.4.7. Contratos de Concessão Parcial Tipo: *Build, Operate And Transfer (BOT)*; *Build, Transfer And Operate (BTO)*; *Build, Own And Operate (BOO)***

Essa forma de participação privada, já adotada por vários municípios no Brasil, foi a modalidade predominante nas primeiras concessões à iniciativa privada após a promulgação da Lei de Concessões. Em geral, seu objetivo é a ampliação da produção de água tratada ou a implantação de sistemas de tratamento de esgotos. Constitui opção frequente em situações em que o Poder Público não dispõe de recursos financeiros. disso, as condições locais ou a orientação politico-ideológica não favorecem uma concessão privada plena ou em que a implantação de sistemas de produção de água e de tratamento de esgoto se afigure urgente. Em geral, os sistemas de distribuição de água e de coleta de esgotos continuam sendo operados pelos serviços municipais, os quais mantêm sob sua responsabilidade a cobrança das tarifas de água e esgotos, estabelecendo mecanismos de transferência de parte dessas receitas tarifárias ao concessionário do BOT.

Os contratos de BOT, BTO e BOO estão normalmente associados a investimentos em nova infraestrutura. No BOT, o parceiro privado constrói e opera por determinado período, ao final do qual os ativos são transferidos ao setor público.

Em uma das variações possíveis, o BTO corresponde a um contrato onde o parceiro privado constrói a nova estrutura que é incorporada ao patrimônio do setor público e alugada ao próprio parceiro privado. Em outra variação no BOO, o parceiro privado retém a propriedade sobre o bem construído e este só será transferido ao setor público se e quando ele determinar a expropriação.

Essas novas relações contratuais têm se intensificado e a legislação brasileira tem se adaptado a essas formas, como exemplo a recente aprovação da Lei Federal 12.744/2012, ou da Lei do *Built to Suit*, em português "construído para servir". Esses contratos foram incluídos na Lei de Locações, Lei 8.245/1991), deixando de serem atípicos. A expressão *Built to Suit*, é um termo imobiliário usado para identificar contratos de locação em longo prazo, no qual o imóvel é construído para atender aos interesses do locatário, já pré-determinado. Deste modo, é possível viabilizar projetos que atendam às rígidas normas estabelecidas pelos futuros usuários da construção e os prazos curtos para execução.

#### **7.4.8. Empresas de Economia Mista**

Não são necessariamente modalidades de privatização, pois estariam sob controle público, de acordo com a divisão acionária. As companhias estaduais de saneamento, originadas da época do PLANASA, são, em sua grande maioria, empresas de economia mista. No entanto, no caso da iniciativa privada obter a maior parte do capital da empresa, a gestão de serviço fica sob o seu controle, deixando de ser denominada empresa de economia mista e caracterizando-se como empresa privada.

#### **7.4.9. Considerações Finais**

O acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos constituem poder-dever da Administração Pública, em decorrência do princípio da indispensabilidade do interesse público. Se, em uma contratação, estão envolvidos recursos orçamentários, é dever de a administração contratante atuar, de forma efetiva, para que os mesmos sejam aplicados da melhor maneira possível, com eficiência.

Quando a Administração Pública celebra um contrato, fica obrigada à observância das regras impostas pela Lei, para fiscalizar e controlar a execução do ajuste. Cabe ao gestor de contrato fiscalizar e acompanhar a sua correta execução. A necessidade de haver um gestor de contratos é definida expressamente na Lei 8.666/1993, em seu art. 67. Segundo este dispositivo, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Na drenagem urbana, as obras, quando não realizadas pelos funcionários municipais, são realizadas por empresas contratadas de acordo com a Lei 8.666/1993; e, também, necessitam de um gestor tanto para a limpeza pública como para a drenagem urbana. Não há individualização para a cobrança de usuários, logo, a cobrança pelo serviço urbano é igualmente distribuída para todos.

No caso do abastecimento de água e esgotamento sanitário, a complexidade da prestação de serviço envolve outros fatores, como o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e a política tarifária que individualiza a cobrança por usuário que pagaria de acordo com o uso do serviço público e respectiva infraestrutura urbana. Para a limpeza pública e a drenagem urbana, a contratação ocorre por meio de modelos institucionais específicos e



complexos, pois não está individualizado por usuário. Há dificuldades técnicas neste caso para a cobrança.

O equilíbrio econômico e financeiro da prestação de serviços de saneamento constitui um desafio enorme a vencer, qualquer que seja a forma de prestação de serviço escolhida. Pelo lado do usuário, há fatores que levam à evasão de receitas como o baixo poder aquisitivo e o desconhecimento sobre a prestação de serviço, complexidade e características inclusive legais; pelo lado da prestadora, observa-se a falta de recursos para manter os serviços e quase ausência total de meios para arcar com novos investimentos, inibindo o avanço do setor.

Esse ciclo vem sendo atenuado pela elaboração do PMSB e quiçá vencido na medida em que, por meio de atividades de participação social, os usuários vêm tomando conhecimento da complexidade da prestação dos serviços e que há um preço a pagar. Ainda há um desconhecimento sobre as características que a água potável precisa ter, regulamentada inclusive por portaria do Ministério da Saúde que é diferente daquela que antes se pegava de nascentes ou rios. Há um preço a pagar para ter água potável em quantidade, qualidade e regularidade dentro do domicílio. Ao mesmo tempo, as prestadoras de serviço precisam avançar no sentido de fazê-lo de forma mais eficiente, reduzindo as perdas d'água, hoje um problema muito sério do setor no país.

## **7.5. VERIFICAÇÕES E PROPOSIÇÕES PARA O MUNICÍPIO DE PARAÍBA DO SUL**

---

A prestação do abastecimento de água é feita pela concessionária pública estadual enquanto os serviços de coleta de esgotos e drenagem urbana são prestados pela própria estrutura de administração pública do município. Retomam-se os principais pontos do diagnóstico somente com a finalidade de criar uma referência neste volume do trabalho voltado para as proposições que visam à universalização dos serviços.

A elaboração do PMSB para o município mostrou que a população vem desfrutando de um serviço estabelecido, mas com problemas. Segundo dados de campo de 2012, a cobertura quanto ao abastecimento de água é de 90,5% na sede e alto índice de hidrometração 96%. Entretanto o índice de perdas é elevado no município, segundo dados de campo aproximadamente 47% da água de distribuição se perde antes de chegar ao consumidor final. Para o esgotamento sanitário, há um déficit de 4% em cobertura por rede apenas, mas não há tratamento.

Em relação à operadora, há uma estrutura para prestar o serviço de abastecimento de

água, mas há necessidade de ampliar o quanto antes a cobertura. Assim como em outros municípios do Médio Paraíba, permanece o desafio de prestar um serviço mais eficiente, o que é comum a outras operadoras. Trata-se, principalmente, da redução de perdas de água, a qual a prestadora deveria investir para conhecer cada vez mais sua rede de distribuição; e, mesmo, implantar anéis de adutoras de água potável. Isto daria condições de buscar um horizonte de alcançar em alguns anos um índice de perdas em torno de 25%.

Pelo exposto, os serviços prestados estão aquém das necessidades do município e das suas potencialidades. Atualmente qualquer serviço de saneamento deve cumprir uma série de determinações definidas em lei e, assim, se exige um corpo técnico amplo, agilidade operacional e de contratação, entre vários outros pontos.

O Serviço de Drenagem Urbana é dividido, como em outros municípios, em setores ou mesmo secretarias diferentes. Este é o componente mais frágil entre os quatro que hoje compõem o saneamento básico. O atual plano em elaboração é o primeiro trabalho que há e que aborda a drenagem como um todo no município. O foco é microdrenagem, atribuição precípua municipal.

Atualmente não há regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico no município, conforme colocado no diagnóstico.

As oficinas realizadas, no município, constituíram um embrião das atividades de controle social. De uma maneira geral, percebe-se que implantação de instâncias de participação social para exercer o controle conforme previsto na Lei 11.445/2007 é uma necessidade para que a população conheça os serviços prestados, seus condicionantes e custos respectivos. Esse ponto cabe tanto à concessionária, quanto ao próprio município.

Propõem-se as seguintes modificações, adaptações ou complementações necessárias para dar o suporte legal ao adequado funcionamento do arranjo institucional, orçamentário e operacional:

1. Drenagem urbana: constituir um Ente Municipal responsável pelo planejamento, gestão das informações, contratação de projetos, operação e manutenção desta infraestrutura. Assim, o município passaria a contar não somente com uma infraestrutura em drenagem urbana, mas também um serviço responsável devidamente capacitado para exercer suas funções. Num primeiro momento, a fonte de receitas permaneceria sendo o orçamento municipal, mas com o tempo, conforme estabelecido na Lei 11.445/2007, seria possível individualizar a cobrança pelo serviço proporcional ao grau de impermeabilização e à adoção de medidas compensatórias, como unidades de retenção e infiltração de água no próprio lote. Esta é uma prática que se inicia em alguns municípios brasileiros, mas já é estabelecida em países europeus como a Itália.
2. Água: a CEDAE é a responsável pela prestação dos serviços. Recomenda-se

inicialmente que seja fornecido o plano de metas da Companhia Estadual. A partir desse documento, seria possível verificar se a estrutura operacional existente é suficiente. O desafio, contudo, situa-se na busca de sustentabilidade econômica em função da receita auferida, mas não foram fornecidas essas informações.

3. Esgotos: a prestação dos serviços é feita de forma modesta pelo próprio município. Não há necessidade de contrato no caso de prestação direta, mas seria necessário algum diploma legal reconhecendo o serviço como seu. É preciso dotá-lo de estrutura ampliada para dar conta de todos os ditames legais ora postos conforme a legislação em vigor. O desafio, contudo, situa-se na busca de sustentabilidade econômica em função da receita auferida. Há várias possibilidades para que o município conte com um serviço mais ágil e atual como requerem as leis em vigor no país. Uma autarquia municipal tornaria a gestão do serviço mais avançada, mas permaneceria o desafio de ter um contingente populacional modesto que dificulta a prestação adequada dos serviços, mesmo implantando hidrômetros e tarifas proporcionais ao consumo, o que traria resultados também para o serviço de esgotos. É possível que uma solução conjunta com outros municípios próximos torne a prestação de serviços mais viável economicamente, o que será tratado em outro produto mais adiante.
4. Regulação e fiscalização: é possível um convênio com a Agência Estadual do Rio de Janeiro, à AGENERSA, que foi criada pela Lei Estadual 4.556/2005. A mesma possui atribuições para atuar no setor de saneamento básico. Uma alternativa seria a criação de uma Agência Regional, compartilhada por vários municípios, sendo o custo mantê-la, o maior desafio. Uma Agência Municipal levaria a desafios maiores, ainda, em termos de sustentabilidade econômica, e mesmo formação e manutenção do corpo técnico, por isto se mostra menos adequada para Paraíba do Sul.

## **8. SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

---

A Lei Federal 11.445/2007 determina que seja elaborado no PMSB, o estudo de sustentabilidade econômico-financeira para cada um dos componentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos urbanos. A finalidade é dar suporte à decisão de qual alternativa técnica e institucional, operadora, o município deve escolher a partir de todo o cotejamento de investimentos e de custos.

Nos planos de saneamento, o objetivo é calcular qual seria a condição de equilíbrio ou sustentabilidade econômico-financeira de cada componente, utilizando como base a mesma estrutura de geração de custo e receita, para obter o gasto médio por componente. Este valor indicaria qual o aporte necessário de recursos monetários para cobrir os investimentos e os custos de manutenção para cada componente, aqui especificamente abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana.

Os gastos para a prestação de serviços de água, esgotos e drenagem são divididos em duas categorias: investimentos, para universalizar ou continuar a atender a expansão da população, logo aumentando o volume dos serviços e também a receita da prestadora; e manutenção, custos com o objetivo de manter os serviços operando continuamente no mesmo nível. São classificados como investimentos:

- Ampliação e reforma de unidades, pois visam aumentar a oferta de serviços. Um exemplo ocorre nas ETAs, onde o emprego de novos equipamentos aumenta a capacidade de produção, porém sem alterar as construções existentes como os decantadores.
- Projetos e implantação de novas unidades, como o tratamento de lodos.
- Cadastro das unidades do SAA, incluindo a rede de distribuição, pois esse conhecimento melhora a operação e reduz perdas, entre outros, trazendo benefícios futuros.
- Implantação de setorização, incluindo macromedição de distritos de abastecimento, também trazendo benefícios futuros.

Quanto à manutenção, se enquadra: a substituição de redes de distribuição mais antigas, com vistas a reduzir as perdas de água que também significam perdas de receita para a operadora, troca de trechos de adutora de água tratada, manutenção de trechos, entre outros.

Para qualquer município, há como referência para o cálculo da sustentabilidade econômico-financeira dos serviços de saneamento, incluindo os casos de concessão e prestação de serviços por operadores que não são da administração direta, o que diz a Lei 11.445/2007 em seu art. 29 § 1º, inciso VI, remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços. Assim, quando o serviço é prestado por terceiros e não diretamente pelo município, mesmo sendo este o poder concedente, a lei prevê remuneração pelo serviço prestado de forma a garantir o equilíbrio econômico-financeiro.

A receita auferida pelo prestador ou concessionária de serviços de saneamento origina-se da cobrança diretamente da população através de tarifa módica e bem estruturada, ao menos para o abastecimento de água e esgotamento sanitário. Para a drenagem urbana, a definição de tarifas pela prestação deste tipo de serviço é ainda incipiente no país, embora já seja praxe em outros na Europa.

O modelo de Estudo de Viabilidade Econômica e Financeira (EVEF) aqui utilizado calcula o valor médio a cobrar por domicílio e por habitante pelo serviço prestado para dar equilíbrio econômico-financeiro ao mesmo, considerando os investimentos e os custos de manutenção. O cálculo foi efetuado por componente de saneamento básico, mas já incluindo a expectativa de ganho mínimo da operadora. Para efeito de comparação, também foi apresentada a renda média por domicílio, mostrando o quanto o custo médio pela prestação de serviço impacta a renda média domiciliar.

Foram feitos cálculos também para mostrar a porcentagem correspondente da prestação dos serviços perante a receita média municipal no horizonte adotado. Estes valores ajudam a balizar os custos da prestação de serviços dentro do âmbito de um PMSB, mas é um primeiro trabalho de sustentabilidade econômica aos quais outros estudos se seguiriam para aprofundar a questão.

O objetivo das simulações de sustentabilidade econômica apresentadas é oferecer uma análise inicial de sensibilidade aos tomadores de decisão. Maior detalhamento e aprofundamento de custos de investimentos seriam obtidos nos planos diretores de empreendimentos e obras, e projetos básicos de cada sistema, fases seguintes a este PMSB. Nestes instrumentos posteriores, o gestor público obterá com maior precisão e detalhamento, o dimensionamento e o custo mais detalhado das alternativas propostas neste Plano de Saneamento, de forma que uma nova simulação da sustentabilidade seria efetuada.

Para garantir a remuneração adequada dos serviços, não há ainda uma regra definida, mas se considera que a taxa de desconto atrelada a Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) refletiria a expectativa média de remuneração do capital de uma operadora, acrescida da taxa de risco e a liquidez de cada tipo de serviço prestado. Desta forma, foi montado um fluxo descontado de valores monetários, mas adotando uma taxa de 11% ao ano, conforme a taxa SELIC atual.

Há duas situações consideradas na análise de equilíbrio dos sistemas e seu uso:

- Municípios autônomos que não decidiram a assinatura de Contrato de Programa com a CEDAE e buscam meios de expandir os serviços por meio de concessões ou mantê-los na forma em que estão, utilizam suas proposições para estabelecer a forma de prestação de serviços.
- Municípios que tenham Lei Autorizativa aprovada com alguma concessionária ou que já estejam com Contrato de Programa assinado com a CEDAE, cujo instrumento é conhecido como Plano de Metas. Quando o município já tem a Lei Autorizativa com qualquer concessionária ou Contrato de Programa assinado com a CEDAE, a concessão já estaria alicerçada na aprovação pelas partes envolvidas como a Câmara Municipal, a Prefeitura e a própria concessionária. Este estudo apoiaria uma revisão do contrato, caso necessária.

Em ambos os casos, é provável que haja ajustes posteriores entre a operadora e a prefeitura pertinentes no plano de investimentos e que impactariam o resultado econômico do projeto.

Nos municípios que negociariam um contrato de programa com a CEDAE, este estudo oferece a informação e a análise que apoiam a prefeitura sobre a dimensão da proposta apresentada pela concessionária estadual e das possibilidades em relação à operação dos sistemas. Para os casos em que o município já possui Contrato de Programa assinado ou com a Lei Autorizativa aprovada, tomando como base a proposta feita pela operadora, pretende-se apresentar apenas a situação em que o sistema entra em equilíbrio econômico-financeiro, cabendo ao município eventualmente tomar a iniciativa de repactuação contratual.

Os investimentos previstos para Paraíba do Sul, estão apresentados no Quadro 53. O prazo considerado é igual ao horizonte de planejamento, 20 anos. Os investimentos em expansão urbana atendida por loteamentos seriam a encargo dos empreendedores imobiliários e não para a prefeitura ou concessionária, conforme determina a Lei nº 6.766/1979. Portanto, não foram cobrados neste EVEF. Os investimentos a encargos dos loteadores seriam iguais a cerca de R\$ 38,5 milhões para redes de água e R\$ 15,3 milhões para redes de esgotos sanitários.

Para Paraíba do Sul, há necessidade de empréstimos ou outros aportes de capitais para ampliar a oferta de serviços, bem como mantê-los, situação muito diferente de municípios da mesma região. No Quadro 53 pode-se visualizar o estudo de viabilidade econômica e financeira do Município de Paraíba do Sul.

**Quadro 53 – Estudo de viabilidade econômica e financeira**

Descrição	VPL
Taxa Selic Anual	11,00%
<b>Custo do Sistema de Agua</b>	R\$ 11.908.030,25
<b>Custo do Sistema de Esgoto</b>	R\$ 17.168.170,17
<b>Custo do Sistema de Drenagem</b>	R\$ 17.010.505,31
<b>Custo de Destinação Final Resíduos - Hipotese I</b>	R\$ 0,00
Sub Total	R\$ 46.086.705,73
<b>Manutenção e Operação</b>	R\$ 26.474.017,43
Custo Total dos Sistemas	R\$ 72.560.723,16
<b>Custo do Sistema X Renda Bruta do Município</b>	<b>7,73%</b>
População Urbana	16.117
Custo X População	R\$ 4.502,13
Economias	5.229
Custo X Economia	R\$ 13.876,29
Ligações	5.546
Custo X Ligações	R\$ 13.082,51
<b>Investimentos nos Sistemas</b>	
Emprestimo (carencia de 12 Meses - Taxa de 6,50% a.a)	R\$ 8.970.471,57
Pagamento Emprestimo	<b>(R\$ 10.055.132,64)</b>

Fonte: Vallenge, 2013

O valor de R\$ 10.055.132,64 (dez milhões, cinquenta e cinco mil, cento e trinta e dois reais e sessenta e quatro centavos) é referente ao pagamento de empréstimos, significam as fontes externas de recursos monetários necessários para alcançar a universalização, ou seja, empréstimos ou fontes de programas governamentais como o PAC.

## **9. INDICADORES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

---

Indicadores constituem uma forma simples e eficaz para que a população, exercendo o controle social previsto na Lei Federal 11.445/2007, e a administração pública municipal possam acompanhar a evolução da prestação dos serviços rumo à universalização.

O desafio está em encontrar ou definir um grupo de indicadores por componente que seja objetivo e simples. Uma referência de indicadores é dada pelo SNIS.

Para os componentes de abastecimento de água e esgotamento sanitário propõem-se o uso de alguns dos indicadores calculados pelo SNIS, pois anualmente o município precisa informar esses dados ao Governo Federal. Já para o componente drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, a literatura específica ainda é pobre, sendo propostos indicadores apresentados no item 9.1.3.

Com a melhoria na base de dados do município há a possibilidade no futuro de adoção de outros indicadores para o monitoramento do desempenho do plano em relação às metas propostas.

Os indicadores por componente são apresentados a seguir, juntamente com a variação proposta de seus valores ao longo do horizonte de planejamento.

### **9.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

Para o componente de abastecimento de água foram definidos três indicadores principais em relação à quantidade de água, índice de atendimento urbano de água, consumo médio per capita e índice de perdas na distribuição, e dois indicadores principais em relação à qualidade da água fornecida a população, incidência de análises de cloro e de coliformes totais fora do padrão.

#### **9.1.1. Índice de atendimento urbano de água**

A. Objetivo: aferir a evolução da universalização do serviço de abastecimento de água no município.



B. Equação para o cálculo do indicador

$$IN_{023} = \frac{\text{População urbana atendida com abastecimento de água}}{\text{População urbana residente no município}} \times 100 \quad [\%]$$

Onde:

População urbana atendida com abastecimento de água: Valor da população urbana atendida com abastecimento de água pelo prestador de serviços, no último dia do ano de referência.

Corresponde à população urbana que é efetivamente atendida com os serviços, hab.;

População urbana residente do município: População urbana residente no município. Quando da existência de dados de censos ou contagens populacionais do IBGE, essas informações são utilizadas. Inclui tanto a população beneficiada quanto a que não é beneficiada com os serviços de abastecimento de água, hab.

C. Metas e prazos propostos

Ano	Atual	2015	2018	2028	2033
IN <sub>023</sub>	90,5%	94%	100%	100%	100%

Fonte: Vallenge, 2013

### 9.1.2. Consumo médio *per capita*

A. Objetivo: avaliar se o programa de uso racional de água está alcançando os resultados.

B. Equação para o cálculo do indicador

$$IN_{022} = \left[ \frac{\text{Volume de água consumido} - \text{Volume de água tratado exportado}}{\text{População total atendida com abastecimento de água}} \right] \times \frac{1000}{365} \quad [\text{L/hab.dia}]$$

Onde:

Volume de água consumido, m<sup>3</sup>: Volume anual de água consumido por todos os usuários, compreendendo o volume micromedido, o volume de consumo estimado para as ligações desprovidas de hidrômetro ou com hidrômetro parado, acrescido do volume de água tratada exportado para outro prestador de serviços.

Volume de água tratada exportado, m<sup>3</sup>: Volume anual de água potável, previamente tratada, transferido para outros agentes distribuidores.

População total atendida com abastecimento de água, hab: Valor da soma das populações urbana e rural, sedes municipais e localidades, atendidas com abastecimento de água pelo prestador de serviços, no último dia do ano de referência. Corresponde à população que é efetivamente atendida com os serviços.

C. Metas e prazos propostos

Ano	Atual	2015	2018	2028	2033
IN <sub>022</sub>	196,8	195	185	165	160

Fonte: Vallenge, 2013

### 9.1.3. Índice de perdas na distribuição

A. Objetivo: aferir se o programa de redução de perdas está no caminho certo.

B. Equação para o cálculo do indicador

$$IN_{049} = \frac{\text{Vol. de água (produzido – tratado importado – serviço)} - \text{Vol. de água consumido}}{\text{Volume de água (produzido – tratado importado – serviço)}} \times 100 \quad [\%]$$

Onde:

Volume de água produzido, m<sup>3</sup>: Volume anual de água disponível para consumo, compreendendo a água captada pelo prestador de serviços e a água bruta importada ambas tratada(s) na(s) unidade(s) de tratamento do prestador de serviços, medido ou estimado na(s) saída(s) da(s) ETA(s) ou UTS(s).

Volume de água tratada importado, m<sup>3</sup>: Volume anual de água potável, previamente tratada em ETA(s) ou em UTS(s), recebido de outros agentes fornecedores. Deve estar computado no volume de água macromedido, quando efetivamente medido. Não deve ser computado nos volumes de água produzido, tratado em ETA's ou tratado por simples desinfecção.

Volume de água de serviço, m<sup>3</sup>: Valor da soma dos volumes anuais de água usados para atividades operacionais e especiais, acrescido do volume de água recuperado. As águas de lavagem das ETA(s) ou UTS(s) não devem ser consideradas.

Volume de água consumido, m<sup>3</sup>: Volume anual de água consumido por todos os usuários, compreendendo o volume micromedido, o volume de consumo estimado para as ligações desprovidas de hidrômetro ou com hidrômetro parado, acrescido do volume de água tratada exportado para outro prestador de serviços.

### C. Metas e prazos propostos

Ano	Atual	2015	2018	2028	2033
<b>IN<sub>049</sub></b>	47%	44%	41%	28%	25%

Fonte: Vallenge, 2013

#### 9.1.4. Incidência de análises de cloro fora do padrão

A. Objetivo: aferir a qualidade da água em relação à potabilidade e com isso evitar a evolução de doenças de veiculação hídrica.

B. Equação para o cálculo do indicador

$$IN_{075} = \frac{\text{Quantidade de amostras para análises de cloro residual fora do padrão}}{\text{Quantidade de amostras analisadas para aferição de cloro residual}} \times 100 \quad [\%]$$

Onde:

Quantidade de amostras analisadas para aferição de cloro residual livre com resultados fora do padrão, amostra: Quantidade total anual de amostras coletadas na(s) saída(s) da(s) unidade(s) de tratamento e no sistema de distribuição de água, reservatórios e redes, para aferição do teor de cloro residual livre na água, cujo resultado da análise ficou fora do padrão determinado pela Portaria 2.914/2011 do Ministério da Saúde. No caso de município atendido por mais de um sistema, as informações dos diversos sistemas devem ser somadas.

Quantidade de amostras analisadas para aferição de cloro residual livre, amostra: Quantidade total anual de amostras coletadas na(s) saída(s) da(s) unidade(s) de tratamento e no sistema de distribuição de água, reservatórios e redes, para aferição do teor de cloro residual livre na água. No caso de município atendido por mais de um sistema, as informações dos diversos sistemas devem ser somadas.

### C. Metas e prazos propostos

Ano	Atual	2015	2018	2028	2033
<b>IN<sub>075</sub></b>	ND	5%	1%	0%	0%

Nota: ND – Não disponível.

Fonte: Vallenge, 2013

### 9.1.5. Incidência das análises de coliformes totais fora do padrão

A. Objetivo: aferir a qualidade da água em relação à potabilidade e com isso evitar a evolução de doenças de veiculação hídrica.

B. Equação para o cálculo do indicador

$$IN_{084} = \frac{\text{Quantidade de amostras para análises de coliformes totais fora do padrão}}{\text{Quantidade de amostras analisadas para aferição de coliformes totais}} \times 100 \quad [\%]$$

Onde:

Quantidade de amostras analisadas para aferição de coliformes totais com resultados fora do padrão, amostra: quantidade total anual de amostras coletadas na(s) saída(s) da(s) unidade(s) de tratamento e na rede de distribuição de água, para aferição do teor de coliformes totais, cujo resultado da análise ficou fora do padrão determinado pela Portaria 2.914/2011 do Ministério da Saúde. No caso de município atendido por mais de um sistema, as informações dos diversos sistemas devem ser somadas.

Quantidade de amostras analisadas para aferição de coliformes totais, amostra: Quantidade total anual de amostras coletadas na(s) saída(s) da(s) unidade(s) de tratamento e no sistema de distribuição de água, reservatórios e redes, para aferição do teor de coliformes totais. no caso de município atendido por mais de um sistema, as informações dos diversos sistemas devem ser somadas.

C. Metas e prazos propostos

Ano	Atual	2015	2018	2028	2033
IN <sub>084</sub>	ND	5%	1%	0%	0%

Nota: ND – Não disponível.

Fonte: Vallenge, 2013

## 9.2. ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Para o componente de esgotamento sanitário foram definidos três indicadores principais: índice de atendimento urbano de esgoto, índice de coleta de esgotos e índice de tratamento de esgotos.

### 9.2.1. Índice de atendimento urbano de esgoto

A. Objetivo: aferir a evolução da universalização da componente no município.

B. Equação para o cálculo do indicador

$$IN_{047} = \frac{\text{População urbana atendida com esgotamento sanitário}}{\text{População urbana residente no município}} \times 100 \quad [\%]$$

Onde:

População urbana atendida com esgotamento sanitário, hab: Valor da população urbana beneficiada com esgotamento sanitário pelo prestador de serviços, no último dia do ano de referência. Corresponde à população urbana que é efetivamente servida com os serviços.

População urbana residente do município, hab: População urbana residente no município. Quando da existência de dados de Censos ou Contagens populacionais do IBGE, essas informações são utilizadas. Inclui tanto a população beneficiada quanto a que não é beneficiada com os serviços de esgotamento sanitário.

C. Metas e prazos propostos

Ano	Atual	2015	2018	2028	2033
IN <sub>047</sub>	ND%	80%	100%	100%	100%

Nota: ND – Não disponível

Fonte: Vallenge, 2013

### 9.2.2. Índice de coleta de esgotos

A. Objetivo: aferir o volume de esgoto coletado em relação ao volume gerado.

B. Equação para o cálculo do indicador

$$IN_{015} = \frac{\text{Volume de esgoto coletado}}{\text{Volume de água consumido} - \text{volume de água tratado exportado}} \times 100 \quad [\%]$$

Onde:

Volume de esgoto coletado, m<sup>3</sup>: Volume anual de esgoto lançado na rede coletora. Em geral é considerado como sendo de 80% a 85% do volume de água consumido na mesma economia. Não inclui volume de esgoto bruto importado.

Volume de água consumido, m<sup>3</sup>: Volume anual de água consumido por todos os usuários, compreendendo o volume micromedido, o volume de consumo estimado para as ligações desprovidas de hidrômetro ou com hidrômetro parado, acrescido do volume de água tratada exportado para outro prestador de serviços.

Volume de água tratado exportado, m<sup>3</sup>: Volume anual de água potável, previamente tratada, transferido para outros agentes distribuidores.

### C. Metas e prazos propostos

Ano	Atual	2015	2018	2028	2033
IN <sub>015</sub>	ND%	80%	100%	100%	100%

Nota: ND- Não disponível

Fonte: Vallenge, 2013

## 9.2.3. Índice de tratamento de esgotos

A. Objetivo: aferir a universalização do tratamento de esgoto e com isso melhorar a qualidade ambiental dos recursos hídricos e evitar a proliferação de doenças de veiculação hídrica.

B. Equação para o cálculo do indicador

$$IN_{016} = \frac{\text{Volume de esgoto tratado}}{\text{Volume de esgoto coletado} + \text{volume de esgoto importado}} \times 100 \quad [\%]$$

Onde:

Volume de esgoto tratado, m<sup>3</sup>: Volume anual de esgoto coletado na área de atuação do prestador de serviços e que foi submetido a tratamento, medido ou estimado na(s) entrada(s) da(s) ETE(s).

Volume de esgoto coletado, m<sup>3</sup>: Volume anual de esgoto lançado na rede coletora. Em geral é considerado como sendo de 80% a 85% do volume de água consumido na mesma economia.

Volume de esgoto bruto importado, m<sup>3</sup>: Volume de esgoto bruto recebido de outro(s) agente(s). Deve ser acrescido, caso houver, a parcela do volume de esgoto coletado.

### C. Metas e prazos propostos

Ano	Atual	2015	2018	2028	2033
IN <sub>016</sub>	0%	0%	50%	100%	100%

Fonte: Vallenge, 2013.

## 9.3. DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS

Para o componente de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas foram definidos quatro indicadores principais: indicador da gestão do serviço, índice de atendimento urbano de microdrenagem, índice de atendimento territorial urbano de microdrenagem e índice de pontos de alagamento devido a chuvas

### 9.3.1. Indicador da gestão do serviço

A. Objetivo: avaliar o nível de gestão do serviço.

B. Equação para o cálculo do indicador

Foi dividido em dois subitens, cada um com seu respectivo indicador simples, de forma que ao final se obtenha um indicador composto.

- Gestão

Indicador simples de rubrica específica de drenagem

(....) sim ... (....) não

ISG: 0,50. Quando o indicador simples for positivo;

ISG: 0,00. Quando o indicador simples for negativo.

Indicador simples de existência de ente específico de drenagem com atividades bem definidas, inclusive em lei municipal

(....) sim ... (....) não

ISG: 0,50. Quando o indicador simples for positivo;

ISG: 0,00. Quando o indicador simples for negativo.

Indicador composto de gestão dos serviços de drenagem urbana: ICGDU

ICGDU: 1,00. Quando os dois indicadores simples forem positivos;

ICGDU: 0,50. Quando ao menos um indicador simples for positivo;

ICGDU: 0,00. Quando os dois indicadores simples forem nulos.

- Alcance do cadastro do serviço

Indicador simples de existência de cadastro atualizado da infraestrutura de drenagem

(....) sim ... (....) não

IECDU: 0,50. Quando o indicador simples for positivo;

IECDU: 0,00. Quando o indicador simples for negativo.

Indicador simples do alcance do cadastro, caso exista, referente à porcentagem da área urbana com cadastro efetuado.

(....) 67% a 100%                      nota = 0,5

(....) 34% a 66%                        nota = 0,3

(....) 1% a 33%                         nota = 0,1

Indicador composto do alcance do cadastro do serviço de microdrenagem urbana:

ICCDU (soma dos indicadores simples do alcance do cadastro do serviço)

ICCDU: 1,0. Quando existir cadastro com alcance entre 67% a 100% da área urbana.

ICCDU: 0,8. Quando existir cadastro com alcance entre 34% a 66% da área urbana.

ICCDU: 0,6. Quando existir cadastro com alcance entre 1% a 33% da área urbana.

ICCDU: 0,0. Quando não existir cadastro da infraestrutura de drenagem.

Assim, o indicador composto da gestão do serviço de drenagem urbana seria:

$$I_{PSDU} = \frac{I_{CGDU}}{I_{CCDU}}$$

A avaliação seria da seguinte forma:

IPSDU = 1,4 - 2,0. O serviço vem sendo gerido de forma adequada

IPSDU = 0,7 - 1,3. O serviço tem algum nível de gestão, mas precisa ser mais avançado;



IPSDU = 0,0 - 0,6. A gestão ainda é insuficiente e requer aprimoramento.

### C. Metas e prazos propostos

Ano	Atual	2015	2018	2028	2033
ICGDU	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0
ICCDU	0,0	0,6	0,8	1,0	1,0
IPSDU	0,0	1,6	1,8	2,0	2,0

Fonte: Vallenge, 2013

## 9.3.2. Índice de atendimento urbano de microdrenagem

A. Objetivo: aferir a evolução da universalização da componente no município.

B. Equação para o cálculo do indicador

$$IN_{100} = \frac{\text{População urbana atendida com microdrenagem}}{\text{População urbana do município}} \times 100 \quad [\%]$$

Onde:

População urbana atendida com microdrenagem, hab: Valor da população urbana atendida com microdrenagem, mesmo drenagem superficial, pelo prestador de serviços, no último dia do ano de referência. Corresponde à população urbana que é efetivamente servida com os serviços.

População urbana do município, hab: População urbana residente no município. Quando da existência de dados de censos ou contagens populacionais do IBGE, essas informações são utilizadas. Inclui tanto a população beneficiada quanto a que não é beneficiada com os serviços de microdrenagem.

### C. Metas e prazos propostos

Ano	Atual	2015	2018	2028	2033
IN <sub>100</sub>	ND	40%	50%	100%	100%

Nota: ND - Não disponível.

Fonte: Vallenge, 2013.

### 9.3.3. Índice de atendimento territorial urbano de microdrenagem

A. Objetivo: aferir a área efetivamente atendida com microdrenagem.

B. Equação para o cálculo do indicador

$$IN_{101} = \frac{\text{Área urbana com microdrenagem}}{\text{Área urbana do município}} \times 100 \quad [\%]$$

Onde:

Área urbana com microdrenagem, km²: Área urbana atendida com microdrenagem, mesmo drenagem superficial, pelo prestador de serviços, no último dia do ano de referência.

Área urbana total, km²: Área urbana total definida pelo município através do Plano Diretor, Leis Municipais ou Decretos Municipais até o último dia do ano de referência.

C. Metas e prazos propostos

Ano	Atual	2015	2018	2028	2033
IN <sub>101</sub>	40%*	40%	50%	100%	100%

Nota: \*Estimado em função de visitas a campo.

Fonte: Vallenge, 2013.

### 9.3.4. Índice de pontos de alagamento sanados

A. Objetivo: verificar o desempenho no controle e diminuição dos pontos de alagamento no município e, com isso, melhorar a qualidade ambiental dos recursos hídricos e evitar a proliferação de doenças de veiculação hídrica.

B. Equação para o cálculo do indicador

$$IN_{102} = \frac{\text{Número de pontos com problemas de alagamento sanados}}{\text{Número de pontos com problemas de alagamento}} \times 100 \quad [\%]$$

Onde:

Número de pontos com problemas de alagamento sanados, unidade: Número de locais que tinham problemas de alagamento devido as chuvas e que foram sanados através de obras de micro e macrodrenagem.

Número de pontos com problemas de alagamento, unidade: Número total de locais atualmente sujeitos a alagamento devido a chuvas e que necessitam de obras de micro e macrodrenagem.

### C. Metas e prazos propostos

Ano	Atual	2015	2018	2028	2033
IN <sub>102</sub>	ND	30%	60%	80%	100%

Nota: ND - Não disponível

Fonte: Vallenge, 2013

## **10. PLANOS DE CONTINGÊNCIA E EMERGÊNCIA**

---

As ações de contingência e emergência possuem finalidade preventiva e corretiva, tendo como objetivo evitar possíveis acidentes, utilizando métodos de segurança a fim de evitar o comprometimento ou a paralisação do sistema de saneamento básico, aumentando o nível de segurança quanto ao atendimento da população.

Nas obras de saneamento básico e de engenharia civil, em geral, são respeitados determinados níveis de segurança, resultantes de experiências anteriores, além de seguirem rigorosamente as normas técnicas reconhecidas para planejamento, projeto e construção.

Na operação e manutenção dos serviços de saneamento básico são utilizadas formas locais e corporativas, que dependem da operadora, no sentido de prevenir ocorrências indesejáveis por meio do controle e monitoramento das condições físicas das instalações e equipamentos, visando minimizar ocorrências de sinistros e interrupções na prestação contínua dos serviços de saneamento.

As ações de caráter preventivo, mais ligadas à contingência, possuem a finalidade de evitar acidentes que possam comprometer a qualidade dos serviços prestados e a segurança do ambiente de trabalho, garantindo também a segurança dos trabalhadores. Essas ações dependem de: manutenção estratégica, prevista por meio de planejamento, ação das áreas de gestão operacional, controle de qualidade, suporte de comunicação, suprimentos e tecnologia de informação, entre outras.

Já em casos de ocorrências atípicas que possam vir a interromper os serviços de saneamento básico, situação mais relacionada a casos de emergência, os responsáveis pela operação devem dispor de todas as estruturas de apoio como mão de obra especializada, material e equipamento para a recuperação dos serviços no menor prazo possível. Portanto, enquanto o plano de contingência aborda ações programadas de interrupção dos serviços, o de emergência lida com situações de parada não programada.

De uma maneira geral, os planos de emergência e contingência possuem ações e alternativas integradas, no qual o executor leva em conta no momento de decisão em face de eventuais ocorrências atípicas. Considera, ainda, os demais planos setoriais existentes ou em implantação que deverão estar em consonância com o plano municipal de saneamento básico. As ações preventivas servem para minimizar os riscos de acidentes, além de orientar os setores responsáveis a controlar e solucionar os impactos causados por alguma situação crítica não esperada. A seguir são apresentadas ações de emergência e contingência a serem adotadas pelos prestadores dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

**Quadro 54 - Riscos potenciais – abastecimento de água potável**

<b>1. Falta de água generalizada</b>	
<b>Origem</b>	<b>Plano de contingência/emergência</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Inundação das captações de água com danificação de equipamentos eletromecânicos e estruturas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunicação à população, instituições, autoridades e defesa civil.</li> <li>Reparo dos equipamentos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Deslizamento de encostas, movimentação do solo, solapamento de apoios de estruturas com arrebentamento da adução de água bruta.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunicação às autoridades e defesa civil.</li> <li>Evacuação do local e isolamento da área como meio de evitar acidentes.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Interrupção prolongada no fornecimento de energia elétrica nas instalações de produção de água.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunicação à operadora em exercício de energia elétrica.</li> <li>Acionar gerador alternativo de energia.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ações de vandalismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunicação à Polícia Militar e a responsável pela prestação de serviço</li> <li>Reparo das instalações danificadas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Situação de seca, vazões críticas de mananciais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Controle da água disponível em reservatórios.</li> <li>Deslocamento de grande frota de caminhões tanque.</li> <li>Ação com a gestão de recursos hídricos para controle da demanda.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Qualidade inadequada da água dos mananciais, contaminação por acidentes como derramamento de substâncias tóxicas na bacia de captação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificação periódica e adequação do plano de ação de interrupção às características da ocorrência.</li> <li>Implementação de rodízio de abastecimento.</li> </ul>
<b>2. Falta de água parcial ou localizada</b>	
<b>Origem</b>	<b>Plano de contingência/emergência</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Deficiência de água nos mananciais em períodos de estiagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunicação à população, instituições, autoridades, defesa civil.</li> <li>Deslocamento de frota de caminhões tanque.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Interrupção temporária no fornecimento de energia elétrica nas instalações de produção de água.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunicação à operadora em exercício de energia elétrica.</li> <li>Acionar gerador alternativo de energia.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Interrupção no fornecimento de energia elétrica em setores de distribuição.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunicação à operadora em exercício de energia elétrica.</li> <li>Acionar gerador alternativo de energia.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Danificação de equipamentos de estações elevatórias de água tratada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reparo dos equipamentos danificados.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Danificação de estruturas de reservatórios e elevatórias de água tratada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Transferência de água entre setores de abastecimento.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Rompimento de redes e linhas adutoras de água tratada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Controle da água disponível em reservatórios.</li> <li>Implantação de rodízio.</li> <li>Reparo das linhas danificadas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ações de vandalismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunicação à Polícia Militar e a responsável pela prestação de serviço</li> <li>Reparo das instalações danificadas</li> <li>Reparo das instalações danificadas.</li> </ul>

(continua)

3. Aumento da demanda temporária	
Origem	Plano de contingência
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitoramento da demanda.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro estatístico do afluxo da população flutuante.</li> <li>• Registro dos consumos e da distribuição espacial do mesmo.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de comunicação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alerta à população para controle do consumo e reservação domiciliar de água.</li> <li>• Articulação dos diferentes órgãos envolvidos nos eventos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estratégia de operação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de manobras e atendimento às áreas de maior demanda.</li> <li>• Disponibilidade de frota de caminhões tanque.</li> <li>• Equipamento reserva e de contingências para falta de energia (uso de geradores).</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mecanismo tarifário para demanda temporária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistematização dos custos e investimentos necessários para cobrir a demanda.</li> <li>• Cálculo tarifário e quantificação das receitas e subsídios necessários.</li> <li>• Negociação com as partes interessadas para cobrança temporária dos serviços.</li> </ul>
4. Paralisação da ETA	
Origem	Plano de contingência/emergência
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vazamento de cloro nas instalações de tratamento de água.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reparo das instalações. Acionamento de pessoal treinado e capacitado para o uso de máscara e outros equipamentos necessários para corrigir a situação.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações de vandalismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação à Polícia Militar e a responsável pela prestação de serviço</li> <li>• Reparo das instalações danificadas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interrupção temporária no fornecimento de energia elétrica na ETA.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação à operadora em exercício de energia elétrica.</li> <li>• Acionar gerador alternativo de energia.</li> <li>• Comunicar a responsável pela prestação dos serviços.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Danificação de equipamentos eletromecânicos ou estruturas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicar a responsável pela prestação dos serviços</li> <li>• Instalar equipamentos reserva.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rompimento das adutoras de água bruta ou de água tratada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicar a responsável pela prestação dos serviços.</li> <li>• Executar reparo da área danificada com urgência.</li> </ul>

**Quadro 55 - Ações de controle operacional e manutenção – abastecimento de água potável**

Programa	Ações
<ul style="list-style-type: none"> <li>Controle dos mananciais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Controle das áreas de recarga de mananciais subterrâneos: níveis de rebaixamento, tempo diário de funcionamento.</li> <li>Limitações aos usos do solo na bacia de captação superficial: registro de produtos químicos utilizados, controle de atividades humana e das descargas de água residuárias.</li> <li>Fiscalização regular na bacia hidrográfica contra atividades poluidoras.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Controle das instalações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de medição na captação, entrada e saída da ETA.</li> <li>Monitoramento à distância do bombeamento da captação.</li> <li>Monitoramento à distância dos principais pontos de controle da ETA e do bombeamento da elevatória de água tratada.</li> <li>Qualidade nos mananciais e controle sanitário da bacia a montante.</li> <li>Qualidade da água distribuída conforme legislação vigente.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Controle dos equipamentos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Horas trabalhadas e consumo de energia.</li> <li>Corrente, tensão, vibração e temperatura.</li> <li>Controle de equipamento reserva.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Monitoramento do sistema distribuidor.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Vazões encaminhadas aos setores.</li> <li>Pressão e regularidade na rede.</li> <li>Programação de limpeza e desinfecção periódica dos reservatórios.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão da manutenção.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cadastro de equipamentos e instalações.</li> <li>Programação de: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ manutenção preventiva.</li> <li>✓ manutenção preditiva em equipamentos críticos.</li> <li>✓ limpeza periódica em coletores e ramais críticos.</li> <li>✓ limpeza periódica de elevatórias e na ETE.</li> </ul> </li> <li>Registro permanente do histórico das manutenções.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Prevenção de acidentes nos sistemas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de ações nos casos de incêndio.</li> <li>Plano de ação nos casos de vazamento de cloro.</li> <li>Plano de ação nos casos de outros produtos químicos.</li> <li>Gestão de riscos ambientais em conjunto com órgãos do meio ambiente</li> </ul>

**Quadro 56 - Riscos potenciais – esgotamento sanitário**

<b>1. Extravasamento de esgoto em ETE por paralisação do funcionamento desta unidade de tratamento</b>	
<b>Origem</b>	<b>Plano de contingência/emergência</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interrupção no fornecimento de energia elétrica nas instalações internas de bombeamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acionar gerador alternativo de energia.</li> <li>• Instalar tanque de acumulação e amortecimento do esgoto extravasado com o objetivo de evitar poluição do solo e água.</li> <li>• Comunicar a responsável pela operadora do serviço de esgotos e a PM.</li> <li>• Comunicar a concessionária de energia, a interrupção do fornecimento.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Danificação de equipamentos eletromecânicos ou estruturas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicar a responsável pela prestação do serviço de esgotos e a PM.</li> <li>• Comunicar aos órgãos de controle ambiental os problemas com os equipamentos e a possibilidade de ineficiência e paralisação das unidades de tratamento.</li> <li>• Instalar equipamento reserva.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações de vandalismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicar o ato de vandalismo à Polícia Militar e a responsável pela prestação de serviço.</li> <li>• Executar reparo das instalações danificadas com urgência.</li> </ul>
<b>2. Extravasamento de esgoto em estações elevatórias</b>	
<b>Origem</b>	<b>Plano de contingência</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interrupção no fornecimento de energia elétrica nas instalações de bombeamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicar a responsável pela prestação do serviço de esgotos e a PM.</li> <li>• Comunicar à concessionária de energia a interrupção de energia.</li> <li>• Acionar gerador alternativo de energia.</li> <li>• Instalar tanque de acumulação do esgoto extravasado com o objetivo de evitar contaminação do solo e água.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Danificação de equipamentos eletromecânicos ou estruturas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicar a responsável pela prestação do serviço de esgotos e a PM.</li> <li>• Comunicar aos órgãos de controle ambiental os problemas com os equipamentos e a possibilidade de ineficiência e paralisação das unidades de tratamento.</li> <li>• Instalar equipamento reserva.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações de vandalismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicar o ato de vandalismo à Polícia Militar e a responsável pela prestação de serviço</li> <li>• Executar reparo das instalações danificadas com urgência.</li> </ul>

(continua)



<b>3. Rompimento de coletores, interceptores e emissários.</b>	
Origem	Plano de contingência
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desmoronamento de taludes ou paredes de canais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicar a responsável pela prestação do serviço de esgotos e a PM.</li> <li>• Executar reparo da área danificada com urgência.</li> <li>• Sinalizar e isolar a área como meio de evitar acidentes.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Erosões de fundo de vale.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicar a responsável pela prestação do serviço de esgotos e a PM.</li> <li>• Executar reparo da área danificada com urgência.</li> <li>• Comunicar aos órgãos de controle ambiental sobre o rompimento em alguma parte do sistema de coleta de esgoto.</li> <li>• Sinalizar e isolar a área como meio de evitar acidentes.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rompimento de pontos para travessia de veículos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicar a responsável pela prestação do serviço de esgotos e a PM.</li> <li>• Comunicar as autoridades de trânsito sobre o rompimento da travessia.</li> <li>• Sinalizar e isolar a área como meio de evitar acidentes.</li> <li>• Executar reparo da área danificada com urgência.</li> <li>• Comunicar aos órgãos de controle ambiental sobre o rompimento em alguma parte do sistema de coleta de esgoto.</li> </ul>
<b>4. Ocorrência de retorno de esgoto nos imóveis.</b>	
Origem	Plano de contingência
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obstrução em coletores de esgoto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicar a responsável pela prestação do serviço de esgotos e a PM.</li> <li>• Isolar o trecho danificado do restante da rede com o objetivo de manter o atendimento das áreas não afetadas pelo rompimento.</li> <li>• Executar reparo das instalações danificadas com urgência</li> <li>• Executar trabalho de limpeza e desobstrução.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento indevido de águas pluviais na rede de esgoto e vice-versa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicar a responsável pela prestação do serviço de esgotos e a PM.</li> <li>• Comunicar a Vigilância Sanitária.</li> <li>• Ampliar a fiscalização e o monitoramento das redes de esgoto e de captação de águas pluviais com o objetivo de identificar ligações clandestinas, regularizar a situação e implantar sistema de cobrança de multa e punição para reincidentes.</li> </ul>

(continua)

<b>5. Vazamentos e contaminação de solo, cursos hídricos ou lençol freáticos por fossas.</b>	
Origem	Plano de contingência
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rompimento, extravasamento, vazamento ou infiltração de esgoto por ineficiência de fossas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicar a Vigilância Sanitária.</li> <li>• Comunicar a responsável pela prestação do serviço de esgotos e a PM</li> <li>• Promover o isolamento da área e contenção do resíduo com o objetivo de reduzir a contaminação.</li> <li>• Conter vazamento e promover a limpeza da área com caminhão limpa fossa, encaminhando o resíduo para a ETE.</li> <li>• Executar reparo das instalações danificadas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de fossas inadequadas e ineficientes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicar a Vigilância Sanitária.</li> <li>• Exigir a substituição das fossas negras por fossas sépticas e sumidouros ou ligação do esgoto residencial à rede pública nas áreas onde existe esse sistema.</li> <li>• Comunicar a responsável pela prestação do serviço de esgotos e a PM</li> <li>• Implantar programa de orientação quanto à necessidade de adoção de fossas sépticas em substituição às fossas negras e fiscalizar se a substituição está acontecendo nos prazos exigidos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inexistência ou ineficiência do monitoramento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicar a Vigilância Sanitária.</li> <li>• Comunicar a responsável pela prestação do serviço de esgotos e a PM</li> <li>• Ampliar o monitoramento e fiscalizar os equipamentos na área urbana e na zona rural, principalmente nas fossas localizadas próximas aos cursos hídricos e pontos de captação subterrânea de água para consumo humano.</li> </ul>

**Quadro 57- Ações de controle operacional e manutenção – esgotamento sanitário**

Programa	Ações
<ul style="list-style-type: none"> <li>Controle das condições do tratamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de medição de vazões e carga orgânica na entrada da ETE.</li> <li>Monitoramento à distância ao menos da vazão dos principais pontos de controle da ETE e do bombeamento da EE final.</li> <li>Acompanhar a qualidade do efluente tratado conforme legislação vigente.</li> <li>Monitorar o destino dos resíduos de gradeamento e caixa de areia, bem como dos lodos primários e secundários, conforme o caso.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Controle dos equipamentos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Registro de horas trabalhadas e consumo de energia</li> <li>Controle e correção de variações de tensão, vibração e temperatura</li> <li>Controle de equipamentos de reserva.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão da manutenção</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cadastro de equipamentos e instalações.</li> <li>Programação de: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ manutenção preventiva;</li> <li>✓ manutenção preditiva em equipamentos críticos;</li> <li>✓ limpeza periódica em coletores e ramais críticos;</li> <li>✓ limpeza periódica de elevatórias e na ETE.</li> </ul> </li> <li>Registro permanente do histórico das manutenções</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Prevenção de acidentes nos sistemas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de ação no caso de incêndio</li> <li>Gestão de riscos ambientais em conjunto com órgãos do meio ambiente</li> </ul>

**Quadro 58 - Riscos potenciais – drenagem e manejo de águas pluviais urbanas**

Ocorrência	Plano de contingência/emergência
<ul style="list-style-type: none"> <li>Situações de alagamento, problemas relacionados à microdrenagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilizar os órgãos competentes para a realização da manutenção da microdrenagem.</li> <li>Acionar a autoridade de trânsito para que sejam traçadas rotas alternativas a fim de evitar o agravamento do problema.</li> <li>Acionar o técnico responsável designado para verificar a existência de risco à população (danos a edificações, vias, risco de propagação de doenças, etc.).</li> <li>Propor soluções para resolução do problema, com a participação da população e informando a mesma sobre a importância de se preservar o sistema de drenagem.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Inundações, enchentes provocadas pelo transbordamento de rios, córregos ou canais de drenagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar sistema de monitoramento que possa identificar <i>a priori</i> a intensidade da enchente e acionar o sistema de alerta respectivo, bem como dar partida às ações preventivas, inclusive remoção da população potencialmente atingível.</li> <li>Comunicar o setor responsável (prefeitura ou defesa civil) para verificação de danos e riscos a população.</li> <li>Comunicar o setor de assistência social para que sejam mobilizadas as equipes necessárias e a formação dos abrigos.</li> <li>Estudo para controle das cheias nas bacias.</li> <li>Medidas para proteger pessoas e bens situados nas zonas críticas de inundação.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Inexistência ou ineficiência da rede de drenagem urbana.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificar o uso do solo previsto para a região.</li> <li>Comunicar ao setor de planejamento a necessidade de ampliação ou correção da rede de drenagem.</li> <li>Comunicar ao setor de fiscalização para detecção do ponto de lançamento e regularização da ocorrência.</li> <li>Limpeza da boca-de-lobo.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Presença de materiais de grande porte, como carcaças de eletrodomésticos, móveis ou pedras.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar o trabalho de conscientização da população sobre a utilização dos canais de drenagem.</li> <li>Comunicar o setor de manutenção sobre a ocorrência.</li> <li>Aumentar a eficiência e cobertura da limpeza pública.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Assoreamento de bocas-de-lobo, bueiros e canais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunicar o setor de manutenção sobre a ocorrência.</li> <li>Verificar se os intervalos entre as manutenções periódicas se encontram satisfatórios.</li> <li>Aumentar a eficiência e cobertura da limpeza pública.</li> </ul>

**Quadro 59 - Ações de controle operacional e manutenção – drenagem urbana**

Programa	Ações
<ul style="list-style-type: none"> <li>Controle das condições de lançamento das águas pluviais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de medição de vazões, carga orgânica e nutrientes nos pontos críticos de lançamento de águas pluviais em corpos receptores.</li> <li>Monitoramento a distância ao menos da vazão dos principais pontos de controle da rede de drenagem.</li> <li>Monitorar o destino dos resíduos retirados das estruturas hidráulicas, conforme o caso.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Controle dos equipamentos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Registro de horas trabalhadas e consumo de energia.</li> <li>Controle e correção de variações de tensão, vibração e temperatura.</li> <li>Controle de equipamentos de reserva.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão da manutenção.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cadastro de equipamentos e instalações.</li> <li>Programação de: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ manutenção preventiva.</li> <li>✓ manutenção preditiva em equipamentos críticos.</li> <li>✓ limpeza periódica em coletores e ramais críticos.</li> <li>✓ limpeza periódica de galerias e bueiros.</li> </ul> </li> <li>Registro permanente do histórico das manutenções.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Prevenção de acidentes nos sistemas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de ação no caso de incêndio.</li> <li>Gestão de riscos ambientais em conjunto com órgãos do meio ambiente</li> </ul>

## **11. FONTES POSSÍVEIS DE FINANCIAMENTO**

---

Os recursos destinados ao saneamento básico, no âmbito do mercado interno de recursos financeiros provêm, em sua maior parte, dos recursos do FGTS, aportes do BNDES e outras fontes de recursos, como os obtidos pela cobrança pelo uso da água.

Existem, também, os Programas do Governo Estadual, e outras fontes externas de recursos de terceiros, representadas pelas agências multilaterais de crédito, tais como: o Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Japonês (JBIC), os mais importantes, de acesso mais restrito aos agentes prestadores dos serviços.

Porém, a fonte primária de recursos para o setor se constitui nas tarifas, taxas e preços públicos. Estes se constituem na principal fonte de canalização de recursos financeiros para a exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, que, além de recuperar as despesas de exploração dos serviços, podem gerar um excedente que fornece a base de sustentação para alavancar investimentos, quer sejam com recursos próprios e/ou de terceiros.

Nas demais vertentes do saneamento básico, representadas pelos resíduos sólidos e drenagem, que ainda funcionam de forma incipiente no estado, em termos de uma organização mais efetiva, visando à melhoria do meio ambiente, deve predominar as taxas, impostos específicos ou gerais. A seguir apresenta-se um quadro resumo das principais fontes de captação de recursos financeiros para as ações necessárias no âmbito do saneamento básico nos municípios.

**Quadro 60 – Fontes de financiamento**

FONTES PRÓPRIAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tarifas, taxas e preços públicos;</li> <li>• Transferências e subsídios.</li> </ul>
FONTES DO GOVERNO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos do FGTS;</li> <li>• Recursos da OGU; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério das Cidades,</li> <li>• Funasa.</li> </ul> </li> <li>• BNDES;</li> <li>• Ministério da Justiça: <ul style="list-style-type: none"> <li>• FDDD.</li> </ul> </li> </ul>
FONTES DO GOVERNO ESTADUAL
<ul style="list-style-type: none"> <li>• FUNDRHI;</li> <li>• Recursos orçamentários próprios do município</li> <li>• Recursos de operação.</li> <li>• FECAM:</li> </ul>
OUTRAS FONTES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Financiamentos internacionais;</li> <li>• Participação do capital privado;</li> <li>• Proprietário de imóvel urbano - Contribuição de melhoria</li> <li>• Proprietário de imóvel urbano - Plano comunitário de melhoria;</li> <li>• Expansão urbana.</li> </ul>

### 11.1. FONTES PRÓPRIAS

O sistema de tarifas, taxas e preços públicos são as fontes primárias para o financiamento das ações do saneamento básico. As tarifas, taxas e preços públicos devem, além de recuperar os custos operacionais, gerar um excedente para alavancar investimentos, quer sejam diretos, recursos próprios, e/ou com financiamentos, para compor a contrapartida de empréstimos e o posterior pagamento do serviço da dívida.

O sistema de tarifas, taxas e preços públicos tem sempre uma restrição básica na capacidade de pagamento da população e, além disso, por se tratar de um serviço essencial a ser estendido a todos os municípios, deve-se contemplar algum nível de subsídio, os quais assumem três modalidades.

Subsídios à oferta, no qual o poder público transfere recursos do orçamento fiscal para financiar a implantação, expansão ou ampliação dos sistemas de saneamento básico, indo até o financiamento de parte ou do total da operação e manutenção dos sistemas, onde existir baixa sustentabilidade financeira, o que ocorre, em geral, nos municípios de pequeno porte.

Subsídios à demanda, através do qual o poder público transfere diretamente ao usuário parte ou toda a cobrança pelos serviços dirigidos a ele, de acordo com critérios de

necessidade estabelecidos a priori. Este é pouco difundido no sistema brasileiro de financiamento do saneamento básico.

Estas duas modalidades de subsídios provêm do orçamento fiscal das unidades federadas e, portanto, o financiamento do sistema depende de toda a sociedade que paga impostos. As diretrizes para a cobrança pelos serviços de saneamento básico estão definidas na Lei 11.445/2007.

A sustentabilidade financeira dos empreendimentos em saneamento básico está fortemente correlacionada com os conceitos e diretrizes expostos, onde deve estar sempre presente os aspectos de eficiência, alocativa e técnica, na prestação dos serviços consubstanciados em bases econômicas de custo de oportunidade, escolhendo-se a tecnologia mais adequada às possibilidades financeiras da comunidade, cuja finalidade mor consiste na melhoria ambiental com reflexos sobre a qualidade de vida e de saúde da população beneficiada.

A outra modalidade são os subsídios cruzados onde os custos dos serviços são rateados entre os usuários do sistema de saneamento básico, em proporções diferentes, mediante critérios que reproduzam a diferenciação de renda da comunidade beneficiada. Esta modalidade é bastante utilizada no sistema tarifário dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, mediante a classificação dos usuários em categorias e faixas de consumo.

## **11.2. FONTES DO GOVERNO FEDERAL**

As fontes de financiamento do governo federal são descritas a seguir. Trata-se de pleito a ser realizado pelo município junto à União para inserção no orçamento federal de valores, justificado mediante projetos, para aplicação em melhorias no município.

### **11.2.1. Recursos do Fundo de Garantia por tempo de serviço “Saneamento Para Todos”**

Com o programa Saneamento para Todos, que visa financiar empreendimentos ao setor público e ao setor privado, a Caixa Econômica Federal apoia o poder público na promoção à melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população urbana, promovendo



ações de saneamento básico, integradas e articuladas com outras políticas setoriais. Os recursos do programa são oriundos do FGTS e da contrapartida do solicitante. O programa se destina ao:

- Setor Público - estados, municípios, Distrito Federal, concessionárias públicas de saneamento, consórcios públicos de direito público e empresas públicas não dependentes.
- Setor Privado - concessionárias ou sub-concessionárias privadas de serviços públicos de saneamento básico, ou empresas privadas, organizadas na forma de SPE para o manejo de resíduos sólidos e manejo de resíduos da construção e demolição.

a) Modalidades:

Abastecimento de água; esgotamento sanitário; saneamento integrado; desenvolvimento institucional; manejo de águas pluviais; manejo de resíduos sólidos; mecanismo de desenvolvimento limpo no âmbito do Tratado de Quioto; manejo de resíduos da construção e demolição; preservação e recuperação de mananciais; estudos e projetos.

b) Condições de financiamento

Contrapartida mínima: em operações com o setor público, o valor correspondente à contrapartida mínima é de 5% do valor do investimento, exceto na modalidade abastecimento de água, onde a contrapartida mínima é de 10%. Em operações com o setor privado, o valor correspondente à contrapartida mínima é 20% do valor do investimento.

c) Prazos

De carência: correspondente ao prazo originalmente previsto para a execução de todas as etapas calculadas para o cumprimento do objeto contratual, acrescido de até 4 meses, limitado a 48 meses contados a partir da assinatura do contrato de financiamento, sendo permitida a prorrogação por até metade do prazo de carência originalmente pactuado.

De amortização: contados a partir do término da carência em:

- Até 240 meses nas modalidades de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais e saneamento integrado;
- Até 180 meses nas modalidades manejo de resíduos sólidos, manejo de resíduos da construção e demolição;
- Até 120 meses nas modalidades de desenvolvimento institucional e preservação e recuperação de mananciais;
- Até 60 meses na modalidade de estudos e projetos.

Da realização do 1º desembolso: O 1º desembolso deve ocorrer em até 12 meses

contados da assinatura do contrato.

d) Encargos financeiros

Juros: definido à taxa nominal de 6% a.a., exceto para a modalidade Saneamento Integrado que possui taxa nominal de 5,0% a.a.

Remuneração CAIXA: 2% sobre o saldo devedor.

e) Taxa de Risco de Crédito

Definida conforme a análise cadastral do solicitante, limitado a 1% a.a.

O interessado em participar do programa deve, desde que aberto o processo de seleção pública pelo Ministério das Cidades, preencher ou validar a Carta-Consulta eletrônica disponibilizada no sítio daquele ministério na internet.

Uma via impressa da Carta-Consulta deve ser entregue na Superintendência Regional de vinculação do solicitante, acompanhada de todos os anexos relacionados, como a documentação necessária à análise de risco de crédito e a do projeto básico do empreendimento, juntamente com as demais peças de engenharia e trabalho técnico social necessário às análises técnicas pertinentes.

Em conjunto com a Superintendência Regional, o solicitante, quando estado, município ou Distrito Federal, envia à Secretaria do Tesouro Nacional a documentação constante do Manual de Instrução de Pleitos daquela secretaria com vistas à obtenção da autorização de crédito.

### **11.2.2. Orçamento Geral da União (OGU)**

Os recursos não onerosos para o município, destinados ao setor de saneamento e contidos no OGU, são mobilizados por meio de diretrizes contidas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), por meio do Ministério das Cidades e da FUNASA.

#### **Ministério das Cidades**

a) Participantes

- Ministério das Cidades – planejar, regular e normatizar a aplicação dos recursos;
- Caixa Econômica Federal – Operacionalizar o programa;
- Entes Federados – municípios, estados, Distrito Federal e consórcios públicos.

Para efeito de aplicação dos recursos do PAC2 o país foi dividido em grupos de acordo com a concentração da população em regiões metropolitanas e porte dos municípios em termos populacionais.

- **Grupo 1** – Regiões Metropolitanas e municípios com população superior a 70 mil habitantes nas regiões norte, nordeste e centro oeste e superior a 100 mil habitantes nas regiões sul e sudeste;
- **Grupo 2** – Municípios com população entre 50 a 70 mil habitantes, nas regiões: norte, nordeste e centro oeste e municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes nas regiões sul e sudeste;
- **Grupo 3** – Municípios com população inferior a 50 mil habitantes, em qualquer região.

b) Contrapartida:

A contrapartida, como percentagem dos investimentos, é definida para recursos destinados a municípios, estados e ao Distrito Federal em função do IDH, de acordo com o Quadro 61, a seguir.

**Quadro 61 – Contrapartida - Orçamento Geral da União**

Descrição	% do Investimento	IDH
Municípios	2	=0,5
	3	> 0,5 e <= 0,6
	4	> 0,6 e <= 0,7
	8	> 0,7 e <= 0,8
	20	> 0,8
Estado e Distrito Federal	10	<= 0,7
	15	> 0,7 e <= 0,8
	20	> 0,8

Fonte: Vallenge, 2013

c) Encaminhamento:

Os pedidos devem ser encaminhados através da Secretaria Nacional de Saneamento do Ministério das Cidades apoiados na Portaria 40 de 31 de janeiro de 2011, que aprovou o manual de instruções para contratação e execução das ações do Ministério das Cidades inseridas na segunda fase do PAC2.

### **Fundação Nacional da Saúde (FUNASA)**

Os recursos alocados no OGU para a FUNASA aplicar nos setores de abastecimento de água e esgotamento sanitário, se destinam, prioritariamente, aos municípios com menos de 50 mil habitantes (IBGE, 2010), exceto os municípios das Regiões Metropolitanas, mediante os seguintes critérios de priorização:

- Municípios que contam com projetos de engenharia devidamente elaborados e com plena condição de viabilidade das obras;
- Municípios que contam com gestão estruturada de serviços públicos de saneamento básico com entidade ou órgão especializado, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, consórcio público, e concessão regularizada, nos casos em que couber;
- Complementação de empreendimentos inseridos na primeira fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC1);
- Empreendimentos que promovam a universalização do abastecimento de água;
- Municípios com elevado risco de transmissão de doenças relacionadas à falta ou inadequação das condições de saneamento, em especial, esquistossomose, tracoma e dengue, conforme classificação do Ministério da Saúde;
- Municípios com menores IDH;
- Municípios com menores índices de abastecimento de água;
- Municípios com maiores Taxas de Mortalidade Infantil (TMI), segundo dados do Ministério da Saúde;
- Municípios inseridos nos bolsões de pobreza identificados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);
- Municípios que possuam Plano Municipal de Saneamento, elaborado ou em elaboração, nos moldes de Lei Federal 11445/2007;
- Municípios com dados atualizados no SNIS (2009).

As propostas hierarquizadas serão submetidas ao Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento (GEPAC) e pré-selecionadas em função da demanda apresentada e da disponibilidade de recursos constantes das Leis Orçamentárias de 2010 e 2011. Para detalhes adicionais vide Portaria da FUNASA 314 de 14 de junho de 2011.

### 11.2.3. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

O BNDES atua no financiamento de projetos e programas do saneamento básico atendendo entidades de direito público e de direito privado. A seguir mostra-se uma descrição dos projetos que são financiáveis, quem pode participar e condições gerais dos financiamentos.

a) Projetos Financiáveis:

Abastecimento de água; esgotamento sanitário; efluentes e resíduos industriais; resíduos sólidos; gestão de recursos hídricos, tecnologias e processos, bacias hidrográficas; recuperação de áreas ambientalmente degradadas; desenvolvimento institucional; despoluição de bacias, em regiões onde já estejam constituídos Comitês; e macrodrenagem.

b) Participantes:

Sociedades com sede e administração no país, de controle nacional ou estrangeiro, empresários individuais, associações, fundações e pessoas jurídicas de direito público.

c) Contrapartida:

A participação máxima do BNDES nos itens financiáveis dos projetos é de 80%, podendo ser ampliada para 100% nos seguintes casos:

- O cliente que tenha arcado com os custos referentes à aquisição do terreno destinado ao referido projeto, 180 dias anteriores à data de protocolo da Consulta Prévia no BNDES; e
- Esteja contemplada uma solução de tratamentos dos resíduos, como compostagem, *mass burning*, aproveitamento energético, plantas de blendagem de resíduos, transformação de resíduos em matéria-prima, dentre outros.

d) Condições Financeiras

**Quadro 62 – Condições Financeiras – BNDES**

Custos Financeiros	Apoio Direto (*)	Apoio Indireto (**)
a) Custo Financeiro (***)	TJLP	TJLP
b) Remuneração Básica do BNDES	0,9% a.a.	0,9 % a.a.
c) Taxa de Intermediação Financeira (****)	-	0,5 %
d) Taxa da Instituição Financeira Credenciada	-	(****)
e) Taxa de Risco de Crédito (*****)	Até 3,57 % a.a.	

(\*) Operação feita diretamente com o BNDES;

(\*\*) Operação feita por meio de instituição financeira credenciada;

(\*\*\*) Calculada com base na meta de inflação para o ano seguinte e mais um prêmio de risco;

(\*\*\*\*) Somente para grandes empresas. As MPEM's estão isentas;

(\*\*\*\*\* Negociada pelo cliente junto à instituição financeira credenciada; e

(\*\*\*\*\* Varia de acordo com o risco de crédito do cliente; e de 1% a. a. para Administração Pública Direta dos Estados e Municípios.

#### **11.2.4. Ministério da Justiça**

O Ministério da Justiça por meio do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, seleciona, por meio de edital, projetos das áreas de meio ambiente, proteção e defesa do consumidor e promoção e defesa da concorrência, patrimônio cultural brasileiro e outros direitos difusos e coletivos.

#### **Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDDD)**

O FDDD foi criado pela Lei Federal 7.347/1985, denominada lei da ação civil pública, e é constituído primordialmente por recursos financeiros de condenações judiciais e multas resultantes das lesões ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

As entidades poderão apresentar projetos visando a recuperação do bem ambiental lesado, promoção de eventos educativos e científicos ou edição de material informativo especificamente relacionado com a natureza das infrações ou danos causados ao meio ambiente e a outros direitos difusos.

**a) Público Alvo:**

O público alvo são as instituições governamentais da administração direta ou indireta, nas diferentes esferas do governo (federal, estadual e municipal) e organizações não governamentais brasileiras, sem fins lucrativos e que tenham em seus estatutos objetivos relacionados à atuação no campo do meio ambiente, do consumidor, de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico ou paisagístico e por infração à ordem econômica.

**b) Finalidade:**

A finalidade deste fundo reside na reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, bem como aqueles ocasionados por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos. Serão apoiados projetos de manejo e gestão de resíduos sólidos que incentivem o gerenciamento dos resíduos sólidos em áreas urbanas e rurais, contribuam para a implantação de políticas municipais ambientalmente corretas ou que promovam ações de redução, reutilização e reciclagem do lixo.

c) Contrapartida:

A contrapartida é um requisito indispensável para a aprovação dos projetos e poderá se dar em forma de prestação pecuniária e/ou bens e serviços mensuráveis economicamente. O percentual da contrapartida decorrerá da Lei de Diretrizes Orçamentárias, podendo ser alterada anualmente, de acordo com a legislação em vigor à época da celebração do convênio.

d) Encaminhamento:

Os procedimentos e diretrizes técnicas para a apresentação e análise de projetos serão direcionados ao Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD), criado através da Lei 9.008/1995, órgão vinculado ao Ministério da Justiça e criado para gerir o FDDD. Para receber apoio financeiro do Fundo é necessário apresentar Carta-Consulta, conforme modelo e procedimentos divulgados pelo Ministério da Justiça.

As entidades contempladas atuam diretamente na defesa dos direitos difusos, como a preservação e recuperação do meio ambiente, a proteção e defesa do consumidor, a promoção e defesa da concorrência, a conservação do patrimônio cultural brasileiro, prevenção de trabalho escravo, promoção da igualdade racial, entre outros.

### **11.3. FONTES DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

As fontes de financiamento do governo do Estado do Rio de Janeiro são descritas a seguir.

#### **11.3.1. Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI)**

A Política Estadual de Recursos Hídricos, instituída por meio da Lei 3.239/1999, autorizou a criação do FUNDRHI, de natureza e individualização contábeis, vigência ilimitada, destinado a desenvolver os programas governamentais de recursos hídricos.

O FUNDRHI é destinado ao financiamento da implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos no domínio do Estado do Rio de Janeiro, desenvolvimento das ações, programas e projetos de recuperação, decorrentes dos planos de bacia hidrográfica e

dos programas governamentais de recursos hídricos que mantenham a compatibilização entre os usos múltiplos e competitivos da água.

As principais fontes de receitas do FUNDRHI têm sido a cobrança pelo uso de recursos hídricos e o repasse da compensação financeira sobre a geração de energia nas bacias hidrográficas do estado. Entre as outras fontes de recursos possíveis estão as dotações do orçamento geral do estado, da União ou dos municípios; multas decorrentes de ações sobre uso de recursos hídricos ou entorno, e parcelas de cobranças de passivos ambientais referentes aos recursos hídricos.

De acordo com o artigo 5º do Decreto Estadual 32.767/2003, os valores arrecadados com a cobrança pelos usos de recursos hídricos sujeitos à outorga, inscritos com receita do FUNDRHI, serão aplicados na região ou na bacia hidrográfica em que foram gerados, e utilizados em:

- I - financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos respectivos PBH'S, inclusive para proteção de mananciais ou aquíferos;
  - II - custeio de despesas de operação e expansão da rede hidrometeorológica e de monitoramento da qualidade de água, de capacitação de quadros de pessoal em gerenciamento de recursos hídricos e de apoio à instalação do Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH);
  - III - pagamento de perícias realizadas em ações civis públicas ou populares, cujo objeto seja relacionado à aplicação desta lei e à cobrança de passivos ambientais, desde que previamente ouvido o respectivo CBH;
- Parágrafo único - As despesas previstas nos incisos I e II deste artigo, estarão limitadas a 10% (dez por cento) do total arrecadado.

Além disso, os recursos do FUNDRHI poderão ser aplicados como empréstimos sem retorno, na forma de contrapartida em investimento, ou com empréstimo com condições financeiras determinadas, conforme decisão dos CBHs, em programas, projetos, obras e ações que alterem a qualidade, quantidade ou regime de vazão de um corpo de água.

### **11.3.2. FECAM**

Como visto nos investimentos, o FECAM foi criado pela Lei Estadual 1.060/1986, com o objetivo de atender às necessidades financeiras de projetos e programas ambientais e de desenvolvimento urbano em consonância com o disposto no parágrafo 3º do artigo 263 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro.

Os recursos do FECAM, cerca de R\$ 300 milhões/ano, são oriundos, dentre outros, de 5% dos royalties do petróleo, atribuídos ao Estado do Rio de Janeiro, bem como do resultado



de multas administrativas aplicadas e condenações judiciais por irregularidade constatadas pelos órgãos fiscalizadores do meio ambiente.

### **11.3.3. Recursos próprios do município**

Os recursos próprios do município provêm da geração de recursos tarifários e são compostos por receitas menos despesas para:

- Investimentos diretos;
- Contrapartidas de financiamentos;
- Reposição do parque produtivo;
- Garantias financeiras de financiamentos;
- Recursos orçamentários municipais.

### **11.3.4. Recursos oriundos da operação**

Prevê-se que estes recursos são gerados internamente através da cobrança de tarifa de exploração dos sistemas.

- Tarifas com nível suficiente para cobertura das despesas de operação, manutenção, comercialização e administração;
- Eficiência operacional, administrativa e comercial.

## **11.4. OUTRAS FONTES**

A seguir são descritas outras fontes que viabilizam os financiamentos.

#### 11.4.1. Financiamentos internacionais

Obtenção de financiamentos junto às organizações internacionais através de empréstimos oriundos de entidades multilaterais de crédito, como:

- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);
- Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC).

Em geral, as condições financeiras, em termos de taxa de juros, são mais favoráveis se comparadas aos empréstimos do mercado nacional, porém, o acesso é limitado a grandes empreendimentos e sujeitos a riscos cambiais.

#### 11.4.2. Participação do capital privado

Nas parcerias firmadas entre o poder público e a iniciativa privada, definidas no item 7, existem diversas formas de financiamento que a seguir são elencadas.

a) Parceria Público-Privada (PPP)

Definida como um contrato administrativo de concessão de serviços públicos regula-se pela Lei Federal 1.079/2004. Possui dois tipos de modalidades: a chamada patrocinada e a administrativa.

A PPP, na modalidade concessão patrocinada é uma concessão de serviços em que há patrocínio público à iniciativa privada. Geralmente os investimentos privados são financiados via BNDES, tesouro nacional, a juros baixos.

A PPP na modalidade administrativa, o parceiro privado será remunerado unicamente pelos recursos públicos orçamentários.

Os contratos de PPPs constituem mecanismo de alavancagem de recursos para projetos de infraestrutura de interesse social por meio de investimentos privados, especialmente para entes federativos com maiores restrições orçamentárias.

b) Build-Own-Transfer (BOT), Build-Transfer-Operate (BTO) e Build-Own-Operate (BOO)

Os contratos conhecidos como BOT, BTO e BOO são utilizados para a obtenção de recursos privados para a construção de um novo sistema, como, por exemplo, estações de tratamento de água ou esgoto (SAVAS, 2000: 243-244).

No caso de BOT, a empresa constrói, com recursos próprios, uma infraestrutura, e a opera por determinado período. Somente depois desse prazo, a propriedade é transferida para a administração pública. Um traço característico da BOT é a alocação do risco comercial junto ao poder público. Assim, ainda que parcela da remuneração do contratado seja atrelada à arrecadação de tarifas, o governo compromete-se a adquirir ao menos uma quantidade mínima de serviço, o que significa a garantia de um piso de remuneração para a empresa (PLUMMER e GENTRY, 2002: 201; SILVA, TYNAN e YILMAZ, 1999: 10).

Os contratos de BTO e BOO são variações do BOT. Pelo contrato de BTO, o contratado financia e constrói a nova estrutura e imediatamente a transfere para o poder público, que, em seguida, a aluga para o contratado. A principal diferença no caso do BOO é a manutenção da propriedade privada sobre o sistema construído. Todavia, como a operação do sistema, ainda que privado, requer algum tipo de licença ou franquia por parte do poder público, a atividade poderá ser interrompida por ato do governo, que em seguida expropriará, mediante indenização, a infraestrutura. Assim, a diferença entre o BOO e outro modelo que imponha um prazo determinado para sua extinção na prática não é tão significativa (SAVAS, 2000: 247).

c) Concessões

Os contratos de concessão transferem para o contratado toda a operação e manutenção do sistema e a responsabilidade de realizar os investimentos necessários por determinado período, durante o qual a empresa será remunerada por meio da cobrança de tarifas dos usuários. O poder público define regras sobre a qualidade dos serviços e composição das tarifas. Normalmente, a concessão tem por objeto a operação de um sistema já existente, sendo necessários, todavia, investimentos significativos para sua expansão ou reforma.

O risco comercial nos casos de concessão, portanto, é suportado pelo contratado, e pode ser particularmente alto nos casos de instabilidade do câmbio. Como a tarifa é a principal forma de remuneração do contratado, sua composição e monitoramento são elementos centrais nos contratos de concessão. Aqui, vale destacar que os contratos de concessão requerem capacidade e constante compromisso por parte do poder público no monitoramento e controle de sua implementação.

### **11.4.3. Proprietário de imóvel urbano - Contribuição de Melhoria e Plano Comunitário de Melhoria**

A Contribuição de Melhoria e o Plano Comunitário de Melhoria são alternativas até então pouco utilizadas, de financiamento dos investimentos em infraestrutura urbana, aplicável para áreas urbanas já ocupadas que não dispõem destes serviços.

A contribuição de melhoria é uma espécie do gênero tributo vinculado a uma atuação estatal, qual seja, a construção de obra pública que acarrete valorização imobiliária ao patrimônio do particular, desta forma, é um tributo decorrente de obra pública que gera valorização em bens imóveis do sujeito passivo. A realização de obras públicas, em regra, gera um efeito específico notável: determina o incremento no valor dos imóveis adjacentes e vizinhos. A hipótese de incidência da contribuição de melhoria é a construção de obra pública que acarrete valorização imobiliária ao patrimônio do particular. Sob este aspecto, o Código Tributário Nacional prescreve:

Art. 81. A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal ou pelos municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

A realização de obras públicas, em regra, gera um efeito específico notável: determina o incremento no valor dos imóveis adjacentes e vizinhos. Esta valorização é algo de novo, que aconteceu como repercussão da obra, não se confunde com a obra, mas é efeito seu. É o fruto da combinação da obra com algo já existente, os imóveis que lhe são avizinados.

A Contribuição de Melhoria prevista na Constituição Federal/1988 no artigo 145, inciso I e regulamentada pelo Decreto-Lei 195/1967, tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas, e será devida quando ocorrer as hipóteses elencadas nos incisos do artigo 2º daquele decreto, ou seja, quando sobreviver qualquer das seguintes obras públicas:

- I - abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;
- II - construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;
- III - construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;
- IV - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública;

- V - proteção contra secas, inundações, erosão, ressacas, e de saneamento de drenagem em geral, diques, cais, desobstrução de barras, portos e canais, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;
- VI - construção de estradas de ferro e construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;
- VII - construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;
- VIII - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

No cenário atual, a contribuição de melhoria é aplicada nas obras de pavimentação em diversos municípios do Brasil, sedimentando a eficácia da sua aplicação. O artigo 2º, inciso V do Decreto supra citado traz a previsão de obras na área de saneamento e drenagem em geral.

Nos últimos anos, alguns municípios estão implementando o Plano Comunitário de Melhoria. Sua principal diferença em relação à contribuição de melhoria é que o Plano Comunitário de Melhoria é um instrumento instituído pelo Direito Privado, por meio do qual contratante e contratado firmam um contrato, ou seja, é um acordo entre as partes.

O Plano Comunitário de Melhoria é um instrumento jurídico idealizado para viabilizar a execução de obras e melhoramentos públicos de interesse do município e da comunidade, da qual participam a prefeitura municipal, os munícipes interessados na melhoria, empreiteira responsável pela obra e banco, como agência financeira. Nesta modalidade, a prefeitura se responsabiliza por definir os padrões técnicos de obras desejáveis em sua circunscrição, e em seguida, se encarrega de iniciar um processo licitatório para que empresas se cadastrem e concorram pelo direito de executar determinada obra.

O cadastramento contém aspectos prevendo tipo de obra, preço, forma de cálculo, parcelamento, taxas de juros, dentre outros elementos. Em seguida, as empresas cadastradas, podem, de acordo com o estabelecido, procurar adesões dos munícipes nas áreas específicas para o início dos trabalhos. Na maioria dos lugares, quando as empresas conseguem 70% de adesão, iniciam-se as obras. Neste caso, a prefeitura pode estipular via legislação específica e garantia orçamentária, que será responsável por 30% do custo da obra.

Deste modo, o poder público é responsável pelo pagamento de 30% do valor da obra, e os munícipes, através de contratos privados e individuais junto a uma empresa privada ou banco, enquanto agência financeira responsabilizam-se pelos outros 70%. No caso de não pagamento, a tramitação jurídica é entre as partes envolvidas, empreiteira e munícipe.

Tanto a Contribuição de Melhoria quanto o Plano Comunitário de Melhoria são amplamente utilizados para pavimentação, drenagem, esgotamento e saneamento básico e iluminação pública.

#### **11.4.4. Expansão urbana**

Com a criação da Lei Federal 6.766/1979, que regulamenta o parcelamento do solo urbano, foi transferido para o loteador/empreendedor na implantação de loteamentos, conjuntos habitacionais e loteamentos sociais, a responsabilidade pela construção da infraestrutura de saneamento, basicamente redes e ligações e, em certos casos, unidades de produção/tratamento.

Os projetos de loteamento são aprovados pelo estado e pela municipalidade, em suas diversas secretarias como: planejamento, obras, saneamento, trânsito, meio ambiente e outras.

Para que a prefeitura municipal autorize o início das obras, é solicitada ao loteador uma garantia real, nos termos da lei, a favor do município, que garante a execução das obras no prazo estipulado. Na hipótese do não cumprimento por parte do loteador, quanto ao término das obras, a garantia é exercida para que seja cumprida a entrega.

Para a entrega definitiva do loteamento todas as obras exigidas e aprovadas pela Prefeitura Municipal têm que estar concluídas e aceitas por todas as secretarias supracitadas. Após o recebimento definitivo do loteamento, o poder público passa a assumir a responsabilidade pela operação e manutenção da infraestrutura e serviços públicos implantados.

#### **11.4.5. Recursos oriundos da cobrança pelo uso da água - CEIVAP**

A cobrança pelo uso da água é um dos instrumentos previstos na Lei Federal 9.433/1997 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. O objetivo deste instrumento é estimular o uso racional da água e gerar recursos financeiros para investimentos na recuperação e preservação dos mananciais da região.

A cobrança não é um imposto, mas um preço público condominial, fixado a partir de um pacto entre usuários, poder público e sociedade civil, no âmbito do CBH.

A Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul está inserida em três dos mais importantes estados brasileiros: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, abrangendo 184 municípios. Atende aproximadamente 8,9 milhões de pessoas, incluindo a população da região metropolitana do Rio de Janeiro através da transposição das águas do Rio Paraíba do Sul para o Ribeirão das Lajes, localizado na região de Pirai.

O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) foi criado em 1996, a fim de articular a gestão dos recursos hídricos e implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos, integrando as diferentes realidades existentes na bacia.

Entre as suas diversas atribuições, o Comitê de Bacia deve, principalmente, promover ações relacionadas aos recursos hídricos, tais como, arbitrar em primeira instância a respeito dos conflitos, sugerir mecanismos de cobrança pelo seu uso e estabelecer valores a serem cobrados. Para promover a aplicação desses recursos financeiros torna-se necessário seguir uma diretriz, isto é, um planejamento que avalie as restrições e as potencialidades dos recursos hídricos na bacia. Este planejamento é encontrado no Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

Neste plano encontram-se as diretrizes para a implementação de programas e projetos na área da bacia com proposições de ações e metas de curto, médio e longo prazo, visando à conservação, proteção e recuperação não só de suas águas, mas do meio ambiente como um todo.

Os recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso da água são repassados ao Comitê através de entidades delegatárias que exercem as funções de agência de bacia, conforme a Lei Federal 10.881, de 09 de junho de 2004. A agência delegatária do CEIVAP é a AGEVAP. A agência operacionaliza as decisões do Comitê e aplica os recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso da água, arrecadados pela Agência Nacional de Águas (ANA).

Os recursos arrecadados são aplicados em prol da gestão integrada de recursos hídricos, visando à recuperação e proteção da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, em atendimento ao seu plano de recursos hídricos. Cabe ao CEIVAP determinar a forma de aplicação desses recursos financeiros.

## **12. CONTROLE SOCIAL**

---

A Lei 11445/2007 define Controle Social como conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamentos e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico, diante disso, foram realizadas duas oficinas com a participação efetiva da sociedade para a elaboração do PMSB. As duas oficinas realizadas no município foram denominadas Oficina 1 – Leitura Comunitária e Oficina 2 – Visão de Futuro.

### **12.1. SEMINÁRIO LOCAL – OFICINA 1 – LEITURA COMUNITÁRIA**

---

A Oficina 1 trata da leitura comunitária em sua forma essencial: a efetiva participação da comunidade na construção do Plano Municipal de Saneamento Básico, a partir de experiências vividas, memórias e conhecimentos. É a leitura clara do diagnóstico a partir da percepção pessoal.

A seguir é apresentado um resumo dos principais pontos abordados pela comunidade, tanto positivos como negativos quanto o Saneamento Básico do Município de Paraíba do Sul. Detalhes da Oficina 1 encontram-se no Apêndice D.



## Quadro 63 - Diagnóstico da Comunidade

RELATÓRIO CONCLUSIVO DA OFICINA 1- LEITURA COMUNITÁRIA DO SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE PARAÍBA DO SUL - ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2013			
BAIRROS	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS
GRAMA	- Vala berta próxima aos pontos de captação de água; má qualidade; quantidade reduzida; falta de manutenção periódica na rede; rede precária; falta de preparo dos técnicos.	- Problema no encanamento que atinge a rede de esgoto, deixando-o a céu aberto.	-
JATOBÁ	- Presença de barro na água, falta água na rua Marajó.	-	- Drenar o Ribeirão do Lucas, que causa enchentes.
LIMOEIRO	- Não há regularidade no abastecimento; desperdiço pela população; falta de educação ambiental.	-	-
WERNECK	- Falta de água no período noturno, disponibilidade apenas no período da tarde; água suja e barrenta quando retorna no abastecimento. Muito cloro.	- Esgoto á céu aberto, O esgoto do bairro Alvorada desce todo para a Rua Hortência, na altura do pesque e pague.	- Drenagem ruim.
NIÁGARA	- Falta de abastecimento.	-	-
BELA VISTA	- Falta de abastecimento, água suja e barrenta, criando coceira no corpo.	-	-
INEMA	- Falta de abastecimento, água suja e barrenta, criando coceira no corpo.	- Rua Jorge Junqueira, fossa toda furada.	- Ribeirão nunca foi drenado.
ELDORADO	- Falta de abastecimento.	- Mau odor.	-
AMAPÁ	- Falta de abastecimento.	- Esgotos jogados nos terrenos.	- Bueiros inundam.; aparecem muitos ratos.Drenar o ribeirão do Lucas, que causa enchente. Existência de um valão que transborda.
LAVA PÉS	-	- Esgoto a céu aberto.	-
GLÓRIA	-	- Esgoto a céu aberto.	-
CENTRO	-	-	- Liberdade e Jardim Velho, com problemas de alagamentos, Bueiros entupidos.

AVALIAÇÃO DA COMUNIDADE DE PARAÍBA DO SUL - PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO					
SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL		SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO		SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS	
PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS	PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS	PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
- Regularidade no abastecimento, abastecimento por água superficial; sistema de distribuição na zona urbana; iniciativas de projeto de preservação.	- ETA - situação precária, água poluída do Rio Paraíba do Sul, falta de flúor, falta qualidade e quantidade.	-	- REDE: Tubulações subdimensionadas; mista (esgoto e drenagem); insuficiente; sistema de captação inadequado; falta de manutenção.	-	- REDE: Drenagem a céu aberto, tubulação subdimensionada e mista.
- Abastecimento por água superficial.	- NASCENTES: degradadas.	-	- Lançamento de esgoto in natura" nos córregos e rios.	-	- Ineficiente, deve-se remodelar todo o sistema.
- Sistema de distribuição na zona urbana.	- CEDAE - Tarifa elevada; abastecimento deficitário; preparo da equipe técnica; falta de funcionários; não há regularidade; pouca quantidade; tubulação velha e obsoleta; a tubulação é rasa, provocando muito rompimento; vazamento de água.	-	- Falta de coleta e tratamento.	-	- Drenagem não comporta a vazão das áreas impermeabilizadas.
- Iniciativa de projeto de preservação.	- REDE: Falta de manutenção, precariedade.	-	-Esgoto hospital Ns. Senhora da Piedade lançado "in natura" no rio.	-	- Falta limpeza e manutenção das galerias.
-	- Desperdício de água pela população com a lavagem de carros e calçadas.	-	- Ausência de tratamento e coleta na zona rural.	-	- Alagamento no centro da cidade, Liberdade e jardim Velho.
-	- Falta de educação ambiental.	-	-Esgoto desce dentro da cachoeira.	-	- Bueiros entupidos.
-	- RESERVAÇÃO: Insuficiente.	-	- Esgoto a céu aberto infectada animais que bebem a água da rua.	-	- Falta drenagem do Ribeirão do Bairro Inema.
-	- Falta de atenção com água servida nas escolas, pois usam água de bebedouro todos os dias.	-	- Mau cheiro.	-	- Animais mortos contaminando o rio.
-	-	-	- No Amapá o mau cheiro está insuportável e está se tornando um valão.	-	- Serviço na ponte, do Inema, incompleto, não drenaram o rio e encheram o rio com sacos de areia.
-	-	-	- Esgoto misturando com a drenagem, quando chove ocorre o retorno para as casas.	-	- Creche da Bela Vista, com problemas quando chove. Recentemente (27/03/2013), houve forte chuva que entrou água nas dependências da creche.

A oficina da Leitura Comunitária realizada em Paraíba do Sul, no dia 01 de abril de 2013, no CIEP atendeu os objetivos propostos desde a mobilização social, entretanto, se ressalta a ausência de algumas comunidades, sem, contudo, alterar significativamente o resultado desta oficina. As opiniões e a própria visão dos munícipes, quanto aos aspectos abordados em cada um dos temas propostos, abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, tanto quanto à memória afetiva, resgataram lembranças do patrimônio natural, trazendo imagens de um tempo em que rios, córregos e a própria paisagem, representavam a qualidade de vida dos corpos hídricos e a beleza natural, transformaram-se num diagnóstico preciso da situação atual do saneamento básico no município.

A análise e diagnóstico efetuado pela comunidade na primeira oficina de leitura comunitária indica situação crítica em relação à prestação de serviços de saneamento básico, para as três vertentes: sistema de abastecimento de água potável; sistema de esgotamento sanitário e sistema de drenagem urbana de águas pluviais, a saber: sistema de abastecimento de água potável, problemas com, tratamento, distribuição, qualidade, regularidade e atendimento da prestadora às solicitações da comunidade; sistema de esgotamento sanitário comprometido desde a captação, afastamento e, sobretudo, ausência de tratamento; sistema de drenagem pluvial, comprometido desde a limpeza e manutenção de bocas de lobo, insuficiência de galerias, galerias mistas, esgoto e drenagem, inúmeras áreas de alagamentos e riscos e, ineficiência na gestão dos serviços.

O município conta com serviços para abastecimento e tratamento de água pela operadora, CEDAE, contudo, a população apontou inúmeros problemas quanto ao tratamento e abastecimento de água: nem todos os bairros recebem água tratada; o sistema de distribuição está comprometido com tubulações antigas e falta de manutenção, as nascentes se encontram sem proteção; falta comunicação entre o prestador de serviço e a comunidade e, em consequência, falta de informações quanto à qualidade, formas de análise, além de informações quando das eventuais paradas para manutenção, bem como, reclamam do preço abusivo; as estações e reservatórios necessitam de melhoria, manutenção e ampliação. Como agravante apontado pela comunidade, se cita o grande número de poços espalhados pela maioria dos bairros e distritos, sem o devido tratamento e cadastramento, ou a falta de informação da análise da água, ademais, a comunidade acrescenta que na maioria das residências em que existem poços, o esgoto é lançado em sumidouros ou a céu aberto, muito próximo dos poços, com graves riscos de contaminação e à saúde da população.

Quanto os serviços de esgotamento sanitário, a comunidade indica linha mista de esgoto e drenagem, esgoto a céu aberto, falta de rede de captação e afastamento, inexistência de tratamento, risco de proliferação de doença, mau odor e péssimo impacto visual nos pontos de descarga; pouca fossa séptica em regiões da zona rural, falta de

manutenção e gestão dos serviços, acrescenta-se que como identificado anteriormente, a maioria das moradias despeja os dejetos ou a céu aberto, ou diretamente nos corpos hídricos, ou ainda, utilizam-se de sumidouros, que geralmente estão localizados próximos às fontes de abastecimento de água, como os poços.

Quanto à drenagem pluvial urbana, o diagnóstico indica ausência de limpeza de bocas de lobo, falta de guias e sarjetas, linha mista com esgoto, áreas de alagamento e desmoronamento, áreas de risco, falta de capacitação técnica, falta de projetos e obras, necessidade de desassoreamento dos rios e necessidade de gestão dos sistemas, bem como a falta de programas de educação ambiental.

Tais contribuições corroboraram com o diagnóstico elaborado pela equipe técnica, quando realizaram os trabalhos de levantamento de campo e efetuaram o relatório conclusivo descritos nos termos da Leitura Técnica.

A Oficina 1 complementa o relatório citado acima, e acrescenta dados importantes quanto à situação real do saneamento básico no município, pois, ao avaliar as condições dos serviços ofertados, indicam-se pontos críticos que podem e devem ser corrigidos.

## **12.2. Seminário Local – Oficina 2 – Visão de Futuro**

---

A Oficina 2 da Visão de Futuro, define o que a cidade pretende ser no futuro. Ela incorpora as ambições e aspirações da população e descreve o quadro futuro que se deseja atingir. Teve por objetivo criar um clima de envolvimento e comprometimento com o futuro do município, definindo como se deseja que a cidade seja vista e reconhecida; onde se almeja colocar a cidade; como incorporar as inovações necessárias para atender a visão.

O resultado da oficina de visão de futuro indica os caminhos desejados para o município, definindo o cenário ideal em relação ao saneamento básico. Para que o objetivo e a visão sejam alcançados, a população tem consciência que deverão ser executadas uma série de ações, conforme demonstra o quadro a seguir. Detalhes da Oficina 2 encontram-se no Apêndice E.

### Quadro 64 – Visão de futuro da Comunidade

<b>PARAÍBA DO SUL</b>	
<b>VISÃO DE FUTURO - AÇÕES PROPOSTAS PELA COMUNIDADE</b>	
<b>SEGMENTO</b>	<b>AÇÕES</b>
<b>SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA</b>	<b>NASCENTES e POÇOS:</b> Preservação das existentes e ampliar a produção de água; Evitar a contaminação e ou poluição; Regularizar o uso; Identificação.
	<b>CAPTAÇÃO:</b> Licença; outorga; identificação; proteção.
	<b>REDE:</b> Modernização, ampliação e redimensionamento da tubulação e sistema; Cadastramento de toda a rede.
	<b>TRATAMENTO (ETA):</b> Implantar nova ETA, mais moderna e com produção compatível com a demanda populacional; Manutenção e adequação dos equipamentos.
	<b>RESERVATÓRIO DE ÁGUA TRATADA:</b> Modernização; Implantação de reservatórios em locais necessários; Implantar filtros em meio de trechos quando necessários; Verificação de reservatórios resistentes em função da demanda.
	<b>TRATAMENTO E RESERVAÇÃO NA ZONA RURAL:</b> Ampliação do principal e construção de novos em bairros ou regiões onde comporte; Melhoria nas condições.
	<b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL:</b> Instrução nas escolas e postos de saúde, com pessoas formadas e capacitadas para trabalhar o tema; Conscientizar a população.
<b>SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO</b>	<b>REDE (ENCANAMENTO):</b> Separação da tubulação para um sistema único para a rede de esgoto, cadastramento de toda a rede; Criar uma rede de encanamento para todo o município.
	<b>ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE):</b> Criar novas ETes.
	<b>CAPTAÇÃO E TRATAMENTO NA ZONA RURAL:</b> Construção de fossas filtros e sumidouros.
	<b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL:</b> Instrução nas escolas e postos de saúde, com pessoas formadas e capacitadas para trabalhar o tema; Conscientizar a população.
<b>SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS</b>	<b>REDE DE CAPTAÇÃO DAS ÁGUAS DE CHUVA (ENCANAMENTO):</b> Separação da rede de esgoto da de águas pluviais; Cadastramento; Encanamento que comporte toda a água da chuva; Reaproveitamento da água da chuva.
	<b>BOCAS DE LOBO, SARJETAS, GALERIAS E POÇOS DE VISITAS:</b> Construção de novas bocas de lobo dentro dos padrões, facilitando a manutenção e operação.
	<b>ÁREAS DE RISCO (DESMORONAMENTO DE MORROS E CASAS, ALAGAMENTOS):</b> Identificar, monitorar e drenar adequadamente; Evitar e controlar novas ocupações em áreas de risco; Aumentar a fiscalização da defesa civil; Tirar os moradores das áreas de risco e criar muros de
<b>ORGANISMO GESTOR</b>	<b>NÃO:</b> -
	<b>SIM:</b> Criação de um órgão público para operar e manter os serviços de saneamento no município, além de fiscalizar, gerenciar e controlar a prestação desse serviço, observando a preservação dos recursos naturais , em especial o recurso hídrico. É necessário, pois, não controlar a administração do saneamento básico do nosso município, implica em não termos melhoria para a população.
<b>VISÃO DE FUTURO</b>	<b>"PARAÍBA DO SUL, LIMPANDO O PASSADO E PROJETANDO O FUTURO."</b>

A Oficina 2, da Visão de Futuro definiu a necessidade da elaboração de programas, a fim de se alcançar os objetivos. O programa é um instrumento do planejamento que está relacionado com a logística de implantação das ações ou atividades planejadas, que ordena no tempo e espaço as atividades a serem desenvolvidas. O programa coloca sistematicamente, as “ações necessárias, no que se refere tanto ao planejamento como à execução das atividades propostas”, buscando atender os objetivos traçados, ou seja, o programa é o responsável para realizar as ações desejadas, cumprindo todos os objetivos e alcançando a meta desejável.

Neste contexto, foram propostas as ações que segundo a análise da comunidade se fazem necessárias para se atingir a visão. Tais ações serão detalhadas na etapa seguinte, tornando-se as ferramentas necessárias para a efetiva realização da visão de futuro, auxiliando o executivo na execução do Plano, e proporcionando as condições necessárias para a realização de todas as etapas, de modo a assegurar à população, a prestação de serviços de Saneamento Básico com qualidade, regularidade, eficiência e segurança.

A população participante da Oficina de Visão de Futuro do Município de Paraíba do Sul definiu a visão com a frase: "Paraíba do Sul, Limpando o Passado e Projetando o Futuro."

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

---

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). FUNDAÇÃO COPPETEC. **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul**. Rio de Janeiro: ANA/COPPE-UFRJ, 2006.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). FUNDAÇÃO COPPETEC. Projeto Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, RJ. **Sinopse da Bacia do Rio Paraíba do Sul**. Rio de Janeiro: ANA/COPPE-UFRJ, 2001. 62p.

ALVES, L.R. & CARVALHO, M. (organizadores) **Cidades. Identidade e Gestão**. Ed. Saraiva. 2.009.

BERNARDES, Ricardo Silveira; SCÁRDUA, Martha Paiva; CAMPANA, Néstor Aldo. **Guia para a Elaboração de Planos Municipais de Saneamento**. Brasília: Ministério das Cidades/ Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e Ministério da Saúde/ Fundação Nacional da Saúde, 2006.

BORJA, Patrícia Campos (Consultora). **Elaboração de Plano de Saneamento Básico: pressupostos, princípios, aspectos metodológicos e legais**. Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/ Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto 7.217, de 21 de junho de 2010. Regulamenta a Lei 11.445/2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jun. 2010.

BRASIL. Lei Federal 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 jan. 2007.

BRASIL. Lei Federal 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõem sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 fev. 1995.

BRASIL. Lei Federal 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 jan. 1997.

BRASIL. Decreto 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei 12.305/2010, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2010.

BRASIL. Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei 9605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 ago. 2010.

BRASIL. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jun. 1993.

CASSILHA, G.A. & CASSILHA, S.A. **Planejamento Urbano e Meio Ambiente** IESDE Brasil S.A., Curitiba, 2.009.

GIANSANTE, A. E. **Desenvolvimento de indicadores sobre técnicas empregadas em saneamento ambiental**. In: 24º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Belo Horizonte, 2007.

GIANSANTE, A. E. **Viabilidade Econômica, Técnica e Ambiental em Empreendimentos de Engenharia**. Revista Ponto. São Paulo: Universidade Mackenzie, 2002.

GIANSANTE, A. E.; CHAGAS, A. F. **Desenvolvimento de indicadores sobre técnicas empregadas em saneamento ambiental – I. Unidades não Lineares**. In: XIII Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Belém, 2008.

GIANSANTE, A. E.; CHAGAS, A. F. **Desenvolvimento de indicadores sobre técnicas empregadas em saneamento ambiental – II. Unidades não Lineares**. In: 25º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Recife, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS (IBRAOP). **Projeto Básico**. Florianópolis: IBRAOP, 2007. Disponível em: <[http://www.ibraop.org.br/site/media/encontro\\_catarinense/Piovesan\\_IBRAOP.pdf](http://www.ibraop.org.br/site/media/encontro_catarinense/Piovesan_IBRAOP.pdf)> Acesso em: 25 mar. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 24 mar. 2010.



MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Diretrizes para a Definição da Política e Elaboração de Planos Municipais e Regionais de Saneamento Básico**. Versão 25/05/2009. Brasília – DF, 2009.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Caderno Metodológico para Ações de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento**. Brasília, 2009.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Apoio à Elaboração de Planos Municipais e Regionais de Saneamento Básico**. Termo de Referência. Versão 24/11/2008. Brasília, 2008.

MOTA, C. (Coordenação) **Saneamento Básico no Brasil. Aspectos Jurídicos da Lei Federal 11.445/2007**. Ed. QuartierLatin. São Paulo. 2010.

NASCIMENTO, E. R. **Gestão Pública** Ed. Saraiva. São Paulo. 2009.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei Estadual 3.239, de 02 de agosto de 1999. Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos. Disponível em: <  
<http://www.ceivap.org.br/downloads/leirjn3239-99.pdf>> Acesso em: 11 mai. 2012.

RIO DE JANEIRO. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: Assembleia Legislativa, 1989.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Saneamento e Energia – Departamento de Águas e Energia Elétrica; FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA (CEPAM). **Plano Municipal de saneamento passo a passo**. São Paulo, 2009. 78p.

SOUZA, M. L. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Ed. Bertrand do Brasil. Rio de Janeiro. 2003.

TEIXEIRA, M.A.C. **Estado, governo e administração Pública**. FGV. EBAPE Editora. Rio de Janeiro. 2012.

TUDE, J.M., SANTANA, F. P. & FERRO, D.S. **Políticas Públicas** IESDE BRASIL S. A. Curitiba, 2010.

## ▪ FONTES SECUNDÁRIAS

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de saneamento**. 4. ed. rev. – Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006.

CANHOLI, A. P. **Drenagem Urbana e Controle de Enchentes**. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS (CPRM). Mapa de Domínios e Subdomínios Hidrogeológicos do Brasil, 2005.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE PROJETOS, PESQUISAS E ESTUDOS TECNOLÓGICOS – COPPETEC. **Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul – Resumo**. PSR-012-R1. Rio de Janeiro: CEIVAP/ AGEVAP, dez. 2007a.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE PROJETOS, PESQUISAS E ESTUDOS TECNOLÓGICOS (COPPETEC). **Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul**. Caderno de Ações Área de Atuação do COMPE – Anexo 5. Rio de Janeiro: CEIVAP/ AGEVAP, dez. 2007b.

GALVÃO JUNIOR, A. C.; SAMPAIO, C. C. **A Informação no Contexto dos Planos de Saneamento Básico**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010.

GIANSANTE, A.E. **Determinação de Vazões Máximas por Métodos Sintéticos**, São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008.

CANHOLI, A. P. **Drenagem Urbana e Controle de Enchentes**. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS (CPRM). Mapa de Domínios e Subdomínios Hidrogeológicos do Brasil, 2005.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE PROJETOS, PESQUISAS E ESTUDOS TECNOLÓGICOS (COPPETEC). **Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul – Resumo**. PSR-012-R1. Rio de Janeiro: CEIVAP/ AGEVAP, dez. 2007a.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE PROJETOS, PESQUISAS E ESTUDOS TECNOLÓGICOS (COPPETEC). **Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul**. Caderno de Ações Área de Atuação do COMPE – Anexo 5. Rio de Janeiro: CEIVAP/ AGEVAP, dez. 2007b.

GALVÃO JUNIOR, A. C.; SAMPAIO, C. C. **A Informação no Contexto dos Planos de Saneamento Básico**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010.

GIANSANTE, A.E. **Determinação de Vazões Máximas por Métodos Sintéticos**, São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008.

MACHADO JR., A. M. **Direito Municipal - Vol. 1 Lei Orgânica dos Municípios**. São Paulo: Tipografia Fonseca Ltda., 1984.

NUVOLARI, A (coord.) **Esgoto sanitário: coleta transporte, tratamento e reuso agrícola**. 1ª ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2003.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS). **Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto – 2010**. Brasília: MCIDADES/ SNSA, 2012.

TSUTIYA, M. T.; SOBRINHO, P. A. **Coleta e transporte de esgoto sanitário**. 1ª ed. São Paulo: Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 1999.

#### ▪ FONTES NA INTERNET

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água**. Disponível em: <<http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/Home.aspx>> Acesso em 06 jul. 2012.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Região Hidrográfica Atlântico Sudeste**. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/AtlanticoSudeste.aspx>> Acesso em: 06 jul. 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 07 nov. 2011.

BRASIL. Decreto 49.947-A, de 21 de janeiro de 1961. Regulamenta, sob denominação de Código Nacional de Saúde, a Lei 2.312, de 3 de setembro de 1954. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-49974-a-21-janeiro-1961-333333-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 nov. 2011.

BRASIL. Decreto 88.351, de 01 de junho de 1983. Regulamenta a Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 e a Lei 6.902 de 27 de abril de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-88351-1-junho-1983-438446-norma-pe.html>>. Acesso em: 08 nov. 2011.

BRASIL. Lei 11.445/2007 5 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm)>. Acesso em: 06 jul. 2012

BRASIL. Lei 9.433, de 8 janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9433.htm)>. Acesso em: 07 nov. 2011.

BRASIL PCH. **Monte Serrat Energética S.A.** Disponível em:  
<[http://www.brasilpch.com.br/ma\\_monteserrat.htm](http://www.brasilpch.com.br/ma_monteserrat.htm)>. Acesso em: 03 dez. 2012

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades.**  
Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 24  
mai. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa  
Nacional de Saneamento Básico – 2008.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível  
em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008  
/PNSB\\_2008.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/PNSB_2008.pdf)> Acesso em: 24 mai. 2012.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano de Saneamento Participativo.** Disponível em:  
<[http://www.cidades.gov.br/index.php/acoes-complementares/284-plano-de-  
saneamento-basico-participativo](http://www.cidades.gov.br/index.php/acoes-complementares/284-plano-de-saneamento-basico-participativo)> Acesso em: 06 ago. 2012.

## GLOSSÁRIO

Na área de saneamento encontra-se uma grande diversidade de definições. Com o objetivo de facilitar o entendimento e de padronização dos conceitos, alguns termos utilizados nesse trabalho são apresentados e definidos no quadro 65.

**Quadro 65 – Definições de termos na área de saneamento e afins**

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Adensamento populacional</b>	Ocorrência de altas concentrações de população em uma determinada área, ocasionando modificações de infraestrutura não previstas no sistema de drenagem urbana.
<b>Adutora de água bruta</b>	Canal, galeria ou encanamento destinado a conduzir a água da captação, antes de receber qualquer tipo de tratamento, até a estação de tratamento.
<b>Adutora de água tratada</b>	Canal, galeria ou encanamento destinado a conduzir a água da estação de tratamento aos reservatórios de distribuição, depois de receber tratamento.
<b>Ampliações ou melhorias no sistema de abastecimento de água</b>	Conjunto de medidas para ampliações ou melhorias dos serviços, incluindo distribuição, captação (equipamentos e instalações utilizadas para tomada de água do manancial), adução (transporte de água do manancial ou da água tratada), tratamento e reservação (armazenamento) da água. Considera-se ampliação a obra que está em andamento e não apresenta, na data de referência da pesquisa, qualquer empecilho de ordem financeira, técnica ou jurídica para a sua conclusão.
<b>Ampliações ou melhorias no sistema de esgotamento sanitário</b>	Conjunto de medidas para ampliações ou melhorias dos serviços, incluindo rede coletora, interceptores, estações elevatórias, estações de tratamento, emissários, entre outros. Considera-se ampliação a obra que está em andamento e não apresenta, na data de referência da pesquisa, qualquer empecilho de ordem financeira, técnica ou jurídica para a sua conclusão.
<b>Análise da água bruta</b>	Classificação dos tipos de análise da água bruta em: bacteriológica (coliformes fecais e totais e estreptococos fecais); físico-química (temperatura, turbidez, cor, ph, dureza e alcalinidade); substâncias químicas orgânicas (aldrin e dieldrin, benzeno, clordano, DDT, lindano, óleos, graxas e outros); substâncias químicas inorgânicas (arsênio, cádmio, chumbo, cianetos, mercúrio, nitratos, prata e outros); indicadores de poluição (Indicador DBO - Demanda Bioquímica de Oxigênio e Indicador DQO - Demanda Química de Oxigênio); teor de flúor natural. A frequência da análise da água bruta pode ser diária, semanal, quinzenal, mensal, semestral ou anual.
<b>Análise da água na rede de distribuição</b>	Classificação dos tipos de análise da água na rede de distribuição em: cloro residual – produto que assegura a qualidade bacteriológica da água; bacteriológica (coliformes fecais e totais e estreptococos fecais). A frequência da análise da água pode ser diária, semanal, quinzenal, mensal, semestral ou anual.

Termo	Definição
<b>Análise da água tratada</b>	Classificação dos tipos de análise da água tratada em: bacteriológica (coliformes fecais e totais e estreptococos fecais); físico-organoléptica (temperatura, dureza, turbidez, cor, sabor e odor); substâncias químicas orgânicas (aldrin e dieldrin, benzeno, clordano, DDT, lindano, óleos, graxas e outros), substâncias químicas inorgânicas (arsênio, cádmio, chumbo, cianetos, mercúrio, nitratos, prata e outros); substâncias radioativas (urânio, céσιο e outros); coagulação química (desestabilização das partículas sólidas minúsculas presentes na água). A frequência da análise da água tratada pode ser diária, semanal, quinzenal, mensal, semestral ou anual.
<b>Áreas de risco</b>	Áreas especiais que denotam a existência de risco à vida humana e que necessitam de sistema de drenagem especial, como encostas sujeitas a deslizamentos, áreas inundáveis com proliferação de vetores, áreas sem infraestrutura de saneamento etc.
<b>Assoreamento da rede de drenagem</b>	Depósito de sedimentos carregados pelas águas das chuvas.
<b>Bacia de detenção</b>	Área normalmente seca durante as estiagens, mas projetada para reter as águas superficiais apenas durante e após as chuvas. As bacias de detenção podem ser aproveitadas para atividades de lazer, através da implantação de praças, pistas de caminhada, quadras esportivas e pistas de skate, por exemplo.
<b>Bacia de retenção</b>	Reservatório de superfície que sempre contém um volume substancial de água, e tem por objetivo a regularização dos caudais pluviais afluentes, através de um armazenamento temporário, permitindo a restituição a jusante de caudais compatíveis com o limite previamente fixado ou imposto pela capacidade de vazão de uma rede ou curso d'água existente.
<b>Boca de lobo</b>	Estrutura hidráulica destinada a interceptar as águas pluviais que escoam pelas sarjetas e sarjetões e encaminhá-las à galeria subterrânea mais próxima. Em geral situam-se sob o passeio ou sob a sarjeta.
<b>Captação da água</b>	Tomada de água do manancial, compreendendo a primeira unidade do sistema de abastecimento, que se classifica em: superficial, poço raso e poço profundo.
<b>Captação de poço profundo</b>	Captação de água de lençóis situados entre as camadas impermeáveis.
<b>Captação de poço raso</b>	Captação de água de lençol freático, ou seja, de água que se encontra acima da primeira camada impermeável do solo.
<b>Captação superficial</b>	Captação de água de diferentes cursos d'água, como rio, córrego, ribeirão, lago, lagoa, açude, represa etc., que têm o espelho d'água na superfície do terreno.
<b>Coletor-tronco</b>	Principal coletor de uma bacia de esgotamento, que recebe somente a contribuição da rede coletora, mas não ligação predial. Em geral, se desenvolve no fundo de vale, paralelamente a um curso d'água secundário.
<b>Condições geológicas e morfológicas características de processos erosivos</b>	Condições relativas à origem e formação do solo no qual ocorre a desagregação e remoção de materiais devido a processo erosivo.
<b>Controle de perdas de água</b>	Conjunto de medidas para reduzir perdas de água, através da fiscalização de ligações clandestinas, substituição de redes velhas, manutenção de hidrômetros, caça-vazamento na rede e pitometria (uso do pitô para medir a velocidade da água dentro da tubulação).

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Corpo receptor do esgoto</b>	Corpo d'água onde é lançado o esgoto sanitário. Considera-se principal corpo receptor aquele que recebe o maior volume de esgoto sanitário, como rio, mar, lago ou lagoa, baía etc.
<b>Cursos d'água intermitentes</b>	Cursos d'água que circulam em certas ocasiões, sendo alimentados por água de nascentes, por águas sub-superficiais ou até pelo descongelamento da neve, como grotões, fundos de vales, depressões naturais etc.
<b>Cursos d'água permanentes</b>	Cursos d'água que circulam sem interrupções, como lagos, rios, córregos, riachos, igarapés etc.
<b>Desmatamento</b>	Retirada da cobertura vegetal de determinada área ou região. Ocorre basicamente por fatores econômicos, acarretando desequilíbrios do ecossistema, empobrecimento do solo, assoreamento dos rios etc.
<b>Drenagem especial</b>	Sistema de drenagem urbana que utiliza um dispositivo projetado especificamente para a proteção de áreas sujeitas a deslizamentos, inundações, proliferação de vetores, processos erosivos crônicos etc.
<b>Drenagem subterrânea</b>	Sistema de drenagem urbana que utiliza dispositivos de captação, como bocas de lobo, ralos, caixas com grelha etc. Para encaminhar as águas aos poços de visita e daí para as galerias e tubulações, e que tem como deságue corpos receptores, como rios, córregos etc.
<b>Drenagem superficial</b>	Sistema de drenagem urbana que utiliza guias, sarjetas, calhas etc. Para interceptar as águas provenientes das chuvas, e que tem como deságue corpos receptores, como rios, córregos etc. Pode estar ligado, também, às galerias e tubulações de um sistema de drenagem subterrâneo.
<b>Economia abastecida</b>	Unidade tributável, conforme registro no serviço de abastecimento de água.
<b>Economia esgotada</b>	Unidade tributável, conforme registro no serviço de esgotamento sanitário.
<b>Encosta</b>	Declive nos flancos de um morro, colina ou serra. A situação das encostas é classificada em: sujeita a deslizamento – quando corre o risco de sofrer processos erosivos; dotada de estrutura de contenção associada a elementos de drenagem especial - quando está protegida contra possíveis deslizamentos.
<b>Entidade prestadora de serviços de saneamento básico</b>	Órgão público ou empresa privada que presta serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e coleta de lixo e drenagem urbana para a população. Classifica-se quanto à constituição jurídica em: administração direta do poder público – conjunto dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República, Ministérios, Governos e Secretarias Estaduais e Municipais; empresa com participação majoritária do poder público – entidade organizada e estruturada nos moldes das empresas privadas, na qual o Município, o Estado ou a União têm participação não inferior a 51% do total do capital da empresa; empresa privada – entidade organizada por particular, que produz e/ou oferece bens ou serviços, com vistas à obtenção de lucros; autarquia – entidade autônoma, auxiliar e descentralizada da administração pública, sujeita à fiscalização e tutela do Estado, nos níveis federal, estadual ou municipal, com patrimônio constituído de recursos próprios e cujo fim é executar serviços típicos da administração pública.
<b>Erosão de taludes</b>	Desgaste provocado pela água da chuva em terrenos de superfície inclinada, na base de um morro ou de uma encosta de vale onde se encontra um depósito de detritos.



<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Erosão do leito natural</b>	Desagregação do leito natural de rios, córregos etc.
<b>Erosão laminar de terrenos sem cobertura vegetal</b>	Desgaste laminar causado pelas enxurradas que deslizam como um lençol, desgastando uniformemente, em toda sua extensão, a superfície do solo sem cobertura vegetal.
<b>Erosão</b>	Desagregação, transporte e deposição do solo e rocha em decomposição pelas águas, ventos ou geleiras.
<b>Estação de transferência ou transbordo</b>	Edificação apropriada para receber grande quantidade de lixo trazido por caminhões coletores. O lixo recebido, geralmente, é prensado, formando-se blocos que facilitam seu transporte por meio de carretas até o destino final.
<b>Estação de tratamento de água</b>	Conjunto de instalações e equipamentos com o objetivo de transformar a água bruta em água potável, melhorando sua qualidade sob os seguintes aspectos.
<b>Estação de tratamento de esgoto</b>	Conjunto de instalações e equipamentos destinados ao tratamento do esgoto sanitário, utilizando operações físicas como gradeamento, sedimentação, processos químicos, como a desinfecção por cloro, e processos biológicos aeróbios ou anaeróbios.
<b>Estação Elevatória</b>	Trata-se do conjunto das edificações, instalações e equipamentos, destinados a abrigar, proteger, operar, controlar e manter os conjuntos elevatórios (motor-bomba) que promovem o recalque da água, nos sistemas de abastecimento de água, ou recalque dos esgotos, nos sistemas de esgotamento sanitário.
<b>Filtro biológico</b>	Sistema no qual o esgoto sanitário passa por um leito de material de enchimento recoberto com microorganismos e ar, acelerando o processo de digestão da matéria orgânica.
<b>Fossa seca ou negra</b>	Constitui-se de uma escavação feita no terreno (poço, buraco, etc.), com ou sem revestimento, a depender da coesão do solo, de uma laje de tampa com orifício que serve de piso e de uma casinha para proteção e abrigo do usuário. Tal dispositivo constitui uma solução sanitária individual e precária, para adoção em locais onde não exista rede de água potável, com consequente ausência de um sistema organizado de coleta de esgotos sanitários.
<b>Fossa séptica</b>	Unidade cilíndrica ou prismática retangular de fluxo horizontal, para tratamento de esgotos por processos de sedimentação, flotação e digestão.
<b>Galeria pluvial</b>	São todos os condutos fechados destinados ao transporte das águas que escoam superficialmente, vindas das precipitações pluviais e captadas pelas bocas de lobo, que têm como objetivo encaminhar essas águas ao seu destino final.
<b>Hidrômetro</b>	Aparelho para medir e indicar a quantidade de água fornecida pela rede distribuidora a uma edificação (domiciliar, comercial, industrial, órgão público etc.).
<b>Informações meteorológicas</b>	Informações sobre as variações climáticas.
<b>Informações pluviométricas</b>	Informações sobre a intensidade das águas das chuvas.



Termo	Definição
<b>Instrumentos reguladores do serviço de drenagem urbana</b>	Classificação dos tipos de instrumentos reguladores do serviço de drenagem urbana em: plano diretor de drenagem urbana – orientação racional do desenvolvimento físico do município, relativamente à drenagem urbana, visando estimular o crescimento ordenado das atividades ligadas à rede de captação pluvial; plano urbanístico global para a área urbana – definição de diretrizes para a intervenção urbanística da área urbana, levando em consideração o uso e a ocupação do solo, seu objetivo e dimensão; lei de uso e ocupação do solo – regula o uso da terra, a densidade populacional, bem como a dimensão, a finalidade e o volume das construções, tendo como objetivo atender a função social da propriedade e da cidade; legislação municipal ou da região metropolitana – determina e define as políticas setoriais, os financiamentos e os mecanismos para o planejamento de ações no setor.
<b>Interceptor</b>	Rede de tubulação localizada, geralmente, em fundos de vale ou nas margens de curso d'água, que recebe esgotos dos coletores-tronco e os conduzem até a estação de tratamento ou ao local de lançamento.
<b>Lagoa aerada</b>	Sistema de tratamento biológico em que a estabilização da matéria orgânica ocorre pela introdução do oxigênio no meio líquido através de sistema mecanizado, podendo funcionar como lagoa estritamente aeróbia ou facultativa.
<b>Lagoa anaeróbia</b>	Sistema de tratamento biológico em que a estabilização da matéria orgânica é realizada predominantemente por processos de fermentação anaeróbia, imediatamente abaixo da superfície, não existindo oxigênio dissolvido.
<b>Lagoa de estabilização</b>	Corpo d'água lântico construído artificialmente para fins de tratamento de resíduos líquidos de natureza orgânica, como os esgotos sanitários. O tratamento se faz por processos naturais – físicos, biológicos e bioquímicos, denominados autodepuração ou estabilização. Os principais tipos de lagoas de estabilização são: anaeróbia, facultativa, aerada e de maturação.
<b>Lagoa facultativa</b>	Sistema de tratamento biológico em que ocorrem ao mesmo tempo processos de fermentação anaeróbia, oxidação e redução fotossintética das algas para a estabilização da matéria orgânica.
<b>Lagoa de maturação</b>	Sistema de tratamento biológico projetado para tratamento terciário, principalmente, para remoção de compostos que contêm nitrogênio, fósforo e coliformes.
<b>Lançamento de esgoto <i>in natura</i> em cursos d'água</b>	Lançamento do esgoto sanitário sem tratamento prévio diretamente em rios, lagos, mar etc.
<b>Lançamento por emissário</b>	Classificação dos tipos de lançamento por emissário em: emissário oceânico – tubulação destinada ao lançamento do esgoto em alto mar; emissário fluvial – tubulação destinada ao lançamento do esgoto em rios de grande vazão.
<b>Lençol freático alto</b>	Água retida no subsolo entre dois terrenos impermeáveis, cujo nível está próximo à superfície do terreno.
<b>Ligações de água</b>	Conjunto de dispositivos que interliga a canalização distribuidora da rua e a instalação predial, podendo ter ou não hidrômetro.
<b>Limpeza e desobstrução de dispositivos de captação</b>	Limpeza e retirada de detritos que impedem o bom funcionamento dos dispositivos de captação de águas pluviais localizados geralmente nas faixas de vias públicas, como bocas de lobo, caixas com grelhas, ralos etc.
<b>Limpeza e desobstrução de galerias</b>	Limpeza e retirada de detritos que impedem o bom funcionamento das galerias pluviais.

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Lodo ativado</b>	Sistema de tratamento biológico no qual a remoção dos poluentes se faz pela formação e sedimentação de flocos biológicos (lodo ativado), que retornam ao taque de aeração para manter a quantidade de microorganismos elevada, aumentando a eficiência e acelerando o processo de tratamento.
<b>Macro/mesodrenagem</b>	Sistema de drenagem que compreende basicamente os principais canais de veiculação das vazões, recebendo ao longo de seu percurso as contribuições laterais e a rede primária urbana provenientes da microdrenagem. Considera-se como macro e mesodrenagem os cursos d'água, galerias tubulares com dimensões iguais ou superiores a 1,20m de diâmetro e galerias celulares cuja área da seção transversal é igual ou superior a 1m <sup>2</sup> .
<b>Macromedidor</b>	Equipamento para medição de grandes vazões, nível e pressão da água.
<b>Microdrenagem</b>	Sistema de drenagem de condutos pluviais a nível de loteamento ou de rede primária urbana, que constitui o elo entre os dispositivos de drenagem superficial e os dispositivos de macro e mesodrenagem, coletando e conduzindo as contribuições provenientes das bocas-de-lobo ou caixas coletoras. Considera-se como microdrenagem galerias tubulares com dimensões iguais ou superiores a 0,30m e inferiores a 1,20m de diâmetro e galerias celulares cuja área da seção transversal é inferior a 1m <sup>2</sup> .
<b>Ocupação intensa e desordenada do solo</b>	Construção de imóveis de forma acelerada e que não leva em consideração padrões técnicos responsáveis por prevenir o desgaste do solo urbano.
<b>Ocupações em áreas sem infraestrutura de saneamento</b>	Construções em áreas onde não existem redes coletoras de esgoto e de águas pluviais.
<b>Proteção na captação de água</b>	Classificação das formas de proteção na captação de água em: vigilância; área cercada; preservação da área por vegetação; proibição de despejos.
<b>Ravinas</b>	Sulcos ou incisões produzidos no terreno pelo trabalho erosivo das águas de escoamento.
<b>Reator anaeróbio</b>	Sistema fechado onde se processa a digestão do esgoto sanitário, sem a presença de oxigênio.
<b>Rede coletora de esgoto</b>	Tubulação que passa no leito da rua ou às vezes na calçada e que recebe diretamente o esgoto domiciliar.
<b>Rede de distribuição de água</b>	Conjunto de tubulações interligadas e instaladas ao longo das vias públicas ou nos passeios, junto às unidades ou prédios, e que conduz a água aos pontos de consumo, como moradias, escolas, hospitais etc.
<b>Reservatório</b>	Unidades hidráulicas de acumulação e passagem de água situados em locais estratégicos do sistema de abastecimento de água de modo a atenderem as seguintes situações: garantia da quantidade de água (demandas de equilíbrio, de emergência e de combate a incêndio); garantia de adução com vazão e altura manométrica constantes; menores diâmetros no sistema; e melhores condições de pressão.
<b>Sarjetão</b>	São canais auxiliares de seção triangular utilizados para guiar o fluxo de água na travessia de ruas transversais ou desviar o fluxo de um lado para outro da rua, conectando sarjetas.
<b>Sarjetas</b>	São canais situados nas laterais das ruas com a finalidade de coletar e dirigir as águas de escoamento superficial até às bocas coletoras.

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Setor censitário</b>	Unidade de controle cadastral formada por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios ou de estabelecimentos que permitam o levantamento das informações por um único agente credenciado, segundo cronograma estabelecido. Seus limites devem respeitar os limites territoriais legalmente definidos e os estabelecidos pelo IBGE para fins estatísticos, sendo definidos, preferencialmente, por pontos de referência estáveis e de fácil identificação no campo, de modo a evitar que um agente credenciado invada a unidade territorial de coleta de responsabilidade de outro agente credenciado, ou omita a coleta na área sob sua responsabilidade.
<b>Sistema de Abastecimento de água</b>	Conjunto de estruturas, equipamentos, canalizações, órgãos principais e acessórios, peças especiais destinadas ao fornecimento de água segura e de boa qualidade para os prédios e pontos de consumo público, para fins sanitários, higiênicos e de conforto da população.
<b>Sistema de Drenagem urbana ou pluvial</b>	Estruturas hidráulicas para o controle do escoamento das águas das chuvas com o objetivo de evitar que seus efeitos adversos - empoçamentos, inundações, erosões e assoreamentos - causem prejuízos à saúde, segurança e bem-estar da sociedade.
<b>Sistema de Esgotamento Sanitário</b>	Conjunto de obras e instalações destinadas à coleta, transporte, afastamento, tratamento e disposição final das águas residuárias da comunidade, de uma forma adequada do ponto de vista sanitário.
<b>Sistema de esgotamento separador absoluto</b>	Quando a coleta do esgoto doméstico e industrial é realizada em separado das águas pluviais.
<b>Sistema de esgotamento unitário</b>	Quando a coleta das águas pluviais, esgotos domésticos e industriais ocorre em um único coletor. Nos casos em que existem muitas ligações clandestinas de águas pluviais na rede de esgotos, pode-se considerar o sistema como unitário.
<b>Sumidouro ou poço absorvente</b>	Poço seco escavado no chão e não impermeabilizado, que orienta a infiltração de água residuária, previamente tratada, no solo.
<b>Tarifa mínima</b>	Valor mínimo que o consumidor deve pagar referente à sua cota básica de consumo de água.
<b>Tratamento Convencional da água</b>	Tratamento da água bruta pelos processos de floculação, decantação, filtração, correção de ph, desinfecção (cloração) e fluoretação, antes de ser distribuída à população;
<b>Tratamento da água por simples desinfecção (cloração)</b>	Tratamento da água bruta que recebe apenas o composto cloro antes de sua distribuição à população.
<b>Vala aberta</b>	Vala ou valeta por onde escorre o esgoto sanitário a céu aberto em direção a cursos d'água ou ao sistema de drenagem, atravessando os terrenos das casas ou as vias públicas.

## APÊNDICE A – CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

---

---

O município se articula e se insere num contexto regional que o condiciona e por isso é aqui colocado. Ao mesmo tempo, a caracterização regional pode mostrar afinidades entre os serviços de saneamento que pode favorecer futuros arranjos municipais, em geral mais viáveis a partir de um ganho de escala.

A Bacia do Rio Paraíba do Sul possui área de drenagem com cerca de 55.500 km<sup>2</sup>, compreendida entre os paralelos 20°26' e 23°00' e os meridianos 41°00' e 46°30' oeste de Greenwich. Estende-se pelos estados de São Paulo (13.900 km<sup>2</sup>), do Rio de Janeiro (20.900 km<sup>2</sup>) e Minas Gerais (20.700 km<sup>2</sup>) (COPPETEC, 2007a).

É limitada ao Norte pelas bacias dos rios Grande e Doce e pelas serras da Mantiqueira, Caparaó e Santo Eduardo. A Nordeste, a Bacia do Rio Itabapoana estabelece o limite da bacia. Ao Sul, o limite é formado pela Serra dos Órgãos e pelos trechos paulista e fluminense da Serra do Mar. A Oeste, pela Bacia do Rio Tietê, da qual é separada por meio de diversas ramificações dos maciços da Serra do Mar e da Serra da Mantiqueira.

O Rio Paraíba do Sul é formado pela união dos rios Paraibuna e Paraitinga, e o seu comprimento, calculado a partir da nascente do Paraitinga, é de mais de 1.100 km. Entre os principais formadores da margem esquerda destacam-se os rios Paraibuna mineiro, Pomba, Muriaé. Na margem direita os afluentes mais representativos são os rios Pirai, Piabanha e Dois Rios.

A totalidade do território do Município de Paraíba do Sul, no contexto da gestão nacional dos recursos hídricos, está inserida na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, cujo comitê gestor nacional é o CEIVAP ou Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, criado pelo Decreto Federal 1.842, de 22 de março de 1996. Esse comitê é parte do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, instituído pelas Leis 9.433/1997 e 9.984/2000 que introduziu novos atores no cenário institucional brasileiro, no contexto da gestão dos recursos hídricos, sendo:

- Comitês de Bacia - fóruns democráticos para os debates e decisões sobre as questões relacionadas ao uso das águas da bacia.
- Agências de Bacia - braço executivo do Comitê ou mais de um Comitê, que recebe e aplica os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água na bacia, e na jurisdição pública federal.
- Agência Nacional de Águas (ANA), autarquia especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), que assume as funções de órgão gestor e regulador dos recursos

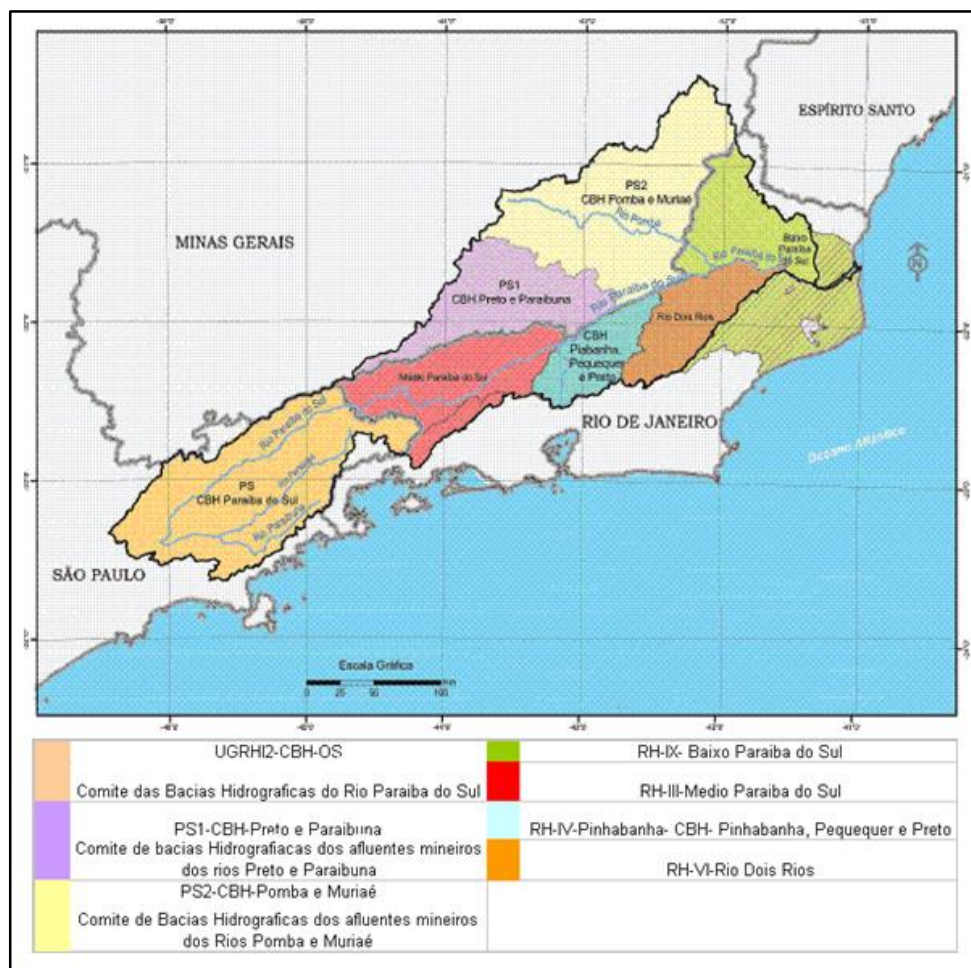
hídricos de domínio da União, anteriormente exercida pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA.

O CEIVAP teve sua área de abrangência e nomenclatura alteradas pelo Decreto Federal 6.591, de 1º de outubro de 2008. A partir de então, o CEIVAP passou a ser denominado Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, que abrange atualmente em sua gestão 184 cidades, sendo 88 em Minas Gerais, 57 no Estado do Rio de Janeiro e 39 no estado de São Paulo.

A área da bacia corresponde a 0,7% da área do país e, aproximadamente, a 6% da região sudeste do Brasil. No Rio de Janeiro, a bacia abrange 63% da área total do estado; em São Paulo, 5% e em Minas Gerais, apenas 4%.

Sob a ótica da gestão estadual do estado do Rio de Janeiro, o Município de Paraíba do Sul está na mesorregião denominada Sul Fluminense, fazendo divisa com os estados de São Paulo e Minas Gerais. A respectiva Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos corresponde à Bacia do Médio Paraíba do Sul.

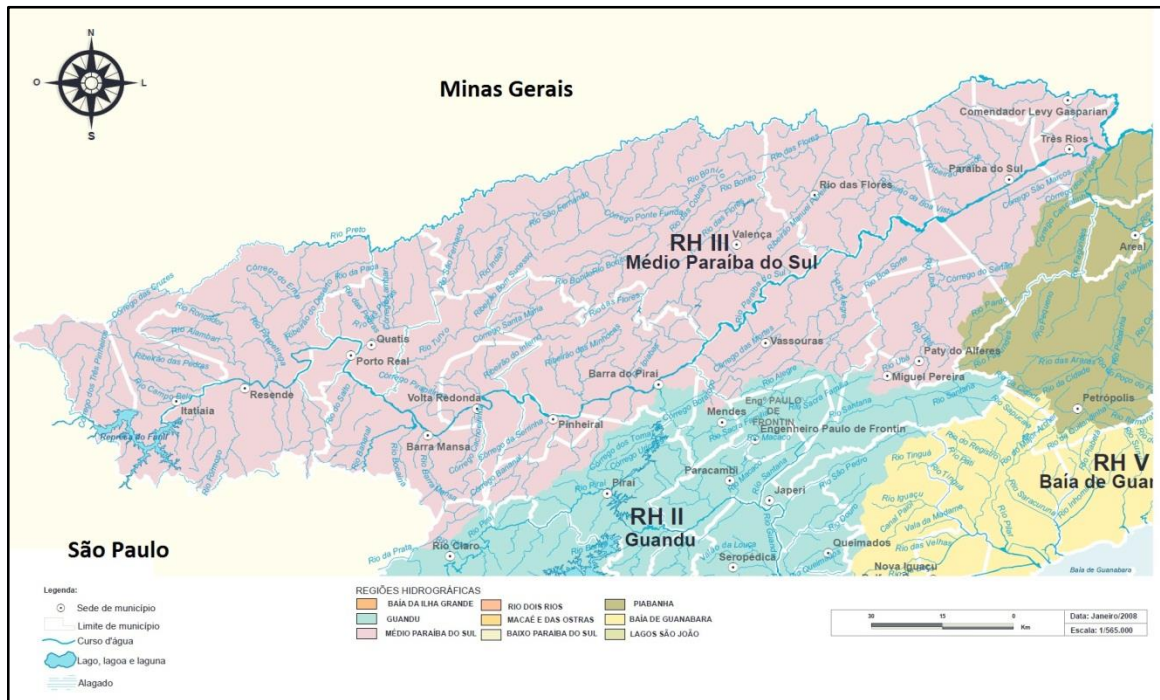
**Figura 51 – Comitês de Bacias do Rio Paraíba do Sul**



Fonte: CEIVAP/AGEVAP, 2010



**Figura 52 - Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos – MÉDIO PARAÍBA DO SUL**



Fonte: INEA, adaptado

A área de atuação da sub-bacia Médio Paraíba do Sul corresponde à região localizada no trecho do Rio Paraíba do Sul entre a UHE do Funil e a confluência com os rios Piabanha e Paraibuna, já no Município de Três Rios. Esta região abrange uma área de drenagem de 6.517 km<sup>2</sup>, onde estão inseridos 21 municípios fluminenses. Os municípios de Areal, Paraíba do Sul, Três Rios, Paty do Alferes e Comendador Levy Gasparian, embora também integrantes do Médio Paraíba do Sul, têm suas ações previstas incluídas no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e Sub-bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto, atendendo ao critério de posição da mancha urbana. Juntos possuem uma população total de 1.109.904 habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE de julho de 2010. O Quadro 66 apresenta os municípios localizados na área de abrangência da sub-bacia Médio Paraíba do Sul e as respectivas populações.

**Quadro 66 – População dos Municípios integrantes da sub-bacia Médio Paraíba do Sul**

Município	População	Município	População
Barra do Piraí	94.778	Porto Real	16.592
Barra Mansa	177.813	Quatis	12.793
Eng. Paulo de Frontin	13.237	Resende	119.769
Itatiaia	28.783	Rio Claro	17.425
Mendes	17.935	Rio das Flores	8.561
Miguel Pereira	24.642	Valença	71.843
Pinheiral	22.719	Vassouras	34.410
Piraí	26.314	Volta Redonda	257.803
Areal (*)	11.423	Paty do Alferes (*)	26.359
Paraíba do Sul (*)	41.084	Com. Levy Gasparian (*)	8.180
Três Rios (*)	77.423		
<b>População total do Médio Paraíba do Sul</b>			<b>1.109.904</b>
<b>População total do Estado-RJ</b>			<b>15.989.929</b>

Fonte: IBGE, 2010.

(\*) Incluídos no caderno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e Sub-bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto

A principal característica da área da sub-bacia Médio Paraíba do Sul é a existência do segundo maior parque industrial da bacia hidrográfica do rio como um todo, com destaque a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda. Outro fato é a existência da elevatória de Santa Cecília, localizada no Rio Paraíba do Sul em Barra do Piraí, responsável pela derivação de uma vazão de até 160 m<sup>3</sup>/s para geração de energia pelo Sistema Light. Essa vazão, posteriormente, atinge a bacia do Rio Guandu e é utilizada pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) para o abastecimento de cerca de 10 milhões de pessoas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A partir dessa secção de captação, o Rio Paraíba do Sul passa a contar com uma menor vazão média.

Esse engenhoso esquema de transposição das águas da bacia do Rio Paraíba do Sul para a do Rio Guandu, iniciado no início do século XX, atualmente viabiliza a geração de energia elétrica, por intermédio de uma série de usinas hidrelétricas, que aproveitam uma queda da ordem de 300 m na vertente atlântica da serra do Mar, assim como a implantação na bacia do Rio Guandu de diversos empreendimentos econômicos, tais como: captação da CEDAE, a Usina Termelétrica de Santa Cruz (UTE de Santa Cruz), a Companhia Siderúrgica da Guanabara (Gerdau/Consigua), várias indústrias e ainda outras usinas termelétricas para refrigeração de equipamentos.

Pelo exposto, o Rio Paraíba do Sul é o grande fio condutor por onde se articulam os municípios, sendo utilizado muitas vezes como manancial superficial e mesmo como corpo receptor de esgotos sanitários. Outras vezes, são contribuintes por qualquer uma das margens

utilizados como manancial e corpo receptor, de forma que as consequências desses usos d'água acabam tendo influência no próprio Rio Paraíba do Sul.

- Meio Socioeconômico

A Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul possui uma extensão territorial de 62.074 km<sup>2</sup> e uma população de cerca de 6.425.301 de habitantes (IBGE, 2010) (Quadro 67). Soma-se à população residente na bacia, mais cerca de 10 milhões de habitantes da região metropolitana do Rio de Janeiro, que se abastecem das águas transpostas do Rio Paraíba do Sul.

**Quadro 67 – Estimativa da evolução da população urbana na bacia**

Estado	Anos		
	2000 (Censo)	2005	2010
<b>Minas Gerais</b>	1.147.712	1.245.300	1.627.828
<b>São Paulo</b>	1.632.670	1.748.698	1.994.369
<b>Rio de Janeiro</b>	2.142.397	2.264.737	2.803.104
<b>Total</b>	<b>4.924.779</b>	<b>5.260.740</b>	<b>6.425.301</b>

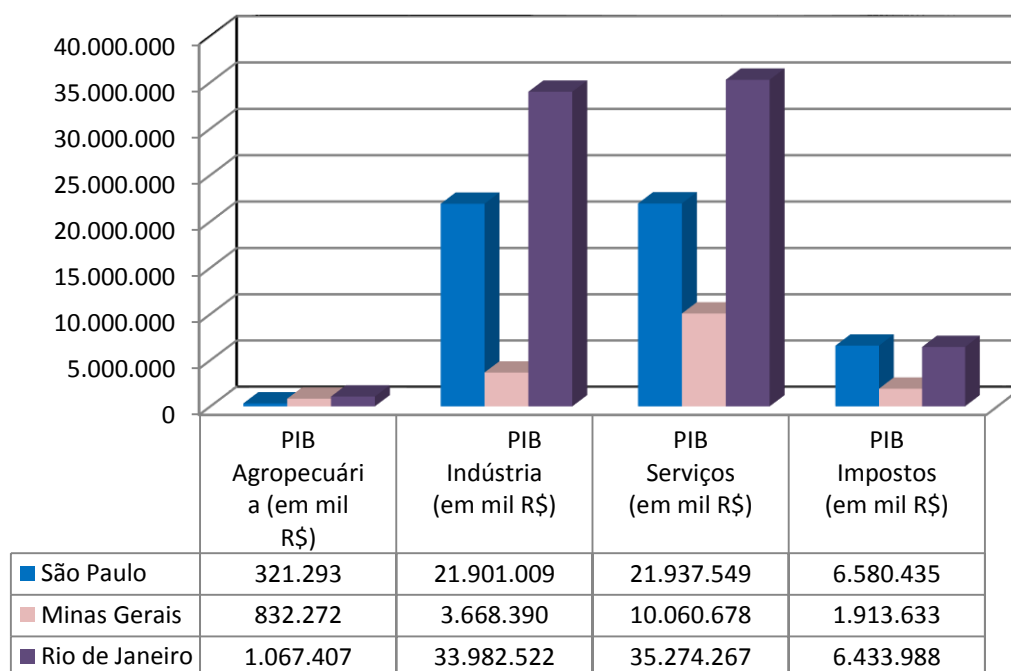
Fonte: Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul, e Censo 2010-IBGE.

Apesar de representar somente 0,7% do território brasileiro e 6% da Região Sudeste, a bacia compreende uma área das mais industrializadas do país, responsável por cerca de 5% do PIB brasileiro e 11% de cobertura de Mata Atlântica. Embora o histórico das atividades econômicas dessa região esteja bastante relacionado à atividade agropecuária e mais recentemente à pecuária leiteira, os dados do censo de 2010 demonstram que é na atividade industrial e de serviços que se concentra hoje mais de 85% da economia da região, como se observa na Figura 53.

As informações evidenciam a importância que a Bacia do Rio Paraíba do Sul tem para o estado do Rio de Janeiro e consequentemente para os municípios que se distribuem em seu território.

A sub-bacia hidrográfica do Médio Paraíba do Sul possui uma extensão territorial de 6.517 km<sup>2</sup> e uma população de 1.109.904 de habitantes (IBGE, 2010), onde estão inseridos 21 municípios fluminenses. Segue no Quadro 68 o PIB dos municípios.



**Figura 53 - Distribuição setorial e estadual do PIB na Bacia do Rio Paraíba do Sul**

Fonte: IBGE, 2010

**Quadro 68 – Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul**

Municípios	PIB Agropecuária (em mil R\$)	PIB Indústria (em mil R\$)	PIB Serviços (em mil R\$)	PIB Impostos (em mil R\$)
Areal	1.057	38.892	139.191	17.750
Barra do Piraí	19.364	243.990	840.203	97.959
Barra Mansa	11.899	1.169.107	1.980.032	353.254
Com. Levy Gasparian	1.013	41.251	94.818	13.007
Eng. Paulo de Frontin	1.381	12.749	91.857	4.944
Itatiaia	2.929	314.964	282.883	56.594
Mendes	382	16.243	135.441	7.420
Miguel Pereira	3.645	24.548	225.651	11.764
Paraíba do Sul	11.196	57.435	383.356	35.140
Paty do Alferes	12.938	27.409	192.093	16.644
Pinheiral	1.327	17.095	153.187	9.242
Piraí	8.980	707.942	335.624	134.012
Porto Real	776	2.004.768	791.350	705.732
Três Rios	41.272	338.831	773.174	151.367
Quatis	4.914	69.182	114.674	13.034
Resende	26.811	2.443.194	2.034.618	506.453
Rio Claro	14.856	23.768	126.291	11.047
Rio das Flores	7.530	8.393	265.564	11.628
Valença	19.657	117.848	579.331	39.441
Vassouras	12.868	28.837	299.190	20.906
Volta Redonda	6.705	2.589.782	4.511.402	1.286.908
<b>Total</b>	<b>211.500</b>	<b>10.296.228</b>	<b>14.349.930</b>	<b>3.504.246</b>

Fonte: IBGE, 2010.

- Cobertura Vegetal e Uso Atual do Solo

Encontram-se nesta região os melhores percentuais de cobertura florestal e de extensão de florestas, em relação à média do Estado, principalmente nas sub-bacias do Rio Piraí e do Rio Pirapetinga, cuja nascente localiza-se no Maciço do Itatiaia. Por outro lado, observam-se em áreas urbanas e rurais, processos erosivos relevantes decorrentes dos diversos ciclos econômicos, destacando-se o ciclo ligado à cultura do café, e da falta preservação e conservação do solo pelas autoridades competentes. A falta de sistema de esgotamento sanitário, de implantação de drenagem urbana e mesmo de aterros sanitários adequados praticamente em todos os municípios desse trecho da bacia também contribui para a degradação ambiental e da qualidade da água do Paraíba do Sul.

Com relação aos remanescentes florestais nos municípios localizados nessa região, observa-se que Paraíba do Sul apresenta-se em situação de cobertura florestal, com 7,23% de área florestada. Outros municípios como Pinheiral e Miguel Pereira contam com menos de 1.000 ha de florestas. Na faixa de 5% e 10% de território florestado situam-se os seguintes municípios: Volta Redonda (9%), Vassouras e Rio das Flores com 7% cada um, Piraí e Barra Mansa com 5,5% cada um, todos apresentando mais de 1.500 ha de florestas. Entre 10 a 15% de área florestada encontram-se os municípios de Barra do Piraí (15%), Engº Paulo de Frontin (12%) e Valença (12%), de acordo com o Caderno de Ações, Área de Atuação Médio Paraíba do Sul (CEIVAP). A cobertura pela vegetação tem um papel relevante quanto à proteção de mananciais e manutenção da capacidade de produção hídrica e por isso requer atenção específica neste trabalho.

O Estado do Rio de Janeiro é o que apresenta a maior extensão total de remanescentes florestais na bacia do Paraíba do Sul. Os municípios do Médio Paraíba que contém as maiores áreas florestais, com mais de 10.000 ha em cada um, são: Resende, Rio Claro e Valença. O Quadro 69 mostra para os municípios da região, a área referente a cada tipo de cobertura vegetal e uso do solo. Foram avaliadas somente as áreas de municípios com 100% dentro da sub-bacia do Médio Paraíba do Sul.

**Quadro 69 – Cobertura Vegetal e Uso do Solo nos Municípios Localizados na Área de Atuação da sub-bacia Médio Paraíba do Sul (em Hectares)**

Município	Floresta Ombrófila	Floresta Estacional	Vegetação Secund.	Campo/Pastagem	Área Agrícola	Reflorestamento	Área Urbana	Outros
Barra do Pirai	-	8.924	6.044	38.400	16	288	644	3.460
Barra Mansa	-	2.960	3.448	46.428	88	-	1.856	180
Eng. Paulo de Frontin	864	200	2.280	5.280	-	-	0	16
Itatiaia	9.704	104	1.628	7.616	284	588	352	1.940
Mendes	976	748	520	5.336	-	-	24	4
Miguel Pereira	456	4	2.236	1.352	-	-	416	112
Pinheiral	-	836	444	6.040	-	-	320	40
Pirai	844	1.408	7.420	27.912	-	1.400	268	632
Porto Real	-	96	36	3.308	968	-	252	348
Quatis	880	300	2.060	24.832	268	-	180	24
Resende	20.720	2.828	12.828	63.056	4.028	2.200	1.932	3.584
Rio Claro	18.964	2.612	6.460	25.052		116	56	60
Rio das Flores	-	3.412	8.492	20.576	412	-	12	14.900
Valença	-	15.940	19.264	88.776	48	-	720	5.652
Vassouras	56	3.824	15.464	30.828	348	-	460	3.336
Volta Redonda	-	1.700	1.048	11.644	-	-	3.116	164
	<b>53.464</b>	<b>45.896</b>	<b>89.672</b>	<b>406.436</b>	<b>6.460</b>	<b>4.592</b>	<b>10.608</b>	<b>34.452</b>

Fonte: Caderno de Ações Área de Atuação do Médio Paraíba do Sul (CEIVAP).

- Saneamento Básico

Na área de atuação da bacia Médio Paraíba do Sul, os índices de atendimento com sistemas completos de abastecimento de água, incluindo captação, tratamento, reservação e distribuição, situam se em 89,8%, com consumos médios per capita estimados da ordem de 250 L/hab.dia. Isso mostra que a política dominante era ofertar água a todo o custo para a população num primeiro momento sem foco específico no aumento da eficiência da prestação do serviço. Essa situação é comum a outros estados brasileiros e mesmo a outros operadores do serviço de abastecimento de água.

O Quadro 70 mostra a situação atual dos sistemas de abastecimento de Água e de esgotamento sanitário das localidades visitadas, localizadas na área de atuação da bacia Médio Paraíba do Sul.

A operação e manutenção desses sistemas estão a cargo de diferentes tipos de prestadores de serviços de saneamento como a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), departamento de prefeituras, serviços autônomos (SAAE) e empresa privada.

**Quadro 70 – Situação Atual dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário das Localidades Visitadas - Área de Atuação da bacia Médio Paraíba do Sul**

MUNICÍPIO	OPERADORA DE SISTEMA	
	ÁGUA	ESGOTO
Com. Levy Gasparian	Prefeitura	Prefeitura
Paraíba do Sul	Cedae	Prefeitura
Valença	Cedae	Prefeitura
Rio das Flores	Prefeitura	Prefeitura
Paty de Alferes	Cedae	Prefeitura
Miguel Pereira	Cedae	Prefeitura
Mendes	Prefeitura	Prefeitura
Engenheiro Paulo de Frontin	Cedae	Prefeitura
Vassouras	Cedae	Prefeitura
Barra do Pirai	Cedae/prefeitura	Prefeitura
Pirai	Cedae	Prefeitura
Pinheiral	Cedae	Prefeitura
Resende	Prefeitura/ Concessão	Prefeitura/ Concessão
Rio Claro	Cedae	Prefeitura
Porto Real	Prefeitura	Prefeitura
Quatis	Prefeitura	Prefeitura

Fonte: CEDAE (2013).

Os sistemas de esgotos são operados e mantidos por prefeituras, embora existam negociações em curso para que a CEDAE assuma a operação em Pirai e Miguel Pereira. Predomina o sistema unitário de coleta, esgoto e águas pluviais conjuntamente, o que contribui para a degradação dos corpos receptores. Assim, a coleta de esgoto atualmente disponível na grande maioria dos municípios é a unitária, com poucos trechos, conforme levantamento de campo, caracterizados pelo sistema separador absoluto. Quando existe esse sistema de coleta, perdeu-se em alguns casos o caminhamento da rede, pois asfaltamento mais recente cobriu os elementos de inspeção. De uma maneira geral, falta tanto o cadastro da rede coletora de esgotos existente quanto da drenagem urbana.

Esta situação mostra que há muito a fazer nesses municípios quanto à coleta, afastamento e tratamento de esgotos sanitários.

## **APÊNDICE B – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

---

Neste apêndice são tratadas as principais legislações que tem incidência direta sobre o tema do saneamento da esfera federal e estadual. Muitas das normas disciplinam de forma direta a questão do saneamento básico, mas outras, dizem respeito a temas relacionados com os quais o Plano Municipal deve guardar intrínseca relação.

No intuito de facilitar a consulta, as normas estão separadas por temas que contém a legislação pertinente em todas as esferas de governo, em algumas destacamos os principais pontos abordados quanto o aspecto do saneamento básico.

Convém destacar que existem, ainda, outros relevantes instrumentos legais que merecem registro, a saber: Lei Federal 8.987/1995, das Concessões, a Lei Federal 11.079/2004, das Parcerias Público-Privadas (PPPs) e a Lei 11.107/2005, dos Consórcios Públicos, as quais podem imprimir mudanças na forma de prestação de serviços de saneamento e a Lei 10.257/2001, Estatuto da Cidade, que também está intimamente ligado ao setor de saneamento e com a gestão de recursos hídricos.

- **LEGISLAÇÃO FEDERAL**

### **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

#### **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Artigos: 21; 23, *caput* e incisos VI, IX e parágrafo único; 30; 182;196;200, IV, 225, *caput* e § 1º inciso IV.

### **POLÍTICAS NACIONAIS**

#### **LEI 5.318, DE 26 DE SETEMBRO DE 1967**

Dispõe sobre a Política Nacional de Saneamento.

#### **LEI FEDERAL 11.455, DE 5 DE JANEIRO DE 2007**

A Lei referida estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico bem como as diretrizes para a política federal de saneamento. Define a titularidade dos serviços de água e esgoto, o ente responsável pela regulação e fiscalização, fixa direitos e deveres dos usuários, incentiva a eficiência dos prestadores, possibilita e é clara quanto à obrigatoriedade de conexão às redes de abastecimento de água e de esgoto, de acordo com o artigo 45.

**DECRETO FEDERAL 7.217, DE JUNHO DE 2010**

Regulamenta a Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

**LEI FEDERAL 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997**

Política Nacional de Recursos Hídricos.

**RESOLUÇÃO 58 do CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, DE 30 DE JANEIRO DE 2006 – APROVA O PNRH.**

Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos e dá outras providências

**LEI FEDERAL 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981**

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Destaque para artigos: Art. 3º, incisos I, II, III, letras a, b, c, d, e; inciso IV e V; Art. 10.

**DECRETO 88.351, DE 01 DE JUNHO DE 1983.**

Dispõe, respectivamente, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências.

**NORMAS DE CRIAÇÃO DA ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO  
CRIAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS****LEI FEDERAL 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000**

Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas (ANA), entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

**DECRETO FEDERAL 3.692, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000**

Dispõe sobre a instalação, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados e dos Cargos Comissionados Técnicos da Agência Nacional de Águas (ANA), e dá outras providências.

## DIVISÃO NACIONAL DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

### RESOLUÇÃO CNRH 32, DE 15 DE OUTUBRO DE 2003

Institui a Divisão Hidrográfica Nacional, em regiões hidrográficas, nos termos dos Anexos I e II desta Resolução, com a finalidade de orientar, fundamentar e implementar o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

### **CRIAÇÃO DA CEIVAP**

#### DECRETO FEDERAL 1842, de 22 de março de 1996

Institui o Comitê para Integração da Bacia – Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), e dá outras providências.

### **CRIAÇÃO E COMPETÊNCIA DA AGEVAP**

#### RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS 26, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2002

Autoriza o Comitê para a Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul-CEIVAP a criar a sua Agência de Água, nos termos da Deliberação CEIVAP 12, de 20 de junho de 2002.

#### RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS 38, de 26 de março de 2004

Delegar competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

#### RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS 59, DE 2 DE JUNHO DE 2006

Prorrogar o prazo da delegação de competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

### **NORMAS DE FUNCIONAMENTO DOS COMITÊS DE BACIAS**

#### RESOLUÇÃO 5, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, DE 10 DE ABRIL DE 2000

Alterada pela Resolução 18, de 20 de dezembro de 2001, e pela Resolução 24, de 24 de maio de 2002

Estabelece diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, de forma a implementar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conforme estabelecido pela Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

**RESOLUÇÃO CNRH 32, DE 15 DE OUTUBRO DE 2003**

Institui a Divisão Hidrográfica Nacional, em regiões hidrográficas, nos termos dos Anexos I e II desta Resolução, com a finalidade de orientar, fundamentar e implementar o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

**COMPETÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS DAS BACIAS****RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS 17, DE 29 DE MAIO DE 2001**

Determina a elaboração de Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, serão elaborados em conformidade com o disposto na Lei 9.433, de 1997, que serão elaborados pelas competentes Agências de Água, supervisionados e aprovados pelos respectivos Comitês de Bacia.

**NORMAS SOBRE ÁGUAS****DECRETO FEDERAL 24.643, DE 10 DE JULHO DE 1934.**

Decreta o Código de Águas

**NORMAS SOBRE SAÚDE****DECRETO 49.974-A, DE 21 DE JANEIRO DE 1961.**

Código Nacional de Saúde.

Artigo 32 a 44 dispõe sobre Saneamento

**LEI FEDERAL 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990**

Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Artigo 2º § 3º, artigo 6º, inciso II, artigo 7º, inciso X ; artigo 18, inciso IV, letra “d”

**LICENCIAMENTO AMBIENTAL****RESOLUÇÃO CONAMA 377, DE 9 DE OUTUBRO DE 2006**

Dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de Sistemas de Esgotamento Sanitário.

**RESOLUÇÃO CONAMA 412, DE 13 DE MAIO DE 2009**

Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de novos empreendimentos destinados à construção de habitações de Interesse Social.



RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA 413, DE 26 DE JUNHO DE 2009

Dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências

RESOLUÇÃO CONAMA 5, de 15 de junho de 1988

Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras de Saneamento

RESOLUÇÃO CONAMA 404, de 11 de novembro de 2008

Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos

**IMPACTO AMBIENTAL**

RESOLUÇÃO CONAMA 1, de 23 de janeiro de 1986

Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental

- Alterada pela Resolução 11/1986 (alterado o art. 2º)
- Alterada pela Resolução 5/1987 (acrescentado o inciso XVIII)
- Alterada pela Resolução 237/1997 (revogados os art. 3º e 7º)

**USOS DE LODOS DE ESGOTO**

RESOLUÇÃO CONAMA 375, de 29 de agosto de 2006

Define critérios e procedimentos, para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CONAMA 380, de 31 de outubro de 2006

Retifica a Resolução CONAMA no 375/06 – Define critérios e procedimentos para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências

**CLASSIFICAÇÃO DE CORPOS D' ÁGUA E ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E LANÇAMENTO DE EFLUENTES**

RESOLUÇÃO CONAMA 357, DE 17 DE MARÇO DE 2005

Alterada pela Resolução 410/2009 e pela 430/2011

Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

**RESOLUÇÃO CONAMA 397, de 3 de abril de 2008**

*Alterada pela Resolução 410/2009.*

Altera o inciso II do § 4º e a Tabela X do § 5º, ambos do art. 34 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) 357, de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.

**RESOLUÇÃO CONAMA 430, DE 13 DE MAIO DE 2011**

Complementa e altera a Resolução 357/2006.

Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA

**RESOLUÇÃO CONAMA 396, de 3 de abril de 2008**

Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.

**RESOLUÇÃO CONAMA 358, de 29 de abril de 2005**

Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências

**RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS 91, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008**

Dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos

**OUTORGA DO USO DA ÁGUA****RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS 21, de 14 de março de 2002.**

Institui a Câmara Técnica Permanente de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, de acordo com os critérios estabelecidos no Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

**RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS 27, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2002**

Define os valores e estabelece os critérios de cobrança pelo uso de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, conforme proposto e isentar da obrigatoriedade de outorga de direito de usos de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, os usos

considerados insignificantes, nos termos estabelecidos pela Deliberação 15, de 2002, do CEIVAP.

#### RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS 102 DE 25 MAIO DE 2009

Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inc. II do § 1º do art. 17 da Lei 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2010/2011.

#### **EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

##### LEI FEDERAL 9.795, de 27 de abril de 1999

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

##### RESOLUÇÃO CONAMA 422, DE 23 DE MARÇO DE 2010

Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, e dá outras providências.

##### RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS 98, DE 26 DE MARÇO DE 2009

Estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

#### **PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

##### LEI 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009.

Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

- **LEGISLAÇÃO ESTADUAL**

#### **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Art. 8º; Art. 70; Art. 73, IV e IX; Art. 74, IVI e VIII; Art.75; Art. 76; Art. 194, I e II; Art. 216; Art. 221; Art. 229; 230; Art. 235; Art. 238; Art. 239; Art. 243. Art. 247; Art. 261; Art. 262; Art. 263; Art. 268; Art. 269; Art. 274; Art. 277; Art. 278; Art. 282; Art. 284; Art. 287; Art. 288.

### **POLÍTICAS ESTADUAIS**

#### LEI ESTADUAL 4.191, DE 30 DE SETEMBRO DE 2003

Dispõe Sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências.

#### DECRETO ESTADUAL 42.930, DE 18 DE ABRIL DE 2011

Cria o Programa Estadual Pacto pelo Saneamento

#### LEI ESTADUAL 3.239 DE 02 DE AGOSTO DE 1999

Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos; Cria o Sistema Estadual dos Recursos Hídricos; Regulamenta a Constituição Estadual, em seu artigo 261, parágrafo 1º, inciso VII; e dá outras providências.

#### DECRETO ESTADUAL 35.724 DE 12 DE JUNHO DE 2004

Dispõe sobre a Regulamentação do art. 47 da Lei 3.239, de 02 de agosto de 1999, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI), e dá outras providências.

#### LEI ESTADUAL 650 DE 11 DE JANEIRO DE 1983

Dispõe sobre a política estadual de defesa e proteção das bacias fluviais e lacustres do Rio de Janeiro.

### **NORMAS DE CRIAÇÃO DA ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO**

#### **CRIAÇÃO DO INEA**

#### LEI ESTADUAL 5101 DE 04 DE OUTUBRO DE 2007

Dispõe sobre a criação do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e sobre outras providências para maior eficiência na execução das políticas estaduais de meio ambiente, de recursos hídricos e florestais.

#### DECRETO ESTADUAL 41.628 DE 12 DE JANEIRO DE 2009

Estabelece a Estrutura Organizacional do INEA

#### **CRIAÇÃO DA SERLA**

DECRETO ESTADUAL 15.159 DE 24 DE JULHO 1990

Transforma, mediante autorização do Poder Legislativo, a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA), entidade autárquica, na Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA), aprova os seus estatutos e da outras providencias.

## CRIAÇÃO DA ASEP-RJ

LEI ESTADUAL 2.686 DE 14 DE FEVEREIRO DE 1997

Cria a Estrutura, dispõe sobre o funcionamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do Estado do Rio de Janeiro (ASEP-RJ).

DECRETO 15.159 de 24 de julho de 1990

Transforma, mediante autorização do Poder Legislativo, a Superintendência Estadual dos Rios e Lagoas (SERLA), entidade autárquica, na Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA), aprova os seus estatutos e da outras providências.

## CRIAÇÃO DA AGENERSA

LEI ESTADUAL 4.556 DE 06 DE JUNHO DE 2005.

Cria, estrutura, dispõe sobre o funcionamento da agência reguladora de energia e saneamento básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA), e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL 8.618 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2005

Regulamenta e fixa a estrutura administrativa, atribuições e normas de funcionamento da AGENERSA conforme a *caput* do artigo 1º da Lei Estadual 4.556, de 06 de junho de 2005.

DECRETO ESTADUAL 43.982 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Submete a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), à Fiscalização e regulação de suas atividades por parte da agência reguladora de energia e saneamento básico do estado do Rio de Janeiro (AGENERSA) e dá outras providências

DECRETO ESTADUAL 41.039 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2007

Regulamenta o funcionamento e estabelece competências do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI)

## **BACIAS HIDROGRÁFICAS**

### DECRETO ESTADUAL 35.724/2004

Dispõe sobre a Regulamentação do art. 47 da Lei 3.239, de 02 de agosto de 1999, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI), e dá outras providências.

### RESOLUÇÃO CERHI 18 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2006

Aprova a definição das regiões hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro

### RESOLUÇÃO CERHI 99 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros do FUNDRHI da subconta da Região Hidrográfica Médio Paraíba do Sul para projetos de coleta e tratamento de efluentes urbanos.

### RESOLUÇÃO CERHI 96 DE 10 DE OUTUBRO DE 2012

Aprova o plano de investimento dos recursos financeiros no FUNDRHI da Subconta do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabinha e das Sub-Bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto.

### RESOLUÇÃO CERHI 95 DE 05 DE SETEMBRO DE 2012

Aprova o plano de investimento dos recursos financeiros no FUNDRHI da Subconta do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabinha e das Sub-Bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto.

### RESOLUÇÃO CERHI 92 DE 08 DE AGOSTO DE 2012

Aprova o plano de investimentos dos recursos financeiros no FUNDRHI da Subconta da Região Hidrográfica Médio Paraíba do Sul.

### RESOLUÇÃO CERHI 83 DE 30 DE MAIO DE 2012

Dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros do FUNDRHI da Subconta da Região Hidrográfica Guandu.

### RESOLUÇÃO INEA 27

Define regras e procedimentos para a arrecadação, aplicação e apropriação de receitas e despesas nas subcontas das regiões hidrográficas e do INEA de Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI).

**CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS****DECRETO ESTADUAL 27.208/2000**

Dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências

**DECRETO ESTADUAL 32.862 DE 12 DE MARÇO DE 2003**

Dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, instituído pela Lei Estadual 3.239, de 02 de agosto de 1999, revoga o Decreto 32.225 de 21 de novembro de 2002 e dá outras providências

**DECRETO ESTADUAL 41.039/2007**

Dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, instituído pela Lei Estadual 3.239, de 02 de agosto de 1999, revoga o Decreto 32.862 de 12 de março de 2003 e dá outras providências.

**CRIAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS****LEI ESTADUAL 2831 DE 13 DE NOVEMBRO DE 1997**

Dispõe sobre o regime de Concessão de Serviços e de Obras Públicas e de Permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 70 da Constituição Estadual, e dá outras providências.

**DECRETO ESTADUAL 37.930 DE 07 DE JULHO DE 2005**

Regulamenta o Fundo de Regulação dos Serviços concedidos e permitidos do Estado do Rio de Janeiro.

**RESOLUÇÃO CERHI 79 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011**

Dispõe Sobre o Segmento Usuário.

**RESOLUÇÃO CERHI 78 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011**

Dispõe Sobre o Segmento Sociedade Civil.

**RESOLUÇÃO CERHI 77 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011**

Dispõe Sobre o Segmento Poder Público.

## **COMITÊS DE BACIAS**

### DECRETO ESTADUAL 38.235 DE 14 DE SETEMBRO DE 2005

Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e Sub-bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto, no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

### DECRETO ESTADUAL 31.178 DE 03 DE ABRIL DE 2002

Cria o Comitê de Bacia Hidrográfica de Guandu, que compreende a Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, incluindo as nascentes do Ribeirão dos Lagos, águas desviadas do Paraíba do Sul e do Piraí, os afluentes a Ribeirão das Lages, ao Rio Guandu e ao canal de São Francisco, até sua desembocadura na Baía de Sepetiba, bem como as Bacias Hidrográficas do Rio Guarda e Guandu Mirim.

### DECRETO ESTADUAL 41.475 DE 11 DE SETEMBRO DE 2008

Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul, no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

## **CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE**

### LEI ESTADUAL 1.130 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1987.

Áreas de Interesse Especial do Estado, define as áreas de interesse especial do Estado e dispõe sobre os imóveis de área superior a 1.000.000 m<sup>2</sup> (um milhão de metros quadrados) e móveis localizados em áreas limítrofes de municípios, para efeito do exame e anuência prévia a projeto de parcelamento do solo para fins urbanos, a que se refere o artigo 13 da Lei 6.766/1979.

### LEI ESTADUAL 3.467 DE 14 DE SETEMBRO DE 2000

Dispõe sobre as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

### DECRETO ESTADUAL 9.760 DE 11 DE MARÇO DE 1987

Regulamenta a Lei 1.130, de 12/02/1987, localiza as Áreas de Interesse Especial do interior do Estado, e define as normas de ocupação a que deverão submeter-se os projetos de loteamentos e desmembramentos a que se refere o artigo 13 da Lei 6766/1979.

### DECRETO ESTADUAL 13.123 DE 29 DE JUNHO DE 1989

Altera o Decreto 9.760, de 11 de março de 1987, e dá outras providências.



DECRETO LEI 134 DE 16 DE JUNHO DE 1975

Dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro e da outras providências.

DECRETO ESTADUAL 42.159 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2009

Dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental- SLAM e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CONEMA 16, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2009 (Licenciamento)

Altera a NA-051.R-7 - Indenização dos Custos de Análise e Processamento dos Requerimentos das Licenças Ambientais.

RESOLUÇÃO CONEMA 18, DE 28 DE JANEIRO DE 2010 (Revogada pela Resolução CONEMA 30/2011) (Água) (Ar) (Licenciamento)

Aprova o MN-050.R-4 - Classificação de Atividades Poluidoras.

RESOLUÇÃO CONEMA 19, DE 28 DE JANEIRO DE 2010 (Licenciamento)

Aprova a NA-051.R-8 - Indenização dos custos de análise e processamento dos requerimentos de licenças, certificados, autorizações e certidões ambientais.

RESOLUÇÃO CONEMA 24, de 07 DE MAIO DE 2010 (Licenciamento)

Aprova a MN-051.R-9 - Indenização dos custos de análise e processamento dos requerimentos de licenças, certificados, autorizações e certidões ambientais.

RESOLUÇÃO CONEMA 29, de 04 DE ABRIL DE 2011 (Licenciamento)

Estabelece procedimentos vinculados à elaboração, à análise e à aprovação de Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

RESOLUÇÃO CONEMA 30, de 04 DE ABRIL DE 2011 (Revogada pela Resolução CONEMA 30/2011) (Licenciamento)

Revoga os termos da Deliberação CECA/CN 4.846, de 12/07/2007, que aprovou o MN-050.R-2, da Resolução CONEMA 18, DE 28/01/2010, que aprovou o MN-050.R-4, e da Resolução CONEMA 23, de 07/05/2010, que aprovou o MN-050.R-5 - Manual de Classificação de Atividades Poluidoras.

**RESOLUÇÃO CONEMA 31, de 04 DE ABRIL DE 2011 (Licenciamento)**

Aprova a NOP-INEA-02 - indenização dos custos de análise e processamento dos requerimentos de licenças, certificados, autorizações e certidões ambientais.

**RESOLUÇÃO CONEMA 02, de 07 DE OUTUBRO DE 2008 (Licenciamento)**

Aprova a DZ-077 - Diretriz para encerramento de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente.

**RESOLUÇÃO CONEMA 03, DE 07 DE OUTUBRO DE 2008 (Licenciamento)**

Aprova a NA-051.R-7 - Indenização dos custos de análise e processamento dos requerimentos das Licenças Ambientais.

**RESOLUÇÃO CONEMA 11, DE 10 DE JUNHO DE 2009 (Licenciamento)**

Aprova a NA-051.R-7 - Indenização dos Custos de Análise e Processamento dos Requerimentos das Licenças Ambientais.

**PORTARIA CONJUNTA SEA/FEEMA/SERLA/IEF 001/2007**

Cria o Protocolo Único para a Requisição de Licenciamento.

**IMPACTO AMBIENTAL****RESOLUÇÃO CONEMA 33, DE 01 DE JUNHO DE 2011 (Licenciamento)**

Reconhece a construção de estruturas para a atividade de aquicultura como sendo eventual e de baixo impacto ambiental, para fins de intervenção em faixa marginal de proteção de cursos d'água.

**RESOLUÇÃO CONEMA 42, DE 17 DE AGOSTO DE 2012 (Licenciamento)**

Dispõe sobre as atividades que causam ou possam causar impacto ambiental local, fixa normas gerais de cooperação federativa nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente e ao combate à poluição em qualquer de suas formas, conforme previsto na Lei Complementar 140/2011, e dá outras providências.

**REGULAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS****DECRETO ESTADUAL 22.872 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1996**

Aprova o regulamento dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do estado do Rio de Janeiro, a cargo das concessionárias ou permissionárias.

**DECRETO ESTADUAL 31.896 DE 20 DE SETEMBRO DE 2002**

Estabelece as normas dos processos administrativos no âmbito da Administração Pública Estadual.

**USUÁRIO CONSUMIDOR****LEI ESTADUAL 4.898, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2006**

Determina a transferência das contas de água, gás e energia elétrica para o nome do locatário do imóvel.

**LEI ESTADUAL 3.915, DE 12 DE AGOSTO DE 2002**

Obriga as concessionárias de serviços públicos a instalarem medidores na forma que menciona.

**LEI ESTADUAL 3.986, DE 11 DE OUTUBRO DE 2002**

Torna obrigatória a divulgação de telefone da respectiva agência reguladora pública pelas concessionárias de serviços públicos.

**LEI ESTADUAL 4.023, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2002.**

Proíbe às concessionárias de serviços públicos, a suspensão da prestação de seus serviços aos órgãos da administração pública, na forma que menciona.

**LEI ESTADUAL 4.901 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2006**

Disciplina a instalação de medidores diversos, na forma que menciona.

**LEI ESTADUAL 5.330, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2008**

Estabelece normas para emissão de faturas de água e esgoto.

**LEI ESTADUAL 5.476, DE 15 DE JUNHO DE 2009**

Estabelece aos fornecedores de serviços de qualquer natureza a obrigação de disponibilizarem, nas faturas ou boletos mensais de cobrança, o endereço completo de suas instalações comerciais.

**LEI ESTADUAL 5.511, DE 21 DE JULHO DE 2009**

Estabelece a obrigatoriedade às empresas concessionárias de serviços públicos a disponibilizar formulários específicos para efetuarem o cancelamento do serviço, a solicitação de reparos e a formalização de reclamações.

**LEI 5.807, DE 25 DE AGOSTO DE 2010**

Dispõe sobre o consumo aferido nos medidores na forma que menciona.

**LEI ESTADUAL 5.823 DE 20 DE SETEMBRO DE 2010**

Obriga as concessionárias de serviços públicos a dar publicidade aos telefones dos ouvidores das agências reguladoras de serviço público, na forma que menciona.

**LEI ESTADUAL 5.925 DE 25 DE MARÇO DE 2011**

Dispõe sobre a aplicação dos efeitos do Decreto Federal. 6.523/2008 no âmbito estadual.

**REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO****LEI ESTADUAL 2.869, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1997.**

Dispõe sobre o regime de prestação do serviço público de Transporte ferroviário e metroviário de passageiros no Estado do Rio de Janeiro, e sobre o serviço público de Saneamento básico no estado do Rio de Janeiro, e dá outras Providências.

**LEI ESTADUAL 5.427, DE 01 DE ABRIL DE 2009**

Estabelece normas sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, tendo por objetivo, em especial, a proteção dos direitos dos administrados e o melhor cumprimento dos fins do Estado.

**CONTRATO DE GESTÃO****LEI ESTADUAL 5.639, DE 06 DE JANEIRO DE 2010**

Dispõe sobre os contratos de gestão entre o órgão gestor e executor da política estadual de recursos hídricos e entidades delegatárias de funções de agência de água relativos à gestão de recursos hídricos de domínio do estado, e dá outras providências.

**RESOLUÇÃO CERHI 65 DE 31 DE AGOSTO DE 2011**

Dispõe sobre as questões relacionadas ao contrato de gestão celebrado entre o INEA e a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), com interveniência dos Comitês das Bacias Hidrográficas do Baixo Paraíba do Sul, do Médio Paraíba do Sul, do Rio Dois Rios e do Rio Piabanha e dá outras providências.

**RESOLUÇÃO CERHI 50 DE 28 DE JULHO DE 2010**

Dispõe sobre a indicação da entidade delegatária das funções de agência de água e aprova a destinação de recursos financeiros a serem aplicados no contrato de gestão a ser celebrado entre o INEA e a Associação Pró-Gestão de Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), com interveniência do Comitê Guandu e dá outras providências.

#### RESOLUÇÃO CERHI 45 DE 26 DE MAIO DE 2010

Dispõe sobre as questões relacionadas o contrato de gestão a ser celebrado entre o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a Associação Pró-Gestão de Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), com interveniência dos Comitês de Bacia das Regiões Hidrográficas do Médio Paraíba do Sul, do Rio Dois Rios, do Rio Piabanha e do Baixo Paraíba do Sul.

#### RESOLUÇÃO CERHI 44 DE 26 DE MAIO DE 2010

Dispõe sobre os limites de custeio administrativo das Entidades Delegatárias de Funções de Agência de Água e dá outras providências

#### RESOLUÇÃO INEA 13

Estabelece os procedimentos a serem adotados pelas entidades delegatárias de funções de competência das agências de água para compras e contratação de obras e serviços com emprego de recursos públicos, nos termos do art. 9 da Lei Estadual 5.639, de 06 de janeiro de 2010.

#### RESOLUÇÃO INEA 14

Estabelece os procedimentos a serem adotados pelas entidades delegatárias de funções de competência das agências de água para a seleção e recrutamento de pessoal nos termos do art. 9 da Lei Estadual 5.639, de 06 de Janeiro de 2010.

#### RESOLUÇÃO INEA 16

Estabelece os procedimentos a serem adotados pelas entidades delegatárias de funções de competência das agências de água para a elaboração de termos de referência para subsidiar a contratação de obras, serviços e compras com emprego de recursos públicos, nos termos do art. 9 da Lei Estadual 5.639, de 06 de janeiro de 2010.

#### RESOLUÇÃO INEA 44

Estabelece procedimentos para a celebração e execução dos contratos de gestão entre o INEA e as entidades delegatárias com funções de competência das agências de águas.

#### RESOLUÇÃO INEA 45

Estabelece o manual operativo de procedimentos e critérios de avaliação do cumprimento do programa de trabalho dos contratos de gestão entre o INEA e as entidades delegatárias com funções de competência das agências de águas.

## **RESÍDUOS SÓLIDOS**

### **LEI ESTADUAL 6.362 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012**

Estabelece normas suplementares sobre o gerenciamento estadual para disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos em aterros sanitários.

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA 13, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012**

Estabelece a Lista Brasileira de Resíduos Sólidos

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA 1, DE 25 DE JANEIRO DE 2013**

Regulamenta o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNORP), estabelecer sua integração com o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF-APP) e com o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF-AIDA), e definir os procedimentos administrativos relacionados ao cadastramento e prestação de informações sobre resíduos sólidos, inclusive os rejeitos e os considerados perigosos.

## **OUTORGA DO USO DA ÁGUA**

### **LEI ESTADUAL 4.247 DE DEZEMBRO DE 2003**

Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro.

### **DECRETO ESTADUAL 41.974 DE 03 DE AGOSTO DE 2009**

Regulamenta o art. 24 da Lei 4.247, de 16 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

### **LEI ESTADUAL 5234**

Altera a LEI 4.247, de 16 de dezembro de 2003, que dispões sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

### **RESOLUÇÃO CERHI 13 DE 08 DE MARÇO DE 2005**

Aprova critérios de cobrança pelo uso de recursos hídricos no âmbito da área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim.

### **RESOLUÇÃO CERHI 09 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2003**

Estabelece critérios gerais sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro.

RESOLUÇÃO CERHI 06 DE 29 DE MAIO DE 2003

Dispõe sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos nos corpos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

RESOLUÇÃO INEA DE 24 DE AGOSTO DE 2009

Define mecanismos e critérios para Regularização de Débitos Consolidados referentes à Cobrança Amigável pelo uso de Recursos Hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro.

PORTARIA SERLA 462 DE 10 DE JULHO DE 2006

Estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para regularização dos usos de recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, na área de abrangência das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda, e Guandu-mirim no Estado do Rio de Janeiro.

PORTARIA SERLA 479 DE 21 DE SETEMBRO DE 2006

Estabelece a prorrogação do prazo para regularização dos usos de recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, na área de abrangência das bacias hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda, Guandu-Mirim no estado do Rio de Janeiro objeto da Portaria Serla 462, de 10 de julho de 2006 e dá outras providências.

PORTARIA SERLA 555 DE 1 DE FEVEREIRO DE 2007

Regulamenta o Decreto Estadual 40.156, de 17 de outubro de 2006, que estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para regularização dos usos de água superficial e subterrânea pelas soluções alternativas de abastecimento de água e para a ação integrada de fiscalização com os prestadores de serviços de saneamento e dá outras providências.

PORTARIA SERLA 564 DE 18 DE ABRIL DE 2007

Define procedimentos para pagamento referente à Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro.

PORTARIA SERLA 565 DE 18 DE ABRIL DE 2007

Define mecanismos e critérios para regularização de débitos consolidados referentes à Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro.

PORTARIA SERLA 567 DE 07 DE MAIO DE 2007

Estabelece critérios gerais e procedimentos técnicos e administrativos para cadastro, requerimento e emissão de Outorga de Direito de Uso de recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

PORTARIA SERLA 591

Estabelece os Procedimentos Técnicos e Administrativos para Emissão da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica e de Outorga para uso de Potencial de Energia Hidráulica para aproveitamentos hidrelétricos em rios de domínio do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DELIBERAÇÃO CEIVAP 03/2001

Aprova a Implantação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos de Domínio da União na Bacia do Rio Paraíba do Sul a partir de 2002 e estabelece as condições para a sua participação no Programa Nacional de Despoluição de Bacias Hidrográficas.

DELIBERAÇÃO CEIVAP 08 DE 6 DE DEZEMBRO DE 2001

Dispõe sobre a Implantação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul a partir de 2002.

DELIBERAÇÃO CEIVAP 65/2006 DE 28 DE SETEMBRO DE 2006

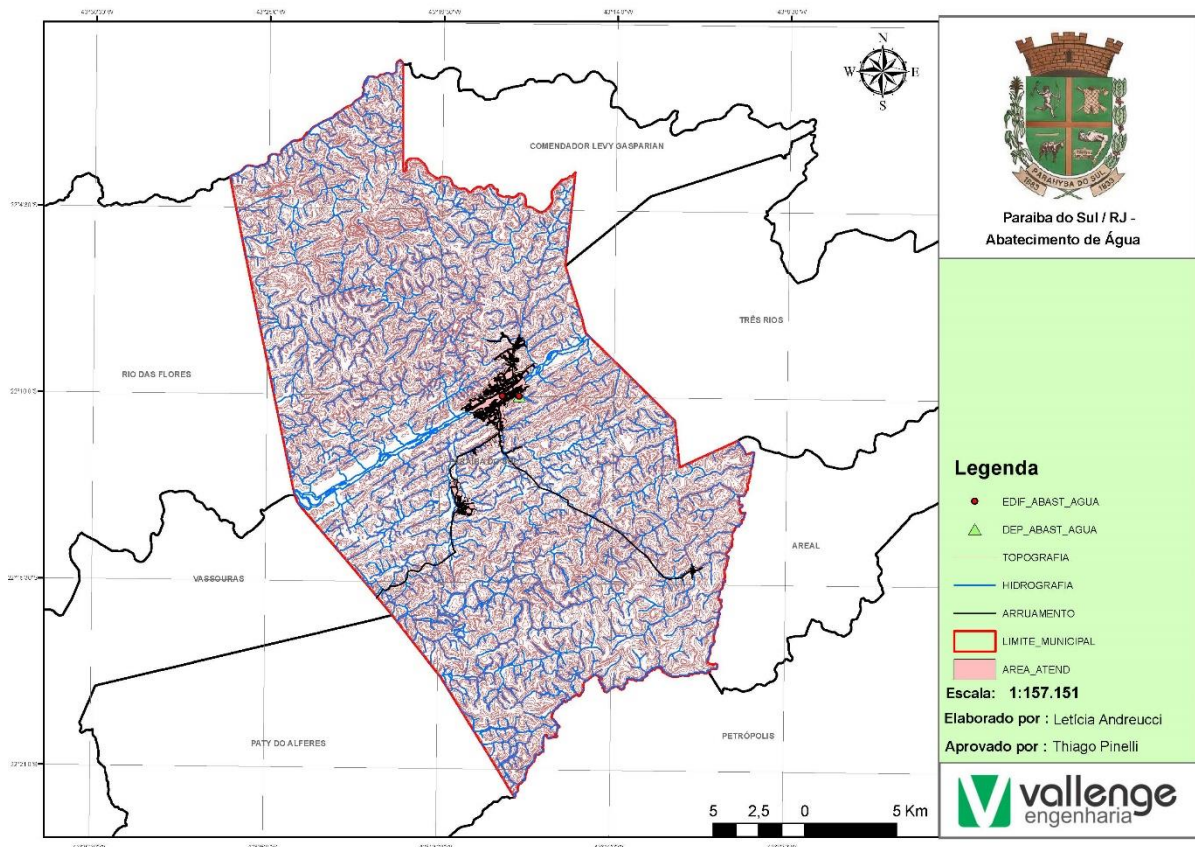
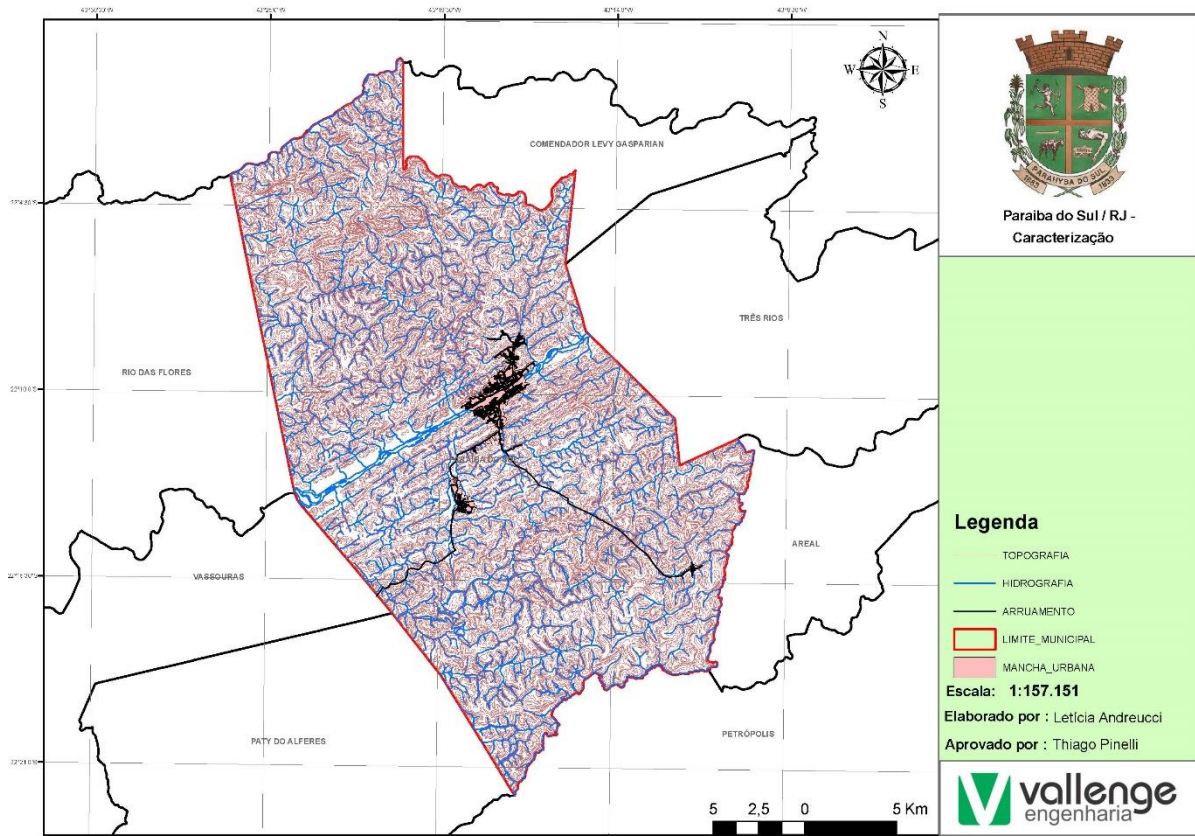
Estabelece mecanismos e propõe valores para a cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, a partir de 2007

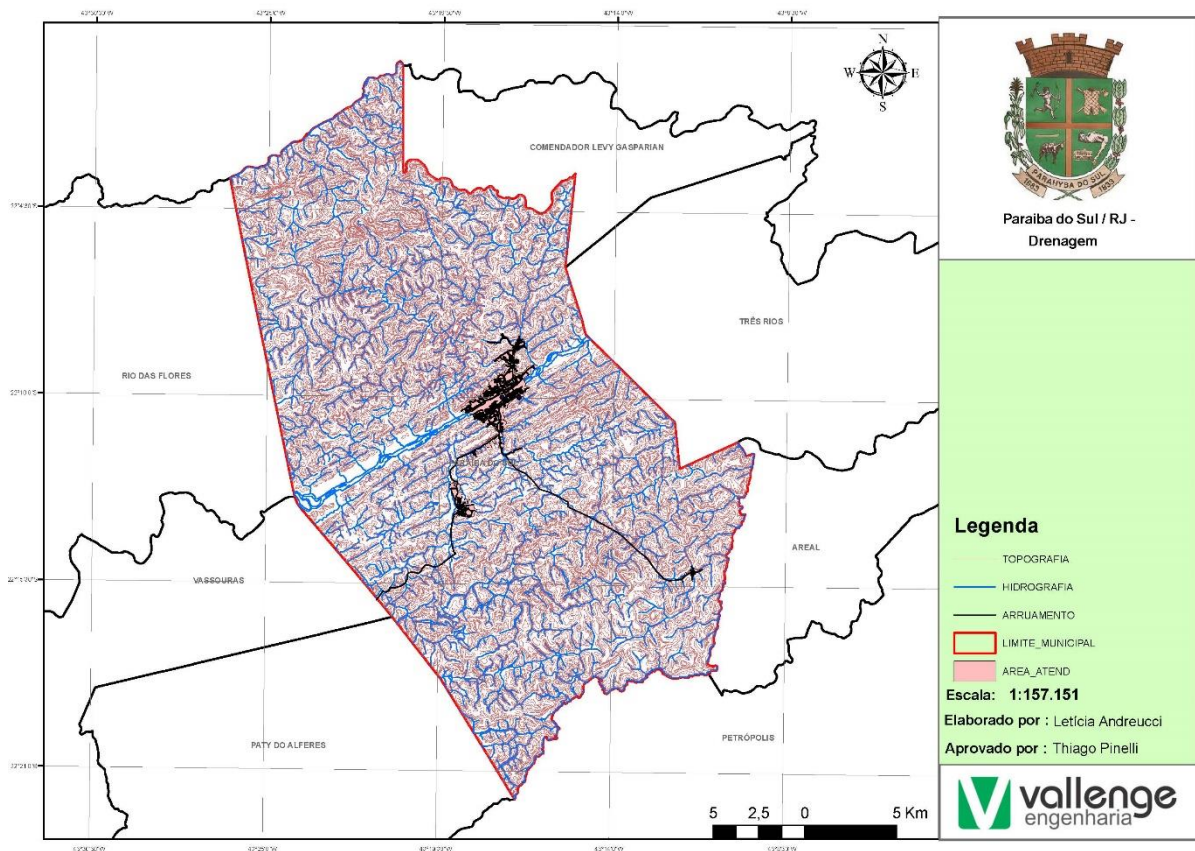
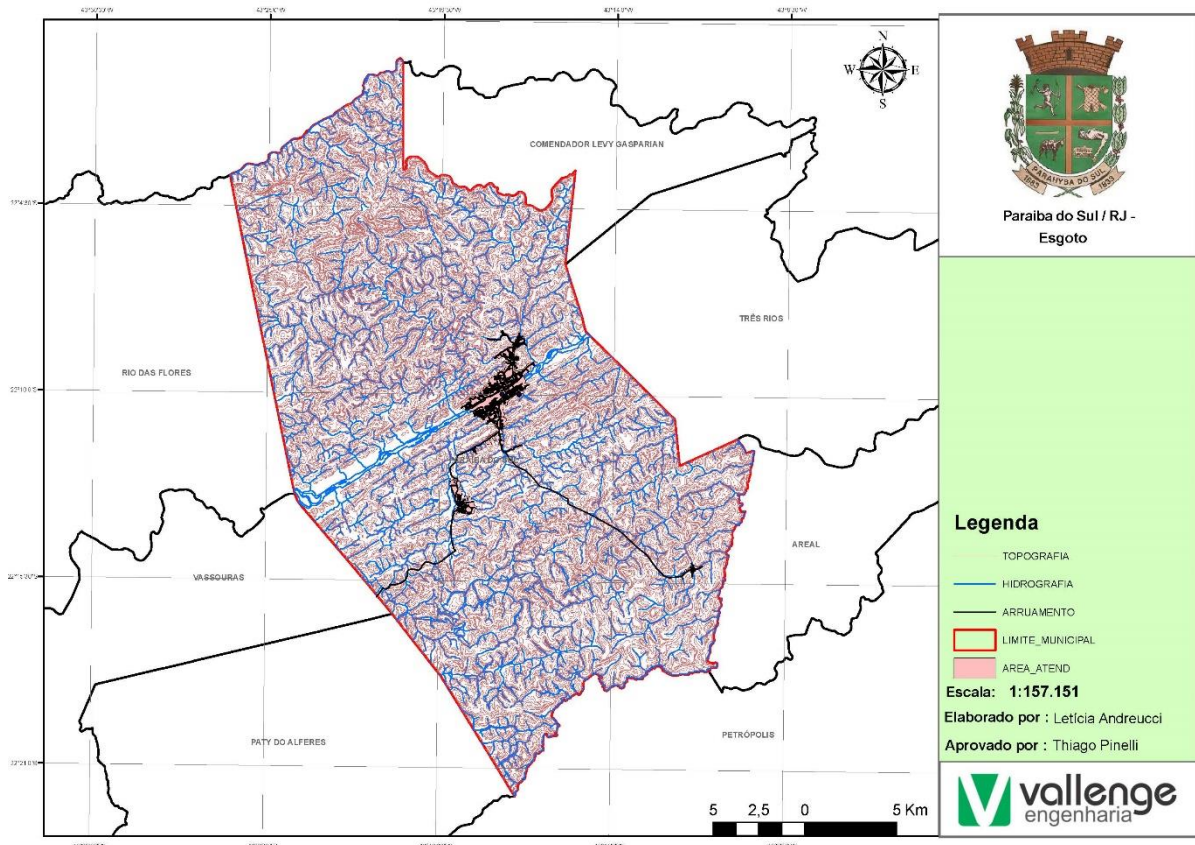
DELIBERAÇÃO CEIVAP 70/2006 DE 19 DE OUTUBRO DE 2006

Estabelece mecanismo diferenciado de pagamento pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.



## APÊNDICE C – MAPAS TEMÁTICOS





## **APÊNDICE D – OFICINA 1 – LEITURA COMUNITÁRIA**

---

- **Introdução**

O presente documento trata da efetiva participação da comunidade na construção do Plano Municipal de Saneamento Básico, a partir de experiências vividas, memórias e conhecimentos, traduzidas em avaliação em relação aos serviços de saneamento básico, quanto à qualidade, a prestação no atendimento, a situação dos equipamentos, a regularidade, a capacitação dos servidores, bem como, indicar falhas, áreas de riscos, situações de alagamentos, proteção dos mananciais, ausências de sistemas de tratamentos de água e esgoto e demais serviços pertinentes ao saneamento básico.

Para se levar a efeito tais ações, conforme estabelece o Projeto de Comunicação e Mobilização Social, é necessário despertar e motivar a comunidade local a participar efetivamente do processo de construção do Plano Municipal de Saneamento Básico. A mobilização social consiste em um processo permanente de animação e promoção do envolvimento de pessoas, (agentes multiplicadores) por meio do fornecimento de informações e constituição de espaços de participação e diálogo relacionados ao que se pretende promover, que, neste caso, são a elaboração e a construção do PMSB.

A informação e formação dos agentes multiplicadores torna-se indutor necessário para se atingir a comunidade despertando-a a participar do processo da construção do PMSB. Sob este aspecto, a mobilização social se torna de fato e de direito o próprio controle social.

A atuação dos agentes multiplicadores e disseminadores das propostas do Plano, em seu âmbito de trabalho, garantirão à população o direito do controle social com sua participação nas Oficinas Comunitárias e em todo o processo construtivo do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Neste sentido, realizou-se a primeira reunião de mobilização social com a participação do grupo de apoio e membros dos diversos segmentos da sociedade local.

- **Justificativa**

A participação da sociedade nesse processo é de extrema importância, já que o PMSB deve ser elaborado com horizonte de 20 (vinte) anos, avaliado anualmente e revisado a cada 4 (quatro) anos. O documento elenca os problemas de saneamento do município a partir da visão da comunidade e permite a conciliação com o diagnóstico apresentado pela equipe técnica, na fase do levantamento de campo, consolidando-os, subsidiando o andamento e a evolução da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do município.



- Reunião de Mobilização Social

A primeira reunião de Mobilização Social ocorreu no dia 05 de março de 2013, com a participação do grupo de apoio, regulamentada pela gestão municipal. Este primeiro encontro se tornou instrumento para se estabelecer as estratégias necessárias para se atingir o maior número de agentes multiplicadores da divulgação do Plano Municipal de Saneamento Básico.

**Figura 54 – Reunião de Mobilização Social (vista 1)**



Fonte: Vallenge, 2013

- Oficina 1 – Leitura Comunitária

A Oficina de Leitura Comunitária é a fase em que a comunidade local, participa efetivamente, contribuindo com o seu conhecimento da realidade do saneamento municipal, reunindo registros da memória individual ou em grupos sociais, considerando elementos culturais e de vivência, permitindo a construção das releituras coletivas dos riscos, problemas, conflitos e potencialidades desenvolvimentistas do município.

- a) **Objetivo:** Despertar na população o caráter responsável, com ênfase na responsabilização pelo planejamento do Plano Municipal de Saneamento Básico, de maneira clara e objetiva, elencando suas potencialidades e conflitos.
- b) **Metodologia:** A metodologia adotada para a execução da oficina 1 de Leitura Comunitária, seguiu o preceito informativo e participativo, através da prévia apresentação do tema e posterior aplicação de atividades, dividindo-se a plateia em grupos.

- c) **Etapas de Realização:** As etapas para a realização da oficina a seguir expostas, se distinguem como sendo recepção da comunidade, apresentação da oficina (etapas do plano, conceitos, lei e mecanismos da oficina) e execução da oficina.

**Figura 55 - Recepção da comunidade**



Fonte: Valenge 2013

A introdução aos trabalhos se deu com uma palestra sobre a importância da oficina de diagnóstico, com suas implicações no desenvolvimento do plano, e o valor inestimável do conhecimento local da comunidade. Na oportunidade fez-se o esclarecimento de que os presentes, independentemente de cargos e funções que eventualmente ocupem, são tão moradores como qualquer outro ali presente, obtendo-se assim a igualdade social na elaboração da oficina.

**Figura 56 – Apresentação da Oficina: comunidade presente (vista 1)**

Fonte: Vallengue 2013

- Após a apresentação da Lei, iniciaram-se os trabalhos obedecendo a seguinte ordem:
- Divisão democrática das equipes estimulando o inter-relacionamento e sociabilização;
  - Distribuição de folhas de papel de diferentes cores, para identificação dos grupos;
  - Apresentação dos assuntos: abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial urbana;
  - Orientação para que o grupo defina o relator dos tópicos discutidos;
  - Início dos debates;
  - Montagem do painel expositor com o resultado dos trabalhos das equipes.
  - Os participantes são convidados a lerem os trabalhos expostos no painel, a fim obterem conhecimentos da visão do todo e, eventualmente acrescentar mais algumas informações que entendam necessárias.
  - Abaixo, seguem as fotos da Oficina 1 realizada.

**Figura 57 – Formação dos Grupos (vista 1)**

Fonte: Vallengue 2013

**Figura 58 – Formação dos Grupos (vista 2)**



Fonte: Vallenge 2013

**Figura 59 – Apresentação dos Temas**



Fonte: Vallenge 2013



**Figura 60 – Discussão (vista 1)**

Fonte: Vallenge 2013

**Figura 61 – Discussão (vista 2)**

Fonte: Vallenge 2013

d) Resultado da Oficina: A seguir são apresentados os resultados transcritos dos documentos gerados pelos grupos presentes na Oficina 1 – Leitura Comunitária.

## **ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

### **GRUPO VERDE A**

#### *Pontos Negativos*

- Condições precárias da ETA, água poluída do Rio Paraíba do Sul, falta de flúor na água pela CEDAE, tarifa elevada, nascentes degradadas, abastecimentos deficitários.



*Pontos Positivos*

- Regularidade no abastecimento, abastecimento por água superficial, existência de um sistema de distribuição na zona urbana, iniciativas de projetos de preservação.

**GRUPO VERDE B*****Bairro Grama***

- Vala aberta próxima aos pontos de coleta de água.
- Água não é de qualidade.
- Disponibilidade reduzida de água, devido a baixa vazão do rio.
- Falta de manutenção periódica na tubulação
- Precariedade da tubulação
- Falta de preparo da equipe técnica que realizam a manutenção periódica da tubulação.

***Bairro Jatobá***

- Presença de barro na água

***Bairro Limoeiro***

- Não há regularidade de disponibilidade de água.
- Desperdício de água em lavagem de carro, lavagem de calçada e etc.
- Falta de educação ambiental

***Bairro Werneck***

- Falta de água no período noturno (disponibilidade de água apenas a tarde).

**GRUPO AMARELO**

- Nos bairros Niagara, Bela Vista, Inema (principalmente na parte alta), temos problemas com a falta de abastecimento.
- As tubulações da CEDAE são velhas, obsoletas, precisando urgentemente serem substituídas por canos novos e resistentes.
- Os assentamentos são rasos, por esses motivos são quebrados, prejudicando assim o abastecimento de água nas residências.
- Falta de funcionários, precisando assim de concurso publico para suprir a falta dos mesmos.
- A água as vezes tem aparência turva.

**GRUPO AZUL A**

- Bairro Inema vive com falta de água.
- Quando chove as ruas alagam.
- Na maioria das casas volta água pelos ralos.
- Terrenos que quando chove desce água pelo barranco deixando as ruas cheias de barro.
- No bairro Eldorado tem muita falta de água.
- Quando chove as ruas ficam cheias de lama.

**GRUPO AZUL B**

- Em Werneck falta água, quando vem esta suja e barrenta a água vem com muito cloro.
- Às vezes a água que vem, nos da coceira no corpo
- No bairro do Inema e Bela Vista também tem os mesmos problemas.
- Às vezes falta e quando volta já é tarde e outras vezes ela nem cai.

**GRUPO ROSA A**

- Falta de água na Rua Marajó – Bairro Jatobá.
- Falta de água no Loteamento Amapá.
- Encanamentos danificados em alguns pontos da cidade (Exemplo: Jatobá, Bela Vista)
- Reservatório de água ruim, não tendo mais capacidade de manter o grande número de pessoas na cidade (construção de mais um reservatório).

**GRUPO ROSA B**

- Recebemos a água suja, cheira muito a cloro, a água filtrada ainda tem gosto de cloro.
- Vazamento de água na rua.
- Muita água parada.
- Quantidade pouca e qualidade ruim.
- Mina de água muito suja de lixo

**GRUPO ROSA C**

- Nossa água ultimamente esta barrenta e com muito cloro.
- A distribuição só esta sendo feita a noite, acarretando a falta durante o dia.
- Devem também focar no tratamento de água nas escolas, pois as crianças bebem a água do bebedouro todos os dias.
- Fora isso esta bom, só está precisando melhorar um pouquinho, e fazer com que o abastecimento dela seja diário para todos os bairros do município.

## **ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

### **GRUPO VERDE A**

- Lançamento de esgoto in natura nos córregos e rios.
- Tubulações subdimensionadas.
- Maioria das casas rurais não possuem fossas.
- Ausência de ETE.

### **GRUPO VERDE B**

- Falta de tratamento de esgoto e coleta.
- Não tem a existência da rede de captação adequada de esgoto.
- Falta de manutenção.
- Tratamento de esgoto do Hospital Nossa Senhora da Piedade que cai in natura diretamente no rio.

### ***Bairro Limoeiro***

- Acesso por baixo da BR 393 precisando de canalização e proteção.
- Existência de córrego, precisando de proteção, tratamento do esgoto que cai in natura no córrego.

### **GRUPO AMARELO**

- No bairro Inema (Rua Jorge Junqueira n 2857) a fossa existente no local é toda furada.
- Na rua Silva Jardim no bairro Lava Pós o esgoto é a céu aberto, prejudicando a qualidade de uma mina existente na região.
- Não existe rede de esgoto e nem rede de tratamento de esgoto, sendo utilizada a mesma tubulação que vai direto para o Rio Paraíba.
- Quantidade de lixo anormal no Rio Paraíba, não tendo um controle das autoridades para o controle do mesmo.

### **GRUPO AZUL A**

- No bairro Eldorado o esgoto é muito fedido.
- O esgoto desce dentro da cachoeira.
- No bairro Inema os bueiros vivem cheio de lixos.
- AS bocas de lobo vivem quebradas e entupidas.

**GRUPO AZUL B**

- No bairro da Grama o problema está no encanamento que acaba atingindo o esgoto e acaba deixando esse esgoto a céu aberto.
- Acaba infectando alguns animais que acabam bebendo a água da rua misturada com esgoto.
- Um cheiro desagradável e insuportável.
- No Bairro Glória e em Werneck, também há um problema de esgoto a céu aberto.

**GRUPO ROSA A**

NENHUM PONTO FOI ELENCCADO PELO GRUPO.

**GRUPO ROSA B**

- Esgoto é a céu aberto.
- Córrego não é limpo.
- Águas transbordam do esgoto sujo.

**GRUPO ROSA C**

- No Amapá nós não temos vala, porém os esgotos são jogados nos terrenos.
- O cheiro está insuportável, pois está tornando um “valão” a céu aberto.
- Nosso Ribeirão do Lucas também está precisando de uma revisão, pois está cada dia pior.
- A cada chuva que ocorre ele enche e transborda, acarretando a entrada dessa água nas casas vizinhas.
- As bocas de lobo também estão entupidas e com essas chuvas elas sempre transbordam.
- Seria muito bom se os esgotos de nossa cidade chegassem a um rio já tratado, para termos uma água mais tratada e uma qualidade de vida melhor.

**DRENAGEM PLUVIAL URBANA****GRUPO VERDE A**

- Drenagem pluvial a céu aberto, tubulações subdimensionadas (mistura com esgoto).

**GRUPO VERDE B**

- Drenagem ineficiente da cidade. É necessário remodelar todo o sistema.
- Drenagem não comporta a vazão das áreas impermeabilizadas.

- Sistema de drenagem antigo, subdimensionado para a situação atual e futura do município.
- Limpeza das galerias.
- Manutenção das galerias de esgotos.

Esses itens abordados acima são problemas frequentes em todos os bairros do município de Paraíba do Sul.

#### **GRUPO AMARELO**

- O centro da cidade, Liberdade, Jardim Velho tem problemas com alagamento.
- Bueiros entupidos.
- Esgoto a beira do rio.

#### **GRUPO AZUL A**

- No Bairro Inema o ribeirão nunca foi drenado.
- Aparecem bichos mortos, deixando o rio contaminado.
- Quando a ponte se quebrou ao invés de limpar, drenar e afundarem mais o rio, o que fizeram foi encher o rio com mais sacos de areia.
- O bairro de Werneck tem um problema sério de esgoto, O esgoto do Bairro Alvorada desce todo para Rua Hortência na altura do pesque-pague.
- A drenagem ali nessa região é muito ruim.

#### **GRUPO AZUL B**

- O Esgoto das casas que moram atrás do Rio Paraíba, cai no rio, fora que todas as casas estão em risco, por causa das encostas e da erosão do solo nesse local.

#### **GRUPO ROSA A**

NENHUM PONTO FOI ELENADO PELO GRUPO

#### **GRUPO ROSA B**

- No bairro Amapá os bueiros inundam.
- Aparecem muitos ratos.
- Esgoto na beira do rio.

**GRUPO ROSA C**

- Na minha opinião e na opinião do meu grupo a gente acha que devem drenar o Ribeirão do Lucas, pois além dele acarretar enchentes na região do Bela Vista, Jatobá e demais lugares, ele corta o CIEP que é um colégio com muitos alunos.
- Quando ele enche entra água nas escolas, e é nisso que devemos focar, pois se houver uma drenagem isso com certeza seria evitado.
- No Amapá também tem um valão que dá muita dor de cabeça para agente quando transborda, pois torna as nossas vidas um transtorno só.
- Atrás da creche Consuelo no Bela Vista também temos problemas quando chove.
- Quarta feira passada (27/03/2013) com aquela chuva entrou água até na creche.

e) Diagnóstico

A análise e diagnóstico efetuado pela comunidade na primeira oficina de leitura comunitária indica situação crítica em relação à prestação de serviços de saneamento básico, para as três vertentes: sistema de abastecimento de água potável; sistema de esgotamento sanitário e sistema de drenagem urbana de águas pluviais, a saber: sistema de abastecimento de água potável, problemas com, tratamento, distribuição, qualidade, regularidade e atendimento da prestadora às solicitações da comunidade; sistema de esgotamento sanitário comprometido desde a captação, afastamento e, sobretudo, ausência de tratamento; sistema de drenagem pluvial, comprometido desde a limpeza e manutenção de bocas de lobo, insuficiência de galerias, galerias mistas, esgoto e drenagem, inúmeras áreas de alagamentos e riscos e, ineficiência na gestão dos serviços.

O município conta com serviços para abastecimento e tratamento de água pela operadora, CEDAE, contudo, a população apontou inúmeros problemas quanto ao tratamento e abastecimento de água: nem todos os bairros recebem água tratada; o sistema de distribuição está comprometido com tubulações antigas e falta de manutenção, as nascentes se encontram sem proteção; falta comunicação entre o prestador de serviço e a comunidade e, em consequência, falta de informações quanto à qualidade, formas de análise, além de informações quando das eventuais paradas para manutenção, bem como, reclamam do preço abusivo; as estações e reservatórios necessitam de melhoria, manutenção e ampliação. Como agravante apontado pela comunidade, se cita o grande número de poços espalhados pela maioria dos bairros e distritos, sem o devido tratamento e cadastramento, ou a falta de informação da análise da água, ademais, a comunidade acrescenta que na maioria das residências em que existem poços, o esgoto é lançado em sumidouros ou a céu aberto, muito próximo dos poços, com graves riscos de contaminação e à saúde da população.

Quanto os serviços de esgotamento sanitário, a comunidade indica linha mista de esgoto e drenagem, esgoto a céu aberto, falta de rede de captação e afastamento, inexistência de

tratamento, risco de proliferação de doença, mau odor e péssimo impacto visual nos pontos de descarga; pouca fossa séptica em regiões da zona rural, falta de manutenção e gestão dos serviços, acrescenta-se que como identificado anteriormente, a maioria das moradias despeja os dejetos ou a céu aberto, ou diretamente nos corpos hídricos, ou ainda, utilizam-se de sumidouros, que geralmente estão localizados próximos às fontes de abastecimento de água, como os poços.

Quanto à drenagem pluvial urbana, o diagnóstico indica ausência de limpeza de bocas de lobo, falta de guias e sarjetas, linha mista com esgoto, áreas de alagamento e desmoronamento, áreas de risco, falta de capacitação técnica, falta de projetos e obras, necessidade de desassoreamento dos rios e necessidade de gestão dos sistemas, bem como a falta de programas de educação ambiental.

Tais contribuições corroboraram com o diagnóstico elaborado pela equipe técnica, quando realizaram os trabalhos de levantamento de campo e efetuaram o relatório conclusivo descritos nos termos da Leitura Técnica.

A Oficina 1 complementa o relatório citado acima, e acrescenta dados importantes quanto à situação real do saneamento básico no município, pois, ao avaliar as condições dos serviços ofertados, indicam-se pontos críticos que podem e devem ser corrigidos.

## APÊNDICE E – OFICINA 2 – VISÃO DE FUTURO

---

- Introdução

O presente documento trata da efetiva participação da comunidade na construção do Plano Municipal de Saneamento Básico, em continuidade aos trabalhos definidos no Plano de Comunicação e Mobilização Social, onde se estabelece a realização da Oficina de Visão de Futuro.

A Oficina da Visão de Futuro define o que a cidade pretende ser no futuro. Ela incorpora suas ambições e descreve o quadro futuro que se deseja atingir e identifica suas aspirações, criando um clima de envolvimento e comprometimento da população com o futuro do município, definindo como se deseja que a cidade seja vista e reconhecida; onde se almeja colocar a cidade, o cenário ideal; como incorporar as inovações necessárias para atender a visão.

- Justificativa

A participação da sociedade nesse processo é de extrema importância, já que o PMSB deve ser elaborado com horizonte de 20 (vinte) anos, avaliado anualmente e revisado a cada 4 (quatro) anos.

A definição de onde se pretende chegar permite entender com clareza o que é preciso mudar na cidade ou como ela precisa mudar para que a visão seja concretizada. Uma visão compartilhada une e impulsiona as pessoas para buscarem seus objetivos, apesar de todas as dificuldades. Uma cidade sem visão é uma cidade sem direção. A visão de futuro deve refletir os valores compartilhados pelos cidadãos.

- Oficina 2 – Visão De Futuro

- a) **Objetivo:** O objetivo da Oficina da Visão de Futuro é estabelecer propostas, planos, programas, metas, ações e objetivos para a efetiva realização da qualidade da oferta de serviços concernentes ao saneamento básico do município.
- b) **Metodologia:** A metodologia adotada para a execução da oficina 2, seguiu o preceito informativo e participativo, através da prévia apresentação do tema e posterior aplicação de atividades, dividindo-se a plateia em grupos.



- c) Etapas de Realização: As etapas para a realização da oficina, a seguir expostas, se distinguem como sendo, recepção da comunidade, apresentação da oficina, etapas do plano, conceitos, leis e mecanismos da oficina, e execução da oficina.

**Figura 62 - Recepção da comunidade**



Fonte: Vallenge 2013

Os trabalhos iniciaram com a explanação sobre a importância da oficina de visão do futuro e suas implicações no desenvolvimento do PMSB, sendo apresentados aos participantes os dados resumidos da Leitura Técnica e da Leitura Comunitária – Oficina 1, explanação sobre a Lei 9.433 e 11.445, a importância de se estabelecer a visão de futuro para PMSB, assim como, explicações didáticas para o funcionamento e realização dos trabalhos da oficina, quanto à dinâmica e o aspecto democrático. Os trabalhos obedeceram a seguinte ordem:

- Início das gravações: fotografias e filmagem.
- Apresentação da atividade Oficina para a comunidade com palestra expositiva: processo licitatório, responsabilidades, Leis 11.445 e 9.433; o que é a Visão de futuro, resumos da Leitura Técnica (Diagnóstico técnico) e Leitura Comunitária (Oficina 1).
- Apresentação dos assuntos: abastecimento de água, esgotamento sanitário, e drenagem pluvial urbana;
- Divisão democrática das equipes, provocando inter-relacionamento e sociabilização;
- Distribuição das tabelas para preenchimento;
- Orientação para que o grupo defina a pessoa responsável pela escrita resumo, (relator) a ser entregue para afixar no painel para conciliação das propostas;
- Início dos debates;
- Fixação dos resultados de cada grupo no painel expositor.
- Plenária e consolidação das proposituras;

- Eleição de uma única frase de visão de futuro: definindo a visão de futuro para o município;

**Figura 63 – alunos do CIEP apresentaram seus trabalhos sobre Saneamento Básico (vista 1)**



Fonte: Vallenge 2013

**Figura 64 – alunos do CIEP apresentaram seus trabalhos sobre Saneamento Básico (vista 2)**



Fonte: Vallenge 2013

**Figura 65 – Apresentação da Oficina**



Fonte: Vallenge 2013

**Figura 66 – Apresentação dos Temas**



Fonte: Vallenge 2013

**Figura 67 - Orientação para Formação dos Grupos**



Fonte: Vallenge 2013

**Figura 68 – Formação dos Grupos (vista 1)**



Fonte: Vallenge 2013

**Figura 69 – Formação dos Grupos (vista 2)**



Fonte: Vallenge 2013

**Figura 70 – Discussão (vista 1)**



Fonte: Vallenge 2013



**Figura 71 – Discussão (vista 2)**



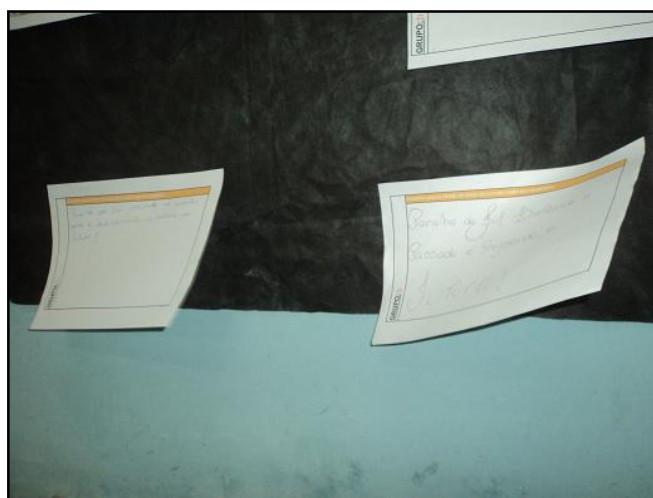
Fonte: Vallenge 2013

**Figura 72 –Leitura do Painel Expositor pela comunidade**



Fonte: Vallenge 2013

**Figura 73 –Frases de Visão de Futuro para o município**



Fonte: Vallenge 2013

Figura 74 – Painel Expositor



Fonte: Vallenge 2013

- d) Resultado: O resultado da oficina de visão de futuro indica os caminhos desejados para o município, definindo o cenário ideal em relação ao saneamento básico. Para que objetivo e a visão sejam alcançados, a população tem consciência que deverão ser executadas uma série de ações, conforme demonstra o quadro a seguir.

<b>PARAÍBA DO SUL</b>	
<b>VISÃO DE FUTURO - AÇÕES PROPOSTAS PELA COMUNIDADE</b>	
<b>SEGMENTO</b>	<b>AÇÕES</b>
<b>SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA</b>	<b>NASCENTES e POÇOS:</b> Preservação das existentes e ampliar a produção de água; Evitar a contaminação e ou poluição; Regularizar o uso; Identificação.
	<b>CAPTAÇÃO:</b> Licença; outorga; identificação; proteção.
	<b>REDE:</b> Modernização, ampliação e redimensionamento da tubulação e sistema; Cadastramento de toda a rede.
	<b>TRATAMENTO (ETA):</b> Implantar nova ETA, mais moderna e com produção compatível com a demanda populacional; Manutenção e adequação dos equipamentos.
	<b>RESERVATÓRIO DE ÁGUA TRATADA:</b> Modernização; Implantação de reservatórios em locais necessários; Implantar filtros em meio de trechos quando necessários; Verificação de reservatórios resistentes em função da demanda.
	<b>TRATAMENTO E RESERVAÇÃO NA ZONA RURAL:</b> Ampliação do principal e construção de novos em bairros ou regiões onde comporte; Melhorar nas condições.
	<b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL:</b> Instrução nas escolas e postos de saúde, com pessoas formadas e capacitadas para trabalhar o tema; Conscientizar a população.
<b>SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO</b>	<b>REDE (ENCANAMENTO):</b> Separação da tubulação para um sistema único para a rede de esgoto, cadastramento de toda a rede; Criar uma rede de encanamento para todo o município.
	<b>ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE):</b> Criar novas ETes.
	<b>CAPTAÇÃO E TRATAMENTO NA ZONA RURAL:</b> Construção de fossas filtros e sumidouros.
	<b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL:</b> Instrução nas escolas e postos de saúde, com pessoas formadas e capacitadas para trabalhar o tema; Conscientizar a população.
<b>SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS</b>	<b>REDE DE CAPTAÇÃO DAS ÁGUAS DE CHUVA (ENCANAMENTO):</b> Separação da rede de esgoto da de águas pluviais; Cadastramento; Encanamento que comporte toda a água da chuva; Reaproveitamento da água da chuva.
	<b>BOCAS DE LOBO, SARJETAS, GALERIAS E POÇOS DE VISITAS:</b> Construção de novas bocas de lobo dentro dos padrões, facilitando a manutenção e operação.
	<b>ÁREAS DE RISCO (DESMORONAMENTO DE MORROS E CASAS, ALAGAMENTOS):</b> Identificar, monitorar e drenar adequadamente; Evitar e controlar novas ocupações em áreas de risco; Aumentar a fiscalização da defesa civil; Tirar os moradores das áreas de risco e criar muros de
<b>ORGANISMO GESTOR</b>	<b>NÃO:</b> -
	<b>SIM:</b> Criação de um órgão público para operar e manter os serviços de saneamento no município, além de fiscalizar, gerenciar e controlar a prestação desse serviço, observando a preservação dos recursos naturais , em especial o recurso hídrico. É necessário, pois, não controlar a administração do saneamento básico do nosso município, implica em não termos melhoria para a população.
<b>VISÃO DE FUTURO</b>	<b>"PARAÍBA DO SUL, LIMPANDO O PASSADO E PROJETANDO O FUTURO."</b>

e) Diagnóstico:

A oficina 2, da Visão de Futuro definiu a necessidade da elaboração de programas, a fim de se alcançar os objetivos. O programa é um instrumento do planejamento que está relacionado com a logística de implantação das ações ou atividades planejadas, que ordena no tempo e espaço as atividades a serem desenvolvidas. O programa coloca sistematicamente, as “ações necessárias, no que se refere tanto ao planejamento como à execução das atividades propostas”, buscando atender os objetivos traçados, ou seja, o programa é o responsável para realizar as ações desejadas, cumprindo todos os objetivos e alcançando a meta desejável.

Neste contexto, foram propostas as ações que segundo a análise da comunidade se fazem necessárias para se atingir a visão. Tais ações serão contempladas no PMSB, tornando-se as ferramentas necessárias para a efetiva realização da visão de futuro, auxiliando o executivo na implantação do Plano, e proporcionando as condições necessárias para a realização de todas as etapas, de modo a assegurar à população, a prestação de serviços de Saneamento Básico com qualidade, regularidade, eficiência e segurança.

A população participante da Oficina de Visão de Futuro do município de Paraíba do Sul definiu a visão com a frase: "**PARAÍBA DO SUL, LIMPANDO O PASSADO E PROJETANDO O FUTURO**".